

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA – PPGT**

ODIRLEI ARCANGELO LOVO

**O SER HUMANO ADMINISTRADOR E COCRIADOR DA OBRA DE DEUS:
ENSAIO À LUZ DO PENSAMENTO SOCIAL DA IGREJA.**

CURITIBA

2019

ODIRLEI ARCANGELO LOVO

**O SER HUMANO ADMINISTRADOR E COCRIADOR DA OBRA DE DEUS:
ENSAIO À LUZ DO PENSAMENTO SOCIAL DA IGREJA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia: Doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Mário Antônio Sanches

CURITIBA

2019

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

L911s
2019 Lovo, Odirlei Arcangelo
O ser humano administrador e cocriador da obra de Deus : ensaio à luz do pensamento social da Igreja / Odirlei Arcangelo Lovo; orientador: Mário Antônio Sanches. – 2019.
233 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2019
Bibliografia: f. 241.244

1. Teologia. 2. Homem (Teologia). 3. Criação. 4. Deus – Cognoscibilidade.
4. Igreja e problemas sociais. I. Sanches, Mário Antônio. II. Pontifícia
Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia.
III. Título.

CDD 20. ed. – 230

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE
ODIRLEI ARCANGELO LOVO**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Mestrado e Doutorado

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE Nº.32
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE

Odirlei Arcangelo Lovo

Aos dezenove dias, do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dezesseis horas reuniu-se na sala Ipê 4 - térreo da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Mario Antonio Sanches, Agenor Brighenti, Márcio Luiz Fernandes, César Augusto Kuzma, Evandro Mello para examinar a Tese do candidato Odirlei Arcangelo Lovo ingressante no Programa de Pós-graduação em Teologia - Doutorado, no primeiro semestre de dois mil e dezesseis. Área de concentração: Teologia Ético-Social - Linha de Pesquisa Teologia e Sociedade. O doutorando apresentou a Tese intitulada: O SER HUMANO ADMINISTRADOR E COCRIADOR DA OBRA DE DEUS: ENSAIO À LUZ DO PENSAMENTO SOCIAL DA IGREJA. O Candidato fez uma exposição sumária da Tese, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, o candidato foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 18 h 40 min. Para constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Observações: _____

O avaliador Professor Dr. César Augusto Kuzma teve participação na banca de defesa de tese por videoconferência e está de acordo com os termos acima descritos.

Prof. Dr. Mario Antonio Sanches _____
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Agenor Brighenti _____
Convidado Interno

Prof. Dr. Márcio Luiz Fernandes _____
Convidado Interno

Prof. Dr. César Augusto Kuzma – PUC-RIO - participação por videoconferência
Convidado Externo

Prof. Dr. Evandro Mello _____
Convidado Externo

Prof. Dr. Rudolf von Sinner
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia - *Stricto Sensu*



AGRADECIMENTOS

Obrigado Deus.

Obrigado, a minha esposa, Marcilene Alves dos Santos Lovo, e aos meus filhos: Eubert Arcangelo Lovo; Enzo Arcangelo Lovo; e Heitor Arcangelo Lovo.

Obrigado ao meu pai, Orivaldo Lovo, e minha mãe, Maria Lucia Scalzer Lovo.

Obrigado ao professor Doutor Mário Antônio Sanches, que me orientou nessa caminhada.

“A interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável”
Papa Francisco (LS 116).

RESUMO

Esta tese narra o ser humano, administrador e cocriador da obra de Deus, no chamado para “cultivar e guardar o Jardim” (Gn 2,15) e “sede fecundos, multiplicai-vos, e submetam a terra” (Gn 1,22). A pesquisa é objetivada a descrever o ser humano como administrador e cocriador da criação, administrador em família, e da própria família. A resposta humana a Deus, como ser em livre-arbítrio que pode amar e usar a inteligência para dar continuidade ao Seu projeto é aqui compreendido como um processo de esponsalidade com o Criador, momento em que a essência administrativa, um Si de Deus que habita no íntimo de cada pessoa, possibilita que cada um, segundo seus dons, edifique as dimensões de sociabilidade, de parentalidade, e de economicidade humanas. Todo o conhecimento, toda a ciência se faz e é inteiramente dependente da criação de Deus, e nesse sentido, o conhecer humano, em esponsalidade com o Criador, é exercer a responsabilidade de ser o administrador e cocriador. A narrativa foi desenvolvida tendo por base os documentos que compõem o Pensamento Social da Igreja, e os que elucidam o projeto, a vivência e a dinâmica familiar. Conclui-se que o mandado/chamado é precedido pela essência administrativa, um Si de Deus, que habita o íntimo humano e o possibilita, mas não o condiciona a exercer a responsabilidade recebida em esponsalidade com o Criador.

PALAVRAS-CHAVE: Administrador; Cocriador; Esponsalidade; Essência administrativa.

ABSTRACT

This thesis narrates the human being, administrator and co-creator of God's work, in the call to “cultivate and keep the Garden” (Gn 2,15) and “be fruitful, multiply, and subdue the earth” (Gn 1,22). The research aims to describe the human being as administrator and co-creator of creation, family administrator, and the family itself. The human response to God, as being in free will who can love and use intelligence to carry on His project, is understood here as a process of spousality with the Creator, at which time the administrative essence, an indwelling Self of God. within each person, enables each one, according to his or her gifts, to build the dimensions of human sociability, parenting, and economy. All knowledge, all science is made and is wholly dependent on God's creation, and in this sense, human knowledge, in spousality with the Creator, is to exercise the responsibility of being the administrator and co-creator. The narrative was developed based on the documents that make up the Social Thought of the Church, and those that elucidate the project, the experience and family dynamics. It is concluded that the warrant / call is preceded by the administrative essence, a Self of God, which inhabits the human intimate and enables it, but does not condition it to exercise the responsibility received in sponsality with the Creator.

KEIWORDS: Administrator; Co-creator; Spousality; Administrative Essence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CV	Caritas In Veritate.
AL	Amoris laetitia.
CA	Centesimus annus.
CDSI	Compêndio da Doutrina Social da Igreja.
CM	Cartas às mulheres.
DP	Dignitas Personae.
DV	Donum Vitae.
EV	Evangelium vitae.
FC	Familiaris Consortio.
GS	Gaudium et Spes.
HV	Humanae Vitae.
LE	Laborens exercens.
LS	Laudato Si'.
MD	Mulieris Dignitatem.
MM	Mater et magistra.
PP	Populorum Progressio.
PT	Pacem in Terris.
QA	Quadragesimo anno.
RN	Rerum Novarum.
SS	Sollicitudo rei socialis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	14
1.2 HIPÓTESES.....	15
1.3 OBJETIVOS.....	15
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	15
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.4 JUSTIFICATIVA	16
1.5 METODOLOGIA.....	17
1.6 ESTRUTURA DA TESE.....	20
2 A ESSÊNCIA ADMINISTRATIVA NO MANDADO A CULTIVAR E GUARDAR.....	23
2.1 A ESSÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	24
2.1.1 O <i>HOMO AD-MINISTER</i> : <i>HÚMUS</i> DA TERRA	24
2.1.2 O <i>HOMO AD-MINISTER</i> : SENTIDO NATO DE ADMINISTRAR.....	26
2.1.3 ESPONSALIDADE E A ESSÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	29
2.1.4 O ATO ADMINISTRATIVO DE DEUS NA CRIAÇÃO	31
2.1.5 FILHOS/ <i>BEN</i> : QUE ELES DOMINEM	33
2.1.6 A NAÇÃO DOS FILHOS DE DEUS	35
2.2 A POTÊNCIA COCRIADORA SE FAZ ATO NAS OBRAS HUMANAS	38
2.2.1 PALAVRA DE DEUS E O AGIR HUMANO.....	38
2.2.2 CAPACIDADE DE OUVIR A PALAVRA DE DEUS	40
2.2.3 ADMINISTRAR: <i>PRÁXIS</i> À RACIONALIDADE HUMANA.....	42
2.2.4 O SER HUMANO E A PALAVRA DE DEUS	44
2.2.5 INÍCIO DE UMA VIDA HUMANA ETERNA	47
2.2.6 EXPECTAÇÃO E FUTURO	49
2.3 O ATO HUMANO NA CONTINGÊNCIA DO REINO ESPERANÇADO	52
2.3.1 AGIR HUMANO: <i>ORA+AÇÃO</i>	52
2.3.2 CONTINGÊNCIA E ENTROPIA.....	54
2.3.3 AGIR HUMANO NA CRIAÇÃO: COCRIAR E ADMINISTRAR	56
2.3.4 À IMAGEM DAQUELE QUE GOVERNA.....	58
2.3.5 A POTÊNCIA DE SER FILHOS	61
2.3.6 O <i>HÚMUS</i> DA TERRA É O SER HUMANO EM ESPONSALIDADE.....	63
2.4 POTÊNCIA DA RAZÃO E AS LIMITAÇÕES DO ATO HUMANO.....	65
2.4.1 O ATO DE QUEM É IMAGEM E SEMELHANÇA DE DEUS	65
2.4.2 A CAPACIDADE DE PLANEJAR E REALIZAR	67
2.4.3 PESSOA E CIÊNCIA	70
2.4.4 CIÊNCIA: VISÃO GLOBAL DA REALIDADE	73
2.4.5 O PLANEJAMENTO É UM EXERCÍCIO DE AMOR	75
2.4.6 ADMINISTRAR É EXPRESSAR COMUNHÃO	78
2.5 PARENTALIDADE: ADMINISTRAÇÃO DA VIDA HUMANA	80
2.5.1 A PARENTALIDADE EDIFICA O REINO	80
2.5.2 DIGNIDADE E CONCEPÇÃO	83
2.5.3 PARENTALIDADE E ESPONSALIDADE.....	85
2.5.4 SALVAR E RENOVAR A PESSOA.....	88
2.5.5 A PARENTALIDADE ENQUANTO DOAÇÃO DE SI.....	91

2.5.6	A EGOLATRIA DE QUEM NÃO QUER OUVIR A PALAVRA.....	93
2.6	CONSIDERAÇÕES.....	95
3	ADMINISTRAR E COCRIAR A OBRA DE DEUS EM FAMÍLIA	97
3.1	ADMINISTRAR O MUNDO DAS CRIATURAS UNGIDAS	97
3.1.1	DEUS CRIOU O MUNDO EM AMOR À CRIATURA UNGIDA.....	97
3.1.2	O AMOR DE SER FILHOS.....	100
3.1.3	FILHOS: O ESTADO E O TRABALHO	102
3.1.4	EDUCAR OS FILHOS NO PROJETO DE AMOR À CRIAÇÃO	105
3.1.5	AMAR OU DOMINAR	108
3.1.6	CUIDAR DA NATUREZA É AMAR A DEUS.....	110
3.2	ADMINISTRAR E COCRIAR NA UNIDUALIDADE DO CASAL HUMANO.....	113
3.2.1	PARENTALIDADE E A CONTINUIDADE DA OBRA DE DEUS	113
3.2.2	O MILAGRE DE UMA NOVA VIDA	115
3.2.3	PARENTALIDADE E ESPONSALIDADE.....	118
3.2.4	SER COCRIADOR COM DEUS DA VIDA HUMANA	120
3.2.5	EDIFICAR O REINO: AMAR UNS AOS OUTROS COMO A SI MESMO.....	123
3.2.6	PLENAMENTE CRIADOR NO MISTÉRIO DE SER PAI E MÃE.....	125
3.3	PÃO PARTILHADO E PÃO ACUMULADO	127
3.3.1	O CRIAR DE DEUS: PROLIFERAR HUMANO	127
3.3.2	MISTÉRIO DE COMUNHÃO COM O CRIADOR.....	130
3.3.3	O ESPÍRITO COCRIADOR NA UNIDADE FAMILIAR	132
3.3.4	O REINO ESCATOLÓGICO JÁ ESTÁ PRESENTE	135
3.3.5	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E O MATRIMÔNIO	137
3.3.6	VIDA HUMANA: ELO DE AMOR À CRIAÇÃO	139
3.4	EDIFICAR-SE EM FAMÍLIA	142
3.4.1	ALTERIDADE E RECIPROCIDADE DE SER EM FAMÍLIA	142
3.4.2	A CRIAÇÃO DE DEUS É ATO DE AMOR PERPÉTUO.....	144
3.4.3	A PARENTALIDADE E O TRABALHO.....	146
3.4.4	FAMÍLIA: GESTO DE AMOR QUE SE REALIZA NO TRABALHO	149
3.4.5	CONVERTA-SE AO AMOR OU ÀS CIFRAS MONETÁRIAS.....	150
3.4.6	ADMINISTRAR A FAMÍLIA NA FAMÍLIA HUMANA.....	153
3.5	A FAMÍLIA HUMANA	155
3.5.1	A TORRE DE BABEL.....	155
3.5.2	O JARDIM TRANSFORMADO EM ESTADO.....	158
3.5.3	FAMÍLIA: PROSPERIDADE E POSSESSIVIDADE	160
3.5.4	SISTEMA DE CONTROLES OU VIDA HUMANA.....	162
3.5.5	NATUREZA/HÚMUS MATER E NÃO MATERIAL	164
3.5.6	DESENVOLVIMENTO DE UMA VIDA PARA A ETERNIDADE	166
3.6	CONSIDERAÇÕES.....	168
4	ADMINISTRAÇÃO HUMANA NA CRIAÇÃO	170
4.1	TRABALHO: MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO	170
4.1.1	AGIR PARA A CONTINUIDADE DA VIDA: MATRIMÔNIO	170
4.1.2	PATRIMÔNIO E MATRIMÔNIO: DESEJÁVEL E ATRAENTE.....	174
4.1.3	PAI/PATER E MÃE/MADRE: PATRI+MATRI+MÔNIO.....	176
4.1.4	VOCAÇÃO HUMANA: OS TEMPLOS DE <i>RUAH</i>	179
4.1.5	O TRABALHO NÃO É EXÍLIO É ÊXODO AO CRIADOR	182
4.1.6	O TRABALHO É O AGIR HUMANO A SERVIÇO DE DEUS	183
4.2	ALTERIDADE HUMANA E CONTINGÊNCIA DO REINO	185
4.2.1	A EGOLATRIA E A CONTINGÊNCIA DO REINO	186

4.2.2	OS DONS DE PESSOA NO ESPÍRITO CRIADOR	188
4.2.3	O AGIR HUMANO ENQUANTO FONTE DE AMOR	190
4.2.4	O AGIR DA PESSOA REFLETE A SEMELHANÇA DE DEUS	192
4.2.5	O CRISTO E A CRIATURA UNGIDA.....	193
4.2.6	A EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA EM FUNÇÃO DA PARENTALIDADE.....	196
4.3	O DESENVOLVIMENTO ALÇADO À ESSÊNCIA ADMINITRATIVA	198
4.3.1	DOMÍNIO E ESPONSALIDADE	198
4.3.2	O <i>HOMO ADMINISTER</i> : DESENVOLVIMENTO CUIDADO E AMOR.....	200
4.3.3	O LUCRO DE UMA VIDA SEM AMOR.....	202
4.3.4	FILHOS: MULTIPLIQUEM-SE E DESENVOLVAM A TERRA	204
4.3.5	O REINO DE DEUS AOS CUIDADOS HUMANOS.....	206
4.3.6	A RIQUEZA DE UMA VIDA EM COMUNHÃO.....	208
4.4	DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E COMPARTILHADO.....	210
4.4.1	ENVOLVIMENTO E CIÊNCIAS NA OBRA DE DEUS	210
4.4.2	A PARTILHA PRECEDE O TER	212
4.4.3	FAMÍLIA: NECESSIDADES, POSSIBILIDADES E SUBSÍDIOS	214
4.4.4	O TRABALHO E A JORNADA DE TRABALHO.....	217
4.4.5	UMA ECONOMIA QUE ANULA A ECONOMICIDADE HUMANA.....	219
4.4.6	A SERVIDÃO À ESTRUTURA DE TRABALHO.....	221
4.5	VIDA HUMANA.....	222
4.5.1	AMAR E ARBITRAR A VIDA.....	223
4.5.2	TERRA ESPAÇO VENTRINO DE HUMANIDADE.....	225
4.5.3	HUMANIDADE E A GENEALOGIA QUE HERDAMOS	226
4.5.4	PARENTALIDADE: ABRANGÊNCIA E PARTILHA.....	229
4.5.5	UMA VIDA QUE JÁ É ETERNA	231
4.5.6	CONCEPÇÃO DO JARDIM ETERNO.....	233
4.6	CONSIDERAÇÕES.....	235
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	237
6	REFERÊNCIAS.....	241
6.1	MAGISTÉRIO DA IGREJA	241
6.2	LITERATURA RELACIONADA.....	243

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve seu início no grupo de estudo vinculado aos programas de pós-graduação *strictu sensu* dos cursos de teologia e bioética da PUC/PR, apresentando a perspectiva administrativa e teológica, no sentido de descrever o ser humano como o administrador e cocriador da obra de Deus.

A pesquisa é alicerçada em dois núcleos fundamentais de referências e informações, a saber: os documentos que constituem a Doutrina Social da Igreja Católica (DSI) e os documentos que elucidam o projeto, a vivência e a dinâmica familiar da Igreja Católica, a 'moral familiar'.

Compreende-se que a teologia católica, atualmente, tem buscado o diálogo amplo com outras teologias/saberes. É importante afirmar que se enfatiza o termo Doutrina, enquanto fonte de pesquisa, todavia, há que se ressaltar que o resultado está para o âmbito de Pensamento Social da Igreja. O que se apresenta sobre DSI é a utilização dos documentos com base em sua escrita, e não exatamente sobre um contexto exegético e/ou hermenêutica sobre o qual foi elaborado o documento.

O Pensamento Social da Igreja é mais amplo e profundo que a Doutrina. Nesse sentido, o que está disposto a compreender com base na DSI são pontos que relatam o Pensamento Social da Igreja e, com isso, alicerçar a proposta, que é descrever/narrar o ser humano, enquanto cocriador e administrador do Reino de Deus.

Este é um esforço necessário que evidencia a humildade de apresentar essa visão de mundo, mas que deseja e está aberta à compreensão da unicidade das visões. Nesta pesquisa aprofundou-se a leitura de realidades humanas à luz do que se estabelece na Doutrina Social da Igreja, compreendida como o conjunto de documentos emitidos pelo Magistério Eclesiástico.

A pesquisa teve como perspectiva o ser humano e sua capacidade de administrar e cocriar, em esponsalidade com Deus, no diálogo e interdisciplinaridade entre as ciências teológicas e administrativas. Sobre tais propósitos aponta-se que, enquanto o ser humano administra o mundo, constitui-se *práxis* teológica e enquanto teólogo se faz no sentido de aprender a como administrar e dar continuidade à criação do mundo.

Defende-se que é o amor que possibilita ao humano ser o *húmus* da criação e a renovar-se constantemente, alimentando-se do eterno, pois, eis que “é o olhar de quem não pretende apoderar-se da realidade, mas a acolhe com um dom, descobrindo em todas as coisas o reflexo do Criador e em cada pessoa a sua imagem viva (cf. *Gn* 1, 27; *Sal* 8, 6)” (EV 83).

A pesquisa não tem o objetivo esgotar o tema contido nos documentos citados. Visa promover e suscitar a compreensão de administrar e cocriar em esponsalidade com o Criador. O ser humano com firme olhar avança em esperanças, na contingência do reino, e na busca de permitir o significado de uma criação em desenvolvimento, digna, plena e feliz, para a pessoa e para toda a criação.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A polarização do ser humano enquanto dimensão da vida tem dificultado as pessoas de serem/viverem a própria humanidade. Faz-se necessário repensar sobre como o ser humano está administrando os desafios da modernidade e globalidade, e como esse processo de globalização e polarização tem interferido nas dimensões de sociabilidade, de economicidade, e de parentalidade da pessoa.

A pesquisa apresenta o ser humano enquanto administrador e edificador da obra de Deus. Tal narrativa desenvolveu-se, tendo por base três dimensões de vida e vivência humana: a parentalidade, a economicidade, e a sociabilidade, dimensões que devem ser observadas diante das necessidades, das possibilidades e dos subsídios à disposição, na obra de Deus.

A expectativa é elemento da vida humana e que, mediante a esponsalidade com o Criador, possibilita correspondência à perspectiva do reino de Deus onde “o homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus” (EV 2). Nota-se que a cultura humana nas três dimensões já citadas, deve estar em perspectiva do Reino de Deus, entendida como processo de esponsalidade com o Criador.

Eis que, “portanto, considerem-nos os homens como servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus. Ora, o que se requer dos administradores é que cada um seja fiel” (1Co 4,1-2) e, com isso, é possível apontar que “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (LS 116).

Assim, a problemática desta pesquisa é narrar o ser humano como administrador e cocriador da criação. Administrador em família e da própria família, indagando-se: será que as dimensões referentes à sociabilidade, parentalidade e economicidade devem ser fundamentos sobre o qual se administra e cocria a obra de Deus?

1.2 HIPÓTESES

- a) A Essência Administrativa possibilita ao humano a dinâmica de administrar e cocriar o mundo sobre uma base da doação original das coisas por parte do Criador.
- b) A prosperidade participativa e compartilhada está intimamente ligada à capacidade humana de constituir-se família e assim permitir a continuidade humana, como administradores e cocriadores da Obra de Deus.
- c) O planejamento da parentalidade é primordial, para a compreensão da unidualidade e unicidade do casal, em um processo de edificação continuada.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Descrever o ser humano como administrador e cocriador da criação, administrador em família e da própria família, à luz da DSI.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) Explorar a Essência Administrativa que permite ao humano ser o administrador e cocriador da obra de Deus.
- b) Identificar necessidades, possibilidades e subsídios que propiciam administrar a obra de Deus em família.
- c) Analisar a administração e cocriação da obra de Deus, com ênfase nas dimensões de sociabilidade, de economicidade e de parentalidade.

1.4 JUSTIFICATIVA

O interesse pela temática que envolve a essência administrativa decorre dos conhecimentos, da crença, da expectativa e fé do pesquisador, na observação sistemática das diversas situações que se apresentam como relevantes e significativas na dinâmica socioeconômica da parentalidade. Compreender o ser humano como o administrador e cocriador da obra de Deus, constitui o propósito sobre o qual se faz teologia.

A esponsalidade com o Criador faz-se necessária porque “O homem, separado de Deus, torna-se desumano consigo mesmo e com os seus semelhantes, porque as relações bem ordenadas entre homens pressupõem relações bem ordenadas da consciência pessoal com Deus” (MM 214). O ser humano é o ato administrativo de Deus na criação, um todo que administra e desenvolve com Deus, por isso, a parentalidade que se origina na consanguinidade se apresenta segundo a vontade do Criador e, assim, movimenta-se em direção ao bom, ao belo e ao verdadeiro, segundo as necessidades, as possibilidades e os subsídios.

O matrimônio é aliança com o Criador que se demonstra em ato ao cônjuge. A relação dos cônjuges é um ato administrativo e cocriador e, por isso, tem-se que, “O matrimônio não é, portanto, fruto do acaso, ou produto de forças naturais inconscientes: é uma instituição sábia do Criador, para realizar na humanidade o seu desígnio de amor” (HV 8).

É importante, para família humana, compreender as necessidades, as possibilidades e os subsídios que possibilitam desenvolver a obra de Deus. Os alicerces de edificação da vida humana estão para as perspectivas de um

desenvolvimento participativo e compartilhado e, assim, dar continuidade à vida humana, na plenitude e dignidade da pessoa criada à imagem e semelhança de Deus.

1.5 METODOLOGIA

O planejamento da pesquisa, os esquemas de resolução dos problemas e a objetivação das hipóteses permitiram ao pesquisador aproximar-se dos objetivos e, com isso, a pesquisa fomenta narrativas verificáveis. A pesquisa foi desenvolvida sobre afirmativas administrativas e teológicas e enquanto 'pano de fundo' a pesquisa permeia os objetivos específicos, fomentando o núcleo de assuntos que são formados pelos três pilares da parentalidade, economicidade e sociabilidade humana.

As teorias, os fatos e os fenômenos foram observados e analisados em suas manifestações e subjetivações indagativas, proporcionando um novo universo conceitual, sobre o qual se respaldou para descrever e narrar o objeto observado.

Procurou-se a elucidação de questões que estão relacionadas ao que é o ser humano, vertendo-se a compreendê-lo como cocriador e administrador da obra de Deus. O tratamento metodológico que conduziu as possibilidades, as interpretações e as informações baseiam-se na afirmativa de que "uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores" (BRUNER, 2002, p. 46).

O planejamento e a execução desta pesquisa tiveram como subsídio, o uso do método compreendido como narrativa e se embasa em documentos e bibliografias, de modo que a pesquisa se sustenta sobre a base dos documentos Pontifícios do Magistério da Igreja Católica, sentido em que o autor interpretou os textos e criou a narrativa, baseando-se em citações e entendimentos decorrentes de sua leitura.

A narrativa tem por finalidade explorar, aprofundar e dar respostas às particularidades, onde a realidade não pode ou não deve ser quantificada. Então, nesse sentido, "Uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo

dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias” (CLANDININ e CONNELLY, 2011, p.18).

Há que se reconhecer que foi explorado o universo dos significados, das aspirações, das crenças, dos valores e de *práxis* de vida e vivência humana. Nesse sentido a narrativa foi embasada em dois núcleos fundamentais de dados, textos e informações, a saber: os documentos que constituem a (DSI) – Doutrina Social da Igreja; e os documentos que elucidam o projeto, a vivência e a dinâmica familiar da igreja católica.

O uso desses dois núcleos tem por base sua universalidade, isto é, são documentos que se destinam a toda a humanidade, diante dos Dons de cada pessoa. Sobre esse enfoque, é preciso pontuar que os textos são observados diante das dimensões de parentalidade, de economicidade e de sociabilidade do ser humano, isto é, os seres humanos não vivem duas vidas paralelas “por um lado, a vida chamada “espiritual”, com os seus valores e exigências, e, por outro, a chamada vida “secular”, ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do empenhamento político e da cultura” (CDSI 546). É em parentalidade que o ser humano vive a sociabilidade e a economicidade, formando em família, a família humana.

Esta pesquisa tem como perspectiva a essência administrativa no diálogo e na correspondência com a teologia cristã católica. A visão de *práxis* na sociabilidade, na economicidade e na parentalidade será embasada nos documentos da Igreja Católica, intitulados DSI, a saber: *Rerum novarum* (1891); *Quadragesimo anno* (1931); *Mater et magistra* (1961); *Pacem in terris* (1963); *Gaudium et spes* (1965); *Populorum progressio* (1967); *Octagesima adveniens* (1971); *Laborens excercens* (1981); *Sollicitudo rei socialis* (1987); *Centesimus annus* (1991); e o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2004); *Caritas in veritate* (2009); e *Laudato Si'* (2015).

Quanto aos documentos que elucidam o projeto, a vivência e a dinâmica familiar, seguem: *Casti connubii* (1930); *Humanae vitae* (1968); *Familiaris consortio* (1981); *Donum vitae* (1987); *Mulieris dignitatem* (1988); Cartas às mulheres (1995); *Evangelium vitae* (1995); *Dignitas personae* (2008); e *Amoris laetitia* (2016).

Assim, o caráter narrativo foi escolhido por existir o intuito de tecer a narrativa do ser humano como administrador e cocriador da criação. Todavia,

não se trata de uma busca exegética e/ou hermenêutica nos documentos/bibliografias, mas no desenvolvimento de um assunto que está incluso e encontra-se disperso e disseminado entre os textos pesquisados.

Cada um dos itens da pesquisa foi desenvolvido, tendo por base os textos/documentos apresentados. Como pontos de discernimento buscaram-se fontes/obras para dar às narrativas, sentido de diálogo com fundamentações de teólogos que não estão inseridos nos dois núcleos apresentados. As obras foram escolhidas pelo próprio pesquisador, tendo como critério a afinidade com o texto, sendo este o critério metodológico para sua escolha.

Ainda sobre o assunto, é pontual afirmar que, após a formulação dos textos, bases da pesquisa, foram utilizados citações e embasamentos de teólogos, principalmente de Carl E. Braaten; Robert W. Jenson; Philip J. Hefner; Paul R. Sponheim, cujos autores foram utilizados com base no livro “Dogmática Cristã” Volume 1. Jurgen Moltmann, livro “Deus na Criação: Doutrina ecológica da Criação”. Karl Rahner, livro “Teologia e Antropologia”. E Mário Antônio Sanches, Obras: A criação e o Cristo: reflexões no âmbito da biologia e teologia; Brincando de Deus(!) (?): bioética e as marcas sociais da genética; Reprodução Assistida e Bioética – Metaparentalidade; Planejamento da parentalidade no contexto da bioética: busca de uma nova abordagem para pesquisa.

A pesquisa desenvolveu-se no intuito de compreender como administrar e cocriar a obra de Deus na dimensão de seus três pilares sendo parte de um projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR com parecer: 770.977, de 27/08/2014.

Ainda enquanto metodologia é afirmativa a associação e inter-relação entre Teologia e Administração, de modo que, realizar a vontade de Deus, esponsalidade significa administrar a criação e, por isso, há *práxis* teológica e, à medida que se faz teologia, compreende-se como administrar a Criação e, neste sentido, subentende-se que “a vida que Deus oferece ao homem, é *um dom, pelo qual Deus participa algo de Si mesmo à sua criatura*” (EV 34).

A sociabilidade para é presente na necessidade humana, em manter relação com o outro, em correspondência e alteridade, para compreender-se enquanto potência, em desenvolvimento na Criação de Deus, de modo que “a sociabilidade constitutiva do ser humano, que tem o seu protótipo na relação

originária entre o homem e a mulher, ‘união esta que foi a primeira expressão da comunhão de pessoas’” (CDSI 37).

Na parentalidade, o ser humano percebe a unidualidade do casal, responsável pela continuidade da existência da vida humana, de modo que os cônjuges, “expressam reciprocamente o seu amor pessoal na ‘linguagem do corpo’, que comporta claramente e, ao mesmo tempo, ‘significados esponsais’ e parentais” (DV 4b).

A economicidade resume-se na necessidade humana de administrar, “cultivar e guardar” (Gn 2,15) a criação, zelando pelos recursos com os quais precisa conduzir-se, conduzindo a obra de Deus e, “descobrimo, em crescente progressão, ‘a inexplorável riqueza de Cristo’ (Ef 3,8), na criação, a economicidade humana se transforma num serviço prestado à grandeza de Deus” (CDSI 262).

Eis que “Iahweh Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e guardar” (Gn 2,15). Sendo dever do ser humano cultivar o jardim insere-se o momento posterior, a necessidade de administrar e cocriar. Administrar é dar significado, sentido e possibilidades ao que existe, avançando sobre o que não é possibilitado, mas que se alça em ser possibilitado, no futuro, pela ação humana, mediante a essência administrativa.

O humano sempre se desenvolve, mediante a potência da essência administrativa e se torna ato de vida humana na criação. Enseja-se que a esperança é constitutiva da ação necessária em perspectiva do reino esperançado, é preciso compreender que “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (LS 116).

1.6 ESTRUTURA DA TESE

Conforme se fundamentou, em epígrafe, os três capítulos desta pesquisa estão embasados, teoricamente, sobre os dados e fundamentos bibliográficos anunciados.

O primeiro capítulo terá como título ‘a essência administrativa no mandado a cultivar e guardar’. O cerne do capítulo é uma crítica ao termo

‘dominar a terra’, e a edificação de uma Teologia que possibilite a compreensão, dos relatos que apresentam o ser humano como ‘administrador’ e ‘cocriador’ da criação. Desvela-se, o ser humano, enquanto esponsalidade, *práxis*, amor e razão necessária para que Deus possibilite a edificação do reino, a partir de sua própria Criação, “portanto, considerem-nos os homens como servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus. Ora, o que se requer dos administradores é que cada um seja fiel” (1Co 4,1-2).

O segundo capítulo terá como título ‘Administrar e cocriar a obra de Deus em família’ onde o ser humano é convidado a satisfazer as necessidades e as possibilidades, com vistas aos subsídios, de forma a não comprometer a Criação e, isso, se faz também em relação às gerações futuras. A parentalidade é a fonte de onde jorra sem cessar o amor; todavia, o amor floresce na dimensão de sociabilidade humana. Quando as pessoas se propõem a amar unicamente a parentalidade, prende-se o amor entre quatro paredes e tudo à volta se torna mero elemento com os quais se provê a parentalidade, deixando de lado a própria humanidade.

Há, nesse capítulo críticas à intenção de promover o ser humano submetido ao espírito que apequena a economicidade humana, reduzindo a ação humana à fadiga do trabalho, ao mesmo tempo em que afasta a pessoa de sua sociabilidade e parentalidade. É possível observar que os indivíduos concorrem entre si, gerando discórdia, quando deveriam gerar concórdia e ser administradores da Criação. A *práxis* de vida e vivência humana precisa fomentar a vontade de Deus, mesmo porque “todos vós, conforme o dom que cada um recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons dispenseiros da multiforme graça de Deus” (1Pd 4,10).

O terceiro capítulo terá como título ‘administração humana na criação’ elucidando que o movimento do indivíduo na contemporaneidade é, em grande parte, um movimento em busca de estabilidade financeira e patrimonial sob a perspectiva da exploração predatória da natureza e de si mesmo.

Institui-se o trabalho como fadiga e, a *práxis* de ser humano administrador é desmerecida para que haja lugar para indivíduo que luta desesperadamente por possuir. O problema não está no trabalho, mas em uma descivilização do trabalho, onde se põe a compreensão de que, tempo é dinheiro e, a eternidade, no tempo é, então, substituída por cifras monetárias.

A obsessão por apossar-se contamina o ouvido humano, que está atento ao relógio que convoca as pessoas para o 'possuir' e, que caminham como que autômatos para seus postos de trabalho e continuam a precisar de convocação. E neste sentido se eleva a uma indagação crítica no capítulo, — Por que será que pessoas esperam pelos 'relógios' que os conclamam a uma exploração predatória da natureza e nesta à destruição de si mesmo?

O capital nunca deve ser o senhor do trabalho e, sim o trabalho, é a *práxis* de uma planejada economicidade humana, que possibilita a sociabilidade e que perpetua a espécie humana mediante o planejamento da parentalidade. É preciso que, mediante uma cultura de paz, a pessoa possa se inspirar a exercer a economicidade e desenvolver a sociabilidade “que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta” (FRANCISCO, 2019).

É preciso que a vida e vivência humana sejam canteiros de esperança, que se edifique a cultura do desenvolvimento participativo e compartilhado. É possível compreender que, não é o que se tem, é quantos vivem bem com o que se tem, sem que para isso outros tenham vivido, vivam, ou venham a viver mal, isto é “pôr em prática um modelo econômico novo, fruto de uma cultura da comunhão, baseado na fraternidade e na equidade” (FRANCISCO, 2019).

Nos próximos capítulos estarão as fundamentações que elucidam a compreensão da essência administrativa no mandado a “cultivar e guardar” (Gn 2,15) e no chamado a “sede fecundo, multipliquem-se, e submetam a terra” (Gn 1,28), isto é, apresenta-se a essência administrativa enquanto Dom possibilitado à vida humana para que o ser humano possa exercer o mandado recebido de Deus e, assim, edificar-se enquanto imagem e semelhança de Deus.

2 A ESSÊNCIA ADMINISTRATIVA NO MANDADO A CULTIVAR E GUARDAR

Este capítulo elucida o desenvolvimento participativo e compartilhado, evidenciando a essência administrativa que habita o íntimo humano, e possibilita ao ser humano ser o administrador e cocriador em esponsalidade com Deus. O capítulo apresenta uma resposta ao convite que assim preconiza,

Se é verdade que o mundo sofre por falta de convicções, nós convocamos os pensadores e os sábios, católicos, cristãos, os que honram a Deus, os que estão sedentos de absoluto, de justiça e de verdade: todos os homens de boa vontade. Seguindo o exemplo de Cristo, ousamos pedir-vos instantemente: "buscai e encontrareis", abri os caminhos que levam pelo auxílio mútuo a um aprofundamento do saber, a ter um coração grande, a uma vida mais fraterna numa comunidade humana verdadeiramente universal. (PP 85)

Ao ser humano é possibilitado, sob os desígnios de Deus, edificar-se como administradores. É preciso compreender que “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (LS 116).

Apresenta-se em concomitância ao termo administrador, o temo cocriador, isso se faz no sentido de que Deus “criando um mundo necessitado de desenvolvimento, onde muitas coisas que consideramos males, perigos ou fontes de sofrimento, na realidade fazem parte das dores de parto que nos estimulam a colaborar com o Criador” (LS 80).

Deus se faz participante da história de cada pessoa, diante do livre-arbítrio, ou seja, na vontade humana que deseja projetar a imagem de Deus à criação, portanto o ser humano “descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho” (CA 37), ainda é preciso que o ser humano não se esqueça de que esse trabalho “se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus” (CA 37).

Quando se enfatiza que a criação estimula o ser humano “a colaborar com o Criador” (LS 80), e que assim pode “criar o mundo com o próprio trabalho” (CA 37), movimenta-se no sentido de compreender o ser humano, que é administrador, como um cocriador da obra de Deus, e neste sentido “Escolhemos o termo ‘co-criador criado’ para articular o que significa a humanidade sob a vontade de Deus. Este termo fala de dependência, de poder

e autoridade dados por Deus e de liberdade dentro da finitude” (HEFNER, 1987, p. 324).

Há aqui a consciência de que o termo administrador envolve/abarca a cocriação, todavia, enseja-se utilizar os dois termos *‘ad-minister e co-criador’* para apresentar o núcleo básico sobre o qual se desenvolverá este capítulo, onde “O *humanum* primordial que surge da criação de Deus é constituído pelo chamado (destino) e pela capacidade de participar como co-criador ordenado do ímpeto criativo de Deus” (HEFNER, 1987, p. 328).

2.1 A ESSÊNCIA ADMINISTRATIVA

O intuito é aproximar, apresentar e propor ao leitor uma profunda reflexão sobre o próprio ser humano, a partir de si, da pessoa que é capaz de colaborar com Deus. Apresenta-se a indagação: o que possibilita à pessoa ser um colaborador de Deus? Pontua-se que habita o ser humano a essência administrativa, um Si de Deus que, como Dom primeiro, possibilita compreender a Graça de ser concebido à imagem e semelhança de Deus Criador.

2.1.1 O *HOMO AD-MINISTER*: *HÚMUS DA TERRA*

O objetivo deste subitem é apresentar a palavra, ‘administrador’, e o que se busca com essa palavra. Ao se referir à palavra ‘administrador’, há a busca por seu significado na etimologia, e move-se no sentido de afirmar o que é o ser humano, e nesse sentido “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (LS 116).

Para compreender o *homo ad-minister*, é importante que a palavra administrador seja decolonizada do sentido de representar uma pessoa, sob a qual reside a autoridade sobre as instituições e pessoas. Ainda em alusão à palavra *‘minister’*, assim como a palavra *‘ad-minister’*, há uma origem em comum, de modo que administrar tem origem em *‘minus’*, desta a *‘minister’* que designa a pessoa como ‘servo’ e/ou como ‘ajudante’ e, posteriormente, como ministro de Deus.

Quando a palavra *minister* é precedida do prefixo ‘*ad*’, que tem sentido de ‘direção à – tendência’, compreende-se a expressão ‘*ad-minus, ad-minister*’, e sobre o qual se desvela o “*homo ad-minister*”, o humano administrador e cocriador da obra de Deus, o *homo ad-minister* é aquele que está a serviço de Deus, é mordomo que, fazendo a vontade de Deus, é o ato administrativo de Deus na criação.

O ser humano é capaz de intuir, prever, planejar e desenvolver-se na medida em que desenvolve com Deus, toda a criação. A pessoa é, então, em responsabilidade com o Criador, o cocriador e administrador da criação, na contingência de um reino em desenvolvimento. A palavra administrador é analisada no sentido de compreender que habita o íntimo do ser humano a essência administrativa e, nesse sentido, o “DOM DE ADMINISTRAÇÃO”, (MILLARD, 2011, p. 61), é definido como “Um dos dons espirituais: capacidade de administrar. (1Co 12:28)” (MILLARD, 2011, p. 61).

Ainda no mesmo sentido, a conceituação da palavra “MORDOMIA” (MILLARD, 2011, p. 129), apresenta a *práxis* de vida humana e sua relação com a casa comum, ao enfatizar que a mordomia é “Administração cuidadosa dos recursos do reino de Deus confiados a uma pessoa ou a um grupo” (MILLARD, 2011, p. 129). A palavra Mordomo é utilizada para referir-se ao ser humano, enquanto um ser a serviço de Deus.

Esse serviço/mordomia é aqui compreendido como o cocriar e o administrar o reino em sua contingência, de modo que a esperança “só vem para aqueles que constroem o futuro reino da terra, com os meios que, em cada momento e com permanente novidade epocal, nos são oferecidos e que assim fazem constantemente mudar esse mesmo plano de futuro” (RAHNER, 1969, p. 179).

Ao centrar-se em específico na palavra Administrador perpassa-se pela palavra *oikonomos*, porque a “MORDOMIA (gr. *oikonomia*, que significa ‘administração de um lar’), a administração de deveres ou bens pelos quais a pessoa é responsável” (WALTER, 2009, p. 552). Remete-se ao ser humano, enquanto um ser à imagem e semelhança de Deus e, com isso, cada ser humano, mediante a própria história, “pode ser entendido como o guardião da possibilidade, do planejamento através do qual é direcionada a mordomia fisicamente ancorada da pessoa humana” (SPONHEIM, 1987, p. 396).

Cada pessoa vive o mandado de ser administrador e cocriador do reino de Deus, com base nos subsídios, nas necessidades e nas possibilidades que estiverem à disposição; nesse sentido, a essência administrativa é *práxis* e movimenta-se no sentido de que “o novo critério da teologia e da fé se encontra na *práxis*” (JURGEN MOLTSMANN *apud* BRAATEN, 1987, p. 46).

Quando se enfatiza que a essência administrativa é *práxis*, fundamenta-se que é produto/fruto de esponsalidade com o Criador, de tal modo que, “a *práxis* transformadora pode ser apenas a realização histórica da reconciliação que o evangelho anunciou ao mundo através da ação de Deus em Cristo” (BRAATEN, 1987, p. 47). A essência administrativa é decorrente da esponsalidade e, se fundamenta na relação com o Criador, pois “semelhança de Deus significa, em primeiro lugar, a *relação de Deus para com a pessoa* e, somente então, a partir disso a *relação da pessoa para com Deus*” (MOLTSMANN, 1993, p. 318).

Toda pessoa participa, ativamente, dos momentos contingentes da vida e vivência humana. Na totalidade do reino que se desenvolve, fundamenta-se que o ser humano “através da memória, torna presente o passado e, através da expectativa, torna presente o futuro, proporcionando, assim, uma relativa unidade do tempo” (MOLTSMANN, 1993, p. 179). É basilar que “o critério do evangelho vem primeiro; a *práxis* é sempre um segundo passo” (BRAATEN, 1987, p. 47), portanto, a esponsalidade é a base, é a relação de amor com o Criador, sob a qual subsiste a essência administrativa.

O humano é o administrador e cocriador da obra de Deus, possibilitando que o momento posterior seja preenchido de significado e significância, mediante as dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade, em esponsalidade com o Criador. Então se considera o humano sendo cocriador e administrador, em família, da obra de Deus. Fundamentou-se o sentido da palavra administrador e cocriador, enquanto pessoa a serviço de Deus, para quem o ser humano é o *homo ad-minister*.

2.1.2 O HOMO AD-MINISTER: SENTIDO NATO DE ADMINISTRAR

A esponsalidade propulsa a essência administrativa, *práxis* de vida e vivência de cada pessoa, na resposta livre e amorosa do ser humano ao Criador, isso porque “Deus colocou o ser humano no jardim recém-criado (cf.

Gn 2,15), não só para cuidar do existente (guardar), mas também para trabalhar nele a fim de que produzisse frutos (cultivar)” (LS 124).

Habita o ser humano um sentido nato de administrar: abstrair, planejar, organizar, executar e controlar, aqui entendidos como elementos da Essência Administrativa. A narrativa se propõe a edificar e a aproximar-se do sentido humano de significar, nomear, dar sentido e finalidade a si mesmo para administrar e colaborar com a obra de Deus.

O sentido nato de administrar propicia ao ser humano decidir com base no passado, no presente e na expectativa, o que será no futuro. Abstraem-se das coisas que existem, as coisas que se deseja, de forma que a esperança é constitutiva do agir necessário, em função do objetivo esperado. Administrar é dar sentido, significado e possibilidades ao que existe, avançando ao não possibilitado. Verifica-se a singularidade existente entre a essência administrativa e a prudência, de modo que a “prudência” (CDSI 547) é elemento da essência administrativa.

O planejamento/esperança é em função do que se deseja ser no futuro, todavia, compreende as etapas necessárias para sua realização. Poder-se-ia ainda mencionar que, administrar é fazer no presente, o necessário para que se tenha o futuro desejado, pois,

A disposição atual contém, inevitavelmente, toda a vida anterior, porque não se pode voltar para além do passado. Este é conservado no presente da pessoa; presente a partir do qual se firma todo ato, e no qual o homem dispõe, livre e inteiramente, de si mesmo. (RAHNER, 1969, p. 222).

Conforme se pode observar, “a prudência se articula em três momentos: clarifica a situação e a avaliação, inspira a decisão e dá impulso à ação” (CDSI 547). O primeiro momento da prudência prefigura-se à busca por conhecimento do ambiente, sob o qual acontecerá o agir do ser humano, deve então ser “qualificado pela reflexão e pela consulta para estudar o argumento requerendo o necessário parecer” (CDSI 547).

O juízo, a análise e a avaliação compreendem o sentido nato de administrar; são os preceitos sobre os quais as decisões são embasadas e, nesse sentido, sob o segundo enfoque da prudência, é possível afirmar que “é o momento de avaliação da análise e do juízo sobre a realidade à luz do projeto de Deus” (CDSI 547).

A dimensão de economicidade associada ao movimento ecológico do ser humano na criação torna enfático que é necessário, “um *novo jeito de pensar sobre Deus*. Não mais a diferenciação entre Deus e o mundo está no centro, mas do reconhecimento da presença de Deus no mundo e da presença do mundo em Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 32).

Para efeito de essência administrativa estabelece-se que o momento da decisão, funda-se sobre o efeito do que é necessário executar na realização do que se administra, sob o enfoque da prudência; firma-se que “o terceiro momento, aquele da decisão, baseia-se sobre os falsos precedentes e que tornam possíveis o discernimento das ações a serem realizadas” (CDSI 547).

A essência administrativa desperta o humano para sua humanidade, diante dos subsídios, das necessidades e das possibilidades, em um lastro de desenvolvimento e comunhão com a família humana. O dom primeiro da vida humana é a essência administrativa, fruto da esponsalidade com o Criador e, nesse sentido, o ser humano é, desde sempre, chamado a “cultivar e guardar o jardim” (Gn 2,15) e, “detém uma responsabilidade específica sobre o *ambiente de vida*, ou seja, sobre a criação que Deus pôs ao serviço da sua dignidade pessoal, da sua vida” (EV 42).

O livre-arbítrio é reconhecido como a própria responsabilidade de administrar e cocriar o jardim e cuja responsabilidade se dá “não só em relação ao presente, mas também às gerações futuras” (EV 42). Falar de um reino em desenvolvimento é elevar-se, em consciência e esponsalidade, na compreensão de que “é o momento em que Deus recua e entrega aos humanos um pouco mais, o futuro de toda a criação” (SANCHES, 2007, p. 155).

O ser humano, diante de sua própria vida e vivência, edifica-se na dinâmica do tempo/espço, desenvolve-se no privilégio exclusivo de sua vida, onde tudo se sucede um momento após o outro, sem direito a regresso. Compreende-se o passado, o presente, a expectativa e o futuro. O tempo cronológico é observado em seu sentido de escatologia, porque “Este *germe de totalidade e plenitude* anseia por se manifestar no amor e realizar-se, por dom gratuito de Deus, na participação da sua vida eterna” (EV 31).

É a memória humana que abstrai do vivido/passado, o bem e o mal. A própria cultura diz, muito, sobre o atual sentido da obra de Deus mediante o agir humano, pois é notório que o Criador, “Pôs no coração a duração inteira,

sem que ninguém possa compreender a obra divina de um extremo ao outro (Ecl 3, 11)” (EV 31).

É na dinâmica do tempo/espço que o ser humano expecta a própria vida e vivência na criação, revelando sua imagem e semelhança de Deus, na essência administrativa que é *práxis*. O sentido nato de administrar possibilita, ao ser humano, a sensibilidade de se apresentar ao mandado/chamado de Deus, para administrar o cocriar o reino.

2.1.3 ESPONSALIDADE E A ESSÊNCIA ADMINISTRATIVA

Há de se apresentar que o mistério, no agir humano, continua a ser a (r)evolução de conhecimento, apresentam-se maneiras de fazer, ferramentas para fazer e, com isso, novas realidades se formam a partir das coisas que o ser humano desenvolve. Esse agir é *práxis* de significar e dar sentido à obra de Deus, é participar delas. Nesse sentido, apresenta-se a seguinte indagação: qual é o primeiro Dom, Graça de Deus à vida humana, para ser e agir, como imagem e semelhança de Deus?

Responde-se a essa indagação, com a expressão '*Essência Administrativa*', apresentando, nesta tese, o convite a uma profunda inspiração sobre a vida humana na criação de Deus. Inspiração que se estabelece na sponsalidade com o Criador, sendo possível afirmar que a criação é uma obra continuada, uma cocriação na qual é conferida ao ser humano a capacidade de desenvolver o reino com Deus.

A essência administrativa pode ser compreendida na natureza humana que remete a “significar a criação” (Gn 2,19-20), no mandado de cultivar e guardar o Jardim (Gn 2,15), no chamado a ir à parentalidade na formação da família humana, quando “Deus os abençoou e lhes disse: ‘Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a’” (Gn 1,28) e, que cada pessoa possa se tornar “servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus. Ora, o que se requer dos administradores é que cada um seja fiel” (1Co 4,1-2).

Toda pessoa é partícipe das decisões e ações que propiciam a edificação do Reino, onde “A ideia de um mundo sem desenvolvimento exprime falta de confiança no homem e em Deus” (CV 14). Conforme os preceitos teológicos destacam-se, que a referida citação pode se prospectar sobre o preceito de “um conceito de criação tripartidário: criação original (*creatio*

originalis) – criação continuada (*creatio continua*) – nova criação (*creatio nova*)” (MOLTMANN, 1993, p. 300).

Na Criação original, Deus soprou ao íntimo humano, a Essência de Si, com a qual cocria, administra e rege toda a criação que, por Seu gesto de amor, surge do nada/*ex-nihilo* para além de Si. É o ser humano no mundo, pessoa à imagem e semelhança de Deus, emergido no *húmus* da criação na natureza Divina, com o propósito de e administrar o que é criado no gesto de amor e vontade pessoal do Criador.

O agir humano é, sobretudo, um chamado/mandado para que a vida humana possa fazer proliferar a vontade pessoal de Deus e, nesse sentido, se aponta que “Todos vós, conforme o dom que cada um recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus” (1Pd 4,10).

Esse texto fomenta a participação do ser humano na Criação Continuada, na qual, o ser humano é o administrador e cocriador, em esponsalidade com Deus. Uma criação em desenvolvimento compreende reconhecer que “A criação é, em sua própria essência, histórica; isto significa que está sempre em trânsito” (HEFNER, 1987, p. 342). Sendo assim, confiar no ser humano é, portanto, compreender que,

Quem quer que tenha recebido da divina Bondade maior abundância, quer de bens externos e do corpo, quer de bens da alma, recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu próprio aperfeiçoamento, e, ao mesmo tempo, como ministro da Providência, ao alívio dos outros (RN 12).

A Graça precede o Dom, os dons possibilitam o livre-arbítrio e, nesse sentido, o ser humano torna-se a ação necessária, para que a Graça de Deus possa ser compreendida, partilhada e vivenciada como a Providência Divina, “De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, e Deus apela por nosso intermédio. (2Co 5,20)” (JENSON, 1987, p. 123).

A Essência Administrativa habita o íntimo humano, em processo de alteridade e correspondência. A esponsalidade e a essência administrativa promovem a capacidade de compreender e tornar-se sujeito, diante de tudo o que o faz perceber enquanto ambiente de convívio, esperando e expectando o ser humano ao ato amoroso.

A expectativa é elemento da essência administrativa, possibilita a perspectiva do reino que Deus esperança à vida e vivência humana, de tal modo que “O homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus” (EV 2).

Deduz-se que “Quando a faculdade da imaginação é plenamente atuante, ela faz com que a mente humana adquira consciência de que há outra dimensão da realidade que ainda não existe” (BRAATEN, 1987, p. 41), sentido em que é evidente que “o criar no início é *sem precedentes*” (MOLTMANN, 1993, p. 300). Efetivamente, o agir humano na criação é possibilitado mediante a aliança de Deus para com a pessoa – sponsalidade, na doação da dignidade de pessoa, concebida à imagem e semelhança de Deus.

No mistério, de sponsalidade, a criação se desenvolve tendo por base seus mistérios de criatura, ou seja, uma base original das coisas possibilitadas por Deus. Isso significa que o ser humano é a criatura que cocria e administra os mistérios de Deus, de modo que “o criar histórico *pressupõe a criação*” (MOLTMANN, 1993, p. 300). Ser imagem e semelhança de Deus, na resposta humana que cultiva e guarda o jardim, é aceitar ser aquilo que o ser humano é.

2.1.4 O ATO ADMINISTRATIVO DE DEUS NA CRIAÇÃO

O humano é formado no *húmus* da Criação, é habitado pelo Si de Deus, possibilitando ao humano estar em sponsalidade, da qual decorre a essência administrativa, é o ser humano o ato administrativo de Deus na Criação. Quando se fala do ser humano, é preciso enfatizar que não se trata apenas de um indivíduo, o ser humano “*é uma pessoa, não só um indivíduo. O termo ‘pessoa’ indica uma natureza dotada de inteligência e vontade livre*” (CDSI 391).

Há o mandado e o chamado de Deus, pelo qual o ser humano se põe a cocriar e administrar e, nesse sentido, o ser humano, enquanto desenvolve o reino, alimenta-se do Espírito de Deus Criador, mesmo porque, “apenas conservar, sem evoluir é traição aos desígnios divinos; agir de qualquer modo, correndo o risco de acrescentar ainda mais dor à criação é igualmente traição” (SANCHES, 2007, p. 155).

Aos humanos, é capacitada a essência administrativa, “O criar de Deus na história acontece sob o pressuposto do criar de Deus no início. É um *criar naquilo que foi criado*” (MOLTMANN, 1993, p. 301), e, nesse sentido, o ser humano, concebido à imagem e semelhança de Deus, prospecta essa imagem ao reino, quando é administrador e cocriador, segundo os dons e capacidade de cada pessoa.

O cocriar sugere um efeito administrativo, é um “cultivar e guardar a criação” (Gn 2,15) é manter a vida humana na contingência do reino, de forma concomitante cada pessoa, possa obedecer à ordem divina: “Sede fecundos, e multiplicai-vos” (Gn 1,28). Ser administrador e cocriador é fazer, segundo a vontade pessoal de Deus Criador, ou seja, em um processo, aqui compreendido como sponsalidade humana com o Criador.

Pontua-se o ser humano e sua capacidade de relação com Deus, com o próximo e com a criação; no entanto, antes de apresentar a ‘essência administrativa’ é preciso apresentar a sponsalidade, a relação de Deus para com a pessoa. A sponsalidade fundamenta-se na relação primeira, na qual Deus, por seu amor, edifica a vida humana na relação pessoal, isto é, no Chamado a Si e no Mandado de Si.

Há, portanto, no humano, a capacidade de passado, presente, expectativa e futuro, de forma que “existe o presente do que passou, que se chama memória; o presente do que é presente, chamado aparência (*augenschein*); o presente do que é futuro, chamado expectativa” (MOLTMANN, 1993, p. 175).

Quando se fala de sponsalidade com o Criador, enfatiza-se que “a *relação do homem com o mundo é um elemento constitutivo da identidade humana. Trata-se de uma relação que nasce como fruto da relação, ainda mais profunda, do homem com Deus*” (CDSI 452) e é essa relação profunda, cocriadora e administradora, que subsiste em sponsalidade.

A sponsalidade ocorre na relação de cada ser humano com Deus, para que possa habitar o reino em comunhão e sociabilidade, mesmo porque se há em si “o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também os seus corpos mortais, por meio de Seu Espírito que habita em vocês” (JENSON, 1987, p. 125). O ser humano, sujeito às leis implícitas da criação, quando em

esponsalidade com o Criador, desperta a essência administrativa, *práxis* de vida e vivência humana na criação.

A relação de amor com o Criador, com a criação e consigo mesmo, direciona ao conhecer o Amor Criador, e, com isso, se eleva ao entendimento e à consciência da imagem que se deve prospectar para que se que se perceba cada pessoa segundo o Criador; assim, “ao conhecer Deus e confiar nele somos envolvidos num relacionamento que nos leva a uma série de atividades. A alegria por causa de Deus e o serviço de Deus se unem à medida que se continua nessas atividades” (SPONHEIM, 1987, p. 269), fundamenta-se que, a essência administrativa, é *práxis*.

Na realidade, a intervenção humana que favorece o desenvolvimento prudente da criação é a forma mais adequada de cuidar dela, porque implica colocar-se como instrumento de Deus para ajudar a fazer desabrochar as potencialidades que Ele mesmo inseriu nas coisas: ‘O Senhor produziu da terra os medicamentos; e o homem sensato não os desprezará’ (Sir 38, 4) (LS 124).

Menciona-se, o ser humano, como o ser capaz de ser o ato administrativo e cocriador de Deus na criação. O ser humano é habitado pelo Si de Deus, e mais que um ser racional, torna-se um ser capaz de compreender as necessidades, as possibilidades e os subsídios, com os quais se administra o espaço, a vida e a comunhão com toda criação, na Graça e Providência de Deus.

Toda pessoa é um cocriador e administrador da obra de Deus, o humano é, por essência, o *homo ad-minister*, um ser possibilitado a ser o guardião da possibilidade, *práxis* de vida e vivência humana na esponsalidade com o Criador. O domínio (Gn, 26) conferido ao ser humano é o de ser filho de Deus, portanto, um domínio que se insere no agir humano em aliança com o Criador.

2.1.5 FILHOS/BEN: QUE ELES DOMINEM

Apresenta-se o ser humano, enquanto filho de Deus, administrador e guardião da criação. A vida humana estabelece-se em um Reino Criado por Deus, isso implica reconhecer que a vida humana é dependente de uma base original das coisas criadas e possibilitadas por Deus. O ser humano avança em direção ao não possibilitado e, mediante a essência administrativa, põe-se livremente, a desenvolver a criação, como ato administrativo de Deus.

É notório que, entre a Graça e a Providência Divina, há a ação humana e, que mediante, a essência administrativa, possibilita administrar as necessidades, as possibilidades e os subsídios, bem como enunciam um convite de Deus a governar o mundo. É significativa a observação de que “no Antigo Testamento, a palavra que aparece mais vezes depois da designação divina (YHWV, o ‘Senhor’) é ‘filho’ (*ben*), um termo que remete ao verbo hebraico que significa ‘construir’ (*banah*)” (AL 14).

No mandado/chamado para “cultivar e guardar o jardim” (Gn 2,15), a atitude humana que se estabelece entre a Graça e a Providência Divina, pode ser elucidada em virtude de que “a graça não é perfeição da natureza, mas a preparação messiânica do mundo para o Reino de Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 26), ou seja, uma preparação para que o ser humano se edifique enquanto administrador e cocriador da obra de Deus, ainda que,

O comportamento de Deus no governo do mundo, que demonstra tão grande consideração pela liberdade humana, deveria inspirar a sabedoria dos que governam as comunidades humanas. Estes devem comportar-se como ministros da providência divina (CDSI 383).

A associação e interrelação, entre, Teologia e Administração, tornam explícito a importância da esponsalidade com o Criador, isso porque, à medida que se administra a criação, põe-se em esponsalidade com Deus e, por isso, há *práxis* Teológica e, à medida que se faz teologia, compreende-se como administrar a Criação de Deus, comportando-se assim “como ministros da providência divina” (CDSI 383).

Sugere-se que o ser humano comporte-se como ministro, reconheça-se como o *homo ad-minister*, de modo que entre o anúncio evangélico e a *práxis* de vida e vivência humana, há “laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto de problemas sociais e econômicos” (CDSI 66).

Na compreensão da economicidade humana, é possível destacar que é respeitável fazer Teologia global, e lidar com o fato de que se administra a família humana na criação de Deus. Tal fato desempenha um papel fundamental na educação do ser humano. Quando se diz da essência administrativa, fala-se da capacidade de administrar, assim como da capacidade de ser administrado, sem que, para isso, o ser humano se afaste

do livre-arbítrio, sob o qual acontece a edificação de si, do próximo e do reino de Deus.

Em se tratando de domínio, é enfático dizer que quando a autoridade civil, o que se espera é que possa fomentar a vida humana, segundo a natureza sob a qual ela foi criada e, com isso, suscitar e “fazer o possível ‘para que as leis e instituições sejam tais..., que da própria organização do Estado dimanem espontaneamente a prosperidade da nação e dos indivíduos’ (QA I,2).

Porque é esta a realidade do mundo a qual se deve administrar; toda pessoa tem o direito/dever de estar em esponsalidade com o Criador. O domínio não censura o livre-arbítrio ao próximo. É preciso também se permitir, ver e sentir a solidão original que há na vida humana, onde cada pessoa se indaga, sobre a relação humana com a criação e nessa com o próprio Criador.

É natural que o humano crie ferramentas para guiar-se e administrar a criação, enquanto totalidade da obra, mas não como algo que se torna soberano ao seu próprio ser. O Estado, organização social, pode, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento participativo e compartilhado, à medida que contribui para fomentar as possibilidades sem, com isso, criar ausência de subsídios às necessidades de outros, de modo que:

O Estado, cuja razão de ser é a realização do bem comum na ordem temporal, não pode manter-se ausente do mundo econômico; deve intervir com o fim de promover a produção de uma abundância suficiente de bens materiais, ‘cujo uso é necessário para o exercício da virtude’; e também para proteger os direitos de todos os cidadãos, sobretudo dos mais fracos (MM 20).

O desejo possessivo das pessoas impregna-se nas estruturas, impossibilitando que o ser humano se torne plenamente “filhos/ben” (AL 14) na relação sponsal com o Criador. Os filhos/ben de Deus são os administradores e cocriadores da Grande nação, uma nação sem os limites geográficos de um Estado, uma nação que se funda sobre a continuidade do gesto de amor de Deus à vida humana na criação.

2.1.6 A NAÇÃO DOS FILHOS DE DEUS

A nação, estrutura socioeconômica, constituída, colabora à medida que possibilita a maturidade da consciência das pessoas, para que essas possam gerir corretamente, as dimensões necessárias ao bem comum, à

economicidade, à sociabilidade e à parentalidade da pessoa. O ser humano contribui no desenvolvimento da obra de Deus, na *práxis* de ser o administrador e cocriador, segundo a vontade de Deus.

No Evangelho de Cristo, o ser humano é chamado a edificar-se enquanto ser que é à imagem e semelhança de Deus Criador. A nação dos filhos de Deus é o local onde habita o amor. Conseqüentemente demanda que os cristãos devam “inserir-se nas suas instituições e trabalhá-las eficientemente por dentro” (PT 146) com a missão de “impregnarem de retas normas e princípios cristãos uma civilização” (PT 146), já que “não basta gozar da luz da fé e arder no desejo do bem” (PT 146).

Assim é possível refletir sobre a ação humana frente à natureza, pois quando o faz “sem abusar e sem danificá-la, pode-se dizer que intervém não para modificar a natureza, mas para ajudar a desenvolver-se, segundo a sua essência, aquela da criação, a mesma querida por Deus” (CDSI 460), essência que ora se desvela, enquanto, essência administrativa.

Trabalhar, por dentro, significa possibilitar que essas estruturas se tornem ferramentas, segundo as vontades humanas, de modo que tudo o que se faz deve ser para salvar a pessoa, porque o que adoce o ser humano é sua capacidade de relação, interdependência, correspondência e alteridade com a obra do Criador.

Assim, cada pessoa que estuda a vida humana e sua relação para com a criação, colabora com o desenvolvimento da criação de Deus, a ciência propicia ao humano reconhecer-se como o administrador e cocriador criado. Quando se enfatiza a essência administrativa, como que um Si de Deus que habita o íntimo humano, quer-se pontuar que, “no fundo é o próprio Deus que oferece ao homem a honra de cooperar com todas as forças da inteligência na obra da criação” (CDSI 460).

É desse e nesse chamado/mandado de Deus, que ao ser humano é possibilitado ser concebido à Sua imagem e semelhança. Quando se enuncia que a pessoa é concebida segundo um chamado/mandado, pontua-se que há o livre-arbítrio e, nesse instante, o ser humano é conduzido a ser uma resposta de si mesmo, *práxis* dada a si mesmo, segundo aquilo que o ser é.

O ser é, concebido em Deus, no chamado a Deus e no mandado de Deus, portanto, é um ser convidado a estar em sponsalidade com o Criador

e, tornar-se a *práxis* administrativa e cocriadora; o ato do ser humano é então visto enquanto um ato administrativo de Deus na criação. O ser humano é criado por Deus como o administrador e guardião da Criação, e “assim é revelado que Deus coloca sua imagem e sua honra nas criaturas terrestres ‘pessoas’ e, com isso, Ele próprio é trazido para dentro da história dessas criaturas” (MOLTMANN, 1993, p. 315), ainda que,

O futuro, que o homem cria com sua própria ação, não justifica sozinho ao homem tal como ele é. Pois ele já está sempre justificado por Deus, graças à sentença na qual Deus mesmo se outorga ao homem, com sua santa, incompreensível, inefável infinitude, de maneira que a última obra do homem é também a aceitação da obra de Deus nele. (RAHNER, 1969, p. 133).

Assim os “filhos/*ben*” (AL14) agem em alteridade e correspondência com a Criação, compreendem sua função de administrar e cocriar a obra de Deus. João Paulo II (1995) referencia a sabedoria de Deus ao formar o humano “para dominar sobre as criaturas a quem deste a vida, para governar o mundo com santidade e justiça” (EV 42).

Volta-se a atenção para os termos ‘dominar’ e ‘doméstico’ ambos derivados da palavra latina ‘*domus*’ e daí o Senhor da casa é o ‘*dominus*’. Quando observado sob a perspectiva do ser humano que é à imagem e semelhança de Deus, fica evidente que o agir humano, enquanto o ser que deve dominar, ser o ‘*dominus*’, o senhor da casa, com isso se leva à presunção de que toda pessoa precisa conhecer e envolver-se plenamente, para significar, administrar e cocriar.

Quando se diz ser necessário conhecer o Jardim que se cultiva e guarda, apresenta-se que o humano é também parte desse jardim e, ao mesmo tempo, o é à imagem e semelhança de Deus, isso insere em uma perspectiva de que os humanos são os despenseiros da criação, os cocriadores e administradores dos mistérios de Deus.

É preciso ver a pessoa, como o ser que ela o é, à imagem e semelhança de Deus Criador. Afirma-se que há muito a se fazer para formar a consciência da pessoa, e dessa à formação de uma cultura de paz e desenvolvimento participativo e compartilhado, por isso, “Trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana” (GS 3).

2.2 A POTÊNCIA COCRIADORA SE FAZ ATO NAS OBRAS HUMANAS

A essência administrativa não reluz a uma obrigação de ser imagem e semelhança de Deus, mas propulsa, em livre-arbítrio, a *práxis* de vida em que a realidade da pessoa é administrar e cocriar o reino de Deus. Cada pessoa, segundo os próprios dons, é convidada a ser: administrador e guardião da obra de Deus. Assim a ciência, a potência e a presença humana, versam sobre um propósito que é ser, no espaço e no tempo, a própria presença de Deus, no mundo em desenvolvimento. Pontua-se sobre o ato humano que, em responsabilidade com o Criador, possibilita que cada pessoa possa ser o ato administrativo de Deus na Sua criação.

2.2.1 PALAVRA DE DEUS E O AGIR HUMANO

A vida humana na dinâmica de lembrar, repor, recompor e supor seu próprio passado, indaga-se quanto à própria origem, precisando olhar para o íntimo e para além de si para compreender-se “filhos/*ben*” (AL 14), em uma procura com prudência e cuidado. É a procura que alimenta o agir em humanidade, as ações são funções específicas que decorrem dos atos humanos que cocriam e administram a criação.

Por isso, tem-se identidade, memória, presente e expectância, em que é planejado o que ser no tempo que há de vir, o futuro, “Na verdade, a caridade reflete a dimensão simultaneamente pessoal e pública da fé no Deus bíblico, que é conjuntamente ‘*Ágape*’ e ‘*Logos*’: Caridade e Verdade, Amor e Palavra” (CV 3). Aqui é clara a observação de que a obra de Deus é completa, embora não conclusa, todo o tempo/espaço é necessário e faz parte da criação que se faz pela Palavra de Deus, e que continua atuante na obra, em relação de alteridade e desenvolvimento.

O cristão que está atento em ouvir a Palavra de Deus vivo, unindo o trabalho à oração, procure saber que lugar ocupa o seu trabalho não somente no *progresso terreno*, mas também no *desenvolvimento do Reino de Deus*, para o qual todos somos chamados pela potência do Espírito Santo e pela palavra do Evangelho (LE 27).

A corporeidade humana é possibilitada pela palavra de Deus a agir na Criação, cada pessoa tem a possibilidade de agir no espaço, em determinado

tempo. O 'descanso' de Deus é tempo do agir humano, a palavra de Deus habita o íntimo humano, possibilita a essência administrativa, *práxis* de vida e vivência, o agir que cuida da criação de Deus cocria e a administra.

Compreende-se o amor, porque se é criado por amor e no amor, e há no ser humano a potência com a qual se é amado; compreende-se o tempo, porque há a potência com a qual se age no tempo, que contingencia e torna a criação necessitada de desenvolvimento, na dinâmica do espaço que se apresenta ao próprio tempo, "A eternidade deste Deus é sua futuridade inconquistável, e é na palavra que o futuro está presente. Esse Deus é comunhão conosco, e é na palavra que estamos presentes um para o outro" (JENSON, 1987, p. 190).

Rejeitar a função de ser administrador e cocriador da obra de Deus é rebelar-se contra Deus. É necessário que o agir humano se torne um movimento que possibilite colaborar e desenvolver a criação; nesse sentido "A visão cristã do fim não é a de um grande silêncio, mas de uma grande liturgia, de pregação e de nossa resposta eterna (Ap 4-5)" (JENSON, 1987, p. 190).

Sustenta-se pela Graça e a Providência Divina, assim a *kenosis* de Deus se torna a base original das coisas possibilitadas, dentre as quais estão a esponsalidade com o Criador e de onde decorre a essência administrativa, o Si de Deus que habita o íntimo humano, e torna cada pessoa uma continuidade livre da ação criadora.

O ser humano é o senhor da história humana, a pessoa se desenvolve sob a base da doação original por parte de Deus, é o humano que significa a Criação, e, dessa forma, o próprio agir em sociabilidade, em economicidade, e em parentalidade. O ser humano cria, com base no passado, no presente, e na expectância as possibilidades de futuro.

O humano é um ser livre, social e racional, para viver em comunhão e desenvolvimento com o próximo, com a natureza criada, e com Deus, sua ação é de administrar as relações, significar as realidades e promover culturas. Cada pessoa se edifica enquanto escreve a história da humanidade, com sua própria história na humanidade, sentido em que se pontua a inteira responsabilidade que cada pessoa tem com a humanidade, povo e filhos de Deus.

Habita o íntimo humano um desejo maior e pleno, a vontade pessoal de Deus, por um ser à Sua imagem e semelhança; assim, o humano se faz

cocriador e administrador da história do reino, no caminhar para Deus, e no alargamento das possibilidades. É de se pensar que a ação humana deve sempre zelar para erigir as relações entre as pessoas, e não em penalizar o indivíduo, mesmo porque “a pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa, nem perde nunca a dignidade do ser humano” (PT 157).

O desenvolvimento do ser humano, em suas dimensões de vida e vivência, possibilita curar a *práxis*, o ser humano é uma realidade psicossomática, “ademais, nunca se extingue na pessoa humana a capacidade natural de abandonar o erro e abrir-se ao conhecimento da verdade” (PT 157). O ser humano é *práxis* dada a si mesmo e se edifica no livre-arbítrio, na obra de Deus, de tal forma que essa procura cheia de mistérios, e até sofrimentos/sacrifícios, põe a criação e o Criador à prova.

2.2.2 CAPACIDADE DE OUVIR A PALAVRA DE DEUS

A essência administrativa tem por basilar, a esponsalidade com o Criador, que desperta o humano à comunhão com toda a criação, e nesta compreende que “Deus escreveu um livro estupendo, ‘cujas letras são representadas pela multidão de criaturas presentes no universo’” (LS 85). O ser humano administra as realidades à sua volta, faz-se, então, ato administrativo de Deus na criação, e “descobrimo, em crescente progressão, ‘a inexplorável riqueza de Cristo’ (Ef 3,8), na criação, o trabalho humano se transforma num serviço prestado à grandeza de Deus” (CDSI 262).

A Palavra de Deus edifica a vida humana à Sua imagem e semelhança, à medida que desenvolve em cada pessoa a capacidade de Ouvir. Nesse sentido, o Ouvir a Deus significa agir segundo as perspectivas do reino. Os “filhos/*ben*” (AL 14) desenvolvem-se mediante a essência administrativa, tudo o que promove o ser humano a ser cocriador e administrador da criação.

A fé é a realização do que se crê, “não como base na força da razão (filosofia) ou da religião (experiência), mas tão-somente pelo poder do Espírito Santo. ‘Ninguém pode dizer: ‘Jesus é Senhor’ exceto pelo Espírito Santo’ (1Co 12,3)” (BRAATEN, 1987, p. 523). Neste sentido, “um Deus que deseja ser conhecido assim atuará dentro do ouvinte para fazer da palavra ocasionadora uma palavra possibilitadora” (SPONHEIM, 1987, p. 230), sedo a esponsalidade

com o Criador, a fonte de onde jorra a essência administrativa – o Si de Deus – que se torna imanente nas ações/obras humanas,

Ao ato do falar de Deus pertence também o ato do diferenciar ordenador de Deus. Deus põe ordem na sua criação, na medida em que ele diferencia entre luz e trevas, céu e terra, dia e noite. Através desta diferenciação, suas criaturas obtêm uma forma identificável, ritmo e simetria. (MOLTMANN, 1993, p. 123).

Compreender que o humano edifica o próprio ser na esponsalidade, é de fundamental importância para se edificar a vida humana sob a perspectiva da dignidade de toda e cada pessoa, “o Espírito Santo media a relação de fé com a pessoa de Cristo e gera a compreensão de que Jesus não é meramente Jesus; ele é o Cristo em quem Deus está presente e atua” (BRAATEN, 1987, p. 523). Sem a esponsalidade com o Criador, a vida humana torna-se vazia, só restando a ‘solidão original’; tudo se resume ao nada, uma vida sem Deus, sem Criador, em que não se é amado, e neste sentido João XXIII (1961) ressalta que:

E a trágica experiência de gigantescas forças, que, postas ao serviço da técnica, tanto podem utilizar-se para construir como para destruir, põe em evidência a importância suprema dos valores do espírito e mostra que o progresso científico e técnico há de conservar o seu caráter essencial de meio para a civilização. (MM 209).

Ser à imagem e semelhança de Deus possibilita administrar e cocriar à criação; então, o livre-arbítrio é percebido em seu princípio de divindade, de liberdade e sociabilidade, de comunhão e de responsabilidade. E, com isso, é possível afirmar que “o ‘dominar’ está atrelado àquela correspondência dos seres humanos a Deus, o criador e mantenedor do mundo, que é denominada de ‘à semelhança de Deus’” (MOLTMANN, 1993, p. 54). Neste sentido ousa-se observar a palavra ‘mantenedor’ e substituí-la e/ou compará-la por administrador.

Ainda sobre os conceitos de *dominar*, é possível enfatizar a atitude de conhecer plenamente a criação, para que assim o ser humano possa agir de forma prudente e responsável, na *práxis* da essência administrativa. É o esforço para manter a morada que empreende o humano, tendo em si a essência administrativa que o possibilita significar, submeter, cultivar e guardar O Jardim, enquanto cumpre a missão de “ir e proliferar” (cf. Gn 1,28).

O Reino, uma vez na história, ou ainda, a história, de cada pessoa, uma vez no Reino, também é novidade para Deus, porque no Reino há espaço para a livre e espontânea participação dos seres humanos. A *práxis* humana no reino é o *start* necessário de toda ação, todo esforço que alguém faz/realiza pode trazer uma nova realidade, que possibilita viver melhor a contingência da vida humana, no reino em desenvolvimento.

Sempre haverá algo que acaba e algo que permanece: a dedicação da mãe, a relação entre pai e filho, a alegria do novo conhecimento, a dignidade de se ter uma casa, e assim se desenvolvem as culturas e sua relação com o Criador, porque “para todos os seres humanos constitui quase um dever pensar que o que já se tiver realizado é sempre pouco, em comparação do que resta por fazer” (PT 155).

Diante desses elementos enfatiza-se que cada atitude de formação da consciência da pessoa, gera processos de amadurecimentos. É a essência administrativa e sua *práxis* que possibilitam ao Reino o desenvolvimento, assim permanecem todas as coisas que foram feitas a partir daquilo que o Reino foi, é, e sempre será. Porque tudo o que se constrói em atitudes de amor/esponsalidade se torna uma nova realidade permanente e eterna do Reino.

2.2.3 ADMINISTRAR: *PRÁXIS* À RACIONALIDADE HUMANA

Há de se apresentar à racionalidade humana e sua *práxis*, um entendimento do que é o ser humano e seu agir para administrar e cocriar o Reino de Deus. É válido lembrar que Jesus não ensina o ser humano a ser Deus, mas a ser criaturas unguidas na criação e a edificar o Reino, segundo a vontade do Criador, “Por isso, para a prossecução do desenvolvimento, servem ‘pensadores capazes de reflexão profunda, em busca de um humanismo novo, que permita ao homem moderno o encontro de si mesmo” (CV 19).

O encontro de si mesmo evidencia a necessidade de aprender, de ensinar e de se envolver com as dimensões da própria vida humana. É o amor que eleva a pessoa à nação dos filhos de Deus, onde se desenvolvem os dons de cada pessoa com base nas dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade.

A potência humana não pode dar vida às obras de seus atos, “Como obra, a criação não é similar ao criador em sua essência, mas é expressão da sua vontade” (MOLTMANN, 1993, p. 124), por isso, é função humana, administrar a criação. O Si de Deus que habita o íntimo humano, possibilita a esponsalidade, relação com o Criador, e dela a essência administrativa, Graça necessária para ser à imagem e semelhança de Deus, no livre-arbítrio e na contingência do reino em desenvolvimento.

O esforço teológico e administrativo necessário para responder sobre a vida e vivência humana está ao movimento da potencialidade humana, necessária para compreender que, há no humano, um Si de Deus, por isso “como *imagem*, as pessoas correspondem a Deus em sua essência, porque Deus se corresponde a si mesmo em suas criaturas” (MOLTMANN, 1993, p. 124).

Nesse sentido, referenda-se que “O *humanum* primordial que surge da criação de Deus é constituído pelo chamado (destino) e pela capacidade de participar como co-criador ordenado do ímpeto criativo de Deus” (HEFNER, 1987, p. 328). Sobre esse preceito, é possível, “Ousar um pouco e afirmar que Deus está passando cada vez mais a responsabilidade para os humanos, no sentido de envolvê-los cada vez mais em seu plano” (SANCHES, 2007, p. 155).

O ser humano revelado em Cristo é destino, uma finalidade que supera a si mesmo, por ser concebido à imagem e semelhança de Deus, portanto, sua natureza é a de um ser que é, em esponsalidade, como Criador, porque o ser humano “é constituído pelo chamado” (HEFNER, 1987, p. 328), e neste chamado o ser humano é o ato administrativo de Deus na Criação.

Ser natureza humana é ser chamado – por dom de Deus – a participar da natureza Divina, não como um novo ‘deus’, mas como criaturas unguidas que, de forma livre, consciente e responsável, fazem segundo a vontade do Criador. “Nessa relação de Deus para com as pessoas existe, no entanto, também a relação da pessoa para com Deus, sua existência reflexiva e responsória que está em sua natureza de imagem” (MOLTMANN, 1993, p. 335). Neste sentido,

A coisa importante a ser dita sobre o ser humano, a partir de uma perspectiva cristã, é que ele é criado com um destino cujo desdobramento contém a aventura humana. Esta compreensão precisa agora ser moldada em novos termos para comunicar a fé cristã adequadamente. Escolhemos o termo ‘co-criador criado’ para articular

o que significa a humanidade sob a vontade de Deus. Este termo fala de dependência, de poder e autoridade dados por Deus e de liberdade dentro da finitude. (HEFNER, 1987, p. 324).

Quando se enfatiza o ser humano enquanto cocriador e administrador do reino, apresenta-se que as potencialidades “de ser co-criador estão em continuidade, dentro do esquema evolutivo, com formas prévias de vida, mas ao mesmo tempo são únicas em sua configuração precisa e altamente sofisticada na espécie humana” (HEFNER, 1987, p. 328).

O agir humano, *práxis* da essência administrativa, torna-se o ato administrativo de Deus no mundo criado, e isso se faz em virtude da esponsalidade com o Criador, sendo evidente que o ser humano é o administrador e cocriador da obra de Deus, sugerindo “que este caráter de cocriador é o que significa ser ‘à imagem de Deus’” (HEFNER, 1987, p. 328).

Diante do avanço “da ciência e os inventos da técnica demonstram, antes de tudo, a infinita grandeza de Deus, criador do universo e do homem” (PT 3) e referindo-se ao Deus Criador, é enfático que “foi Ele quem tirou do nada o universo, infundindo-lhe os tesouros de sua sabedoria e bondade” (PT 3). Observa-se o conceito de esponsalidade na família humana com Deus, ou seja, a unidade que existe em todos os que se direcionam ao Ser.

Foi igualmente Deus quem criou o homem à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1,26), dotado de inteligência e liberdade, e o constituiu senhor do universo, como exclama ainda o Salmista: ‘Tu o fizeste pouco menos do que um deus, coroando-o de glória e beleza. Para que domine as obras de tuas mãos sob seus pés tudo colocaste’ (Sl 8,5-6). (PT 3).

A parentalidade que se origina na biogenicidade deve guiar-se à genealogia de Deus. Refletir-se-á, então, o amor à sociabilidade, movimentando-se ao bom, ao belo e ao verdadeiro, onde se edifica o Reino. A parentalidade é fonte de onde jorra o amor a toda humanidade, criação de Deus e, nesse sentido compete a cada pessoa e, em especial, ao pai e à mãe o amor e o ensinar a amar. O amor torna-se a fonte de racionalidade de cada pessoa, aprende-se a pensar em um universo de possibilidades amorosas.

2.2.4 O SER HUMANO E A PALAVRA DE DEUS

O humano que é arbitrado a viver, em livre-arbítrio, na esponsalidade com Deus, é capaz de administrar a criação, segundo as possibilidades de

proporcionar espaço e luz a toda criatura, porque “Deus é amor: aquele que permanece no amor permanece em Deus e Deus permanece nele” (1Jo 4,16). Sob esta perspectiva, pontua-se a ‘solidão original’, a pessoa quando intenta a ser causa de si mesmo termina por sentir o vazio de uma vida sem Criador, não se sustentando como ser não amado.

Habita o íntimo humano o Si de Deus, e possibilita que a vida humana, preenchida pelo Espírito Criador, se torne ato administrativo da vontade Divina. A esponsalidade possibilita, ao ser humano, o diálogo com Deus, com o próximo, e com a própria natureza criada. Somos ouvidos atentos às manifestações das necessidades de amor e, com essas informações, pode-se afirmar que o agir humano deve ser percebido, enquanto ato administrativo e cocriador de Deus, o ser humano é sinal da presença de Deus.

Na ausência de esponsalidade, o ser humano força a construção de um mundo sem Deus, um paraíso terrestre que dá continuidade à construção da “torre de Babel” (cf. Gn 11,1-9). Quando o ser humano se nega a edificar o reino de amor e esperança, coloca-se a negar o Criador e “se deixa seduzir pela serpente e deita a mão à árvore da vida caindo em poder da morte” (CDSI 115).

O humano, que na solidão original, postula-se como senhor de si mesmo, causa de si mesmo, justifica-se enquanto um ser absoluto, soberbo e avarento, isto é, “com esse gesto o homem tenta forçar o seu limite de criatura, desafiando Deus, único Senhor do homem e fonte da vida. Um pecado de desobediência (cf. Rm 5,19), que separa o homem de Deus” (CDSI 115). Na contingência da Criação, a árvore da vida está na atitude de esponsalidade com o Criador, no caminhar em livre-arbítrio, sendo o cocriador e administrador da obra a qual é sua fonte de vida, ainda que,

Os bens, quais a dignidade do homem, a fraternidade e a liberdade, todos os bons frutos da natureza e da nossa operosidade, esparsos pela terra no Espírito do Senhor e de acordo com o Seu preceito, limpos de toda a mancha, iluminados e transfigurados, pertencem ao Reino de verdade e de vida, de santidade e de graça, de justiça, de amor e de paz que Cristo entregará ao Pai e lá os encontraremos novamente. (CDSI 57).

O próprio Gênesis diz muito sobre o que o ser humano dever fazer em função do que é. As coisas e animais foram criados, como resultado do ‘Verbo/Palavra’ de Deus. O ser humano é ‘diá-logos’, Palavra de Deus. Quando Deus diz “Façamos o humano à nossa imagem, como nossa semelhança” (Gn

1,26), “Ele falou, na Trindade, com o filho que deveria assumir o homem, e com o Espírito, que deveria santificar o homem, como ministros e membros do conselho” (JENSON, 1987, p. 139).

O humano é templo do Espírito Santo, um ad-ministro da Palavra. Sua *práxis*, efetivamente, realiza o ato administrativo de Deus na Criação, portanto, a Essência administrativa – o Si de Deus, desperta a pessoa no mandado e no chamado de cocriar e administrar a criação de Deus. Tem-se, então, o *húmus* da terra, o *homo ad-minister*. Deus não cessa de amar a sua Criação, bem como possibilita à vida humana ser templo do Espírito Santo e, com isso, Deus faz sua morada na criação,

Nesta relação de Deus com sua imagem na terra, já podemos reconhecer uma relação mais íntima do que aquela que existe na contraposição do criador à obra de sua criação: de certa forma, Deus toma morada nas criaturas que ele determinou para ser a sua imagem. (MOLTMANN, 1993, p. 124).

É possível compreender que, diante dos sete dias da criação, houve uma gradualidade; o ser humano, todavia, não é uma sucessão natural, há em Deus, um diálogo circumincetivo. Deus se vê enquanto Aquele que administra e cocria a partir do que há, e nesse sentido chama a Si mesmo à existência na Criação, propulsando ao ser humano, Cristo, a vida, ao dizer “ façamos o humano à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem” (Gn 1,26).

O ser humano é Palavra de Deus se pronunciando, o humano é o ‘*dominus*’ – o senhor da casa, sob esse preceito pontua-se a diferença entre o Criar de Deus e o Agir de Deus, “é errado transferir as formas do criar divino no início para as formas do agir divino na história” (MOLTMANN, 1993, p. 285), ser à imagem e semelhança com Deus, está para, o agir histórico, na edificação do Reino.

Quando os seres humanos ponderam seu *status* de co-criadores, reconhecem que ele inclui a liberdade de conceber ações e executá-las. Esta é uma liberdade aprazível, até deliciosa; sustenta a agressividade humana como *homo faber* (ser humano como operário ou artífice), inclusive até os resultados tecnológicos de larga escala que estão agora à nossa volta. (HEFNER, 1987, p. 328).

Deus cria, ao possibilitar o nada/*ex-nihilo* ser e, posteriormente, administra e cocria, a partir do que há. Primeiro fala ao nada/*ex-nihilo* e desse ao caos, é uma Palavra que se impõe e propõe a criação. Ao fim do quinto dia,

vendo tudo o que fez em alteridade e desenvolvimento com o já criado, no diálogo circumincetivo de Si, e no desejo por um correspondente, que possa cocriar e administrar a Criação, diz, no sexto dia, “façamos o humano à Nossa semelhança como Nossa imagem” (Gn 1,26) e da origem no *húmus* da terra, o *homo ad-minister*.

Não se esquece aqui, que Cristo é anterior ao ato, por isso desde o diálogo circumincetivo para com o nada/*ex-nihilo*, há a presença do Cristo e do Espírito Santo, portanto nele há a imagem e semelhança, para o qual e com o qual tudo foi criado. O humano é desejado por Deus, é a Palavra do próprio Deus que, em diálogo com sua própria obra, diz “Façamos o humano” (Gn 1,26). Aqui existe a edificação da corporeidade humana, em dignidade da pessoa, à imagem e semelhança do Criador, que precisa se desenvolver.

Quando pensado sob o gênesis, a concepção da vida humana é realizada no diálogo íntimo de Deus, é a palavra de Deus que se faz Carne, vida humana. A dignidade da pessoa se faz no desejo de Deus, por um correspondente, e que administrando o que há, faz emergir do húmus da Criação, o humano.

2.2.5 INÍCIO DE UMA VIDA HUMANA ETERNA

A dignidade humana não está em afirmar sua superioridade em relação às outras criaturas, mas fundamenta-se na imagem e semelhança de Deus; portanto, Aquele que deve administrar e cocriar a obra de Deus. A entrega de si ao serviço e cuidado amoroso da criação possibilita que o ser humano, ao mesmo tempo que reconhece as criaturas e com isso dá significado à criação, faz com que o próprio agir seja glorificado ao ser o ato administrativo de Deus.

A essência administrativa decorre da ação de Deus ao chamado/mandado da vida humana, em um processo de alteridade e sponsalidade entre o Criador e a vida humana. Quando se enfatiza que a razão, por si mesma, não torna a pessoa semelhantes ao Criador, afasta-se do gnosticismo e, ao mesmo tempo, procura-se com isso o que menciona Bento XVI (2009), ao afirmar que “só através da caridade, *iluminada pela luz da razão e da fé*, é possível alcançar objetivos de desenvolvimento dotados de uma valência mais humana e humanizadora” (CV 9).

A razão possibilita responder à esponsalidade, ser a *práxis* dada a si mesmo, de maneira consciente; compreende-se o que diz o Cristo ao afirmar “vinde a mim as crianças” (Mt 19,14), pois todo ser humano é concebido na esponsalidade com o Criador. A concepção é então, biológica e genealógica; é biológica, porque é concebida uma pessoa e genealógica porque insere o humano/zigotto na genealogia da pessoa em Deus.

A educação de cada ser humano concebido se faz em processo de alteridade e desenvolvimento; isso implica dizer que a criança/pessoa, é um ser que se alimenta da cultura de seu povo, para depois dar continuidade à vida e à vivência. Formar a consciência de cada pessoa é possibilitar a ela que dê nome e significado à criação e, com isso, é possível compreender que,

A partilha dos bens e recursos, da qual deriva o autêntico desenvolvimento, não é assegurada pelo simples progresso técnico e por meras relações de conveniência, mas pelo potencial de amor que vence o mal com o bem (cf. *Rm* 12, 21) e abre à reciprocidade das consciências e das liberdades. (CV 9).

A essência administrativa não é reduzida à razão, mas assume todo o significado da experiência humana em esponsalidade. A noção de *práxis* humana engloba, claramente, a dimensão de economicidade, de sociabilidade, e de parentalidade, sob diversos contextos, fundamentando a vida, a vivência, e a missão de cada pessoa.

Administrar e cocriar as relações humanas é mistério, responsabilidade, e se faz no enigma de estar em esponsalidade, “a existência moral é *resposta* à iniciativa amorosa do Senhor. É reconhecimento, homenagem a Deus e culto de ação de graças. É cooperação com o plano que Deus executa na história” (CDSI 22), história que se faz em passado, presente, expectativa e futuro, dimensões da vida, memória humana, que precisam ser analisadas constantemente, para aprender como se proceder enquanto sociabilidade, parentalidade e economicidade com a obra de Deus,

A memória não pega de volta o passado, mas somente o representa através de impressões e imagens. A expectativa não antecipa o próprio futuro, mas antecipa experiências e ações futuras através de imagens e concepções insuficientes (MOLTMANN, 1993, p. 176).

Prefigura-se o Reino, e isso se faz porque “a memória apresenta uma certa recriação de coisas passadas no presente. Também a expectativa

apresenta uma certa nova-criação do futuro no espírito presente” (MOLTMANN, 1993, p. 176), é esta a base sobre a qual se administra e se cocria o Reino de Deus, que já se faz presente, só que ainda não em sua plenitude, João Paulo II (1987) enfatiza que;

A experiência dos anos mais recentes demonstra, pelo contrário, que se toda a massa dos recursos e das potencialidades, postos à disposição do homem, não for regida por uma *intenção moral* e por uma orientação no sentido do verdadeiro bem do gênero humano, ela volta-se facilmente contra ele para o oprimir. (SS 28).

Cada criança concebida deve ser alimentada na esperança de comunhão de seu povo, e que essa comunhão nunca deve se cessar no próprio povo. Desenvolver um povo é desenvolver cultura, de modo que, seus constituintes se tornem capazes de reconhecer o próximo e outras culturas, como carne da mesma carne, e ossos dos mesmos ossos. Movimenta-se no sentido de edificar a nação dos filhos de Deus, uma nação sem limites geográficos, uma nação que se mensura pelo sentir-se amado por Deus, e por amar ao próximo como Deus ama a cada pessoa.

A constituição biológica propicia um ser à imagem e semelhança de Deus, e não o conhecimento, a razão, a cultura. A constituição biológica é também a constituição genealógica da pessoa em Deus. O conhecimento, a razão e a cultura quando promovem a sponsalidade com o Criador, edificam cada pessoa como imagem e semelhança de Deus.

O fato é que, “quando da união conjugal dos dois nasce um novo homem, esse traz consigo ao mundo uma particular imagem e semelhança do próprio Deus: *na biologia da geração está inscrita a genealogia da pessoa*” (EV 43). Cada célula que possibilita a continuidade biológica do ser humano é regrada por valores e princípios, e é exponenciada na sponsalidade com o Criador.

2.2.6 EXPECTAÇÃO E FUTURO

Em se tratando de culturas, é possível afirmar que, quando só se valoriza o presente, corrompe-se o futuro; quando só se valoriza o passado, despreza-se o presente e se rompe com a linha do tempo, quando só o futuro se abstrai da realidade no tempo. A referida abstração não é um efeito capaz de se planejar, mas uma fuga da realidade, para viver no mundo das ideias e ideais,

as aterrorizadoras ideologias, que liquefazem a liberdade, sob o preceito da construção do paraíso terrestre.

Sob essa perspectiva devem ser considerados assuntos da Teologia, fomentando que a hodiernidade, quando na perspectiva do Reino de Deus, constitui-se de cronologia e de escatologia, assim a memória humana edifica a história: passado, presente, expectância e futuro. A esperança é constitutiva da ação necessária para a realização do reino, isso dá brilho à vida humana, como senhor da história, em uma economicidade de desenvolvimento e salvação.

Nesse sentido, o ser humano procura “com seu trabalho e engenho, desenvolver mais a própria vida; hoje, porém, sobretudo graças à ciência e à técnica, estendeu o seu domínio à natureza inteira, e continuamente o aumenta” (GS 33). A esponsalidade com o Criador, realizada nas obras de cada pessoa, é um projeto de amor e doação, e ainda que haja indagações “Muitas são as questões que se levantam entre os homens, perante este imenso empreendimento, que já atingiu o inteiro gênero humano” (GS 33).

Tem-se a pessoa, o ser que é à imagem e semelhança de Deus, portanto, biologicamente pessoa na genealogia de Deus. No arbítrio da concepção, e no livre-arbítrio da interdependência da criação, se edifica o *húmus* da Criação, pra ser o administrador e cocriador,

Isto se torna evidente já pelo fato de a resolução de Deus para Cristo e sua obra de salvação sustenta essa própria obra salvífica, e não é sustentada por ela; que não é a ação de Cristo que realiza a vontade de remissão de Deus, mas é efetuada por ela; que essa redenção em Cristo (também poderia dizer-se: em função de Cristo) era já presente desde o começo da humanidade. (RAHNER, 1969, p. 126-127)

E, nesse sentido “a família humana, sobretudo devido ao aumento de múltiplos meios de comunicação entre as nações, vai-se descobrindo e organizando, progressivamente, como uma só comunidade espalhada pelo mundo inteiro” (GS 33) – é a nação dos filhos de Deus, nação onde não há fronteiras, porque é regida pelo amor.

A pessoa é dignificada mediante a concepção à imagem e semelhança de Deus, ou seja, uma relação de amor para consigo mesma, para com o Criador e para com a criação, relação essa que possibilita o livre-arbítrio, e, com isso, é evidente “que a salvação do homem não depende somente da ideia, mas da contingência concreta da historia real” (RAHNER, 1969, p. 128).

A essência administrativa habita o íntimo humano, é constitutiva da corporeidade humana, e propicia capacidade de compreender, de tornar-se sujeito diante de tudo o que lhe faz perceber enquanto ambiente de convívio.

Essa percepção é o elemento da essência administrativa, que mantém o humano em correspondência e esponsalidade à perspectiva do reino de Deus, onde o ser humano “é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus” (EV 2). Nota-se que o humano e suas dimensões de sociabilidade, de economicidade, e de parentalidade estão em função da perspectiva do Reino de Deus, subsidiada na esponsalidade.

Eis que a dinâmica socioeconômica em esponsalidade com o Criador deve constituir um conjunto a ser analisado nas propostas de planejamento da parentalidade. A vida eterna se torna perene para o ser humano, na contingência do reino em desenvolvimento; é o amor, que possibilita ao humano ser o *húmus* da terra, renovar-se constantemente, alimentando o eterno, eis que “é o olhar de quem não pretende apoderar-se da realidade, mas a acolhe com um dom, descobrindo em todas as coisas o reflexo do Criador e em cada pessoa a sua imagem viva (cf. Gn 1,27; Sal 8,6)” (EV 83).

A essência administrativa possibilita à dinâmica de transformar e cocriar a criação, sobre uma base da doação original das criadas por Deus. Quando se fala da concepção humana, enfatiza-se que o casal é capaz de doar-se, enquanto vida eterna, a uma pessoa. A cocriação acontece em uma condição de contingência, na qual o humano, com firme olhar, avança entre angústias e esperanças buscando possibilitar uma criação cada vez mais digna para a pessoa.

É diante da técnica extremamente apurada, da tecnologia amplamente desenvolvida, que ainda se veem pessoas passando fome, sem nenhuma instrução que lhes possibilite participar do mundo que o ser humano desenvolve. Diante desses elementos e na observação do trabalho humano, indaga: “Qual o sentido e valor desta atividade?” Como se devem usar estes bens? Para que fim tendem os esforços dos indivíduos e das sociedades?” (GS 33).

Nesse sentido, a esponsalidade com o Criador faz-se necessária porque “o homem, separado de Deus, torna-se desumano consigo mesmo e com os

seus semelhantes, porque as relações bem ordenadas entre homens pressupõem relações bem ordenadas da consciência pessoal com Deus” (MM 214). A relação do ser humano com Deus sugere que se tenha um ordenamento para agir segundo a Sua vontade. Conhecê-Lo, portanto, situa-se no âmbito de dar continuidade, *práxis*, a vontade de Deus.

Se o ser humano desenvolveu seu sentido de negócios, é necessário desenvolver-se em esponsalidade com o Criador, retomar o seu caminho de filhos de Deus, de administradores e cocriadores do Reino. Prospectar o futuro é permitir ao ser humano ser aquilo que ele é, um administrador e cocriador da Criação em esponsalidade com o Criador.

2.3 O ATO HUMANO NA CONTINGÊNCIA DO REINO ESPERANÇADO

Há entre a razão humana e a *práxis* humana diferenças substanciais, fato que apresenta o ser humano à realidade, em que a Criação de Deus possibilita ao humano ser o administrador e cocriador. Isso implica dizer que o ser humano está realizando-se, como obra/criação em desenvolvimento. Propõe-se este item a apresentar o ato humano, bem como sua relação com a razão e a própria contingência do Reino. Pontua-se que o ser humano é chamado/mandado sob uma realidade preexistente. O ser humano está tão conexo com sua realidade preexistente, que a realização e o trabalho são um agir na realidade, e, ao mesmo tempo, a própria realização enquanto personalidade e identidade no reino de Deus.

2.3.1 AGIR HUMANO: ORA+AÇÃO

O agir mediante o reino esperançado por Deus move o ser humano à contemplação ativa e em desenvolvimento. O ser humano vive a unicidade de súplicas (orar) e *práxis* (ação). O mandado/chamado de Deus ao ser humano, o prospecta ao universo da oração (ora+ação), e o faz para compreender como deve ser o ato da pessoa na contingência do reino esperançado à vida humana.

A esponsalidade com o Criador possibilita edificar o Reino, utilizando-se das forças contidas na Criação, sempre no diálogo com o Criador, ou seja,

“cultivar e guardar o Jardim” (Gn 2,15), potencialidade pela qual a Graça propicia o Dom da essência administrativa que habita o íntimo humano.

A potência humana torna-se o ato administrativo e cocriador de Deus na criação, é o ser humano o correspondente do Criador, aquele que, em sponsalidade, administra a obra de Deus. Isso acontece porque os sentidos exteriores estão como sentinelas da essência administrativa, ou seja, compreendem a exterioridade e possibilitam a íntima, prudente e eficaz decisão para que mediante o agir humano, o Jardim continue fecundo e prolífero.

A sponsalidade com o Criador desperta o Si de Deus à vida humana, possibilita a essência administrativa, no dom da vida “*pela qual Deus participa algo de Si mesmo à sua Criatura*” (EV 34) e propicia ao humano participar “da luz da inteligência divina” (CDSI 129). Nesse sentido, a identidade humana só é possível porque “O mundo deve ser para os homens, pelo menos até certo ponto, *etsi deus non daretur*, ‘como se Deus não existisse’. Deus precisa ser uma divindade abscôndita, oculta por sua criação” (BRAATEN, 1987, p. 37).

A essência administrativa sustenta a *práxis* humana que desenvolve a criação enquanto reino de Deus. E, nesse sentido, Deus “precisa ser cognoscível, mas apenas por um modo de conhecimento que implique uma resposta livre da parte do homem, consistindo essa resposta em uma atividade interpretativa” (BRAATEN, 1987, p. 37).

A pergunta que paira é: — Mas quem é este, ser humano, *húmus* da terra, capacitado à sponsalidade com seu próprio Criador? A parentalidade é um projeto pelo qual se deve ajudar o ser humano “a discernir a própria vocação e a assumir o empenho necessário para uma maior justiça, formando-o desde o início, para relações interpessoais, ricas de justiça e de amor” (FC 2).

Essa é uma obra contingente e histórica e, por isso, em desenvolvimento; a edificação do “futuro que transcende todos os presentes recordados, experimentado e ainda para ser experimentados é que chamamos de *futuro escatológico*. Ele não deve ser entendido como *historia futura*, mas como o futuro da historia” (MOLTMANN, 1993, p. 194).

As relações humanas são pautadas sob o mistério de amor e desenvolvimento de si, do próximo e do reino, de tal modo que “se perguntar por que Jesus deveria ser o juiz final, a resposta é que Jesus é a essência daquilo que significa ser plenamente humano” (BRAATEN, 1987, p. 539). A

Essência administrativa é *práxis* humana na criação, resultante da esponsalidade, fonte de correspondência entre o humano e o próprio Criador.

A *práxis* humana, mesmo que na contingência e entropia da criação, é como uma gota de água no oceano, mas é a gota de água sobre a qual Deus sustenta a continuidade de sua Obra, e sob os auspícios da parentalidade entende-se que o casal diz com Deus “Façamos o humano à nossa imagem, como nossa semelhança” (Gn 1,26),

Ao afirmarmos que os cônjuges, enquanto pais, são colaboradores de Deus Criador na concepção e geração de um novo ser humano, não nos referimos apenas às leis da biologia; pretendemos sobretudo sublinhar que, *na paternidade e maternidade humana, o próprio Deus está presente* de um modo diverso do que se verifica em qualquer outra geração "sobre a terra". (EV 43).

É sabido que, quando se fala de um ser/criatura, capaz de edificar a si mesmo e ao reino, fala-se de um ser que pode dar continuidade a essa *práxis*, por meio de sua capacidade de ser fecundo e multiplicar-se. E nesse sentido, a Teologia cristã explícita que “Efetivamente, só de Deus pode provir aquela ‘imagem e semelhança’ que é própria do ser humano, tal como aconteceu na criação. A geração é a continuação da criação” (EV 43).

A continuidade da vida está alicerçada, sob o agir humano, o administrador e cocriador que possibilita sua continuidade na esponsalidade com Deus. Salienta-se que a razão de fazer, mesmo não tendo a possibilidade de plenitude, é reconhecer que há contingência no ato humano, é assumir-se não senhor do reino, mas um administrador da obra.

Consciente de que, à medida que novas coisas são cocriadas, a própria obra dará às coisas antigas ares de coisas históricas; o ser humano movimentar-se ao não possibilitado e entre súplicas e *práxis* (orar+ação) ele encontra na criação, seu próprio sentido de ser à imagem e semelhança de Deus.

2.3.2 CONTINGÊNCIA E ENTROPIA

O Espírito inspira no ser humano a esponsalidade da qual deriva a essência administrativa e possibilita a cada pessoa ser o ato administrativo de Deus na criação, “Depois de criar o homem, varão e mulher, Deus diz a ambos: ‘Enchei e dominai a terra’ (Gn 1, 28)” (CM 8).

Deus não confere ao ser humano, “só o poder de procriar para perpetuar no tempo o gênero humano, mas *confia-lhes também a terra como tarefa, comprometendo-os a administrar os seus recursos com responsabilidade*” (CM 8). Diante da contingência da obra, apresenta-se a entropia que inutiliza as coisas apresentando sua obsolescência, havendo, então, a necessidade de tornar a vida sempre nova.

Mediante a *práxis* humana de desenvolver novas coisas, um reino de plenitude é pensado, diante do efeito da entropia, o ser humano é incitado ao cuidado e desenvolvimento contínuo. Administrar é realidade humana, desenvolvida em qualquer ambiente/cultura, diante da ação que busca dar significado às coisas e pessoas.

O ser humano se vale da ciência, da presença e da potência para desenvolver suas tarefas e edificar a vida humana e “mesmo quando atua mediante um satélite ou um comando eletrônico a distância, o seu agir continua sempre humano, expressão de uma liberdade responsável” (CV 70). É sob o agir responsável que o ser humano se torna o ato administrativo e cocriador de Deus; isso significa dizer que é Deus que vai, aos poucos, edificando a vida, mediante o próprio agir humano.

O ser humano esperança a superação da cronologia para a *Kairoslogia* da vida e vivência humana, na esponsalidade com o Criador. A cronologia propicia ao ser humano elevar-se a assertiva de que “A técnica seduz intensamente o homem, porque o livra das limitações físicas e alarga o seu horizonte” (CV 70), no domínio do espaço/terra. Neste cenário surge a indagação: é prudente fazer o que a razão imagina, mesmo sabendo que os atos não estão para a mesma sutileza e especificidade que a razão?

O humano é, então, um ser chamado à responsabilidade, sob a qual se constitui o livre-arbítrio, em que se fala da pessoa como o “Ser apto a tomar decisões conscientes e autocríticas, agir com base nestas decisões e assumir responsabilidades por elas – estas são as características das quais é composta a imagem de Deus em nós” (HEFNER, 1987, p. 328).

É na dinâmica do tempo e do espaço que o ser humano se vê diante da entropia e contingência da criação, é capaz de compreender que, “se todo acontecimento ocorre no tempo, então o próprio tempo não pode acontecer e, também, não pode estar sujeito a nenhuma alteração. Não é o tempo ‘que

passa', como se diz, mas tudo o que acontece 'passa' no tempo" (MOLTMANN, 1993, p. 171).

Há de se observar que o livre-arbítrio impulsiona para a liberdade, de um ser social; sendo assim, é sempre voltado para a responsabilidade sob a criação de Deus. Nesse sentido, é coerente afirmar que "*a liberdade humana só o é propriamente quando responde à sedução da técnica com decisões que sejam fruto de responsabilidade moral*" (CV 70).

Versa-se sobre um reino em desenvolvimento, do qual o ser humano é administrador e, nesse sentido, Deus "criando um mundo necessitado de desenvolvimento, onde muitas coisas que consideramos males, perigos ou fontes de sofrimento, na realidade fazem parte das dores de parto que nos estimulam a colaborar com o Criador" (LS 80).

A Essência Administrativa é mais que uma técnica, mais que uma bússola orientadora que permite ao humano mover-se; é sponsalidade com o Criador, na dinâmica do próprio envolvimento e desenvolvimento. A essência administrativa é *práxis* de vida e vivência humana, que possibilita agir no amor. É o Dom com o qual o ser humano exerce o mandado/chamado a "cultivar e guardar o jardim" (Gn 2,15).

Habita o íntimo humano o Si de Deus, "esta presença divina, que garante a permanência e o desenvolvimento de cada ser, 'é a continuação da ação criadora'" (LS 80), dar continuidade à ação criadora de Deus é compreender que o ser humano é o administrador e o cocriador da obra de Deus, pois cada pessoa é concebida à Sua imagem e semelhança, para ser o ato administrativo Dele no mundo.

2.3.3 AGIR HUMANO NA CRIAÇÃO: COCRIAR E ADMINISTRAR

Toda pessoa é chamada, não a viver para um futuro, não a fazer coisas para o futuro, não a se sacrificar para uma recompensa futura, mas sim, a viver o presente, exercitando a capacidade de agir em sponsalidade, e tornar a vida cheia de esperança, e como dito, a esperança é constitutiva da ação necessária em busca da realização do que se espera.

A vida humana é presente de expectativa, que espera o reino proclamado pelos desígnios de amor criador. Porque o reino já está presente, e o reino é também uma realidade que se aproxima, e por isso, é escatológico.

Tudo o que for feito na perspectiva do reino permanece, o reino já é vitorioso, pois se instala em caráter definitivo na história contingente da vida humana.

O reino é realidade Divina na história humana, mas é também a história humana na realidade Divina. É na edificação do reino que se passa a história humana – e está de fato passando – a realidade divina permanece, mas a realidade Divina é em Cristo ‘*anterior ao ato*’ uma realidade com o ser humano. Deste modo é possível ensejar que na concepção de cada pessoa, o casal humano celebra e diz com Deus “façamos o ser humano à nossa imagem, como nossa semelhança” (Gn 1,26).

Para que haja a possibilidade de que os próprios filhos possam habitar o Jardim, o humano é elevado do *húmus* da criação para a vida em esponsalidade, “Caríssimos, se Deus assim nos amou, também nós devemos amar-nos uns aos outros. Ninguém jamais viu a Deus. Se nos amarmos mutuamente, Deus permanece em nós e o seu amor em nós é perfeito (1Jo 4,11-12)” (CDSI 32).

A pessoa edifica o reino na história, ao mesmo tempo edifica sua história no reino, por isso o Reino já está misteriosamente presente na história, e aos poucos a história se faz presente no reino. O critério da ação não deve ser a história, mas a misericórdia, o amor, e os valores do reino, ou seja, a esponsalidade com o Criador possibilita, mediante a essência administrativa, edificar o reino de Deus. Quem permanece em Deus é eterno, pois Ele é eterno. O reino é uma realidade eterna – é estar com Deus, e exatamente por isso, já está na história e cronologia humana.

É por ser um cocriador e administrador que o ser humano, precisa desenvolver a gratuidade e o gesto amoroso, neste sentido “a ação do homem sobre a terra, quando é inspirada e sustentada pela caridade, contribui para a edificação daquela *cidade universal de Deus* que é a meta para onde caminha a história da família humana” (CV 7).

Nesta obra se é os cocriadores e administradores, em esponsalidade, e se desenvolve porque “o objetivo dessa história da criação não é a volta a uma situação paradisíaca original, mas a revelação da glória de Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 299). Assim, a Graça de Deus, antecede o Dom de administrar e cocriar. É mediante a essência administrativa: O Si de Deus, que

habita o íntimo humano, no sentido de que, “Deus não somente cria o que é diferente dele, mas também dá-se ao que é diferente” (RAHNER, 1969, p. 105).

Deus possibilita ao ser humano ser à imagem e semelhança, e com isso “Ele está presente no mais íntimo de cada coisa sem condicionar a autonomia da sua criatura, e isto dá lugar também à legítima autonomia das realidades terrenas” (LS 80) e, neste sentido, o “domínio humano sobre a terra é domínio feudal para Deus, é administração da terra para Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 323).

Ainda sob a contingência do agir humano, é possível enfatizar que a contemplação vive a vigilância contínua e provedora, para que a ação criadora não assuma outro rumo, e que o livre-arbítrio se faça sob a perspectiva da edificação da vida e vivência humana. Sob estes preceitos Moltmann (1993, p. 323) indaga “Será que o criador necessita de um representante e administrador na terra?”. E diante de sua própria indagação, Moltmann, afirma “Parece que sim, pois Ele encarrega a pessoa de proteger e de continuar o lado terrestre da criação, a qual, com o sábado, encontrou sua forma inicial. As pessoas tornam-se sujeito da história da terra que continua” (MOLTMANN, 1993, p. 323).

Observam-se os termos, proteger e dominar, quando tratados sob o ato amoroso de Deus, ambos os termos são sinônimos, uma vez que “o domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade ‘usar e abusar’, ou de dispor das coisas como melhor agrada” (SS 34), ainda é de se mencionar que o mandado a submeter à terra é um mandado para ser exercido sob o preceito de sociabilidade humana, e não na individualidade.

Ainda sob os termos proteger e dominar, observados sob o mandamento de cultivar e guardar, é possível compreender que “Enquanto ‘cultivar’ quer dizer lavrar ou trabalhar um terreno, ‘guardar’ significa proteger, cuidar, preservar, velar. Isto implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza” (LS 67).

2.3.4 À IMAGEM DAQUELE QUE GOVERNA

Movimenta-se, agora, no sentido de compreender o ato humano que colabora com o governar de Deus no Reino em desenvolvimento. Quando se diz que o Si de Deus, habita o íntimo humano, enfatiza-se que a relação

pericorética de Deus se estende à vida humana e nela a toda a criação. É a *kenosis* de Deus, enquanto imagem e semelhança, sendo possibilitada à vida humana, é então uma relação que possibilita e se faz no “cultivar e guardar” (Gn 2,15), toda criação.

Manter-se em sponsalidade é possibilitar que o agir humano possa ser o ato administrativo de Deus na Criação, é como se fosse *kenosis* humana; é a alteridade entre o ser humano e Deus, de forma que, “a limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de ‘comer o fruto da árvore’ (Gn 2,16-17)” (SS 34).

Cuidar da criação se estende ao cuidado e amor à pessoa, cuidar do Jardim, onde se habita, é um cuidar que resplandece sobre si, o próximo, e toda a Criação, assim, “cada comunidade pode tomar da bondade da terra aquilo de que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de a proteger e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras” (LS 67).

O cuidado e o cultivo são de extrema riqueza para a tradição e vivência cristã, de tal modo que “Deus é Criador e como criador, ao chamar os seres humanos ao relacionamento consciente, ao torná-los sua imagem e semelhança, partilha com os humanos o poder de criar” (SANCHES, 2007, p. 148). O ser humano, quando vive a liberdade em Cristo, percebe-se cocriador e administrador e, ao ouvir de Jesus que “assim como o Pai me enviou, Eu também vos envio” (Jo 20,21) se projeta a compreender os subsídios, as necessidades, e as possibilidades de vida e vivência humana.

A relação de Deus com o mundo é uma relação profunda, amorosa e objetiva, Deus deseja seu administrador e cocriador na plenitude do trabalho, da proteção, do cuidado, e do amor e, por isso, “sob o ponto de vista do Espírito na criação, também a relação de Deus e mundo deve ser vista como uma relação *pericorética*” (MOLTMANN, 1993, p. 368).

Administrar e cocriar são decorrentes da sponsalidade humana com o Criador, e a sponsalidade é um unir-se a relação íntima de Deus em Sua realidade triuna, por isso o humano é capaz de ouvir o Cristo desde o princípio. Evidencia-se que o desenvolvimento humano só se faz em sponsalidade com o Criador, fonte da essência administrativa, porque,

Também a verdade acerca de nós mesmos, da nossa consciência pessoal é-nos primariamente 'dada'; com efeito, em qualquer processo cognoscitivo, a verdade não é produzida por nós, mas sempre encontrada ou, melhor, recebida. Tal como o amor, ela 'não nasce da inteligência e da vontade, mas de certa forma impõe-se ao ser humano' (CV 34).

É em função da esponsalidade, que se estabelece entre Deus e o ser humano, que se constitui uma relação '*pericorética*', tendo em vista que é dessa relação que se edifica a vida humana em alteridade, e nesse sentido "a verdade não se impõe de outro modo senão pela própria força de verdade, que penetra nos espíritos, ao mesmo tempo suave e fortemente" (OA 25).

A essência administrativa promove a inquietude, a solicitude, e o movimento ao não possibilitado, mediante o esforço, a dinâmica, e a ação o ser humano conhece e compreende que, como imagem viva de Deus, o ser humano "foi querido pelo seu Criador como rei e senhor. 'Deus fez o homem [...] de forma tal que pudesse desenhar sua função de rei da terra. (...) O homem foi criado à imagem d'Aquele que governa o universo" (EV 52).

O Papa Francisco aponta que "o casal que ama e gera a vida é a verdadeira 'escultura' viva, capaz de manifestar Deus criador e salvador" (AL 11). E, nesse sentido, o casal humano, é capaz de dar luz à vida humana, e às novas vidas humanas; vivencia-se então, que "*a glória de Deus resplandece no rosto do homem*" (EV 35).

Quando se enfatiza a parentalidade, enquanto pensamento social da Igreja acredita-se que "de fato, a capacidade que o casal humano tem de gerar é o caminho por onde se desenrola a história da salvação" (AL 11). É na atitude de cada pai/mãe, que Deus se torna plenamente Criador da vida humana, e "diante da imensidão do universo, coisa bem pequena é o homem; mas é precisamente este contraste que faz sobressair a sua grandeza: 'Pouco lhe falta para que seja um ser divino; de glória e de honra o coroastes' (Sal 8,6)" (EV 35).

O ser humano que administra se propõe a realizar o reino esperado por Deus à vida humana, assim como realiza e torna possíveis vidas humanas. Dar significado e sentido à obra de Deus é também compreender que os sentidos exteriores: a visão, a audição, o paladar, o olfato, e o tato servem como possibilidades de perceber o de fora, mas isso só é possível porque há o de dentro, a identidade de cada pessoa que vai, aos poucos, sendo edificada.

A essência administrativa, que projeta o humano a ser sujeito positivo, ativo, e livre na criação de Deus, o impulsiona a ser cocriador e administrador do Reino, “somos chamados a incluir uma dimensão receptiva e gratuita, o que é diferente da simples inatividade. Trata-se doutra maneira de agir, que pertence à nossa essência” (LS 237), a essência administrativa.

2.3.5 A POTÊNCIA DE SER FILHOS

Administrar a criação em família, é expressão de *práxis* humana, isso porque é mediante a essência administrativa, que Deus potencia o ser humano, a viver no mandado/chamado de ser cocriador. Quando se enfatiza o mandado e o chamado, pontua-se que o mandado se constitui naquilo que o humano já é, e o chamado se pontua em direção do que o ser humano há de ser, portanto, assume-se um reino em desenvolvimento, reino onde o tempo do amor é o próprio ser humano, que se edifica em esponsalidade com o Criador.

É “significativo que, no antigo testamento, a palavra que aparece mais vezes depois da designação divina (*YHWH*, o ‘Senhor’) é ‘filho’ (*Ben*), um termo que remete para o verbo hebraico que significa ‘construir’ (*banah*)” (AL 14), “porque ‘os filhos são uma dádiva! Cada um é único e irrepetível’” (AL 170). Quando a pessoa deseja dominar para si, o que foi possibilitado à vida humana, se apropria da terra e dos frutos, tornando-os proibido ao próximo. Quando se subjugam ao lucro e não em ser filhos (*banah*) de Deus, lança-se a terra o sangue de irmãos, a egolatria tem tornado a criação de Deus proibida ao desenvolvimento humano.

Apropria-se da *práxis* gerada, e do próprio conhecimento, negando cura e os devidos cuidados a aqueles que não têm recursos para pagar. É a edificação de uma sociedade meritocrática, a Torre de Babel (cf. Gn 11,1-9), que se constrói enquanto se destrói a comunhão das vidas humanas. É a parentalidade o fio condutor da vida humana na história da humanidade. A esponsalidade com o Criador é o fio condutor dos desígnios de amor Criador à vida humana, na criação.

Não há como pensar em um desenvolvimento, compartilhado e participativo, sem o pensar em função dos filhos, que sucederão à administração e cocriação do Reino de Deus, até que o Criador seja tudo em todos. Quando se enfatiza, em função dos filhos, está se referindo aos filhos de

Deus. Deve-se pensar em relação aos filhos que, “por conseguinte, não é importante se esta nova vida te será útil ou não, se possui características que te agradam ou não, se corresponde ou não aos teus projetos e sonhos” (AL 170).

O agir de cada pessoa propicia avançar sobre o não possibilitado, e superar as potencialidades, de modo que, “através das forças e das possibilidades do Espírito, o criador faz morada em suas criaturas, vivifica-as, mantém-nas na sua existência e as conduz para o futuro do seu Reino” (MOLTMANN, 1993, p. 33), mesmo por que:

Por ser à imagem de Deus, o indivíduo humano tem a dignidade de pessoa: ele não é apenas uma coisa, mas alguém. É capaz de conhecer-se, de possuir-se e de doar-se livremente e entrar em comunhão com outras pessoas, e é chamado, por graça, a uma aliança com o seu Criador, a oferecer-lhe uma resposta de fé e de amor que ninguém mais pode dar em seu lugar (CDSI 108).

Aqui é de se notar a interrelação que há entre as vidas humanas na criação, porque não é atribuída dignidade de pessoa aos conscientes “capaz de conhecer-se, de possuir-se e doar-se livremente” (CDSI 108), mas que são estes os que devem zelar da dignidade de toda pessoa concebida. Nesse sentido, pontua-se a importância que cada pessoa tem para com a humanidade, bem como a relação que a humanidade precisa estabelecer para com cada pessoa.

Toda pessoa é potenciada à esponsalidade, isso é, “entrar em comunhão com outras pessoas, e é chamado, por graça, a uma aliança com o seu Criador” (CDSI 108), é todo ser humano um filho de Deus, e “um filho é amado porque é filho: não, porque é bonito ou porque é deste modo ou daquele, mas porque é filho! Não, porque pensa como eu, nem porque encarna as minhas aspirações. Um filho é um filho” (AL 170).

Estar em aliança/esponsalidade com o Criador é reconhecer a vida que há desde a concepção e que, naturalmente, os subsídios satisfazem suas necessidades, e possibilite o desenvolvimento de seu próprio ser, portanto, não há como se negar que o ser humano é filho/*ben* de Deus, todavia, é no chamado que o ser humano aceita Deus enquanto Pai e Criador, portanto, aparenta-se ao Pai, desenvolvendo-se à Sua imagem e semelhança.

É de se reconhecer a concomitância, entre os processos biológicos e a vontade de Deus de conceber pessoas na genealogia e à imagem e semelhança. O Papa Bento XVI (2008) preconiza que “a todo o ser humano, desde a concepção até à morte natural, deve reconhecer-se a dignidade de pessoa” (DP 1). Cada cultura revela atividades e funções de cada pessoa em sua comunidade, bem como fora dela, de modo que “no centro de cada cultura, está o comportamento que o homem assume diante do mistério maior: o mistério de Deus” (CA 24).

Numa cultura, onde as pessoas estão em esponsalidade com o Criador, se desperta à essência administrativa, que possibilita cocriar e administrar os mistérios de Deus, pois, “as culturas das diversas Nações constituem fundamentalmente modos diferentes de enfrentar a questão sobre o sentido da existência pessoal: quando esta questão é eliminada, corrompem-se a cultura e a vida moral das Nações” (CA 24).

2.3.6 O HÚMUS DA TERRA É O SER HUMANO EM ESPONSALIDADE

É necessário a esponsalidade com o Criador, isso porque “o homem, separado de Deus, torna-se desumano consigo mesmo e com os seus semelhantes, porque as relações bem ordenadas entre homens pressupõem relações bem ordenadas da consciência pessoal com Deus” (MM 214).

Ao ser humano é possibilitado, sob os desígnios de Deus, edificar-se como administrador e cocriador criado; é preciso, então, que “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (LS 116); assim, a criação de Deus é, também, um ato sob o qual se estabelece o desígnio de salvação que se possibilita à vida humana, nesse sentido,

Feitos novos pelo amor de Deus, os homens são capacitados a transformar as regras e a qualidade das relações, inclusive as estruturas sociais: são pessoas capazes de levar a paz onde há conflitos, de construir e cultivar relações fraternas onde há ódio, de buscar a justiça onde prevalece a exploração do homem pelo homem (CDSI 4).

Assim foi no princípio, o *húmus* da terra, a vontade do Criador, e o próprio ser humano, quanto ao inspirar, aceitar o ‘Espírito/*Ruah*’ Vontade Divina. Essa realidade anima o ser humano, como administrador e cocriador da Obra de

Deus. É perceptível que “o progresso da ciência e as invenções da técnica evidenciam que reina uma ordem maravilhosa nos seres vivos e nas forças da natureza” (PT 2).

Sobre a ordem/harmonia entre as pessoas, as comunidades, e as culturas, observa-se a necessidade de *práxis* humana, visto que os mandamentos de “Cultivar e guardar” (cf. Gn 2,15) e o de “Sede fecundos e multiplicai-vos” (cf. Gn 1,28) são implícitos da concepção humana; por sua vez, a *práxis* humana não deve comportar atos como: matar, mentir, roubar, praticar imoralidade e desonras à pessoa.

É preciso compreender que Deus, no Chamado a Si e o mandado de Si, possibilita ao ser humano compreender que “somente o amor é capaz de transformar de modo radical as relações que os seres humanos têm entre si” (CDSI 4). Denota-se que, diante da unipluralidade das culturas, o exercício do amor possibilita que o ser humano possa estar “inserido nesta perspectiva, todo o homem de boa vontade pode entrever os vastos horizontes da justiça e do progresso humano na verdade e no bem” (CDSI 4).

Observar-se que os mandamentos estão associados a atos na criação, em que se vive a parentalidade, a economicidade e a sociabilidade da família humana. São precisamente funções que, quando praticadas, possibilitam ser o administrador da obra de Deus, pois permite que se possa respeitar o “Sede fecundos e multiplicai-vos” (Gn 1,28) ao mesmo tempo em que se “cultiva e guarda o Jardim” (Gn 2,15).

E, nesse sentido, a investigação, a pesquisa, o ensino, o trabalho, são possibilidades sob as quais as coisas não possibilitadas precisam dimensionar-se para serem auferidas. Os critérios metodológicos precisam fomentar a compreensão de que Deus, no chamado a Si e no mandado de Si, possibilita a cada pessoa desenvolver e conhecer a criação e a agir amorosamente com o que faz.

Nesse sentido a ciência, “quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente oposta à fé, já que as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus” (GS 36). A esponsalidade propulsa a essência administrativa, e instiga o ser humano à decisão, porque a razão é humana; todavia, a essência

administrativa é possibilitada diante da esponsalidade com o Criador, e na ausência da razão, independente da razão.

É Deus doando-se primeiro à concepção da vida humana, onde a razão é imperceptível aos olhos humanos e, nesse sentido, “quem se esforça com humildade e constância por perscrutar os segredos da natureza, é, mesmo quando disso não tem consciência, como que conduzido pela mão de Deus, O qual sustenta as coisas e as faz ser o que são” (GS 36).

2.4 POTÊNCIA DA RAZÃO E AS LIMITAÇÕES DO ATO HUMANO

É preciso aproximar-se das divergências e convergências entre a potência da razão e as limitações dos atos de cada pessoa. Fala-se de uma realidade administrável, pontua-se que, o ser humano tem a capacidade de promover o amor, no espaço/tempo onde se desenvolve a história da Criação. Apresenta-se que são precisamente as limitações entre a razão e o ato humano, que possibilita identidade, mas, ao mesmo tempo, torna cada pessoa, profundamente responsáveis, pelas ações/attitudes. A capacidade humana versa seu propósito na esponsalidade com o Criador; se é, então, o ato de amor dirigido à singularidade de cada espaço e tempo da história humana.

2.4.1 O ATO DE QUEM É IMAGEM E SEMELHANÇA DE DEUS

Deus que fez a Criação do nada – *ex-nihilo*, Criou o ser humano do *húmus* da criação, no chamado a Si e no mandado de Si, deseja-nos pessoas com identidade e personalidade. Deus quer a pessoa livre, conscientes e responsáveis, na unipluralidade das culturas e, neste sentido, sob as perspectivas de um reino em desenvolvimento “as múltiplas sociedades são chamadas a constituir um tecido unitário e harmônico, onde cada uma possa conservar e desenvolver a própria fisionomia e autonomia” (CDSI 151).

O humano é *práxis* dada a si mesmo e, para tanto, deve-se observar que Deus deu um mandado à cada pessoa e, conforme descrito “no Gênesis lembra-se como Deus impôs aos primeiros seres humanos dois mandamentos: o de transmitir a vida: ‘Crescei e multiplicai-vos’ (Gn 1,28) e o de dominar a natureza: ‘Enchei a terra e submetei-a’ (Gn 1,28)” (MM 195).

Quando se enfatiza a essência administrativa no humano, fala-se de que a pessoa, mediante a razão iluminada pela esponsalidade, pode planejar o que vai fazer. A habilidade dos sentidos possibilita abstrair-se do momento, e manter-se na realidade, para visualizar as coisas segundo uma nova lógica, bem como sua relação com o tempo.

A sutileza da razão humana, bem como a limitação do ato humano, torna tácito, visível, sensível e perceptível a divindade e o amor de Deus, segundo a realidade que acontece na vontade de cada pessoa; por isso, “ao exercer a *imago Dei*, ao pôr em prática nosso caráter de co-criadores, esbarramos no fato de nosso ser-criado” (HEFNER, 1987, p. 329).

Quando se enfatiza o abstrair-se do momento, enseja-se que a realidade seja exponenciada na expectativa de vida humana e, assim, elevada a formar o futuro em esponsalidade com o Criador. Todavia, não se pode “prever adequadamente os resultados de nossas mais importantes ações, nem podemos mitigar todas as consequências indesejáveis de nossas decisões e ações livres mas finita” (HEFNER, 1987, p. 329).

Assim, não é que os atos humanos estão dispersos e divergentes da própria racionalidade, mas, que os atos humanos precisam, sempre, ser planejados e administrados, pois eles cocriam e administram a obra de Deus, em família; “trata-se do fato que nosso mandato para co-criar veio a nós enquanto criaturas, por comando do Deus criador *ex-nihilo* e não de nossa própria vontade autogeradora” (HEFNER, 1987, p. 329).

O ato humano deve ser fruto de profunda reflexão/planejamento, em esponsalidade com o Criador, isto é, a essência administrativa é *práxis* e, nesse sentido, “a memória, torna presente o passado e, através da expectativa, torna presente o futuro, proporcionando, assim, uma relativa unidade do tempo” (MOLTMANN, 1993, p. 179). O humano se aventura ao não possibilitado, é participante da criação e quando se propõe a se edificar em sociabilidade, em parentalidade, e em economicidade o faz para reconhecer que caminha a unidade do reino.

É nesta, vida e vivência humana, que a unidade propicia perceber que “a sociabilidade humana não é uniforme, mas assume múltiplas expressões” (CDSI 151). É perceptível que, diante da pluriculturalidade, haja a unidade na vontade do Criador, na edificação da grande nação do amor ao próximo, e com

isso “*o bem comum depende, efetivamente, de um sã pluralismo social*” (CDSI 151).

Lembra-se o dever de “cultivar e guardar o Jardim” (Gn 2,15) e, com isso, há que se dizer que o ser humano deve executar algo na criação de Deus, embora essa *práxis* a ser executada só aconteça porque Deus possibilita ao ser humano a Graça da essência administrativa, *práxis* e dom. Com isso, a pessoa torna-se o ato administrativo de Deus no mundo, “Se o próprio criador habita na sua criação, então ele faz dela o seu lugar de se sentir em casa ‘assim na terra como no céu’” (MOLTMANN, 1993, p. 22),

Ser co-criador significa que precisamos continuar a viver com a decisão de exercer nosso caráter de co-criadores responsáveis, quer a decisão comprove ser desejável ou indesejável, ou, como é mais provável, tenha tanto consequências indesejáveis quanto desejáveis (HEFNER, 1987, p. 329).

Deus que fez a Criação do nada – *ex-nihilo*, criou o ser humano do *húmus* da Criação, no chamado a Si e no mandado de Si, para que houvesse na Criação um ser à sua imagem e semelhança, ou seja, um administrador da obra, “Com efeito, a verdade é ‘*lógos*’ que cria ‘*diá-logos*’ e, conseqüentemente, comunicação e comunhão” (CV 4) e, nesse sentido, se insere a esponsalidade, *diá-logos* de Deus com o ser humano.

A ausência de comunhão e fraternidade humana se faz quando o ser humano na “busca exclusiva do ter, forma então um obstáculo ao crescimento do ser e opõe-se à sua verdadeira grandeza: tanto para as nações como para as pessoas, a avareza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral” (PP 19). Desenvolver-se, enquanto cocria o Reino, é uma *práxis* dada a cada pessoa, que edifica a si mesmo em família e humanidade, a ser o templo do Espírito Criador, portanto, Criatura ungida.

2.4.2 A CAPACIDADE DE PLANEJAR E REALIZAR

Toda pessoa ao administrar a criação, edifica a si mesmo, e assim, quando o ser humano se reconhece amado por Deus “*compreende a própria dignidade transcendente, aprende a não se contentar de si e a encontrar o outro, em uma rede de relações cada vez mais autenticamente humanas*” (CDSI 4).

A essência administrativa é *práxis*, é ato de refletir/planejar em responsabilidade com o Criador. O convite ao ser humano para administrar a Criação, submete-o a tomar decisões de forma a desvendar o bem e o mal, em cada uma das situações que o impele a agir na Criação. Sempre houve e haverá distância entre nossa capacidade de diagnosticar/planejar/prever e nossa capacidade de fazer/realizar/esperançar; trata-se, pois, de um reino em desenvolvimento, portanto, contingente.

A mudança/transformação acontece em dimensão estritamente pequena, de modo que se possa alterar o sentir, sem alterar o que gera os sentidos. É evidente que isso denota uma nova lógica por si mesmo, então se diz que após cada ato humano uma nova lógica se faz. O ato humano não é um alterar do Bom, do Belo e do Verdadeiro, mas é um reconstruir das possibilidades na criação e, por consequência, um melhorar a capacidade que o ser humano tem de sentir-se amado por Deus, e “é por isso que tem o direito de escolher as coisas que julgar mais aptas, não só para prover ao presente, mas ainda ao futuro” (RN 5).

Por vezes, apequena-se a capacidade humana de cocriar e administrar a criação, mas é a capacidade de que Deus precisa para que sua obra possa ser concluída, na contingência do reino e do ser humano, para a glorificação de Deus e de todas as criaturas que agem na perspectiva do Reino,

O homem abrange pela sua inteligência uma infinidade de objetos, e às coisas presentes acrescenta e prende as coisas futuras; além disso, é senhor das suas ações; também sob a direção da lei eterna e sob o governo universal da Providência divina, ele é, de algum modo, para si a sua lei e a sua providência. (RN 5).

É diante da atitude de cada pessoa que o ser humano se põe a administrar e cocriar a obra de Deus, descobrindo os infindáveis mistérios de amor que Ele possibilita a vida humana. No sentido de compreender a plenitude dos tempos, o ser humano movimenta-se em esperanças. Todavia, se em uma semente está sua possibilidade ou não possibilidade, imagine o ser humano como senhor desta semente, ele e só ele poderá conduzi-la a um local onde há possibilidade de se tornar árvore e frutificar.

O que ninguém é capaz de dizer é até que ponto este fim é uma corrida do mundo em direção à morte, de acordo com as leis internas; até que ponto se trata de um parar decretado pela palavra criadora e

ordenadora de Deus nem até que ponto finalmente, ambas as coisas se reduzem ao mesmo. (RAHNER, 1969, p. 148),

A pessoa pode gerar a não possibilidade, assim, ela se torna um interceptador da Graça de Deus, com isso torna-se egolátrica, e afasta-se da vontade do Criador, “De qualquer maneira, sabemos pelo testemunho de Deus que essa história do mundo terá fim e que esse fim não será um simples cessar, um deixar de existir do mundo em si, mas a participação na realização do espírito” (RAHNER, 1969, p. 133).

Com o avançar da ciência, a distância entre a potência da razão e as limitações dos atos humanos, parecem diminuir, na realização da *práxis* mediante as tecnologias desenvolvidas. Apresenta-se que, a misericórdia e a compaixão unem razão e ato, evidenciando o quanto se é administrador e cocriador da obra de Deus.

Porém, quando se nega o senhorio sobre a ‘semente’, coloca-se novamente a responder a Deus “*Sou porventura, guarda do meu irmão?*”: Caim não pensa no irmão, e recusa-se a assumir aquela responsabilidade que cada humano tem pelo outro” (EV 8). Pode-se dizer que, ainda há muitos ‘Caim’, todavia, não é este o propósito para a vida humana.

Deus concebeu o ser humano, no propósito de ser à Sua imagem e semelhança, manter-se em sponsalidade com o Criador é ser o ato administrativo de Deus no mundo, isso não é só um zelo com a parentalidade, mas é, na parentalidade que se propicia o espírito de família humana e, desse modo, funda-se a fraternidade dos filhos de Deus, havendo, acima de tudo, nossa responsabilidade para com todas as pessoas, uma vez que todos são concebidos à imagem e semelhança de Deus,

O espírito é o que tem em si impressa a semelhança divina, e no qual reside aquele principado em virtude do qual foi dado ao homem o direito de dominar as criaturas inferiores e de fazer servir à sua utilidade toda a terra e todo o mar: ‘Enchei a terra e tornai-vo-la sujeita, dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem sobre a terra’ (RN 23).

Vislumbra-se que o livre-arbítrio é constituído na responsabilidade, e que ser semelhante ao Criador é administrar e cocriar o Reino. É necessário enfatizar que o amor aflora na dimensão de sociabilidade humana, e que a parentalidade é fonte de onde jorra sem cessar o amor e, ainda que “a vida

temporal, posto que boa e desejável, não é o fim para que fomos criados; mas é a via e o meio para aperfeiçoar, com o conhecimento da verdade e com a prática do bem, a vida do espírito” (RN 23).

A potência humana não é para tomar a criação para si, mas para torná-la apta a receber os filhos, possibilitar o nascer, o crescer e o proliferar da ‘semente’, de forma que se possa ser o ato administrativo e cocriador de Deus na criação. Negar-se à Obra ou desejar possuí-la de forma avarenta, é contrapor-se à essência administrativa, o Si de Deus, que habita o íntimo humano.

2.4.3 PESSOA E CIÊNCIA

O cuidado a toda pessoa, merece ser pensado sob a perspectiva de que a razão é um estágio de humanidade nos humanos, por isso, quando em responsabilidade com o Criador, reflete a consciência de quem deve cuidar e desenvolver a vida humana. Administrar e cocriar a obra de Deus é, então, assumir-se responsável pela vida humana, que se inicia na concepção.

Compreende-se que a concepção e a dignidade da pessoa estão intimamente associadas, por isso, ressoa desde o ventre, a voz de Deus que pergunta sobre nossa responsabilidade para com a vida humana, “Onde está teu irmão?” (Gn 4,9). E, há que se pontuar que, “muitas vezes, justifica-se que se ultrapassem todos os limites, quando se fazem experiências com embriões humanos vivos. Esquece-se que o valor inalienável do ser humano é independente do seu grau de desenvolvimento” (LS 136).

A razão é talento, possibilitado por Deus, e desenvolvido pelo ser humano, para refletir-se em elemento de concórdia entre os seres. Ressalta-se que “a atividade humana, do mesmo modo que procede do homem, assim para ele se ordena. De fato, quando age, o homem não transforma apenas as coisas e a sociedade, mas realiza-se a si mesmo” (GS 35), isto é, quando há o cuidado com a vida humana, há o agir na própria vida que é edificada.

Implica dizer que a Graça possibilita compreender a Providência, mas que, entre a Graça e a Providência, é necessário que haja a essência administrativa, e isso faz com que o humano “aprenda muitas coisas, desenvolva as próprias faculdades, saia de si e eleve-se sobre si mesmo” (GS 35). A essência administrativa é *práxis*, por isso, ao ser humano, é dito:

“conforme o dom que cada um recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons dispenseiros da multiforme graça de Deus” (1Pd 4,10). Sem esponsalidade,

O ser humano se declara autônomo da realidade e se constitui dominador absoluto, desmorona-se a própria base da sua existência, porque ‘em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus, e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza’ (LS 117).

Avançar sobre as coisas não possibilitadas não é um abandonar a Deus, é precisamente fazer a vontade do Criador, e todo aquele que “faz a vontade do Pai” (Jo 6,38) é com Cristo, filho de Deus. Todo o conhecimento perceptivo à corporeidade humana é uma chance de o humano humanizar-se, no relacionamento que acontece entre as pessoas, a criação, e Deus, que se realiza o desenvolvimento do reino.

O desenvolvimento da *práxis* de vida e vivência humana é “a abertura a um ‘tu’ capaz de conhecer, amar e dialogar continua a ser a grande nobreza da pessoa” (LS 119), e com isso “o lado da criação aberto para Deus nós designamos de ‘céu’. A partir do céu e através dele, Deus atua sobre a terra” (MOLTMANN, 1993, p. 265), de modo que,

O Povo de Deus, movido pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, em que participa juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus (GS 11).

Quando o humano se põe a desvendar os mistérios da criação, está conhecendo a si mesmo, tendo a oportunidade de doar-se como ato administrativo de Deus na criação. Sob a perspectiva de uma criação em desenvolvimento, há que se observar que a criação (criar+ação/agir) de Deus, inspira algo que aconteceu, e está acontecendo.

O ser humano precisa de toda ciência, com a qual seja capaz de promover o bem à pessoa. Quando se diz toda ciência, há aqui, a consciência de que a ciência não é um mal em si. A ciência é a *práxis* do agir e do desenvolvimento do ser humano no reino. O conhecimento não define ou classifica a própria ciência, mas, o uso do produto, conhecimento, mediante a ciência é que pode revelar o bem ou o mal.

Deve-se reconhecer que o uso de métodos incorretos pode fazer com que a ciência percorra os caminhos inadequados para a realização do que se deseja saber, mas isso é uma escolha do cientista/pesquisador, da pessoa. O problema não é o saber, mas os meios/métodos pelos quais se deseja chegar ao saber, ou ainda, como se usa o saber. Destaca-se que não é atribuição classificar as ciências entre o fruto proibido e permitido, mas que a função da ciência é verificar o que há de proibido em cada fruto, e isso acontece diante da *práxis* em esponsalidade com o Criador.

Deus aproxima o ser humano da ciência, e a ciência aproxima o ser humano de Deus, a ciência é o desenvolver-se com Deus; o mau uso da ciência, e do conhecimento por ela gerado, afasta-se da esponsalidade e, com isso, a sedução pelo conhecimento torna-se a ação do indivíduo subvertido de sua função de administrar e cocriar o reino de Deus.

Com efeito, Deus criou os homens sociais por natureza e, já que sociedade alguma pode 'subsistir sem um chefe que, com o mesmo impulso eficaz, encaminhe todos para o fim comum, conclui-se que a comunidade humana tem necessidade de uma autoridade que a governe. Esta, assim como a sociedade, se origina da natureza, e por isso mesmo, vem de Deus' (PT 46).

Quando se fala da essência administrativa, fala-se da capacidade de administrar e de ser administrado, eis que a razão humana permite ser (*minor*) e se colocar *junto de (ad)*, para que, em sociabilidade, em economicidade e em parentalidade se possa *ad*-ministrar a Graça de Deus e não interceptá-la ao próximo. A responsabilidade é o sentido administrativo, aguçando-se por unidade, contingente, mas propiciadora do caminho à unidade em Deus.

Dessa forma, é justa a observação de que a autoridade está associada à responsabilidade e, portanto, desenvolve-se a capacidade política, no sentido de se reconhecer e desenvolver as dimensões de sociabilidade, de economicidade e de parentalidade de toda pessoa. O fato de ser governado ou governante, não inibe a relação de alteridade entre as partes, por isso, a unidade é sempre edificada diante do distinto de si, na construção de uma liberdade social e responsável, onde todas as pessoas possam ser administradores e cocriadores.

2.4.4 CIÊNCIA: VISÃO GLOBAL DA REALIDADE

Há sempre uma tensão entre a potência da razão e a limitação do ato humano, é possível afirmar que na estrutura da própria pessoa, “origina-se com frequência um desequilíbrio entre o saber prático moderno e o pensar teórico, que não consegue dominar o conjunto dos seus conhecimentos nem ordená-los em sínteses satisfatórias” (GS 8).

A potência humana é sempre dependente da *práxis* humana, que é erigida para cocriar e administrar o que existe. É, portanto, sempre dependente das coisas criadas por Deus, surgindo, então, o “desequilíbrio entre a preocupação da eficiência prática e as exigências da consciência moral; outras vezes, as condições coletivas da existência e as exigências do pensamento pessoal e até da contemplação” (GS 8).

Diante da egolatria de cada pessoa “gera-se, finalmente, o desequilíbrio entre a especialização da atividade humana e a visão global da realidade” (GS 8). Nesse cenário, apresenta-se que há o desencantamento com a Criação de Deus e uma sistemática atividade, que apequena o projeto de Deus ao desejo idolátrico de cada pessoa.

Nesse sentido, diz-se que os seres humanos “desencaminhados na inteligência ou pervertidos na vontade, se valem desses meios contra a razão, isto é, para fins que não correspondem à sua própria natureza social nem aos planos da Providência” (MM 198). A fraternidade é a plenitude dessa aventura cocriadora humana, que busca participar e ser cocriador e administrador da obra de Deus. A *práxis* é movimenta cada pessoa, no sentido de evidenciar que se é irmãos, filhos de Deus, segundo o livre-arbítrio, na vida e da vivência humana.

Toda pessoa deve utilizar o conhecimento em esponsalidade, “porque a fé ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas” (GS 11), sentido em que a ciência humana se faz no propósito da onisciência de Deus e se complementa para a realização e desenvolvimento do reino, na contingência da criação humana. Cada povo/comunidade se desenvolve, segundo os próprios conhecimentos. A

esperança possibilita ao ser humano, nunca perder a expectativa de cocriar e a caridade possibilita olhar para toda a família humana com misericórdia.

Quando a ciência humana se faz no propósito da onisciência de Deus, mesmo os povos desenvolvidos, jamais olharão com desprezo todos os que são em Deus seus semelhantes. Quando a ciência humana, tem fins em si mesma, o ser humano destoa da harmonia cocriadora e administradora da criação, e rebela-se contra o reino, porque “A providência de Deus que concede ao gênero humano meios suficientes para resolver dignamente os múltiplos e delicados problemas da transmissão da vida” (MM 198).

A essência administrativa desperta diante da esponsalidade humana com o Criador, é *práxis* de amor que acontece diante das atitudes humana de administrar e cocriar os mistérios de Deus. A aliança esponsal com o Criador é o que direciona o ser humano aos verbos (Palavra), porque, se o desejo é ver no outro algo do ser, é através dos sentidos corpóreos que se compreende a *práxis* de vida e vivência humana.

Sob os preceitos de liberdade, de responsabilidade e de ciência é possível enfatizar que “*cada consciência é interpelada e convidada a interagir com todas as demais, na liberdade, em plena corresponsabilidade com todos e em relação a todos*” (CDSI 163), “a liberdade, assim como a conhecemos agora, é caracterizada por risco, por contingência” (SPONHEIM, 1987, p. 215).

A negação da responsabilidade com próximo é a construção da “torre de Babel” (cf. Gn 11,1-9), em sentido contrário “é uma coisa boa e nobre conhecer Deus como fundamento da vida, pois, conhecendo isto, conhece-se a dádiva da liberdade e seu elemento concomitante, a responsabilidade” (SPONHEIM, 1987, p. 215).

A comunicação é o que exprime o desejo de saber/ensinar, é pela palavra que o ser humano se conhece, “e os teólogos estão nos conclamando a um novo diálogo com as religiões universais. Por isso, é urgente que saibamos o que queremos dizer com a unicidade e universalidade de Jesus Cristo” (BRAATEN, 1987, p. 546). Percebe-se, diante da contingência dos atos humanos, ao mesmo tempo, que se está em íntima relação com o Criador. A esponsalidade é de grande contribuição para formar a comunidade mundial, diante da unipluralidade de culturas e formas de viver.

O amor é o elo entre os povos, e haverá sempre um reconhecer que toda pessoa é à imagem e semelhança de Deus. O amor é o 'local' onde se desenvolve a Nação dos filhos de Deus; isso possibilita a compreensão de que "todos os membros serão sujeitos conscientes dos próprios deveres e dos próprios direitos, e trabalharão em plano de igualdade, pela consecução do bem comum universal" (MM 173).

Desmistifica-se o chamado/mandado a todos os humanos de boa vontade, onde é de se verificar que "*à questão da verdade e do sentido do viver social*, com efeito, o homem não se pode furtar, pois a sociedade não é uma realidade estranha ao seu mesmo existir" (CDSI 163), e neste sentido se conclama todos, de modo que "Se é verdade que o mundo sofre por falta de convicções, nós convocamos os pensadores e os sábios, católicos, cristãos, os que honram a Deus, os que estão sedentos de absoluto, de justiça e de verdade" (PP 85).

É pela palavra, ciência, presença e potência humana, que se realiza a *práxis* de vida e vivência de cada pessoa, na comunicação efetiva entre os povos no mundo se poderá celebrar em comunhão, a unipluralidade e reciprocidade das culturas que emanam da vontade do Criador. Como isso, também é possível aprender as manifestações da vontade de Deus que se realiza na vida e vivência de cada povo.

Todas as vezes que o humano se idolatra por suas obras, também por sua cultura, torna-se implícito a "Torre de Babel" (cf. Gn 11,1-9), a tal ponto que, "A sociedade humana não estará bem constituída nem será fecunda a não ser que lhe presida uma autoridade legítima que salvaguarde as instituições e dedique o necessário trabalho e esforço ao bem comum" (PT 46).

2.4.5 O PLANEJAMENTO É UM EXERCÍCIO DE AMOR

A capacidade de administrar e cocriar os mistérios de Deus estão para a essência administrativa, que habita o íntimo humano. Toda pessoa é partícipe da obra de Deus, administrando os subsídios, as necessidades, e as possibilidades. Nesse sentido, o ser humano em seu ambiente de vida e vivência se apresenta enquanto um ser em desenvolvimento.

A associação e interrelação entre Teologia e Administração podem explicitar-se diante da importância da esponsalidade com o Criador, isso

porque, à medida que se administra a criação se responde à esponsalidade com Deus e, por isso, há *práxis* teológica, e à medida que se faz teologia compreende-se como administrar a Criação.

A esponsalidade possibilita o ser humano agir no espaço/tempo, na origem de eternidade que há em si, e o possibilita compreender o tempo na história da criação. As gerações são sempre '*diá-logos*' com as construções humanas, a fim de buscar delas e nelas, as verdades que fundamentam sua continuidade. Esses elementos exigem planejamento, exercício à razão humana, no desafio de ser administrador e cocriador desse reino em desenvolvimento.

Neste sentido, há que se enfatizar que em “um mundo frágil, com um ser humano a quem Deus confia o cuidado do mesmo, interpela a nossa inteligência para reconhecer como deveremos orientar, cultivar e limitar o nosso poder” (LS 78), aqui novamente se explicita que se é o *homo ad-minister, ad-minus*. Os filhos são *diá-logos* profundos de nossas culturas, costumes, valores, com o próprio reino de Deus e, quando se coloca ao diálogo, é possível verificar o que há de proibido em cada fruto.

Há, então, o interesse de ausentar-se de ideologia reducionista que visa qualificar os frutos como proibidos, para que a ciência, a potência, e a presença humana possam compreender o que há de proibido em cada fruto. Assim, todo pai/mãe apresenta o Jardim ao filho/a e ensina-lhe o que há de proibido em cada fruto.

Uma informação de suma importância, e que “sempre que a força do nosso argumento for a autoridade, em vez do encantamento, teremos um indicativo de que estamos insistindo demais exatamente naquilo que precisa ser abandonado” (SANCHES, 2013, p. 21). O ato administrativo é atitude consciente, que deseja cocriar e administrar a criação de Deus, e nesse sentido, “as pessoas exercem o domínio divinamente legitimado apenas como Imagem de Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 324).

Implica dizer, reconhecer, que enquanto criatura, em esponsalidade, se é capacitado a participar do ato criador de Deus, aderindo ao projeto de amor e comunhão. A atitude humana no espaço/tempo se faz acontecer na comunhão dos partícipes da obra de Deus. E, então, a esponsalidade propulsa a essência administrativa, que é *práxis*, aqui como “semelhança de Deus é

oferta e tarefa, indicativo e imperativo. Ela é tarefa e esperança, imperativo e promessa” (MOLTMANN, 1993, p. 327).

Ao observar a pessoa no ato administrativo e cocriador, que se faz em esponsalidade, enfatiza-se que “como imagem terrestre de Deus, elas refletem a glória do criador. Elas não são apenas pessoas encarregadas de algo, mas são também formas de Deus aparecer em sua criação” (MOLTMANN, 1993, p. 328), então é na atitude de cada pessoa que se faz perceber o agir de Deus na criação.

Diante da árvore da vida o ser humano é capaz de observar o que há de proibido no Jardim, isso implica dizer que o humano exaure sua solidão original à medida que, em esponsalidade, se permite a *práxis* da essência administrativa. Mediante o conhecimento, o ser humano vai, aos poucos, aprendendo a cocriar e a administrar o reino de Deus. A própria morte oferece a possibilidade de adentrar o movimento da criação, onde o mal não é uma possibilidade, e que cada vida será desvestida do que foi auferido pelo mal.

A direção de nossa peregrinação alcançará sua consumação em um novo estado ontológico em que a identidade não mais estará vinculada a contingência. Os fiéis de Deus encontrar-se-ão claramente além do Éden, pois serão ‘incapazes de pecar’ (SPONHEIM, 1987, p. 454).

Negar o princípio é negar a criação, e, a si mesmo, portanto, quem nega a *práxis* de si ao mundo, nega a vontade de Deus. O humano é o *húmus* da terra, edificado por Deus no chamado a Si e no mandado de Si, por isso cada pessoa, “no dar do mundo, quando o eu é criado ele é exigido, para o bem da humanidade” (SPONHEIM, 1987, p. 251).

A herança que se deve possibilitar é a consciência de um reino/humanidade e a função de cada pessoa conforme seus dons, mesmo porque “e pela realidade triúna do que quer que Deus seja, a Palavra que Ele é, é um diálogo, não uma palestra” (JENSON, 1987, p. 190). Oferecer Vida em abundância é fazer com que a morte encontre o ser humano vivo, sedento de vida, e não declinado de sua missão de ser cocriador e administrador do reino, esperançado por Deus à vida humana.

O ser humano é chamado a fazer junto, a edificar o reino; toda pessoa é ad-ministro de Deus que se coloca junto e em comunhão para realizar o reino esperançado à vida humana. “Com efeito, a verdade é ‘lógos’ que cria ‘diá-

logos' e, conseqüentemente, comunicação e comunhão" (CV 4). O diálogo com Deus se estabelece por intermédio de sua criação; realizar a vontade de Deus é aceitar ser da família, filhos e povo de Deus.

2.4.6 ADMINISTRAR É EXPRESSAR COMUNHÃO

Deus possibilita, diante da fragilidade da vida humana, um reino em desenvolvimento, fomentando as possibilidades e necessidades. Quando se diz da ciência do bem e do mal, não se deseja classificar a ciência, mas enfatizar que diante da ciência, da pesquisa e do desenvolvimento, o ser humano está apto a tomar decisões e a indicar o que há de proibido em cada descoberta, bem como a compreender o que há de proibido no caminho/método para se chegar ao conhecimento.

Dessa forma, a comunhão e o trabalho são fontes de sustento da vida humana, que subsiste na economicidade, na sociabilidade e na parentalidade, ou seja, no dom de compreender as necessidades, as possibilidades e os subsídios necessários para edificar a vida humana em determinado espaço no tempo, por isso,

Não é justo que o indivíduo ou a família sejam absorvidos pelo Estado, mas é justo, pelo contrário, que aquele e esta tenham a faculdade de proceder com liberdade, contando que não atentem contra o bem geral, e não prejudiquem ninguém (RN 19).

Em se tratando de parentalidade, de economicidade e de sociabilidade, torna-se possível enfatizar que a separação do ambiente de trabalho da família e seu sentido humanizador embaraçam as formas de relacionamento parental com a família humana; desfazendo-se, então, a comunhão de vida humana. O trabalho, quando desassociado da *práxis* de vida e vivência familiar, acaba por deixar o humano carente de relação, e conseqüentemente desenvolve a egolatria, o nacionalismo, e se finda em um individualismo hostil ao reino.

Quando se desvinculam as dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade da família humana, deturpa-se o sentido de humanidade. O desenvolvimento acontece em virtude da construção de sistemas estatais de controle, "Torre de Babel" (cf. Gn 11,1-9), findando-se em familismo, em nacionalismos e em ideologias protecionista-reducionistas, e assim,

O irmão mata o irmão. Como naquele primeiro fratricídio, também em cada homicídio é violado o *parentesco 'espiritual'* que congrega os homens numa única grande família, sendo todos participantes do mesmo bem fundamental: a igual dignidade pessoal. (EV 8).

O Humano é ser com o outro, isso se explica na saudação amorosa de Adão a Eva, essa sim é “ossos dos meus ossos e carne da minha carne” (cf Gn 2,23), é um reconhecer-se. Não é um ser dualista, mas um ser social, que vive com o outro e no outro a própria vida. Diante de cada ser humano, a criação pode ser observada por si mesma, todavia, enquanto essência administrativa, o humano se permite observar, mediante atitudes de amor e desenvolvimento. Assim cada nova possibilidade, se revela enquanto atitude de quem é à imagem e semelhança de Deus.

Deus cria do nada/*ex-nihilo*, bem como exerce a capacidade de transformação, administração e cocriação, no zelo permanente e amoroso da criação. O próprio perdão é cocriação, é administração amorosa de Deus. Neste sentido de esponsalidade é *práxis* de vida e vivência humana, é preciso firmar que “Se Cristo é chamado de Palavra ou Logos, isto não quer dizer que Ele seja o caso lúcido de ideais gerais, mas que ele é a auto-representada parábola humana da divindade” (AUSTIN FARRER *apud* SPONHEIM, 1987, p. 234).

O ser humano é um ser social, isso implica dizer que a “sociabilidade constitutiva do ser humano, que tem o seu protótipo na relação originária entre o homem e a mulher, ‘união esta que foi a primeira expressão da comunhão de pessoas” (CDSI 37). A dimensão parental está para que, diante da sociabilidade, o humano perceba-se na unidualidade do casal, responsável pela continuidade da existência da vida humana. Se no encontro do casal é possibilitada uma nova vida, o encontro com o próximo edifica a vivência humana no reino.

Por intermédio do vínculo unitivo e procriativo, os cônjuges “expressam reciprocamente o seu amor pessoal na ‘linguagem do corpo’, que comporta claramente e, ao mesmo tempo, ‘significados esponsais’ e parentais” (DV 4b), e torna enfático que a parentalidade não deve se fechar em si mesma, mas ser um serviço à obra de Deus.

A economicidade propulsa o ser humano a administrar “cultivar e guardar a criação” (Gn 2,15), zelando pelos recursos, com os quais precisa conduzir-

se, conduzindo a obra de Deus, e “descobrimo, em crescente progressão, ‘a inexplorável riqueza de Cristo’ (Ef 3, 8), na criação, o trabalho humano se transforma num serviço prestado à grandeza de Deus” (CDSI 262).

2.5 PARENTALIDADE: ADMINISTRAÇÃO DA VIDA HUMANA

A parentalidade é ato humano que possibilita a perpetuação do ser que é à imagem e semelhança de Deus, e perpetua no tempo sua própria e limitada capacidade físico-biológica. A função parental é participar do ato cocriador de Deus, destinado a gerar e cuidar da vida humana. A parentalidade inclui, mas não se restringe, à dimensão biológica, pois, de muitos modos o ser humano é chamado a ser o cocriador de outros humanos, na formação, no cuidado, na alteridade e na dinâmica de vida e vivência de toda humanidade, havendo, portanto, muitos modos de ser pai, de ser mãe, e de ser filhos. Cada filho é súplica e ação (orar+ação), que se prospecta a ser realizada no futuro. Pensar a parentalidade é pensar a unidade primeira da família humana, socialmente constituída e aberta para a grande família humana. Portanto, a parentalidade, a sociabilidade e a economicidade da pessoa devem constituir um dos núcleos básicos, sobre o qual se pensa a administração e cocriação da obra de Deus.

2.5.1 A PARENTALIDADE EDIFICA O REINO

A contingência do reino também se faz em obediência à contingência do reino; é um saber limitar-se e agir sempre em esponsalidade com Deus e responsabilidade com o reino. O agir da pessoa, não é um agir isolado, mas um agir em parentalidade, sob a perspectiva da família humana.

Diante das limitações de cada pessoa, percebe-se a grandeza da comunhão com a vida humana, na missão de cocriar e administrar o reino de Deus. A parentalidade é nossa forma de agir no futuro, no qual a pessoa que o pensa não pode estar, “Como os filhos refletem a fisionomia de seu pai e são uma espécie de prolongamento da sua pessoa, a natureza inspira-lhe o cuidado do seu futuro e a criação dum patrimônio que os ajude a defender-se” (RN 6).

E, nesse sentido, é importante enfatizar que, “quando da união conjugal dos dois nasce um novo homem, este traz consigo ao mundo uma particular

imagem e semelhança do próprio Deus: *na biologia da geração está inscrita a genealogia da pessoa*” (EV 43), assim, toda pessoa é concebida à imagem e semelhança de Deus.

Ainda prospectando a importância de se pensar a parentalidade, e sua reciprocidade socioeconômica, o Papa Francisco enfatiza que “um olhar atento à vida cotidiana dos homens e das mulheres de hoje demonstra imediatamente a necessidade que há, em toda a parte, duma vigorosa injeção de espírito familiar” (AL 183). Nesse ensejo, afirma-se que a parentalidade é fonte de amor e edificação do próprio reino de Deus.

Celebrar a vida é um conjunto de interações que envolvem as possibilidades, as necessidades e os subsídios. É nesse conjunto de interações que a vida é proclamada, cada filho é a edificação da vida humana, que acontece e só acontece na criação. É o ser humano, alçando-se a dizer com Deus, “Façamos à nossa imagem, como nossa semelhança” (Gn 1,26), e ensinando aos filhos a função de administrar e cocriar a obra de Deus.

Acolher um filho como dom de Deus não é negar/negligenciar ao próximo em benefício do filho. Urge dizer que a consciência de si eleva o ser humano a compreender-se criatura que administra em comunhão de vida humana. É sendo criatura que se observa a importância da vida, segundo o chamado a cocriar e administrar a obra de Deus, sempre sob a base original possibilitada por Deus. É na criação o local onde a essência administrativa possibilita ao ser humano o “Cultivar e guardar a criação” (Gn 2,15).

A essência administrativa possibilita abstrair-se do momento e manter-se na realidade, para buscar no passado elementos que, edificados no presente, possam predispor, segundo a expectativa, o futuro. Enfatiza-se a esponsalidade, e nela a essência administrativa. Respalda-se tal afirmativa em função de que “Jesus é retratado como uma pessoa ‘em contato’ com o Deus Criador e com a atividade de Deus. Como tal ele próprio é um agente do poder do Criador” (HEFNER, 1987, p. 294).

A esponsalidade é um ato preliminar, que tem por finalidade assegurar a realização da união definitivo-eterna; aliança esponsal possibilita a essência administrativa para que o ser humano possa, em livre-arbítrio, realizar a vontade de Deus. A união para com a vida eterna se envolve no mistério da

vida, da criação, do Criador e dessas à vivência humana. A esponsalidade é perceptível, porque,

Deus está presente 'repletivamente' em todos os lugares, e, por isso, Cristo também, 'à sua direita', mas para que Deus em Cristo possa estar presente para nós como seres consciente, devemos ser capazes de nos dirigir a ele, de ter uma intenção em relação a ele. (JENSON, 1987, p. 198).

A esponsalidade é, promessa e realização, união recíproca "pessoa 'em contato' com o Deus Criador" (HEFNER, 1987, p. 294), que antecede a união definitiva. Substancia o fazer juntos ou fazer sob o mesmo Espírito e, nesse sentido, toda pessoa é "um agente do poder do Criador" (HEFNER, 1987, p. 294).

Há que se reconhecer Deus, antes do primeiro ato de criação, no qual Ele cria as forças evolutivas e a própria potência, presença e ciência humana que, no diálogo com Deus, extrai inspiração e normas, para dar continuidade à Sua criação. Por isso, "no fundo é o próprio Deus que oferece ao homem a honra de cooperar com todas as forças da inteligência na obra da criação" (CDSI 460).

As necessidades, as possibilidades e os subsídios são observados em perspectiva da sociabilidade, da economicidade e da parentalidade para afirmar que não é o que se tem, mas quantos vivem bem com o que se tem, sem que para isso outros tenham vivido, vivam, ou venham a viver mal. Acolher um filho é acolher a obra de Deus na qual o filho há de morar; educar um filho é educar e transformar a vida sobre a terra, que se renova sob o agir humano. Diante disso é possível afirmar que:

Deixamos de notar que alguns se arrastam numa miséria degradante, sem possibilidades reais de melhoria, enquanto outros não sabem sequer que fazer ao que têm, ostentam vaidosamente uma suposta superioridade e deixam atrás de si um nível de desperdício tal que seria impossível generalizar sem destruir o planeta. (LS 90)

É preciso enfatizar que, quando um genitor explora predatoriamente a criação para o benefício da parentalidade, investe-se de avareza e soberba, um desordenamento do amor para a predileção dos seus. O Papa Francisco (2016) preconiza que "A lógica do amor cristão não é a de quem se considera superior aos outros e precisa de fazer-lhes sentir o seu poder, mas a de 'quem no meio de vós quiser ser o primeiro, seja vosso servo' (Mt 20,27)" (AL 98).

A capacidade de administrar e cocriar os mistérios de Deus está para a essência administrativa, que habita o íntimo de cada pessoa, possibilitando, a percepção e solicitude aos subsídios, às necessidades e às possibilidades às quais o próprio humano e o ambiente se apresentam, enquanto processo em desenvolvimento.

2.5.2 DIGNIDADE E CONCEPÇÃO

A dignidade da pessoa não se embasa no fato da própria consciência, do livre-arbítrio e da racionalidade, mas à concepção de cada ser humano, considerando-se os processos biológicos nos quais é implícita a genealogia do ser humano com Deus. Apresenta-se o termo concepção, porque se fala de um ser humano que é administrador e cocriador do reino de Deus, e nesse sentido a continuidade da vida humana se faz mediante a sexualidade de varão e mulher, é o reino e sua continuidade sob os propósitos do agir humano.

Em se tratando de concepção, da dignidade da pessoa, torna-se evidente que, quando se enfatiza que “o termo ‘pessoa’ indica uma natureza dotada de inteligência e vontade livre” (CDSI 391), esse não é excludente do ser humano não dotado de inteligência e vontade livre, mas sim o indicativo de quem deve ser o ato administrativo de Deus no mundo, de forma a reconhecer a dignidade da pessoa desde a concepção.

Quando a concepção e a dignidade da pessoa estão intrinsecamente fomentadas em um só processo, pontua-se que “a dignidade humana não pode estar dissociada de sua constituição biológica” (SANCHES, 2007, p. 119). Também Rahner afirma “um embrião já é um homem, a essência humana está ‘ali’ [...]; está feito o começo, que é iniludivelmente começo de um homem, é isto e não outra coisa” (RAHNER, 1969, p. 192).

Desde a concepção existe um novo ser humano, para com o qual a família humana deve se ocupar e socializar-se, para administrar e cocriar os mistérios de Deus. A concepção é o momento no qual há um novo ser à imagem e semelhança de Deus, implicando que a humanidade deve reconhecer que a toda vida pertence a Deus, e que cuidar dos filhos de Deus é louvor a Deus, que se realiza no cuidado à vida humana.

Pontuar sobre razão e concepção é elevar-se a compreender que não é a razão, por si mesma, nossa semelhança com Deus, mas a essência

administrativa, que se desenvolve pelos laços de esponsalidade com o Criador, porque “o ser da pessoa brota dessa relação de Deus para com a pessoa e consiste nessa relação, e não nessa ou naquela qualidade que diferencia a pessoa de outros seres viventes” (MOLTMANN, 1993, p. 318).

A essência administrativa é *práxis*, possibilita ao ser humano ser o ato administrativo de Deus no mundo, segundo os próprios dons, e então “a vida que Deus oferece ao homem, é um dom, pelo qual Deus participa algo de Si mesmo à sua criatura” (EV 34). Participar da vida de Deus é, pois, possibilitar que as pessoas sintam Deus diante do agir humano.

A essência administrativa é *práxis*, decorre da esponsalidade com o Criador, nosso Pai, “é por isso que ‘nós somos’ crianças de Deus e chamamos Deus de Abba, Pai querido e, simultaneamente, ‘ansiamos’ pela filiação e não sabemos o que devemos pedir” (MOLTMANN, 1993, p. 108). O dom de ser o administrador e cocriador pode ser percebido quando se enfatiza com base no Livro do Gênesis (2,15) que:

O Senhor quis o ser humano como Seu interlocutor: somente no diálogo com Deus a criatura humana encontra a própria verdade, da qual extrai inspiração e normas para projetar a história no mundo, um *jardim* que Deus lhe deu para que seja cultivado e guardado. (CDSI 452).

Sobre a concepção/epifania, é possível preconizar que “o corpo embrionário desenvolve-se progressivamente, segundo um ‘programa’ bem definido, e com um fim intrínseco próprio, que se manifesta no nascimento de cada criança” (DP 4), O que possibilita a continuidade da vida humana é a sexualidade entre varão e mulher.

Ainda que, com a ajuda das modernas formas de reprodução e/ou fertilização, seja possível dissociar-se o ato sexual e conjugal da concepção, espera-se que o novo ser, nasça da sexualidade do casal, que envolve o afeto, o sexo, o projeto a dois, o desejo de ser pai e mãe e, com isso, espera-se que o filho seja gerado no amor do casal.

Compreende-se o ato sexual, como processo de geração dos elementos necessários para a fertilização/fecundação; isso, porém, não deve ser compreendido como a gênese com a qual a vida foi possibilitada, mas sua estrutura de continuidade e proteção, na vontade humana de proliferar. O que se instiga na esponsalidade é que a fertilização aconteça em ambiente de amor

e acolhimento, onde o filho é concebido no planejamento de quem já é pai e mãe, pois,

O fruto da geração humana, desde o primeiro momento da sua existência, isto é, a partir da constituição do zigoto, exige o respeito incondicional que é moralmente devido ao ser humano na sua totalidade corporal e espiritual. (DP 4).

É da relação de duas pessoas, mediante a sexualidade, que se possibilita a vida, fonte inesgotável de nova vida; no entanto, adverte o Papa Francisco (2016) que “é preciso não esquecer que ‘sexo biológico (*sex*) e função sociocultural do sexo (*gender*) podem-se distinguir, mas não separar” (AL 56). É preciso compreender que, ao ser humano, compete o mandato de administrador e cocriador criado. Implica dizer que a cada pessoa importam suas funções de proteção, de cuidado, de amor e continuidade da vida de todo ser concebido.

Não é uma questão de transformar o conhecimento sobre a genética em fruto proibido, mas é de se observar o que há de proibido nesse fruto. É preciso compreender que, “o corpo de um ser humano, desde as primeiras fases da sua existência, nunca pode ser reduzido ao conjunto das suas células” (DP 4).

Não se está aqui, definindo as funções com base nos sexos que se complementam, mas enfatizando que a relação de varão e mulher será sempre vista, à luz do evangelho, como fonte sacramental, o que implica reconhecer que toda pessoa é concebida à imagem e semelhança de Deus e que deve realizar-se no livre-arbítrio, onde deverá ser elevada a consciência, segundo seus dons, a ser o administrador e cocriador do Reino de Deus.

2.5.3 PARENTALIDADE E ESPONSALIDADE

A corporeidade humana é perceptiva e, diante dos sentidos, cada pessoa deve significar o mundo, segundo a parentalidade, a sociabilidade e a economicidade. O próprio humano se interioriza em sponsalidade, pois é no íntimo de si que habita o ‘fôlego de vida’, a essência administrativa e a imagem e semelhança de Deus imanente em cada pessoa, a *práxis* com a qual cada pessoa se direciona à árvore da vida.

Em referência a um recém-nascido, pode-se dizer que há uma presença virginal, ou seja, o ser humano é expressão de sua corporeidade, propiciando

seu estar no mundo, onde há que significar e administrar a continuidade da Criação, sobre os alicerces da obra de Deus. Implica dizer que o casal que planeja ser pai/mãe acolhe como Dom de Deus a possibilidade de ter filhos, na qual o ser humano (varão e mulher) exerce a semelhança a Deus, desejando e planejando a vida de um filho.

A vida não é algo inesperado, mas dom de Deus, uma nova vida é concebida no planejamento que possibilita conhecer a potencialidade humana de dizer “Façamos o humano à nossa imagem, como nossa semelhança” (Gn 1,26), Portanto, participar da vida de Deus, e dar continuidade ao projeto de Deus é unir-se a Deus no amor de forma que, como,

Imagem viva de Deus, o homem foi querido pelo seu Criador como rei e senhor. ‘Deus fez o homem de forma tal que pudesse desenhar sua função de rei da terra. (...) O homem foi criado à imagem d’Aquele que governa o universo (EV 52)

Francisco (2016) fomenta que “O casal que ama e gera a vida é a verdadeira ‘escultura’ viva, capaz de manifestar Deus criador e salvador” (AL 11); diante de atitudes de sponsalidade, “os humanos se tornariam os perfeitos parceiros de Deus na criação, sendo este exatamente o sublime lugar que Deus teria reservado aos humanos” (SANCHES, 2007, p. 154).

O ser humano, capaz de conceber, deve celebrar a capacidade de ter filhos na atitude de amor, na unidualidade do casal, de forma que à “‘imagem do Deus invisível’, criada no início, está determinada a ser a ‘imagem do filho de Deus que se tornou pessoa humana’” (MOLTMANN, 1993, p. 124). A alteridade humana, *práxis de vida* e vivência na criação, é possibilidade de agir em sociabilidade no edificar a pessoa, desejo de ‘agora façamos’ possibilitado por Deus ao ser humano, perpetra a fecundidade e o administrar.

O desejo de Deus de ver um Si Criador na criação possibilita a humanidade, não como transformação de Si, mas com a concepção humana, isto é, um ser concebido à imagem e semelhança, em correspondência e alteridade com o próximo, com a Criação e com o próprio Criador.

Em analogia, pode-se dizer, assim como o escritor convida caneta e papel, ‘*façamos poesia*’, o Criador convida toda a criação, e, de forma particular a cada pessoa, a inserir-se no mistério de amor, sob o qual Deus na liturgia da criação transforma a Palavra em Carne, dizendo “Façamos o humano à nossa

imagem, como nossa semelhança” (Gn 1,26), o administrador e cocriador da criação.

A sociabilidade propicia que a corporeidade humana seja sempre comunicação a edificar-se, em alteridade com a criação; “carne significa o homem todo, em sua realidade corpórea. Ressurreição, portanto, significa a realização definitiva do homem ‘total’ diante de Deus, que lhe comunica a ‘vida eterna” (RAHNER, 1969, p. 146), é o sim de Deus à vida e vivência que se edificou.

Há, no ser humano, a essência administrativa, que antecede e acolhe todos os dons, sustenta a razão e possibilita compreender que somos feitos à imagem e semelhança de Deus. Nesse sentido, a vida humana é capaz de fazer conforme a vontade de Deus, cocriando e administrando, e não como uma máquina de calcular e racionalizar. O humano é poesia que Deus escreve com a história da humanidade.

O ser humano, ato administrativo de Deus no mundo, templo do Espírito Santo, desenvolve-se livremente, reconhece o futuro após a morte, mesmo porque “o Espírito Santo é a força da ressurreição. A força da ressurreição é o espírito que cria vida. Essa força é *Ruah*, a força do Deus criador, através da qual Deus transmite as suas energias à sua criação” (MOLTMANN, 1993, p. 107). Ao ser humano é possibilitada a essência administrativa para conduzir a obra, cocriando-a, e a conduzir o sopro vital da Vida, diante de uma sexualidade consciente.

Ao dizer que salvamos nossa existência mergulhando-a na graça de Deus, dizemos que ela é salva em sua totalidade. Não se pode perder o que uma vez foi realizado; e não é só: nada do que nos foi oferecido por Deus como possibilidade, permanece irrealizado; esta possibilidade que somos nós mesmos. (RAHNER, 1969, p. 225).

O ser humano é constituído de família e humanidade; no ser de cada pessoa, “‘corporeidade’ também é, correspondente às obras de Deus, o objetivo mais nobre da pessoa e o fim de todas as suas obras” (MOLTMANN, 1993, p. 351). Há vida nas decisões e as decisões da vida representam elevada sintonia com a esponsalidade, de tal modo que o relato da criação humana é precedido por uma decisão pessoal de Deus, e cuja decisão pessoal também é uma decisão em desenvolvimento, isto é, um caminho educativo para a vida humana.

Não é educativo preparar um filho para explorar predatoriamente a criação em benefício da parentalidade, mesmo porque “Deus como criador age na natureza para levar a criação à sua plenitude, por isso a criatividade humana deve estar em sintonia com a criatividade divina, com a ‘criatividade originante e mantenedora’” (SANCHES, 2007, p. 153).

Assim, o humano caminha e conhece o Bom, o Belo e o Verdadeiro e de uma vida arbitrada, demarca presença intencional, toma ciência da criação e de si, e mantém, mediante sua potência, a perspectiva do Reino. A essência administrativa que projeta o humano a ser agente ativo na criação de Deus, conclama a ser, em família, os administradores da criação e, com isso, “de fato, a capacidade que o casal humano tem de gerar é o caminho por onde se desenrola a história da salvação” (AL 11).

Cada filho deve ser educado na parentalidade e esponsalidade com o Criador, inserindo-os nos mistérios de Deus, em uma base de fé, esperança e caridade. João Paulo II (1981) fomenta que “Os pais, que transmitem a vida aos filhos, têm uma gravíssima obrigação de educar a prole e, por isso, devem ser reconhecidos como seus primeiros e principais educadores” (FC 36).

2.5.4 SALVAR E RENOVAR A PESSOA

A corporeidade é elemento constitutivo da pessoa. Nas relações e no chamado/mandado o ser humano, que é o administrador e cocriador, vai desvelando-se *húmus* da criação. Na visão da corporeidade humana é possível afirmar que Jesus se recusa a ver as enfermidades e o caos como castigo divino; sua *práxis* de curas é sinal salvador de quem é o administrador do reino. A presença, ciência e potência de Deus possibilitam que cada pessoa possa edificar a vida e a própria vida da pessoa, na onisciência, onipresença e onipotência de Deus.

Observa-se que a cura é devolver à pessoa seu potencial de percepção, relação, correspondência e alteridade. É proporcionar a ela a liberdade necessária para que, em esponsalidade, possa em um ato contemplativo, ver que tudo “é muito bom” (Gn 1,31). O humano é capaz de sentir a presença de Deus, mediante seu próprio realizar, mediante seu trabalho, *práxis* de vida e vivência.

Eis que “é a pessoa humana que se trata de salvar, é a sociedade humana que importa renovar” (CDSI 18), por isso, o conceito de liberdade é social, e com isso afirmar-se que, “*o exercício da liberdade implica a referência a uma lei moral natural, de caráter universal, que precede e unifica todos os direitos e deveres*” (CDSI 140).

Sobre o preceito de parentalidade e sponsalidade, pontua-se que é a Luz do intelecto infusa por Deus em nós, elementos da essência administrativa – um Si de Deus Criador. Diante dessa luz, compreende-se o que e como se deve edificar o reino, para que se possa ser a *práxis* de vida e vivência humana. Toda pessoa é destinada e chamada a ser ato administrativo de Deus na contingência da Criação, e nesse sentido, “A Lei natural ‘não é senão a luz do intelecto infusa por Deus em nós, graças à qual conhecemos o que se deve fazer e o que se deve evitar’” (CDSI 140).

Quando se enfatiza o ser humano enquanto administrador e cocriador do reino, enfatiza-se que a essência administrativa possibilita observar o que há de proibido em cada fruto, “Esta luz ou esta lei, deu-a Deus ao homem na criação’ e consiste na participação na Sua lei eterna, a qual se identifica com o próprio Deus” (CDSI 140).

Por sua vez, não se pode confundir “Luz do intelecto” (CDSI 140) com ‘Razão’. A razão em sponsalidade com o Criador direciona a pessoa “à luz do intelecto infusa por Deus em nós” (CDSI 140), aqui compreendida como elemento da essência administrativa. É no participar da vida divina, aqui compreendida como a sponsalidade com o Criador, que se insere em uma autêntica dimensão da vida humana e, com isso, o ser humano é mais que sua própria razão, a essência administrativa o faz partícipe da própria vida de Deus.

Não é um contraste com a racionalidade humana, mas prediz que a razão humana, em sponsalidade, eleva o ser humano à essência administrativa, isto é, de algum modo “um ulterior horizonte de vida, que é a própria vida de Deus, e permite refletir mais adequadamente sobre a vida humana e sobre os atos que a constituem” (DP 7).

Essa atitude é possibilitada diante da sponsalidade com o Criador, que propicia ao ser humano, ser os administradores dos desígnios de Deus; portanto, a fé e a razão tornam-se unidade e o agir humano torna-se o ato administrativo de Deus no mundo, fonte de esperança e luz,

Esta luz é simultaneamente a luz da razão e a da fé, através das quais a inteligência chega à verdade natural e sobrenatural da caridade: identifica o seu significado de doação, acolhimento e comunhão. Sem verdade, a caridade cai no sentimentalismo (CV 3).

A esponsalidade permite mais que ter um corpo, propicia ser o corpo, eis que os sentidos voltados para fora, fazem com que a criação seja uma continuidade de si e, nesse sentido, o humano cocria e administra a criação, enquanto se edifica. Amar a si mesmo é se amar como Deus o criou, é amar também o caminho de santificação que cada pessoa se propõe a edificar.

A cura devolve vida à pessoa, pois o reinado de Deus não se refere a algo que ocorrerá depois da morte e sim à vida atual, que já é eterna para os esponsais. É futuro que transcende a linha do tempo, é um futuro da própria história humana e este futuro “transcende todos os presentes recordados, experimentado e ainda para ser experimentados é que chamamos de *futuro escatológico*. Ele não deve ser entendido como *historia futura*, mas como o futuro da historia” (MOLTMANN, 1993, p. 194).

A essência administrativa, que é *práxis*, possibilita ser partícipe da Criação, de forma que conhecer a si mesmo é administrar e cocriar, eficientemente, a Obra de Deus, como uma continuidade e uma complementaridade de si, ainda que:

Propor a todos os homens um humanismo à altura do desígnio de amor de Deus sobre a história, um humanismo integral e solidário, capaz de animar uma nova ordem social, econômica e política, fundada na dignidade e na liberdade de toda a pessoa humana, a se realizar na paz, na justiça e na solidariedade (CDSI 19).

Quando se enuncia sobre a dignidade da pessoa, bem como a missão individual e social a realizar no mundo, espera-se que isso se faça “à luz do evangelho e da experiência humana” (GS 46), possibilitando a realização efetiva “para algumas necessidades mais urgentes do nosso tempo, que profundamente afetam a humanidade” (GS 46). Enfatiza-se, ainda, que,

Um tal humanismo pode realizar-se a tendência à unidade ‘só será possível, se os indivíduos e os grupos sociais cultivarem em si mesmos e difundirem na sociedade os valores morais e sociais, de forma que sejam verdadeiramente homens novos e artífices de uma nova humanidade, com o necessário auxílio da graça’ (CDSI 19).

E é sobre a experiência humana a qual se evoca como um lugar teológico, onde se faz administrar a criação. A administração humana é lugar

onde a razão tem força e não a força tem razão. Não razão, enquanto capacidade de pensar no que se deve acumular predatoriamente, mas a razão em sua plenitude, luz do intelecto, esponsalidade com o Criador.

Sob a perspectiva de experiência de vida e vivência humana, é possível pensar em culturas, e sempre que se fala de culturas se está na dimensão do conhecimento que clama por misericórdia, atenção e desprendimento de preconceitos. O distinto de si deve ser amado e, para isso, se vale a essência administrativa, um Si de Deus, que se faz constitutivo da pessoa; é Deus doando-se enquanto imagem, para que o humano possa ser concebido em dignidade, pessoa semelhante a Deus.

Isso implica dizer que o agir humano deve ser resultado de um processo reflexivo, transparente, honesto, entendido como abertura à alteridade e, por isso, é constitutivo de possibilidades que propiciam o estabelecimento de uma cultura de paz, uma cultura do encontro e da fraternidade entre os povos, elementos esses que devem acontecer no respeito à cultura de cada pessoa.

2.5.5 A PARENTALIDADE ENQUANTO DOAÇÃO DE SI

Permitir que as pessoas, em diálogo e esponsalidade com o Criador, se despertem para sua função na Criação de Deus, é dever da humanidade de significar a criação e nela o próprio ser humano, porque “tudo é considerado a partir da pessoa e em vista da pessoa: ‘a única criatura que Deus quis por si mesma” (CDSI 96).

É preciso que se promova o desenvolvimento de todo o humano e do humano todo, e não das estruturas de controles, de forma que “com a sua doutrina social, a Igreja não persegue fins de estruturação e organização da sociedade, mas de cobrança, orientação e formação das consciências” (CDSI 81), nesse sentido, cada pessoa é responsável por ensinar e possibilitar a consciência de todas as pessoas.

É preciso enfatizar que o ser humano é o cocriador e administrador da criação de Deus, todavia, há que se afirmar que Deus é Pai, e que, se é filho de Deus, e o amor de Deus é o sustento primeiro da capacidade da pessoa de se edificar e desenvolver a criação. Cada filho é a edificação da vida humana, que acontece mediante o arbítrio da vida e o livre-arbítrio da edificação da comunhão de vida e vivência das pessoas na criação de Deus.

O ser humano deve ser respeitado e tratado como pessoa desde a sua concepção e, por isso, desde esse mesmo momento devem ser-lhe reconhecidos os direitos da pessoa, entre os quais e antes de tudo, o direito inviolável de cada ser humano inocente à vida. (DP 4).

Enfatiza-se que, entre a Graça e a Providência Divina, há o agir humano. O ser humano assume-se criatura capacitada a gerir os horizontes da criação e, nesse sentido, é preciso compreender, o tempo/espço de forma passada, presente, expectativa e futura. Portanto, administrar a criação, segundo o mandado/chamado de Deus é cocriar e administrar a criação em esponsalidade, de tal modo que se reconhece que a soberania pertence ao Criador, se é, então, cocriador criado:

O Senhor, todavia, 'não quis reter para Si o exercício de todos os poderes. Confia a cada criatura as funções que esta é capaz de exercer, segundo as capacidades da própria natureza. Este modo de governo deve ser imitado na vida social' (CDSI 383).

O humano é capaz de vivenciar, na cultura, os elementos já vividos, para que possibilitem, de forma comunitária, desenvolver sob nova ótica as dimensões da pessoa. A capacidade de memória, presente e expectativa contribuem, efetivamente, para o desenvolvimento da pessoa e, com isso, o desenvolvimento alicerça o futuro.

As dimensões de tempo/espço significam para a vida humana, o desenvolvimento da criação de Deus, sua cocriação e administração, mediante o agir. A força da memória e a expectativa humana tornam-se fonte e ação cocriadora, sobre a qual se administra a criação de Deus. A liberdade social e a unipluralidade de culturas, promovem um emaranhado de relações humanas; nota-se, então, a importância da palavra administrar (*ad-minus*). As pessoas se predispõem em alteridade com o outro, reconhecendo o dom da política e da sociabilidade, como elo de si e a atitude de ouvir.

Igualmente, "a criação precede-nos e deve ser recebida como um dom. Ao mesmo tempo somos chamados a guardar a nossa humanidade, e isto significa, antes de tudo, aceitá-la e respeitá-la como ela foi criada" (AL 56). Destarte, a possibilidade de desenvolvimento é implícita na existência humana, e nesse sentido, o Papa Bento XVI (2009) afirma que:

Também o desenvolvimento do homem e dos povos se coloca a uma tal altura, se considerarmos a *dimensão espiritual* que deve necessariamente conotar aquele para que possa ser autêntico. Este

requer olhos novos e um coração novo, capaz de superar a *visão materialista dos acontecimentos humanos* e entrever no desenvolvimento um 'mais além' que a técnica não pode dar. (CV 77).

Responsabilidade e livre-arbítrio são basilares, e Deus criou o humano à sua imagem e semelhança, portanto, responsáveis, capazes de amar, e de doar-se, em parentalidade, à família humana. Não há como falar de livre-arbítrio se a responsabilidade não for implicitamente pensada, não há como falar de Reino de Deus, sem a esponsalidade com o Criador.

É na criação que há o necessário para que, a partir dela, e diante da essência administrativa, a vida humana possa evoluir com os próprios recursos, em liberdade, responsabilidade, e esponsalidade, e isso se faz sobre um ambiente onde é possível gerar e educar os filhos. Sobre o embasamento de ser administradores e cocriadores do reino, é preciso pensar a estrutura socioeconômica e suas decorrências para com a vida humana, isso no sentido da economicidade, da sociabilidade, e da parentalidade.

2.5.6 A EGOLATRIA DE QUEM NÃO QUER OUVIR A PALAVRA

A estruturação social – Estado – não pode tomar para si o direito a decisão, tornando-se promotor e ao mesmo tempo um relativizador das desigualdades. Toda pessoa precisa ser capacitada a ouvir/sentir as necessidades, as possibilidades e os subsídios que tem à disposição. Ouvir, não se associa a uma obediência cega, mas em pôr-se a refletir sobre os direcionamentos apresentados; não é colocar-se em submissão, porque “não é das leis humanas, mas da natureza, que dimana o direito da propriedade individual; a autoridade pública não a pode, portanto abolir: o mais que pode é moderar-lhe o uso e harmonizá-lo com o bem comum” (QA II,1).

Aqui não se discute o direito à propriedade, mas se fomenta que o direito à herança das coisas pode originar desigualdades e promover o desequilíbrio entre a parentalidade e a vivência da família humana. Fomenta-se que a herança precisa estar dispersa, diante das atitudes que subsidiam as necessidades das pessoas que se envolveram para tornar algo possível.

Clama-se por vigor na aplicação dos subsídios, frutos e/ou lucros, oriundos do trabalho humano, de modo que “nem ficam de todo ao arbítrio do homem os seus rendimentos livres, isto é aqueles de que não precisa para

sustentar a vida convenientemente e com decoro” (QA II,1). O lucro que aniquila a esperança constitui-se da exploração e/ou acumulação predatória, é precisamente a parte não necessária, ou a que é incorretamente acumulada, sob o sentido de possessividade e poder.

É desse lucro da exploração predatória, que surge a obsessão e a egolatria que transforma a criação em coisa a ser conquistada e possuída. Todavia há que se afirmar que “cultivar e guardar” (Gn 2,15) é, sim, empregar a riqueza e os bens, de forma digna e honrosa e, com isso, é possível afirmar, que o ser humano, quando faz investimentos que promovam o desenvolvimento participativo e compartilhado, está em esponsalidade com o Criador, porque,

Empregar grandes capitais disponíveis para oferecer em abundância trabalho lucrativo, com tanto que este se empregue em obras realmente úteis, não só não é vício ou imperfeição moral, mas até se deve julgar ato preclaro da virtude da magnificência muito em harmonia com as necessidades dos tempos (QA II,1).

Quando é dado ao não necessário, o valor absoluto, esse ocupa a dimensão de sociabilidade no indivíduo avarento e, por fim a dimensão familiar, restando-lhe como opção o trabalho, não no sentido criativo, cocriador e administrador, mas no sentido de exploração e acumulação predatória.

Ao agir sob o desejo de exploração predatória da natureza, e nessa da própria vida humana, cada pessoa torna-se um obstáculo entre a Graça e a Providência divina e, com isso, “povos, raças e nações que se elevam a senhores do mundo não se tornam, com isso, de jeito nenhum, imagem, representantes de Deus ou Deus presente na terra, mas tornam-se, em todos os casos, em monstros” (MOLTMANN, 1993, p. 324).

Sob a perspectiva da egolatria é possível afirmar que ela “gera um sentimento de frustração ou desespero e predispõe para o desinteresse pela vida nacional, impelindo muitas pessoas para a emigração e favorecendo em todo o caso uma espécie de emigração ‘psicológica’” (SS 15).

Na egolatria, é a imagem de si que se projeta sob as posses, e nisto é interessante perceber que “a proibição veterotestamentária de *imagens* protege também a dignidade da pessoa como a *única imagem de Deus*” (MOLTMANN, 1993, p. 319). Nesse sentido, objetiva-se um diálogo entre o ‘eu’ e ‘Deus’ sem o próximo, onde se coloca ‘Deus’ a serviço do ‘eu’, mediante a exploração predatória do ‘próximo’ e da criação.

A egolatria gera a individualização, o eleito, o escolhido e de — “*futuro, serás maldito sobre a terra que abriu a sua boca para beber da tua mão o sangue do teu irmão*” (EV 7). Quando se perde a perspectiva de Reino, perde-se o zelo pela criação, e tudo se torna opção de exploração predatória, em benefício de si mesmo e de sua parentalidade e, então, no,

Lugar da iniciativa criadora prevalece a passividade, a dependência e a submissão ao aparato burocrático que, como único órgão ‘disponente’ e ‘decisional’ — se não mesmo ‘possessor’ — da totalidade dos bens e dos meios de produção, faz com que todos fiquem numa posição de dependência quase absoluta, que é semelhante à tradicional dependência do operário-proletário do capitalismo. (SS 15).

O desinteresse pelo Reino inibe a possibilidade de vida e vivência humana. A egolatria resume o ser humano ao desordenamento do desejo por si mesmo ou no desejo das coisas que satisfazem o próprio ego, onde cada indivíduo passa a ser merecedor do fruto proibido.

É dever cuidar da vida, que é eterna, desde a concepção/epifania, “o evangelho lembra-nos também que os filhos não são uma propriedade da família, mas espera-os o seu caminho pessoal de vida” (AL 18). É preciso que a *práxis* de vida humana promova a esperança do reino de Deus, e com as atitudes de economicidade, de parentalidade e de sociabilidade, se evite que a terra devore os filhos.

Zelar pelos filhos desde a concepção até o último instante de nossas possibilidades é dever, não é a terra que devora os filhos, são as ações e atitudes egolátricas de cada pessoa que, mediante as estruturas de pecado, propulsam uma cultura de morte e negligência que corrompem a vida humana. Cada pessoa precisa compreender o mistério de amor que envolve a própria vida, ou seja, um mistério que possibilita a pessoa torna-se plenamente responsável na obra de Deus.

2.6 CONSIDERAÇÕES

Anseia-se por aprender a ler o livro da criação das criaturas e que se possa exercer o mandado/chamado humano de dominar/ler/conhecer e cultivar a terra. Observa-se que, enquanto núcleo básico de narrativas, o ser humano

deve ser apresentado como administrador e cocriador da obra de Deus, tomando por base as dimensões de vida e vivência humana de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade.

Prospectam-se as bases que devem constituir a formação da consciência da pessoa, e pontua-se com altivez, que não se propõem sistemas de controles que compreendam o que deve ser a pessoa, mas o que deve constituir a base das decisões de cada pessoa. Toda pessoa é chamada à responsabilidade sobre os próprios atos, mas esses atos sempre se realizam sobre uma base preexistente, implica dizer que a pessoa deve ser formada para que exerça as atitudes e, assim, possa realizar-se enquanto pessoa, sob as dimensões da vida e vivência humana.

Quando se apresenta que o ser humano é um administrador e cocriador da obra de Deus, apresenta-se que esse ser humano é administrador e cocriador também do que é ser um ser humano. Nossas relações com a vida humana precisam pautar-se com base nas dimensões de parentalidade, de economicidade e de sociabilidade. Isso possibilita que cada pessoa possa desenvolver-se segundo os próprios dons; essa é a base da obra de Deus, sobre a qual a vida humana se realiza por si mesma.

Nesse sentido, pontua-se que o ser humano é o administrador e cocriador da obra de Deus, que a pessoa deve ser respeitada e amada. Sob tais fundamentos, apresenta-se que a vida humana se dispõe à economicidade, à sociabilidade e à parentalidade, portanto, essas dimensões da pessoa devem orientar a formação de cada consciência humana.

3 ADMINISTRAR E COCRIAR A OBRA DE DEUS EM FAMÍLIA

Este capítulo centrar-se-á na narrativa dos elementos que possibilitam cocriar e administrar a obra de Deus. Serão apresentadas questões sobre a ação humana, no sentido de explorar a essência administrativa, enquanto *práxis* de vida e vivência humana. O ser humano é ser em sociabilidade, por isso, o mandado de Deus ao ser humano é um mandado que acontece em família, ou seja, em seu sentido de família humana e não se fechando na parentalidade.

3.1 ADMINISTRAR O MUNDO DAS CRIATURAS UNGIDAS

A esponsalidade com o Criador propõe a vida humana, segundo o propósito para qual toda a obra de Deus é orientada. Sendo assim, o ser humano realiza-se, enquanto Imagem e Semelhança de Deus, à medida que administra e cocria o projeto do reino. Há de se pontuar que o amor a Deus, que é Pai, propulsa, no ser humano, o sentimento de ser amado, de ser filhos e que, por ser filhos, se eleva ao ato administrativo de Deus na criação.

3.1.1 DEUS CRIOU O MUNDO EM AMOR À CRIATURA UNGIDA

O ser humano é, em esponsalidade com o Criador, o administrador e cocriador, em família, da obra de Deus, de modo a perceber o chamado à parentalidade no “Façamos o humano à nossa Imagem, como nossa semelhança” (cf. Gn 1,26) e na responsabilidade do mandado de “enchei a terra e submetei-a” (cf. Gn 1,28).

O mandado a dominar a terra não é um mandado desordenado, individualista, destrutivo, mas um mandado que se mantém em perspectiva de que a humanidade deve “cultivar e guardar o Jardim” (Gn 2,15) em família. A criatura humana é feita à imagem e semelhança de Deus, é preciso edificar-se o reino esperançado à vida humana e, nesse sentido, em cada concepção Deus diz “este é meu filho amado” (Mt 3,17).

A responsabilidade com dignidade de pessoa pode ser sintetizada na indagação que o Criador fez a *Caim*, “Onde está teu irmão?” (Gn 4,9). A

responsabilidade humana avança por perscrutar a vida e a vivência de toda pessoa, suas lutas e desafios, neste sentido “Desobedecer a Deus significa furtar-se ao seu olhar de amor e querer administrar por conta própria o existir e o agir no mundo” (CDSI 27) e é sob esta perspectiva que se afirma ser a essência administrativa decorrente de esponsalidade.

É em família, diante do planejamento da parentalidade, que se forma um ciclo de redenção das diversas relações existentes, um administrar segundo a vontade de Deus. É basilar a responsabilidade de cada pessoa na formação da sua própria consciência, porque é preciso possibilitar a consciência de que ela é concebida à imagem e semelhança de Deus, isso é possibilitar a compreensão do Jardim, onde se edifica em livre-arbítrio, pois “No matrimônio e na família constitui-se um complexo de relações interpessoais – vida conjugal, paternidade-maternidade, filiação, fraternidade – mediante as quais cada pessoa humana é introduzida na ‘família humana’” (FC 15).

A restrição ao mandado se propõe pela proibição de se apossar do que há de proibido no Jardim (Gn 2,17); sugere-se, também, que é tornar algo proibido no jardim, inserindo-se o ambiente de vida – Jardim – como um desafio à economicidade, à sociabilidade e à parentalidade humana, visto que,

O meio-ambiente natural das pessoas não pode ser entendido isolado do meio-ambiente social. Aqueles processos que interferem de forma destruidora no meio-ambiente natural têm suas origens nos processos econômicos e sociais. (MOLTMANN, 1993, p. 47).

A relação com cada pessoa deve ser pensada sob a perspectiva da indagação de Deus: — “Que fizeste?” (Gn 3,13). É imprescindível a necessidade de que o ser humano desenvolva a cultura do encontro que semeia a fraternidade entre os povos de diversas culturas, reconhecendo-se como carne da mesma carne e ossos dos mesmos ossos.

Há que se ressaltar a pergunta, que se pontua como afirmativa: “Que fizestes?!” (Gn 4,10) que exemplifica tudo o que já foi feito e edificado, enquanto cultura, valores e crenças, mas que tais elementos precisam formar o povo de Deus, capaz do encontro e da fraternidade com outros povos. Assim se é sempre chamado a ser criaturas unguidas, segundo a esponsalidade com o Criador.

Portanto, é a *práxis* que está sendo realizada, e mais que observar o ‘*Que fizeste*’ é planejar o que se faz e o que se haverá de fazer, e isso é possível mediante a essência administrativa, porque “o que acontece na terra, toca o céu: o fato de Caim ter assassinado seu irmão ‘clama aos céus’, e existe ‘alegria no céu quando um pecador se arrepende” (MOLTMANN, 1993, p. 266).

A criatura humana é concebida à imagem e semelhança de Deus. A concepção é o agir/epifania de Deus, na biologia da pessoa está inscrita a genealogia humana em Deus. O ser humano, criado por Deus no chamado a Si e no mandado de Si, é na criação, o ato administrativo e amoroso que conduz a criação à plenitude em comunhão.

O diálogo que sustenta a comunhão e o desenvolvimento remete ao fato de que “onde estiverem dois ou três falando em meu nome, ali estarei” (Mt 18,20) e que Cristo está à direita de Deus, e “porque está sentado à direita de Deus, ele pode cumprir sua promessa final: ‘eis que estarei com vocês sempre, até o término dos tempos, (Mt, 28.20)” (SPONHEIM, 1987, p. 537) para chegar à conclusão de que,

A direita de Deus se refere ao poder de Deus para encher o céu e a terra; refere-se à onipotência e majestade real; é o domínio eficaz pelo qual Deus está em toda parte governando, controlando e administrando todas as coisas. (SPONHEIM, 1987, p. 537).

Na administração e cocriação da obra de Deus o ser humano celebra a própria unção no reino de Deus. Não se está falando da obra humana em si, mas da esponsalidade com o Criador, *práxis* que edifica o reino. A verdade que deve levar o ser humano a formação de sua própria consciência é a de que, “o *homem*, criado à imagem de Deus, *participa mediante o seu trabalho na obra do Criador* e, num certo sentido, continua, na medida das suas possibilidades, a desenvolvê-la e a completá-la” (LE 25).

A formação da consciência de pessoa é sempre mistério e esponsalidade; com isso cada comunidade deve se ater em indicar aos filhos, os valores de cada situação, e formá-los para que possam decidir livre e conscientemente. Possibilitar a formação da consciência de pessoa é proporcionar a cada vida humana, a possibilidade de significar a Criação de Deus e, com isso, tornar-se um ato de louvor, de agradecimento para e inserir-se no mistério de administrar e cocriar a obra de Deus.

Salienta-se que é preciso superar a emblemática do fruto proibido, para compreender também o que há de proibido em cada fruto e, assim dar possibilidades de que se percebam os valores de cada situação. “O mandato de crescer e de multiplicar-se, dirigido desde o princípio ao homem e a mulher, atinge dessa maneira a sua plena verdade e a sua integral realização” (FC 15).

O humano é convidado ao chamado de ser administrador e cocriador do reino, de tal modo que a *práxis* de cada pessoa edifica a si, o próximo e o reino. É notório que o fazer não acontece em plenitude, mas promove a *práxis* de plenitude, possibilitando que cada pessoa se possa ver sob novas possibilidades, como um ser a caminho.

A sociabilidade humana permite ser livre e interdependente, de tal modo que as pessoas “possam ser conduzidas pacientemente mais além, atingindo um conhecimento mais rico e uma integração mais plena deste mistério na sua vida” (FC 9), sentido em que cada pessoa é única no Reino, onde Deus será tudo em todos, para que todos sejam um.

3.1.2 O AMOR DE SER FILHOS

Uma exigência para com a vida humana em sociedade, é que cada filho possa ser concebido e acolhido com amor e carinho e isso implica os recursos necessários para seu desenvolvimento. Nesse caso, é um direito que deriva da dignidade de pessoa, em que “a vitalidade e o equilíbrio da sociedade exigem que os filhos venham ao mundo no seio de uma família e que esta seja estavelmente fundada no matrimônio” (DV II,A,1).

É enfático que o direito de um filho nascer no amor que floresce na conjugalidade, de pai e mãe, não pode ser convertido na obrigação de que os filhos tenham pai e mãe. Quando se fala da unipluralidade de culturas, fala-se da “assembleia ao mesmo tempo visível e espiritual, uma sociedade que perdura no tempo; ela recolhe o passado e prepara o futuro” (CDSI 149), e é sempre gerida mediante a essência administrativa, aliviando as não realizações da verdade na vida e vivência humana.

O direito de um filho ser acolhido por pai, mãe e toda sociedade, não pode constituir-se no direito de a sociedade cobrar dos filhos “que venham ao mundo no seio de uma família e que essa seja estavelmente fundada no matrimônio” (DV II,A,1). Não é que o presente seja diferente para as pessoas,

mas a essência administrativa permite ao ser humano, ser portador de fragmentos da eternidade ainda no tempo – *chronos*, à medida que dá *kairós* ao *chronos*.

Quando os indivíduos se põem a cobrar dos filhos o que deveriam estar proporcionando aos filhos, se põem a causar dores e traumas, de forma que o desejo de conquista torna o ser humano, imagem e semelhança das próprias posses e, se distanciando da vontade de Deus, tornamo-nos o pó da terra. Por isso, “o chamado para a frente é um chamado através das estruturas da vida criatural, e não um chamado para retirar-se delas sob a inspiração da redenção” (SPONHEIM, 1987, p. 440).

Constitui-se na relação conjugal de varão e da mulher, o sacrário da vida humana. O ato amoroso, entre varão e mulher, constitui a unidade primeira da família humana. Contrapõe-se à essência administrativa o excesso de luta para conquistar/apossar-se, em vez de administrar. Deixa-se a esponsalidade com o criador para construir um projeto que diverge do reino de Deus.

Na sexualidade consciente e amorosa, de varão e mulher, os cônjuges se tornam capazes de possibilitar a continuidade da vida humana, no gesto de amor, afeto, fraternidade e comunhão. Aqui não se está atribuindo sacralidade à realização da potência de ter filhos, mas à atitude de ser pai e mãe na conjugalidade do casal. Trata-se da capacidade de ter filhos, que não se dissocia da capacidade de ser pai e mãe; visualiza-se a sacralidade diante da presença, potência e ciência do que se é ser pai e mãe em esponsalidade com o Criador.

Salienta-se que o fruto da potência ter filhos é e será sempre amado por Deus, independente da realização amorosa do ato de sexualidade. Portanto, falar de parentalidade e família humana é estar apto a reconhecer os processos biológicos que possibilitam a concepção, e realizá-los conscientemente. Sanches et al. (2015, p. 27) enfatizam que:

Os projetos de parentalidade podem ter diferentes conteúdos e métodos, mas necessariamente demonstram um padrão ético diferenciado, pois exigem uma tomada de consciência dos processos que envolvem a reprodução humana, o que significa a superação do ‘ter filhos sem pensar o assunto’.

Falar sobre sexualidade não está para o fato do filho que é concebido, mas para a essência administrativa, que possibilita o humano ser à imagem e

semelhança de Deus, sentido em que a sexualidade e a conjugalidade fundam-se na alegria e no “ato da vontade livre, destinado a manter-se e a crescer, mediante as alegrias e as dores da vida cotidiana, de tal modo que os esposos se tornem um só coração e uma só alma e alcancem juntos a sua perfeição humana” (HV 9). Neste sentido, é necessário preconizar que,

Para satisfazer às exigências da justiça e da equidade, é necessário esforçar-se energicamente para que, respeitando os direitos das pessoas e a índole própria de cada povo, se eliminem o mais depressa possível as grandes e por vezes crescentes desigualdades econômicas atualmente existentes, acompanhadas da discriminação individual e social (GS 66).

O humano torna-se o ato administrativo de Deus no mundo, e compreendendo a si mesmo, cada pessoa é capaz de dar continuidade à vida. A relação conjugal, “É, antes de mais, um amor plenamente *humano*, quer dizer, ao mesmo tempo espiritual e sensível. Não é, portanto, um simples ímpeto do instinto ou do sentimento” (HV 9). É preciso compreender primeiramente, a criaturalidade, a conexão com as criaturas e a função de possibilitar espaço e tempo adequado para as criaturas.

Não há tempo para se prender ao passado ou ao futuro, é momento em que a memória, o presente, a expectativa se prospecta na escolha e realização do futuro – um caminhar em direção do bom, do belo e do verdadeiro. Mediante a essência administrativa se é possibilitado ao ato de amor que expressa a íntima relação com o Criador na edificação do futuro esperado. O humano é chamado a satisfazer as necessidades e as possibilidades, com vistas aos subsídios disponíveis, de forma a não comprometer o mandado de cultivar e guardar a criação.

3.1.3 FILHOS: O ESTADO E O TRABALHO

A esponsalidade com o Criador possibilita o planejamento, a família humana é despertada para a perspectiva do reino de Deus, e o casal pode então dizer com Deus “Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem” (cf. Gn 1,26). Compreende-se que, da mesma forma que o ser humano é ‘*feito*’ no mandado e em uma pluralidade, o ‘*domínio*’ a ele conferido também é plural “que eles dominem” (cf. Gn 1,26) para

que, assim, possa haver a correspondência e alteridade entre as pessoas, sua sociabilidade por sinal.

E nessa pluralidade que também se compreende a liberdade, de um ser social, e sobre a qual se constitui a comunhão de vidas humanas. Sob a concepção de uma liberdade social, é notório que “a natureza social do homem torna claro que o progresso da pessoa humana e o desenvolvimento da própria sociedade estão em mútua dependência” (GS 25).

Administrar a criação é permitir que outras pessoas existam em unidade, havendo, então uma unipluralidade. É justa a afirmativa de que “a caridade não é uma junção posterior, como se fosse um apêndice ao trabalho já concluído das várias disciplinas, mas dialoga com elas desde o início” (CV 30).

É preparar para compartilhar de algo que ainda não se tem, o conceito de partilha deve preceder o ter, e o ter deve se valer pela disponibilização e não no direito irrestrito de uso, mas para tornar-se capaz de responder à própria vocação. A sociabilidade humana possibilita a comunhão, de modo que a vida social não é “algo de adventício ao homem, este cresce segundo todas as suas qualidades e torna-se capaz de responder à própria vocação, graças ao contato com os demais, ao mútuo serviço e ao diálogo com seus irmãos” (GS 25).

Sob a perspectiva de parentalidade, é possível enfatizar que não se educam filhos avarentos para viver a vida cristã, mas se é capaz de educar filhos cristãos para viver e transformar uma sociedade avarenta, soberba, e consumista, ainda que “Não apareça a inteligência e depois o amor: *há o amor rico de inteligência e a inteligência cheia de amor*” (CV 30).

Prosperidade participativa e compartilhada é significar as coisas para que essas subsidiem o viver humano, notório que Deus “destinou a terra e tudo o que ela contém para o uso de todos os homens e de todos os povos, de sorte que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade” (CDSI 171).

É fundante saber que “os cristãos não deveriam ter medo do diálogo com outras religiões. As religiões fazem parte do contexto universal no qual a verdadeira identidade de Jesus tem que encontrar nova expressão” (BRAATEN, 1987, p. 546). Sobre expressão compreende-se a *práxis* de vida e vivência do ser humano que substancia a relação com o próximo, com a criação e com Deus, não se trata de ideologias ou defesas, mesmo porque, “Deus não

precisa de nenhuma defesa, mas nossas formulações e compreensões certamente precisam” (SPONHEIM, 1987, p. 271).

O humano cocria e administra a obra de Deus, tendo por base a Criação, e sob esse princípio se baseia o fato de que “a origem primeira de tudo o que é bem é o próprio ato de Deus que criou a terra e o homem, e ao homem deu a terra para que a domine com o seu trabalho e goze dos seus frutos (cf. *Gn* 1,28-29)” (CDSI 171), todavia os frutos não devem se tornar proibidos ao próximo,

E então, eis o quadro: há aqueles — os poucos que possuem muito — que não conseguem verdadeiramente ‘ser’, porque, devido a uma inversão da hierarquia dos valores, estão impedidos pelo culto do ‘ter’; e há aqueles — os muitos que possuem pouco ou nada — que não conseguem realizar a sua vocação humana fundamental porque estão privados dos bens indispensáveis. (SS 28)

Ao mesmo tempo em que o humano é com outro e, por isso, é em sociabilidade e alteridade, é preciso que haja comunhão de vidas, ou seja, é a partir de uma cultura, ambiente de vida e vivência que cada pessoa se vê em correspondência e alteridade com o outro e se desperta para o elo de ser família humana. A vida e vivência é a jornada formadora dos filhos de Deus, como pessoas livres e conscientes.

Quando se fala da nação dos filhos de Deus, enfatiza-se uma nação sem limites geográficos, uma nação alicerçada pela amplitude do amor. O Estado não demarca os limites da ação humana, devendo, as estruturas sociais, contribuir para desenvolver a cultura de amor e encontro fraterno, local onde as pessoas se põem ao serviço do necessitado, em busca de subsidiar as nações, pessoas, menos desenvolvidas.

A compreensão da cultura, também, da estrutura social que abarca inclusive o Estado, é de suma importância, porque é desse ambiente/jardim que se faz o educar das pessoas, “embora entre os homens haja justas diferenças; a igual dignidade pessoal postula, no entanto, que se chegue a condições de vida mais humanas e justas” (GS 29), pois não é possível sentir-se mais estadista/nacionalista do que humano,

Com efeito, as excessivas desigualdades econômicas e sociais entre os membros e povos da única família humana provocam o escândalo e são obstáculo à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e, finalmente, à paz social e internacional (GS 29).

A essência administrativa que torna o humano capaz de ser resposta à própria vocação, o faz ser *minor* para ser com o outro (*ad*) e tornar-se um *ad-minister* – administrador, conforme a vontade do Criador; por isso, “o comportamento da pessoa é plenamente humano quando nasce do amor, manifesta o amor, e é ordenado ao amor” (CDSI 580).

A família é imagem e reflexo de amor, o Papa Francisco (2016) aponta que “no início do Salmo 128, o pai é apresentado como um trabalhador que pode, com a obra das suas mãos, manter o bem-estar físico e a serenidade de sua família: ‘comerás do fruto do teu próprio trabalho’” (AL 23). É também com o fruto do trabalho e da evangelização que os filhos de Deus alimentam a esperança de todos os povos, de aprender e desenvolver meios, para se alimentarem e se colocarem à serviço da família humana.

O filho é o encontro esperançado, de tudo o que há em si, quanto ao conjunto de relações que predispõe a constituir-se em relação de parentalidade, “desse modo os cônjuges, enquanto se doam entre si, doam para além de si mesmo a realidade do filho, reflexo vivo do seu amor, sinal permanente da unidade conjugal e síntese viva e indissociável do ser pai e mãe” (FC 14).

3.1.4 EDUCAR OS FILHOS NO PROJETO DE AMOR À CRIAÇÃO

É preciso louvar e agradecer a Deus, por seu gesto de amor, de criar do nada tudo o que possibilita a pessoa ser à Sua imagem e semelhança. A esponsalidade com o criador potencia, o ser humano, a essência administrativa, que possibilita reconhecer o que há de proibido em cada fruto e fomentar o melhor reino possível na contingência do reino em desenvolvimento.

Entre angústias e esperanças edifica-se a vida humana, na contingência do Reino, para continuar a jornada de cocriadores e administradores da criação. Nesse sentido, “qualquer que seja o progresso técnico e econômico, não haverá no mundo justiça nem paz, enquanto os homens não tornarem a sentir a dignidade de criaturas e de filhos de Deus, primeira e última razão de ser de toda a criação” (MM 214).

Todo o conhecimento, toda a ciência se faz e é inteiramente dependente da criação de Deus; o conhecer humano é o exercer a responsabilidade de ser o administrador e cocriador. A dignidade de pessoa está para o Si de Deus ao

húmus da terra, isto é, a concepção de ser à imagem e semelhança de Deus Criador. O Si de Deus, habita o íntimo humano, tornando-nos administradores e cocriadores.

Assim, o chamado a “sedes fecundos, multiplicai-vos” (Gn 1,28), é compreendido e realizado na parentalidade, unidade primeira da família humana. O matrimônio deve ser pensado em harmonia com um projeto socioeconômico, onde se desenvolve o patrimônio, e deste modo o matrimônio e o patrimônio do casal é um estar a serviço de Deus.

Então, se falta força para gerir de forma digna o sustento, as condições de educação e vivência comunitária, diz-se que falta ao projeto de parentalidade, a esponsalidade com o Criador. Falta ao matrimônio, o patrimônio necessário, quando se enfatiza o ser humano cocriador e administrador, se fomenta que o ser humano tem, e deve ter, por basilar, as coisas deixadas por Deus para o desenvolvimento de cada pessoa, bem como da unidade humana.

A essência administrativa é *práxis*, por ser decorrente de esponsalidade com o criador, que continua sua criação, até a consumação/finalidade do tempo, “nova criação (*creatio nova*)” (MOLTMANN, 1993, p. 300). Quando se pontua a esponsalidade, aponta-se para a unidade essencial de Deus com Cristo, relação circumincetiva, pericorética, que “se manifesta no amor ilimitado de Jesus por Deus e em sua absoluta dedicação em representar o amor incondicional de Deus pelo mundo” (SPONHEIM, 1987, p. 524).

Todavia, qualquer projeto de parentalidade, que se caracterize por negligenciar o próximo, é uma ofensa a Deus. Não se trata do fruto desse projeto ‘a prole’, mas a forma/gênero como é apresentada a criação de Deus a esse filho, e esse filho à criação de Deus. Dar e/ou formar a consciência de pessoa é possibilitar que cada ser humano possa compreender o mistério ao qual se é chamado a administrar e cocriar, o reino de Deus.

A parentalidade não é um projeto abstrato, regrado por leis, direitos e conceitos, há no humano a essência administrativa, que é *práxis*, assim seus projetos são regrados por amor, que abarca, por sua vez leis, direitos, afetos, educação, acompanhamento e o discernimento de conceitos, se o amor não é a base não há desejo de agir, o projeto de Deus se torna obsoleto.

Quando este, criado 'à imagem de Deus... varão e mulher', ouve as palavras 'Prolificai e multiplicai-vos enchei a terra e submetei-a', mesmo que estas palavras não se refiram direta e explicitamente ao trabalho, indiretamente já lho indicam, e isso fora de quaisquer dúvidas, como uma atividade a desempenhar no mundo. (LE 4).

É o agir humano que possibilita compreender a Graça e a providência divina, é a essência administrativa que possibilita a pessoa ser partícipe da própria ação do Criador do universo, e com isso se é o ato administrativo de Deus no mundo, "No desempenho de tal mandato, o homem, todo e qualquer ser humano, reflete a própria ação do Criador do universo" (LE 4) e, aventurando-se neste pensamento apresenta-se que,

A promoção de uma autêntica e madura comunhão de pessoas na família torna-se a primeira e insubstituível escola de sociabilidade, exemplo e estímulo para as mais amplas relações comunitárias na mira do respeito, da justiça, do diálogo, do amor. (FC 43).

O existir e a comunhão não devem se tornar situações distintas; cada cultura deve prezar pelas relações que promovam o desenvolvimento participativo e compartilhado. Toda cultura deve promover a vida e vivência de cada pessoa, de forma a cultivar o desejo de encontrar e estar em comunhão com o próximo, com o desconhecido, cujos elementos prediz uma pessoa capaz de desenvolver a unidade do reino esperado por Deus, as vidas humanas.

Liberdade social implica reconhecer que há direcionamento à sociabilidade, na atitude de quem além de si, vê no próximo sua imagem e semelhança, a tal ponto que se é possível afirmar que "Semelhança de Deus não pode ser vivida isoladamente, mas apenas em comunhão humana. Por isso, a pessoa é, desde o início, um ser social" (MOLTMANN, 1993, p. 321),

O conjunto de políticas, culturas, estruturas socioeconômicas e relações humanas evidenciam a vida em livre-arbítrio e suas consequências para a liberdade social que propiciam a vivência das diversas culturas. Neste sentido é preciso que o ser humano esteja repleto do Espírito Criador, para reconhecer que todas as pessoas são chamadas por Deus a cultivar e guardar a criação; Por isso, João Paulo II (1981) preconiza que,

A expressão 'submeter a terra' tem um alcance imenso. Ela indica todos os recursos que a mesma terra (e indiretamente o mundo visível) tem escondidos em si e que, mediante a atividade consciente do

homem, podem ser descobertas e oportunamente utilizadas por ele. (LE 4).

O agir desenvolve a pessoa, possibilitando as dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade, não enquanto sistemas de controles, mas como um conjunto de conhecimento e *práxis* que se fazem cultura em um progresso participativo e compartilhado. Por isso, o planejamento da parentalidade é constitutivo, subsidiado e subsidiário de um projeto socioeconômico, é unir matrimônio e patrimônio como sacralidade sob a qual se unem homem e mulher à serviço do reino.

O Existir pressupõe a união do homem e mulher, cuja união, diante do planejamento da parentalidade, constitui a continuidade da vida humana, mas não como um fim em si mesmo. É na parentalidade, o local de onde nasce e jorra sem cessar o amor, que permite a misericórdia para com a família humana e, assim, as comunidades e as sociedades se elevem em respeito e alteridade, possibilitando a paz e o amor necessário para a existência humana.

3.1.5 AMAR OU DOMINAR

A essência administrativa, decorrente e dependente da esponsalidade com o Criador, é a resposta e respeito ao mandado/chamado de Deus à vida humana no “cultivar e guardar o Jardim” (Gn 2,15). Triste relato, mas, “Muitas vezes foi transmitido um sonho prometeico de domínio sobre o mundo, que provocou a impressão de que o cuidado da natureza fosse atividade de fracos” (LS 116).

A essência administrativa é constitutiva da pessoa “Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem” (Gn 1,26). O Espírito de amor (*ruah*), que habita o íntimo de cada pessoa, propulsa a essência administrativa que contribui para educar os filhos, na tarefa dada a si mesmo de “cultivar e guardar” (Gn 2,15).

O ato de ser pai/mãe é precedido por uma atitude de irmandade, pai/mãe porque deu origem, irmão porque se tem a mesma origem e dessa forma, a identidade humana está associada à *práxis* de vida e vivência na obra de Deus. A parentalidade é exercida, não diante da potência de ter filhos, mas diante do ato de ser pai e mãe, e que se instiga a dar continuidade à obra criadora de Deus, “assim a tarefa fundamental da família é o serviço à vida. É realizar,

através da história, a bênção originária do Criador, transmitindo a imagem divina pela geração de homem a homem” (FC 28).

E sob essa perspectiva é afirmativo que “Em cada pessoa, ‘mesmo quando se torna adulta ou idosa, quando passa também a ser progenitora ou desempenha funções de responsabilidade, por baixo de tudo isso permanece a identidade de filho” (AL 188), Deus é plenamente Criador da vida humana, mediante a concepção, que acontece em processos biológicos.

O sangue derramado, e/ou que se está derramando na terra, foi antes o sangue da epifania de Deus, concepção humana. É notório que, “o matrimônio desafia a encontrar uma nova maneira de ser filho” (AL 190). É preciso a noção que se é arbitrado a viver neste mundo, no qual se escolhe viver como cocriadores e administradores da obra do Criador e, por isso, implica dizer que, “Não faz bem a ninguém perder a consciência de ser filho” (AL 188).

A essência administrativa que move o ser humano ao que não lhe é possibilitado, *práxis* na obra de Deus que transforma as coisas, e dá à obra um sentido da cidade celestial, na qual se vive com Deus, fala-se, “teologicamente da pessoa primeiro como ‘criatura na comunhão da criação’ e, antes de entendermos essa criatura como *imagem de Deus*, nós a entendemos como *imagem do mundo*” (MOLTMANN, 1993, p. 273).

É Deus o criador da essência da criação, *ex-nihilo*, enquanto ao ser humano, em primeiro lugar, a esponsalidade, e dessa a essência administrativa, que possibilita a habilidade de transformar a criação e significá-la mediante as necessidades, as possibilidades, e os subsídios na própria criação. “Todos somos filhos. E isto recorda-nos sempre que a vida não no-la demos sozinhos, mas recebemo-la. O grande dom da vida é o primeiro presente que recebemos” (AL 188).

Ao mesmo tempo em que o ser humano é criatura, cultiva o ser filho de Deus, e assume o mandado/chamado de ser o administrador e cocriador da criação, remodelando a criação à sua maneira, para entregá-la a Cristo. Todavia “o saber humano é insuficiente e as conclusões das ciências não poderão sozinhas indicar o caminho para o desenvolvimento integral do homem. Sempre é preciso lançar-se mais além: exige-o a caridade na verdade” (CV 30).

Ao ser humano foi possibilitada a essência administrativa, um Si de Deus Criador, para que se torne o Ato livre na condução da obra de Deus, ou mesmo que possa não admiti-la, destruí-la, demoli-la e demonizá-la, tudo está relacionado à prudência ou à imprudência com a qual o ser humano se envolve com a Obra.

O torpor de Adão (Gn 2,21) ainda se faz presente ao gênero humano, e muitas coisas são feitas de forma inconsciente, no caos, e no objetivo de exploração e acumulação predatória. É oportuno o que diz Cristo, “Pai, perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem” (Lc 23,34), e não compreendem que “a felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as múltiplas possibilidades que a vida oferece” (LS 223).

A vida humana é como espelho, recebe luz e escuridão, por sua vez os espelhos só refletem o que há de luz, neutralizando o que não corresponde à luz – o caos, todavia “o que une entre si os fiéis é bem mais forte do que o que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade” (GS 92).

Quando se enfatiza que o amor nasce na parentalidade, mas, só floresce na sociabilidade humana — “O amor social é a chave para um desenvolvimento autêntico” (LS 231) —, pontua-se sobre um ser humano que é responsável pelo próximo que, junto com Deus, é capaz de administrar e cocriar o reino, onde Deus será tudo em todos, para que todos sejam um.

3.1.6 CUIDAR DA NATUREZA É AMAR A DEUS

Deus que criou o mundo, e viu que “era bom” (Gn 1,25), pois sua obra estava completa, também criou/cria o ser humano, em um chamado/mandado à sua própria Obra, “Façamos o ser humano” e viu que “é muito bom” (Gn 1,31), pois agora daria/dá à obra completa, o devido desenvolvimento. É nesta missão que o ser humano é concebido à imagem de Deus para que em livre-arbítrio possa dar continuidade ao projeto de Deus de tornar as criaturas capazes do amor.

Esse sentimento é muito visível na expectativa humana que tem potência de contemplar e expectar, ou seja, a essência administrativa é *práxis*. Por vezes, depara-se com obras humanas que se misturam às obras de Deus, e

provocam as maravilhas de contemplar e dizer que ‘é boa’, expressão que remete a perceber próximos de Deus nas obras humanas, que transformam as coisas possibilitadas por Deus.

Todavia, é quando se veem as obras, feitas pelas mãos humanas, em perspectiva do Reino de Deus, é que se deve aclamar como “muito bom” (Gn 1,31), pois é a certeza de que se está participando, do ato no qual Deus proclama “façamos o humano, como nossa imagem e nossa semelhança, e que eles dominem” (Gn 1,26).

Pontua-se que a parentalidade, quando se fecha em si mesma, desfaz o desejo de Deus por uma família humana; com isso se deseja afirmar que, “Para tornar a sociedade mais humana, mais digna da pessoa, é necessário revalorizar o amor na vida social – nos planos político, econômico, cultural – fazendo dele a norma constante e suprema do agir” (LS 231).

É evidente que “o objetivo dessa história da criação não é a volta a uma situação paradisíaca original, mas a revelação da glória de Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 299), tal afirmativa se faz na observação de que não “nos iludimos de poder substituir uma beleza insuprível e irrecuperável por outra criada por nós” (LS 34), mas no sentido de transformar a criação de Deus, no próprio amor e Espírito, com o qual Deus convida todo ser humano a administrar e cocriar sua obra, por isso,

Contemplando o mundo, damos-nos conta de que este nível de intervenção humana, muitas vezes ao serviço da finança e do consumismo, faz com que esta terra onde vivemos se torne realmente menos rica e bela, cada vez mais limitada e cinzenta, enquanto ao mesmo tempo o desenvolvimento da tecnologia e das ofertas de consumo continua a avançar sem limites. (LS 34).

O trabalho transforma a natureza, mas essa transformação se volta para o próprio humano, para modificá-lo, ao modo que o trabalho é um agir no íntimo humano, é aguçar a essência administrativa. Quando se enfatiza que a essência administrativa é *práxis*, e que é sustentada na esponsalidade com o Criador, pontua-se que o ser humano é uma tarefa dada a si mesmo, para ser no mundo criado o ato administrativo de Deus.

Para Rahner, (1969, p. 147) o “afastamento do mundo e proximidade de Deus não são dois conceitos conversíveis, apesar da nossa tendência de pensar dentro de tal esquema espacial”, a vida humana é precisamente um agir

amoroso na criação de Deus. O afastamento do mundo/criação é negação ao próprio Deus, pois é Deus quem possibilita ao ser humano ser partícipes de sua Obra.

O trabalho não é a fadiga do esforço físico e/ou mental, mas a própria economicidade humana que se faz no agir e contemplar da ação que possibilita direcionar o humano ao Ser. Porque “a justiça há de respeitar-se, não só na distribuição da riqueza, mas também na estrutura das empresas em que exerce a atividade produtiva” (MM 82). Tanto que,

Quando as estruturas, o funcionamento e o condicionalismo de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, entorpecem sistematicamente o sentido da responsabilidade ou impedem que a iniciativa pessoal se manifeste, tal sistema é injusto, mesmo se, por hipótese, a riqueza nele produzida alcança altos níveis e é distribuída segundo as regras da justiça e da equidade. (MM 83).

E seguindo o raciocínio, é fato que, quando o humano se coloca a transformar a obra de Deus não o faz para afastar-se do Criador, porque o ser humano, “ser livre e racional, é chamado a transformar a face da terra. Nessa tarefa, que é essencialmente a obra da cultura, *tanto o homem como a mulher* têm, desde o início, igual responsabilidade” (CM 8).

A *práxis* de vida humana é um aproximar-se de Deus, na essência administrativa, de criatura livre, consciente, responsável, e que deseja fazer parte do reino, onde tudo se pode e de nada se precisa. A essência administrativa habita o mais íntimo humano, é ato que se apresenta entre a Graça e a Providência de Deus, como elemento que permite ao humano uma correspondência ativa, positiva, e livre, para com o Criador.

Na sua reciprocidade esponsal e fecunda, na sua tarefa comum de dominar e submeter a terra, a mulher e o homem não refletem uma igualdade estática e niveladora, mas tampouco comportam uma diferença abissal e inexoravelmente conflituosa: a sua relação mais natural, conforme ao desígnio de Deus, é a *‘unidade dos dois’*, ou seja, uma *‘unidualidade’* relacional, que permite a cada um de sentir a relação interpessoal e recíproca como um dom enriquecedor e responsabilizador. (CM 08)

Eis que “*o mundo se oferece ao olhar do homem como rastro de Deus, lugar no qual se desvela a Sua força criadora, providente e redentora*” (CDSI 487), e nisso se insere a própria edificação da vida humana, que se faz/edifica em esponsalidade com o Criador. Toda pessoa que é chamada a ser pai/mãe,

também são chamadas a exercer a potência de ter filhos e realizar o projeto eterno do reino de Deus.

No exercício de ser na terra a imagem e semelhança de Deus deve-se pontuar que “não fugimos do mundo, nem negamos a natureza, quando queremos encontrar-nos com Deus” (LS 235) a perspectiva da vida é o Reino de Deus, onde a pessoa, “uma vez que, por sua natureza, necessita absolutamente da vida social, é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais” (GS 25).

3.2 ADMINISTRAR E COCRIAR NA UNIDUALIDADE DO CASAL HUMANO

A vida e vivência humana se movimentam em direção ao não possibilitado, o que implica dizer de um reino em desenvolvimento, e nesse sentido também um reino onde há contingências. Propõe-se a observar o reino que se desenvolve à medida que se desenvolvem como filhos, pai, e mãe, e que nesse mistério de parentalidade, enseja-se a edificar o reino segundo a vontade de Deus.

3.2.1 PARENTALIDADE E A CONTINUIDADE DA OBRA DE DEUS

Ao ler sobre o casal “Adão e Eva” (Gn 1,18), compreende-se a importância da humanidade para o ser humano. A relação das pessoas não é uma relação de domínio, no sentido de exploração predatória, submissão, e sim no sentido de alteridade e correspondência, “a autoridade humana pode obrigar moralmente só estando em relação intrínseca com a autoridade de Deus e é participação dela” (PT 49).

O projeto de parentalidade é nascente de onde jorra sem cessar o amor. Se a parentalidade é a unidade primeira da família humana, não se pode falar de boa educação aos filhos se essa educação não for fator de edificação em termos de desenvolvimento participativo e compartilhado. É preciso o alerta de que, cada filho, terá como ambiente de convívio a realidade do mundo a qual se é o administrador e cocriador, por isso cada pessoa precisa ter condições de compreender, apreender e ser sujeito ativo na cultura de seu povo.

É comum verificar ataques a modelos de família, aqui se apresentam os projetos de parentalidade, acreditando-se que este é o fio condutor por onde passa a continuidade da vida humana, “o homem não é senhor absoluto e árbitro incontestável, mas — e nisso está a sua grandeza incomparável — é ‘ministro do desígnio de Deus’” (EV 52).

A vida humana é ungida, e sua razão/consciência unge-se à medida que o humano em família administra e cocria a própria obra de Deus, mantendo-se fiel ao Reino, no sinal concreto que perpetua o amor. Ao criar varão e a mulher à sua imagem e semelhança, Deus chama-os a amar as criaturas como Ele. Deus é amor, e nos seres humanos existe uma vocação, capacidade, e responsabilidade, de promover o amor e ser o administrador e cocriador dos mistérios de Deus.

O amar e a vocação de cada ser humano, e se desvela diante da essência administrativa que proporciona ser o *húmus* da terra. O reino com Deus, é o local onde o pecado não é desejado, o pecado não é realidade, “ao chegarmos ao fim, haveremos de encontrar nossa vida inteira, com todas as suas possibilidades próprias, e o sentido de todas as possibilidades que nos foram ofertadas” (RAHNER, 1969, p. 234-235).

Diante do que se apresenta, é enfático que o ser humano “assim é inteiramente conservado, pois a eternidade não precede o tempo; ela é o acabamento do tempo” (RAHNER, 1969, p. 235). O fato implica fomentar que, o contato com a criação de Deus é elemento de formação da identidade da pessoa, é também por meio das relações e dos contatos que cada pessoa é elevada a formar a consciência sobre a obra de Deus.

Constitui-se o reino de Deus entre as criaturas, o céu então passa a ser compreendido como criação, ‘local/estado’ de sponsalidade, celebrar a vida humana é louvor a Deus. A vida é dom de Deus que arbitra o existir, de cada pessoa, no livre-arbítrio de ser um sinal de sua presença na criação. Quando o ser humano assume que é concebido à imagem e semelhança de Deus encontra-se no jardim/céu com Deus, por isso “se com ‘céu’ a gente se refere à ‘proximidade de Deus’, então não é o céu que determina onde está Deus, mas Deus determina onde está o céu” (MOLTMANN, 1993, p. 253-254).

É possível notar a semelhança entre o céu e o reino de Deus. Cristo evidencia que “a vinda do Reino de Deus não é observável. Não se poderá

dizer: ‘Ei-lo aqui! Ei-lo ali’, pois eis que o Reino de Deus está no meio de vós. É o Reino de Deus que se aproxima e já está no meio de nós” (Lc 17,21), é notório que “o Reino já está misteriosamente nesta terra” (SS 48).

O que se deseja é compreender, o céu, a terra, o paraíso, como criação, e que, o reinado de Deus se faça “assim na terra como no céu” (MT 6,10). A relação de Deus para o eu de cada pessoa, pressupõe a si mesmo, mas a relação de si para com Deus pressupõe o outro – alteridade, isso porque a essência administrativa possibilita nosso ser social.

3.2.2 O MILAGRE DE UMA NOVA VIDA

Quando se apresenta a parentalidade como núcleo sob o qual o ser humano cria e administra a obra de Deus, deseja-se pontuar que “a gravidez é um período difícil, mas também um tempo maravilhoso. A mãe colabora com Deus, para que se verifique o milagre duma nova vida” (AL 168).

Administrar a vida é conduzir o humano à esponsalidade com o Criador e, nesta, ao cuidar, amar e gerar a vida. Portanto, “a maternidade surge duma ‘particular potencialidade do organismo feminino, que, com a sua peculiaridade criadora, serve para a concepção e a geração do ser humano’” (AL 168).

De tal forma que “cada mulher participa do mistério da criação, que se renova na geração humana” (AL 168). Pode-se pensar como diz o salmista “Senhor, formaste-me no seio de minha mãe (Sl139/138)” (AL 168); é notório que, não é só o nascer de uma criança, é o nascer de um pai, uma mãe, na verdade de um novo projeto de parentalidade na vida humana, para ser humanidade.

Quando se diz que varão e mulher colaboram com Deus na edificação e criação da vida humana – o *húmus* da terra, pontua-se que cada pessoa, criança “que se forma dentro de sua mãe, é um projeto eterno de Deus Pai e do seu amor eterno: ‘Antes de te haver formado no ventre materno, Eu já te conhecia; antes que saíesses do seio de tua mãe, Eu te consagrei’ (Jr 1, 5)” (AL 168). Apresenta-se o ser humano no sentido de entendê-lo como administrador criado e, é relevante fomentar que:

De fato, assim como o homem não tem um domínio ilimitado sobre o próprio corpo em geral, também o não tem, com particular razão, sobre as suas faculdades geradoras enquanto tais, por motivo da sua

ordenação intrínseca para suscitar a vida, da qual Deus é princípio (HV 13).

A identidade de cada pessoa, em termos de essência administrativa, *práxis* de vida e vidência humana, possibilita afirmar que, “formas de profissões, idade e histórias de vida mostram os contatos recíprocos com os meio-ambientes e, nisso, também os limites abertos da forma concreta da pessoa” (MOLTMANN, 1993, p. 369).

Entre a contingência e o desenvolvimento do Reino, há o agir de cada pessoa na realização histórica do reino de Deus, a esponsalidade com o Criador edifica a identidade de cada pessoa no reino eterno/escatológico de Deus e, nesse sentido, é evidente que cada pessoa edifica sua história no reino ao mesmo tempo em que edifica a história do reino,

A vida eterna não é a permanência de um sujeito abstrato que, doravante, estará bem porque, outrora, num passado longínquo, conduziu-se corretamente. Antes, é o tempo transformado e glorificado! Então, já não seremos papas ou camponeses, ricos ou pobres; contudo, se tivermos sido isto ou aquilo não seremos transformados em outros. (RAHNER, 1969, p. 235).

Sempre que se fala de desenvolvimento participativo e compartilhado, deve-se pensar a continuidade da vida humana na união e unicidade conjugal, cada pessoa alimenta a criação de Deus com a luz do amor que alimenta sua *práxis* de vida. É a parentalidade, a unidade primeira da família humana, local de onde jorra o amor, portanto, local onde deve acontecer a formação da consciência humana.

A parentalidade, é o alicerce e continuidade da criação de Deus, é onde acontece a cocriação e administração da vida humana, que nasce enquanto imagem e semelhança de Deus e, neste sentido; “Deus criou as pessoas físicas, corporais para serem sua imagem, e seu primeiro mandamento diz: ‘sede fecundos e multiplicai-vos’ (Gn 1,28)” (MOLTMANN, 1993, p. 351).

É por ser à imagem e semelhança de Deus, que cada pessoa é capacitada a se dirigir livremente a Ele, “é por isso que ‘nós somos’ crianças de Deus e chamamos Deus de *Abba*, Pai querido, e, simultaneamente, ‘ansiamos’ pela filiação e não sabemos o que devemos pedir, orar” (MOLTMANN, 1993, p. 108), a contingência do Reino em desenvolvimento,

alimenta a súplica e a oração de cada pessoa, na busca de como desenvolver corretamente o reino.

Assim, como a continuidade da vida humana é dependente da união do varão e mulher, a eternidade da pessoa é dependente da esponsalidade com o Criador, isto, é a concepção humana acontece na genealógica da pessoa em Deus, e esta é chamada a viver o mandado de Deus de ser um cocriador e administrador do reino.

O elo de amor entre varão e mulher é expressão de esponsalidade, fomentar a parentalidade é se pôr à serviço dos filhos de Deus, a tal ponto que, “usufruir do dom do amor conjugal, respeitando as leis do processo generativo, significa reconhecer-se não árbitros das fontes da vida humana, mas tão somente administradores dos desígnios estabelecidos pelo Criador” (HV 13).

A essência administrativa exprime-se na corporeidade humana, é *práxis* que possibilita o ser humano se realizar segundo os próprios dons. Quando varão e mulher decidem gerar filhos, apresentam-se a sociedade, na união conjugal, na barriga da mãe que cresce, no ser do pai que se envolve no amor de gestação do filho, e na corporeidade da criança.

O humano possibilita-se, mediante a busca de verdade, seja na reflexão, na técnica, na ciência, na vida e vivência da humanidade, a ser o administrador e cocriador da criação, segundo os dons que se desenvolvem, mediante a consciência de cada pessoa. Possibilitar a consciência de cada pessoa não é uma imposição, mas uma atitude, ativa, positiva, livre, consciente e responsável, que direcionam todo ser humano à unicidade do agir.

Torna-se evidente, uma vez mais, que o desenvolvimento e a vontade de planificação que o orienta, assim como o uso dos recursos e a maneira de utilizá-los, não podem ser separados do respeito das exigências morais. Uma destas impõe limites, sem dúvida, ao uso da natureza visível. (SS 34)

A *práxis* de vida e vivência humana, clama sempre por uma nova lógica, que exige das pessoas em relação aos subsídios, às necessidades, e às possibilidades, um ato administrativo e “mais do que os séculos passados, o nosso tempo precisa de uma tal sabedoria, para que se humanizem as novas descobertas dos homens” (FC 8).

É necessário observar o que há de proibido em cada fruto, porque “o domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se

pode falar de liberdade de ‘usar e abusar’, ou de dispor das coisas como melhor agrade” (SS 34). O milagre de uma nova vida surge para dar continuidade ao projeto de amor ao qual Deus chama todos os humanos, para serem os administradores e cocriadores do reino em desenvolvimento.

3.2.3 PARENTALIDADE E ESPONSALIDADE

A relação, entre o próximo, a criação, e Deus, é possível porque há um eu, que diante do próprio desenvolvimento participativo e compartilhado descobre que “não é um ser solitário, mas ‘por sua natureza íntima um ser social’ e ‘sem relações com os outros não pode nem viver nem desenvolver seus dotes” (CDSI 110).

Essa reflexão observa o distinto de si, como prolongamento do próprio existir, de tal modo que “cada criança está no coração de Deus desde sempre e, no momento em que é concebida, realiza-se o sonho eterno do Criador” (AL 168), assim, toda pessoa vive a dinâmica escatológica, enquanto edifica a história de um tempo que se faz entre a parentalidade e a sponsalidade.

A solidão original, que fez Adão sentir-se só, alimenta-se do ser humano que não deseja ser uma criatura de Deus; quando o ser humano se intenta em ser causador de si mesmo, abstrai-se da realidade para viver a negação de si mesmo e ser apenas como pó da terra. A solidão original leva o ser humano à insatisfação de ver em um mundo vegetal e animal, sem que haja alguém que lhe corresponda.

A parentalidade propulsa a uma união que realiza a vida humana e com isso se vê enquanto carne da mesma carne e ossos dos mesmos ossos se torna capaz de compreender que não são causadores de si mesmo. É enfático que a relação do ser humano propõe o próximo, a criação, e Deus; de outro modo, enfatiza-se que “como é eloquente aquela insatisfação que se apodera da vida do homem no Éden, quando lhe resta como única referência o mundo vegetal e animal (cf. Gn 2, 20)!” (EV 35). O ser humano é, então, apresentado a si mesmo, mediante o encontro com o outro/próximo e, nesta relação é necessário compreender que:

A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de ‘comer o fruto da árvore’ (cf. Gn 2, 16 -17), mostra com suficiente clareza que, nas relações com a

natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas, mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas. (SS 34)

A essência administrativa é *práxis*, genealogia com Deus, atitude humana, de forma que entre esperança e angústias a pessoa se edifica na história, em um processo onde o trabalho desenvolve a vida e a vivência da humanidade, e, então, para além das leis morais, está a própria genealógica de cada pessoa com Deus,

Depois que os homens, durante séculos, se esforçaram para entender a *criação de Deus como natureza*, a fim de poder usá-la de acordo com as leis científico-naturais que iam sendo descobertas, importa, hoje, entender esta *natureza*, que é reconhecível, dominável e usável, *como criação de Deus*, e aprender a respeitá-la como tal. (MOLTMANN, 1993, p. 44).

A cultura é fonte de significado para a obra de Deus, definindo a forma como as pessoas se relacionam, enquanto humanos administradores e cocriadores, isto por que, “*a relação entre Deus e o homem reflete-se na dimensão relacional e social da natureza humana*” (CDSI 110).

A sociabilidade chama ao desenvolvimento da vida humana; para tanto, é possível enfatizar que “o objetivo dessa história da criação não é a volta a uma situação paradisíaca original, mas a revelação da glória de Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 299) é por isso que “no outro, homem ou mulher, reflete-Se o próprio Deus, abrigo definitivo e plenamente feliz de toda a pessoa” (CDSI 110). Seguindo as observações se torna imponente apresentar que:

Somente a aparição da mulher, isto é, de um ser que é carne da sua carne e osso dos seus ossos (cf. Gn 2, 23) e no qual vive igualmente o espírito de Deus Criador, pode satisfazer a exigência de diálogo interpessoal, tão vital para a existência humana. (EV 35)

A alegria humana não se inicia nas coisas, e sim, na interioridade de um si experimentando-se, enquanto, unidualidade do casal humano na criação. As pessoas se envolvem e desenvolvem-se em família; a pessoa é limitada em seus meios, mas é infinita em suas correspondências. A solicitude e a necessidade do outro eleva o ser humano, enquanto possibilidade de si, ao horizonte do amor, “no outro, homem ou mulher, reflete-Se o próprio Deus, abrigo definitivo e plenamente feliz de toda a pessoa” (EV 35).

A possibilidade de ser pai reside no amor de quem deseja ser mãe, tal afirmativa se torna recíproca, e na atitude de quem deseja ser pai e mãe, reside

a decisão de união e vivência da unidualidade do casal humano, “o homem — mesmo com toda a sua participação no ser pai — encontra-se sempre ‘fora’ do processo da gestação e do nascimento da criança e deve, sob tantos aspectos, aprender da mãe a sua própria ‘paternidade’” (MD 18).

Forma-se o matrimônio e o patrimônio sob o qual se constitui a parentalidade, fomentando a unidade primeira da família humana, local de onde jorra sem cessar o amor a toda humanidade. Vistos sob a concepção cristã, o casal ‘Adão e Eva’ foi edificado por Deus, como cocriadores e administradores do Jardim, “muito eloquente é, efetivamente, ‘aquela insatisfação que se apodera da vida do homem no Éden, quando lhe resta como única referência o mundo vegetal e animal (cf. Gn 2, 20)” (CDSI 110).

Enfatiza-se que o matrimônio é constitutivo de um patrimônio, portanto o sacramento de um matrimônio é subsidiário e subsidiado por um projeto socioeconômico. O que se denomina o sacramento do matrimônio, corresponde, por si mesmo, ao patrimônio, projeto de união que se desenvolve no tempo e espaço, em seus sentidos de união responsável. O matrimônio e patrimônio se realizam na parentalidade, na economicidade, e na sociabilidade do casal, dos filhos, e da própria humanidade.

3.2.4 SER COCRIADOR COM DEUS DA VIDA HUMANA

A esponsalidade possibilita a vida eterna, que começa desde a concepção. Diz-se então, que a concepção é o mistério de dar início a vida eterna, porque Deus “Pôs no coração a duração inteira, sem que ninguém possa compreender a obra divina de um extremo ao outro (Ecl 3,11)” (EV 31). A eternidade da criatura humana é então, vida cheia de futuro, mas com um início, isso implica conhecer as coisas criadas por Deus, é então, uma vida cheia de passado, bem como o Espírito que move as pessoas, em liberdade, e em livre-arbítrio, ao arbítrio da vida,

A origem divina deste espírito de vida explica a perene insatisfação que acompanha o homem, ao longo dos seus dias. Obra plasmada pelo Senhor e trazendo em si mesmo um traço indelével de Deus, o homem tende naturalmente para Ele. (EV 35)

A solidão original é clamor pela obra humana, que se faz à medida que se está em esponsalidade com o Criador. O ser humano, entre angústias e

esperanças, vai se desfazendo do caos – solidão original – e se aproximando do Criador, mediante a essência administrativa desenvolve a capacidade de cocriar e administrar os mistérios de Deus.

A “insatisfação que se apodera da vida do homem no Éden” (CDSI 110), é antes um chamado/mandado a exercer sua semelhança ao Criador, amando e tendo a devida atitude paternal e maternal. Ao se tornarem pai/mãe “os esposos recebem de Deus o dom de uma nova responsabilidade. O seu amor paternal é chamado a tornar-se para os filhos o sinal visível do próprio amor de Deus, ‘do qual deriva toda a paternidade no céu e na terra’” (FC 14).

É em função do próximo e da criação que se é chamado à missão humana de administrar e cocriar a Obra de Deus, de tal forma que Deus constitui o humano em família, para que se possa realizar a *práxis* de alteridade, desenvolvimento e responsabilidade. Nesse sentido, é necessário, apontar a parentalidade, porque,

Somente a aparição da mulher, isto é, de um ser que é carne da sua carne e osso dos seus ossos (cf. Gn 2, 23) e no qual vive igualmente o espírito de Deus Criador, pode satisfazer a exigência de diálogo interpessoal, tão vital para a existência humana (CDSI 110).

Aqui se desvela que o caminho humano a Deus é a humanidade, “se alguém disser: ‘amo a Deus’, mas odeia o seu irmão, é mentiroso: pois quem não ama seu irmão, a quem vê, a Deus que não vê, não poderá amar” (1JO 4,20). A humanidade de cada pessoa se realiza no encontro do ‘eu’ e o ‘tu’ mas como uma continuidade de comunhão para com o próximo, até que o ‘nós’ possa ser toda a humanidade.

O humano que se movimenta ao não possibilitado só se vê diante de decidir o que se possibilita e qual o efeito socioeconômico e parental desta possibilidade, “todo ato humano se movimenta daquilo que era em direção daquilo que haverá de ser; é carregado pela tradição e está repleto dela, mas tem como intenção a criação de algo novo” (JENSON, 1987, p. 103),

O elo, de amor vincula às pessoas na unicidade da obra de Deus, na Criação de Deus as pessoas “estão vinculados entre si pela comunhão na mesma origem, na mesma redenção por Cristo e no mesmo destino sobrenatural, sendo deste modo chamados a formar uma única família Cristã” (PT 121).

O amor reside na dimensão de sociabilidade humana. Por sua vez, João XXIII (1961) enfatiza que “todos somos solidariamente responsáveis pelas populações subalimentadas” (MM 157), quando se reduz a responsabilidade ao ambiente parental, afasta-se do ser família humana, constituído por Deus. A sociabilidade humana é o local onde floresce o amor, que jorra sem cessar da fonte que é a parentalidade “por isso, ‘é necessário educar as consciências no sentimento da responsabilidade que pesa sobre todos e cada um, particularmente sobre os mais favorecidos” (MM 157).

Administrar e cocriar é função humana e, neste sentido, “se o mundo é criação de Deus, ele permanece Sua propriedade e não pode ser possuído pelos homens, mas somente pode ser recebido como empréstimo a ser administrado com fidelidade” (MOLTMANN, 1993, p. 56). A parentalidade é então, *húmus* da terra, à medida que se põe a administrar e cocriar os mistérios de Deus, para toda a humanidade, “esta visão da pessoa humana, da sociedade e da história é radicada em Deus e é iluminada pela realização do Seu desígnio de salvação” (CDSI 37).

Sob o preceito de parentalidade, apresenta-se a família aberta ao projeto de Deus. Uma semente existe para ser um si experimentando-se, nascer, dar origem e continuidade a si mesma, mas sua finalidade implícita está à mercê de um ambiente/criação, bem como aos interesses humanos. Um ser humano, de posse dessa semente, agora é o senhor de seu destino, poderá ser uma semente que, negada enquanto sua potência, não seja fruto. A continuidade de si mesmo pertence ao ato de doar-se livremente, a nova planta nasce quando a semente morre, na verdade a semente não morre quando nasce, mas ao doar-se para a vida, vive.

As sementes que não podem tornar-se ato morrem sendo potência, mas o que é ser potência, se o ato não se realiza. Há um propósito divino na criação, mas a criação sugere saber os propósitos humanos. A essência administrativa vai intimamente gerando capacidade e possibilidade, em movimento para que todos sejam um.

Enfatiza-se que o amor está para a dimensão de sociabilidade humana, quando se aprisiona o amor em quatro paredes infunda-se a dimensão social, e abstrai-se do mundo para viver o familismo. Ser pai/mãe não são atributos que se realizam apenas na educação dos próprios filhos, mas é no mistério de

cuidar dos filhos que todo pai/mãe se tornam gestores, administradores da grande nação dos filhos de Deus.

3.2.5 EDIFICAR O REINO: AMAR UNS AOS OUTROS COMO A SI MESMO

O ser humano é um ser de ação, a esponsalidade com o Criador possibilita que a essência administrativa se desenvolva e, assim, o ser humano se torna o ato administrativo e cocriador de Deus na Criação. Os povos se esquecem do amor, a luta é contra ser diferente, mas é o adversário um ser humano, imagem e semelhança de Deus. É justo o pensamento da unidade que se faz diante da unipluralidade, “porque o que une entre si os fiéis é bem mais forte do que o que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade” (GS 92).

Enfatiza-se que o agir humano desprovido de esponsalidade, provoca uma casualidade do futuro, mas que a ação que se exerce sob a perspectiva da essência administrativa faz com que o humano experimente o efeito da causalidade. Neste sentido insiste-se no poder do planejamento, a capacidade humana de viver o presente e expectar o futuro, pois esperança possibilitada a vida humana se move em direção de realizar o reino de Deus.

Não se trata de um domínio absoluto e controle total, mas que o ser humano por intermédio de seu agir, pode direcionar o próprio futuro na Criação, e, assim, já sentir o próprio viver no reino de Deus, que é eterno. Nesse sentido a esperança é constitutiva da ação necessária em função do objeto esperado, a esperança apresenta como fundamento a fé que propicia viver a escatologia do Reino, mesmo ainda estando na contingência da Criação.

A egolatria, a avareza, e a soberba fazem com que o indivíduo se apodere das coisas, formando uma cultura de ódio, morte, e desencontro e nesse cenário, se indaga sob a afirmativa, “é estranho e curioso com quanta rapidez todos nós conseguimos chegar a uma consciência tranquila quando é ‘apenas’ o adversário que precisa morrer” (RAHNER, 1969, p. 174).

A vida que temos, já é a vida eterna, “o Reino já está misteriosamente nesta terra” (SS 48), mas a eternidade embasa-se no gesto de amor que se realiza em esponsalidade com o criador, é significativo que “a palavra *parusia*

significa, no grego, presente, respectivamente aquilo que se aproxima” (MOLTMANN, 1993, p. 199).

O gesto de amor que se faz em função de Deus, da Criação, e do próximo é o conteúdo sobre o qual se constitui a identidade humana, a identidade escatológica, por isso “o conteúdo da vida presente é memória e expectativa, de alguma forma unidas. Falamos de ‘Deus’ para dar nome a essa união. Ou melhor, falamos com Deus e a partir dele para invocar a mesma” (JENSON, 1987, p. 105).

Diante do que se apresenta, afirma-se que a vida é composta de passado, presente, expectativa e futuro, dimensões da vida humana, que devem ser pensadas e vividas em esponsalidade com o Criador. Cada pessoa é concebida à imagem e semelhança de Deus, comporta em seu ser toda a eternidade da criação.

As atitudes são eternas por estar em esponsalidade, já se vive segundo a vontade de Deus, e os elementos da relação ontológica é o que aproxima da eternidade, a escatologia da história, onde “o ser humano está determinado a ser o ser vivo eucarístico. Expressar a experiência da criação em agradecimento e louvor é sua determinação desde o início” (MOLTMANN, 1993, p. 112), se é,

Então levados, em todo o caso a afirmar que o planejamento criativo e a realização de um futuro humano não é qualquer coisa que o cristão possa encarar como tarefa colateral, mas constitui a mediação concreta da sua disponibilidade real, e não apenas teórica, em face do futuro absoluto de Deus. (RAHNER, 1969, p. 178).

A vida humana é sempre a alegria de ser responsável pela criação, todo o que se faz de alguma maneira influencia o próximo, a criação e a própria vida que é de Deus. Mesmo a morte parece revelar algo de bom da pessoa que viveu/vive também um cessar do mal que praticou, mas o que é esta pessoa que morreu sem o mal que praticou? Teria ela interesse em uma vida eterna se os frutos, o domínio, e o poder de seus males não a acompanharem.

Toda pessoa é jarro nascente e jorrante de amor, que purifica o mundo/ambiente e o próprio ser, é preciso afirmar que há no ser humano um dom primeiro pelo qual se torna capaz de responder ao chamado de Cultivar o Jardim, esse dom primeiro é o que se assinala como a essência administrativa, salienta-se que na eternidade,

A caridade dá verdadeira substância à relação pessoal com Deus e com o próximo; é o princípio não só das microrelações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também das macrorrelações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos. (CV 2)

Cada pessoa forma e possibilita a consciência do próximo, ao proclamar o amor, na cocriação e administração da obra de Deus, fonte e modo humano de amar, porque as lembranças/fé/esperança do amor é, por sinal, um desejo que se reencontra com o próprio acontecimento, no futuro escatológico da história.

Há em Deus, o ato de amor, sua criação, e nesta criação do ser humano que se reveste de uma relação sponsal e que, por isso, tudo subsiste em Deus. Há no humano a plenitude da dignidade de pessoa, que criada à imagem e semelhança de Deus é capacitada à sponsalidade e nela se torna o próprio ato administrativo de Deus no mundo.

3.2.6 PLENAMENTE CRIADOR NO MISTÉRIO DE SER PAI E MÃE

O ser humano desenvolve-se mediante a potência da essência administrativa, que se torna ato em forma de decisões e que, abstraindo da memória, da cultura e da hodiernidade, formulam a expectância com a qual formarão o futuro. A pessoa é a criatura ungida que dará continuidade à cocriação e administração da obra de Deus.

Deus é plenamente Pai, no mistério absoluto de quem é mãe, Deus é plenamente Mãe, no mistério absoluto de quem é pai. Deus se faz plenamente Criador, no mistério de amor que envolve a longevidade de varão e mulher, que de forma consciente dizem a Deus “façamos à nossa imagem e semelhança” (Gn 1,26), e aos filhos dizem “que eles dominem” (Gn 1,26).

O ser humano administra os subsídios necessários às novas possibilidades, fomentando que a esperança é constitutiva da ação necessária em perspectiva do reino esperado, ou seja, “a esperança encoraja a razão e dá-lhe a força para orientar a vontade. Já está presente na fé, pela qual, aliás, é suscitada” (CV 34).

Eis que “Iahweh Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e guardar” (Gn 2,15). Se por um lado é dever humano cultivar o Jardim insere-se o momento posterior, a necessidade de administrar e

promover o desenvolvimento, bem como o guarda na relação e esponsalidade com o Criador.

A esponsalidade que se revela na vida, na aceitação e na adesão ao projeto de Deus, torna cada vez mais transparência à imagem e semelhança de Deus, porque o “direito somente existe onde o detentor do poder se reconhece limitado, porque alguém só é homem inteiramente ‘humano’ quando desiste de ser ele mesmo o absoluto” (RAHNER, 1969, p. 183).

A esperança não é uma vontade falsa, constituída de interesses alheios, mas é precisamente a certeza de se estar com Deus, com o próximo, e com a criação. Há que se afirmar que “Jesus também não era um quietista, oferecendo consolo barato às pessoas cuja situação deplorava, mas em relação à qual nada fazia” (BRAATEN, 1987, p. 477).

Planejar é decidir, na hodiernidade, o que expectar e realizar em relação ao futuro, fala-se de pessoas que desejam dar continuidade ao projeto de Deus, “porém não têm esperança de alterar as condições que criam pobreza e opressão. Recomendando sofrimento paciente neste mundo, prometem uma recompensa celestial no outro mundo” (BRAATEN, 1987, p. 477).

A solidão é a aceitação da inércia na vida humana, é negligência ao próximo, é a solidão de quem não se importa com a pessoa que é imagem e semelhança de Deus. O anúncio do Evangelho de Cristo comporta a renúncia e a denúncia dos projetos que promovem individualidade, avareza, soberba, servidão e a exploração predatória da natureza.

O planejamento é constitutivo das ações necessárias para alcançar o objeto do planejar, poder-se-ia ainda mencionar que é fazer no presente o necessário para que se tenha o futuro desejado. Assim, o humano diante do livre-arbítrio pode revelar os desígnios de Deus Criador, “o amor, no entanto, é a autocomunicação do que é bom. Esta autocomunicação do bem somente pode acontecer em liberdade. Liberdade e amor são, neste sentido, sinônimos” (MOLTMANN, 1993, p. 130).

Administrar é dar possibilidades ao que existe, é avançar sobre o que não é possibilitado, mas que se alça em ser possibilitado no futuro, pela ação humana. É função da ciência administrativa, *práxis* da essência administrativa, despertar o humano para sua humanidade, diante dos subsídios, das

necessidades, e das possibilidades, em um lastro de comunhão com a família humana, fonte de esponsalidade para com o Criador.

Enfatiza-se a necessidade de observar o que há de proibido em cada fruto, isso se faz em nossa capacidade de estar abertos ao conhecimento e ao desenvolvimento. Se a liberdade e o amor são sinônimos, a verdade liberta para conhecer o amor, também o amor é a verdade que liberta. Administrar e cocriar assumem a busca por um elo que vincula contingência, providência, livre-arbítrio e amor.

A essência administrativa, o Si de Deus Criador, é a Graça Providente de Deus para que o ser humano seja seu administrador e cocriador, assim a Graça precede o Dom e o mandamento de “cultivar e guardar a criação” (Gn 2,15) é possibilitado porque habita o íntimo do ser humano, o Si de Deus.

3.3 PÃO PARTILHADO E PÃO ACUMULADO

O que se deseja, neste tópico, é pontuar sobre o que se está acumulando nesta vida, e se ainda é possível acumular algo nesta vida. Nesse sentido, ainda é possível avançar nessa afirmativa, sobre o que é que se pensa ter quando se remete a riquezas das cédulas e cifras monetárias. Há de se apresentar a dificuldade humana de compreender os modelos nos quais se insere a vida do ser humano, porque são modelos incompreensíveis. Se há algo sob a responsabilidade de cada pessoa, esse algo precisa estar disposto à consciência humana, mas não há como prover a vida humana, quando se deseja inserir o indivíduo em um sistema de controle. A própria pessoa é a fonte de parentalidade, de economicidade e de sociabilidade que propicia o desenvolvimento da vida e vivência humana na criação de Deus.

3.3.1 O CRIAR DE DEUS: PROLIFERAR HUMANO

Ao edificar-se em família, cocriar e administrar a obra de Deus, varão e mulher têm funções específicas, imutáveis, e livres sob a continuidade da vida humana na criação. O livre-arbítrio é constitutivo de responsabilidade, sendo prudente a avaliação ética dos processos reprodutivos, biológicos e genealógicos, e nesse o dever da parentalidade para com a família humana.

O próprio planejamento da parentalidade é serviço, abertura, e desenvolvimento para a vida humana que se edifica, pois, “o Criador confiou a vida do homem à sua solicitude responsável, não para que disponha arbitrariamente dela, mas a guarde com sabedoria e administre com amorosa fidelidade” (EV 76). Cristo é anterior ao ato, é um com o Criador, é administrador do Reino. Jesus não é o resultado ou o produto do pecado, mas o amor primogênito que antecede e é com Deus a Ação Criadora de Deus.

A parentalidade não é uma estrutura fechada em si mesma, mas uma atitude de amor que se reflete a conceber e edificar a vida humana, imagem e semelhança de Deus. “Cristo é aquele que ‘sabe o que há no homem’ (cf. Jo 2, 25), no homem e na mulher. Conhece *a dignidade do homem*, o seu valor *aos olhos de Deus*” (MD 13).

Ser o Pão da vida e elevar o ser humano à compreensão de que o pão partilhado e o pão acumulado são fatores que diferenciam a vida da criatura é de fundamental importância, isso é possibilitar a consciência de pessoa. O pão partilhado é sinal de humanidade, o pão acumulado predatoriamente é sinal de avareza e não de riqueza, e cada pessoa é chamada à consciência de estarmos à serviço do Reino.

A criação é, então, ambiente de vida, necessitado de desenvolvimento e que precisa ser administrada. A contingência do reino é o clamor do próprio Deus para que sua criatura possa administrar, e então, “entre a época de seu ministério terreno e de sua volta no fim do tempo para julgar o mundo, Jesus governa agora como o senhor da história e da igreja” (SPONHEIM, 1987, p. 536).

O planejamento da parentalidade promove a vida diante da realização humana e que ao cocriar e administrar a obra de Deus cumpre a missão humana de continuar a criação, conduzindo-a em plenitude. O vínculo entre os cônjuges concede a eles a Graça para atingir a plenitude de suas vidas, alcançada na vivência de uma conjugalidade e na relação de responsabilidade e educação dos filhos, não como uma obra em si, mas como o dom de semear aos filhos e com os filhos a vivência de amor à obra de Deus.

Na *práxis* de administrar e cocriar a criação de Deus, o humano cumpre o mandado/chamado de Deus e, com isso, realiza-se a si mesmo enquanto um ser a serviço do reino, “visto que o homem não deve realizar sua salvação fora

da sua tarefa mundana, mas somente através dela, recebe assim a sua mais alta dignidade, sua glória, seu risco e significado última” (RAHNER, 1969, p. 133).

O ser humano realiza na criação a edificação da própria criação de Deus, o ser humano não aprende a Criar *ex-nihilo*, é nele, que há o Dom primeiro de administrar e cocriar, com base na Criação de Deus, neste sentido,

A imagem de Deus sempre corresponde exatamente à presença de Deus no mundo, pois a imagem representa esta presença. Por isso, ela não está definitivamente fixa, mas se transforma correspondentemente à história da presença de Deus no mundo. (MOLTMANN, 1993, p. 329)

As pessoas em famílias transformam a sociedade, mediante manifestações da conjuntura socioeconômica, em que “A verdadeira sabedoria, fruto da reflexão, do diálogo e do encontro generoso entre as pessoas, não se adquire com uma mera acumulação de dados, que, numa espécie de poluição mental, acabam por saturar e confundir” (LS 47), mas revelam uma sabedoria, que alimenta o conhecimento e *práxis* de vida e vivência humana.

A educação, a vida e a *práxis* humana são locais de reflexão, de pesquisa e de desenvolvimento, e não onde se depositam dados e informações, ou mero pragmatismo. As manifestações socioeconômicas geradas entre o processo de informação e de formação, mediante os instrumentos de transmissão e comunicação, influenciam os padrões sociais, econômicos e parentais, diversificando-os.

A formação da consciência humana deve capacitar a pessoa para que possa ser assertiva no cenário em que o conhecimento for solicitado. Não é um processo onde se formam modelos, mas um processo com o qual se apresenta a cada pessoa a necessidade de ter consciência. Por sua vez, é enfático que consciência não é só saber técnico, mas um conjunto de implicações que se alicerçam no amor à criação de Deus, e no respeito a cada vida humana.

A cultura, para que o conhecimento seja uma possibilidade de amor, precisa estar desprendida da egolatria, da soberba, e da exploração predatória da natureza. Quando se observa o ser humano diante da centralidade de seu conhecimento, cada pessoa quer se tornar um novo ‘deus’ e, com isso perde a capacidade de olhar a sua própria humanidade.

O racionalismo afasta o ser humano de se sentir, ossos dos mesmos ossos e carne da mesma carne. A razão, enquanto gnosticismo leva-nos a compreender enquanto pensamento do próprio pensamento, sobre o preceito de *'penso logo existo'* e não na relação que se estabelece para o diálogo de quem é o outro/próximo.

Há a necessidade de avaliar o impacto desses acontecimentos diante da formação da consciência da pessoa. Formar a consciência não é impor modelos, é antes possibilitar que cada pessoa possa descobrir sua vocação no reino de Deus. É certo que o processo de globalização afunila o Estado a se reconhecer como família humana, a Nação de amor, Nação dos filhos de Deus.

3.3.2 MISTÉRIO DE COMUNHÃO COM O CRIADOR

Ao tomar consciência da necessidade de se reconhecer como cocriador e administrador da Criação, cada pessoa se reconhece como criatura chamada pelo Criador a edificar o Reino, onde todas as pessoas são ossos dos mesmos ossos e carne da mesma carne, enfim, se é semelhante. O mandado a “cultivar e guardar o Jardim” (Gn 2,15), e promover a alteridade humana no chamado à “Sede fecundos, multipliquem-se” (Gn 2,18), possibilita compreender o projeto do Criador, para tomar as decisões pertinentes e edificar a si e o Reino.

As pessoas em sponsalidade formam a família humana, porque “Deus, que é amor e vida, inscreveu no homem e na mulher a vocação a uma participação especial no seu mistério de comunhão pessoal e na sua obra de Criador e Pai” (DP 9). A criação de Deus é para o ser humano o primeiro sinal de sua função, respeitar e realizar a missão é ser cocriador e administrador da Obra. Isso não acontece de maneira isolada e fragmentada, mas em um processo de sociabilidade, de economicidade e de parentalidade na família humana.

Deus é Criador do ser humano, no próprio mistério humano de ser pai/mãe, Deus se revela Criador ao contar com a presença, a potência, e a ciência humana no ato de “cultivar e guardar o jardim” (Gn 2,15) e de “sede fecundos, multipliquem-se” (Gn 2,18), conduzam a espécie humana, no jardim que lhes é ofertado enquanto ambiente de vida e vivência.

A sponsalidade é propulsora da essência administrativa, *práxis* de vida e vivência humana e, quando se diz dessa relação de resposta humana a Deus,

preconiza-se sobre um “estado de radical receptividade [...] É o lado receptor de um relacionamento criado pelo Espírito de Deus” (BRAATEN, 1987, p. 39), pois a esponsalidade com o Criador possibilita a essência administrativa, a voz de Deus que continua no livre-arbítrio humano.

Em esponsalidade com o Criador, cada pessoa deve ver/sentir e agir na continuidade do Reino, “a filiação em relação a Deus, que foi inteiramente realizada em Cristo, pertence à natureza de todos os homens; ela caracteriza a humanidade como o Criador pretende que ela seja” (HEFNER, 1987, p. 297). Na realização da parentalidade que se abre à família humana, cada pessoa é sinal visível de Deus; o ser humano se apresenta enquanto o Pão da vida, o Pão partilhado,

À parte da revelação, ela (existência humana) não pode identificar e nomear a realidade daquele que é verdadeiramente Deus. Na melhor das hipóteses, pode mostrar que os símbolos e a linguagem religiosa operam de uma forma que tem sentido porque revelam dimensões da existência humana que buscam a realidade última e o sagrado. (BRAATEN, 1987, p. 37).

Quando se enfatiza o Criador, fala-se da face da criação que busca a razão do próprio existir e que, antes de ver Deus, vê a Sua ação criadora, na qual o humano – varão e mulher – age para edificar a si, o outro e o Reino. A edificação da vida humana em esponsalidade é um processo de alteridade, e desenvolvimento participativo e compartilhado. O ser humano é um ser a serviço da vida e “como imagem de Deus, a pessoa representa Deus sobre a terra; como sua semelhança, a pessoa o reflete” (MOLTMANN, 1993, p. 317).

Reconhecer o próximo como semelhante é o caminho pelo qual o ser humano se reconhece humano, é capacidade humana estabelecer diálogos, comunhão e, com isso, cuidar da Criação, do próximo, e da relação com o próprio Criador, ainda que,

O pressuposto antropológico da teologia é a presença da imagem de Deus na natureza humana. Essa imagem constitui a raiz da possibilidade de compreender a auto-revelação de Deus. Ela atua como o desejo de conhecer o ‘ainda não’ conhecido, em busca do ‘conhecimento das coisas esperadas’ (BRAATEN, 1987, p. 40).

Aqui se faz notar que, cada palavra provoca reação ao que ouve; por isso, a palavra é precedida e constitutiva de planejamento. Ao humano, foi permitida a vontade própria, não de existir, mas de conduzir o próprio existir e

a existência, e “a natureza é somente ‘um grande recipiente cheio de futuro’” (MOLTMANN, 1993, p. 261) e, nesse sentido, o humano move-se ao não possibilitado, cocriando e administrando, dia após dia o mistério da vida humana.

A vida eterna não é a permanência de um sujeito abstrato que, doravante, estará bem porque, outrora, num passado longínquo, conduziu-se corretamente. Antes, é o tempo transformado e glorificado! Então, já não seremos papas ou camponeses, ricos ou pobres; contudo, se tivermos sido isto ou aquilo não seremos transformados em outros. (RAHNER, 1969, p. 235),

Há no humano a essência administrativa – um Si de Deus. O ser humano é feito à imagem e semelhança de Deus, para ser um propósito no Reino de Deus, pois o agir de Deus em parceria com o agir humano, fomenta o agir divino. É a potência humana, um propósito na onipotência de Deus, é a presença humana, um propósito na onipresença de Deus, é a ciência humana, um propósito na onisciência de Deus.

Assim, o ser humano é o pão da vida à medida que se apresenta enquanto o pão que se doa ao serviço e desenvolvimento da criação, e não como o pão que se acumula, na exploração predatória da criação. O desenvolvimento da criação de Deus é alicerçado na entrega de cada pessoa que realiza os sinais de amor que resulta da esponsalidade com o Criador.

É preciso edificar-se na obra de Deus contribuindo para o desenvolvimento do Reino em um processo mútuo de desenvolvimento de si e da obra do Criador. O referido processo acontece sempre na alteridade das relações do ser humano para com o ser humano e desse para com todas as coisas criadas por Deus. Portando, edificar-se em família na esponsalidade com o Criador, é assumir que se é uma missão livre, que adere aos planos de Deus na Criação.

3.3.3 O ESPÍRITO COCRIADOR NA UNIDADE FAMILIAR

A criação é ato de amor. O casal colabora com Deus e diante do amor e na esponsalidade se falam novamente “Façamos o homem” e veem que “é muito bom” (Gn 1,31) e, por isso, o matrimônio acontece em um projeto de parentalidade apto a reconhecer como cônjuges, as pessoas que se

predispõem a ter um patrimônio que se destina à formação e ao serviço da humanidade.

Mediante a doação pessoal recíproca, que lhes é própria e exclusiva, os esposos tendem para a comunhão dos seus seres, em vista de um aperfeiçoamento mútuo pessoal, para colaborarem com Deus na geração e educação de novas vidas (HV 8).

Os filhos são promessas de futuro à Obra de Deus. A memória, o presente, a expectativa, e o futuro são dimensões do tempo, que a todo o momento são analisadas na edificação da hodiernidade. Pensar o futuro é capacitar os filhos para que eles possam compreender o que é o ser humano e o que é a criação de Deus e, dessa forma, capacitá-los para que possam desempenhar sua missão de administradores e cocriadores.

De fato, o sentido administrativo humano, utiliza esses elementos para que o presente seja qualificado, “uma *sociedade* é um conjunto de pessoas ligadas de maneira orgânica por um princípio de unidade que ultrapassa cada uma delas” (CDSI 149). Quando se diz que ultrapassa as singularidades, evidencia-se que a consciência de uns age em função de todo ser concebido. É doar-se enquanto pão da vida, porque,

O filho tem direito a ser concebido, levado no seio, posto no mundo e educado no matrimônio: é através da referência segura e reconhecida aos próprios pais que ele pode descobrir a própria identidade e amadurecer a própria formação humana (DV II,A,1).

A essência administrativa, o Si de Deus, que habita o íntimo humano, possibilita conhecer a si mesmo, em sinal de edificação e desenvolvimento, revelando ao ser humano sua humanidade, o que significa tomar consciência do que se deve realizar no reino, por isso “a pessoa sempre se realiza a partir de sua direção. *Ela é, na medida em que ela se torna*” (MOLTMANN, 1993, p. 377).

Moltmann (1993, p. 377), preconiza que, “Na forma da sua vida, pessoas sempre refletem aquilo que elas procuram e o que deixaram de ser”. Pontua-se que, em uma sociedade onde o ‘pão partilhado’ é inferior ao ‘pão acumulado’, não se valoriza o Espírito cocriador; valoriza-se, então, o espírito de avareza, promovendo a blasfêmia contra o Espírito, fomentando que o ser humano é o pó da terra.

A relação do ser humano para com o humano é sempre enigma, mistérios; todavia, há que se reconhecer que toda pessoa é templo do Espírito Santo, e para entrar nele é preciso que se estabeleça uma relação de comunhão e fraternidade, e enfatizando-se que essa, a *práxis* humana, ser o administrador dos mistérios de Deus para que “Deus seja tudo em todos e todos sejam um” (Co 15,28). Neste sentido, o sentir-se humano está para o reconhecer o próximo como semelhante, como humanidade criada por Deus, para o diálogo e neste para a administração da criação, portanto:

É a *intenção vital* que dá sentido à sua vida. Se ela constantemente é frustrada, então surgem as doenças de orientação. Sem direção e sem futuro, a pessoa torna-se ‘dispersa’, seus sentidos se desintegram e sua totalidade se dissolve. (MOLTMANN, 1993, p. 377).

A essência administrativa possibilita ao humano elevar a criação diante da cocriação e administração das necessidades, das possibilidades, e dos subsídios, de modo que as possibilidades de uns não constituam a ausência de subsídios às necessidades de outros. O ser humano, a criatura que é o cocriador e administrador da obra de Deus, e que só exerce tal tarefa em esponsalidade com o Criador. Nisso consiste em que cada pessoa tem identidade e que, mediante a própria história de vida, se espera a edificar a vida no reino.

Ressalta-se que o edificar-se em família, se faz diante da sociabilidade, da parentalidade e da economicidade humana, de modo que, o pão partilhado é sinal da edificação de si, na família humana, e que, acumular predatoriamente os recursos do reino, é contrapor-se ao projeto de amor de Deus.

Toda pessoa em esponsalidade com o Criador, da luz à Imagem e semelhança de Deus, no ato do qual Deus proclama “Façamos o humano à nossa imagem, como nossa semelhança” (Gn 1,26). Alegria com a humanidade, é louvor a Deus, “e a vida, sobretudo humana, pertence unicamente a Deus: por isso, *quem atenta contra a vida do homem, de algum modo atenta contra o próprio Deus*” (EV 9).

A semelhança e a Imagem de Deus em cada pessoa na vida humana, não se dissociam. O ser humano é possibilitado a aparentar-se a Deus na genealogia do amor Criador. Portanto, negar Deus, é negar o próprio princípio de amor com o qual se foi criado, é negar-se a si mesmo. É negar a imagem e

a semelhança, isto é, negar a essência administrativa, que constitui a vida humana.

É grandeza humana edificar-se e participar ativamente da própria Obra de Deus, o que se faz diante das dimensões de sociabilidade, de parentalidade e de economicidade; é ser cocriador com Deus, de si mesmo e de toda a criação. Nesse ponto, também o Papa Francisco se pronuncia, e enfatiza que “a mulher grávida pode participar deste projeto de Deus, sonhando o seu filho: ‘Toda a mãe e todo o pai sonharam o seu filho durante nove meses. (...) Não é possível uma família sem o sonho’ (AL 169).

Não se devem confundir as etapas da criação, ou um mundo necessitado de desenvolvimento, com o descontrolo de Deus sobre a criação. O domínio de Deus é absoluto, e não se desfará enquanto livre-arbítrio e domínio humano. O ser humano é chamado a viver e edificar o reino de Deus, mas não será jamais capaz de destruí-lo, porque o reino de Deus já é vitorioso.

3.3.4 O REINO ESCATOLÓGICO JÁ ESTÁ PRESENTE

O céu é criação de Deus, e sempre que a pessoa está em esponsalidade com o Criador, a criação é compreendida como céu, o Reino e seu caminho à plenitude. A criação compreende a aceitação da proposta de Deus de uma criação livre, por isso há um espaço temporal para que se possa, de forma livre e consciente, vivenciar o projeto eterno de Deus.

Mesmo que não observável, há que se dizer que, “o Reino já está misteriosamente nesta terra” (SS 48), este sentido, se apóia na expressão que preconiza sobre a indagação de onde está o Reino, enfatizando que: “‘Ei-lo aqui! Ei-lo ali’, pois eis que o Reino de Deus está no meio de vós. É o Reino de Deus que se aproxima e já está no meio de nós” (LC 17,21). Neste sentido, a consciência humana cada vez mais se possibilita compreender em esponsalidade com o Criador e, assim, se é cada vez mais capaz de realizar os mistérios do reino de Deus.

A ciência do bem e do mal, não está para que a inteligência humana faça coisas boas e ruins, mas para que haja, diante de cada criatura seu devido uso, e que se possa observar o que há de proibido em cada fruto, em cada desejo/idéia/pensamento. A ciência, não é um mal em si, ela é aquilo que o humano quiser que ela seja.

Criados, administradores e cocriadores. Afirma-se, então, que “o homem não vive somente num mundo previamente dado; hoje ele mesmo o faz. Assim, surgem para ele e se lhe impõem possibilidades, temas, responsabilidades e perigos que antes simplesmente não existiam” (RAHNER, 1969, p. 252); é o ser humano alçando-se ao não possibilitado. O humano – varão e mulher – tem funções específicas, imutáveis e livres, sob as quais se atribuirão responsabilidades.

Evidentemente não criaste o céu e a terra no céu e na terra, nem no ar ou na água, porque também estes pertencem ao céu e à terra. Nem criaste o universo no universo, pois, antes de o criares, não havia espaço onde ele pudesse existir. (HEFNER, 1987, p. 314).

Deve-se salientar que, em esponsalidade com o Criador, as pessoas possibilitam o planejamento da parentalidade, um serviço à humanidade, que promove a vida na realização humana, e que “a verdadeira semelhança de Deus não se encontra no princípio, mas no objetivo da história de Deus com a humanidade e, como objetivo, está presente naquele começo e em cada momento desta história” (MOLTMANN, 1993, p. 324).

Ressalta-se que Deus se fez capaz de realizar Seus desígnios por permitir ao humano ser livre e conduzir-se à sua imagem e semelhança, “neste momento, uma boa reflexão cristã nos diz que o ser humano cumpre de fato seu papel de cocriador, missão recebida do Criador: continuar a obra da criação e levá-la à plenitude” (SANCHES, et al. 2015, p. 21).

É no íntimo humano, que habita a essência administrativa que suscita as dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade; assim, é de fundamental importância a parentalidade responsável, sendo necessária avaliação ética, dos processos reprodutivos. A criação do Reino de Deus é realidade já atuante. É criação aberta e dinâmica, de forma que Deus possibilita uma obra completa, mas não conclusa, em que os humanos arbitrados à vida e que em livre-arbítrio são convidados a interpretar e, com seu toque, participam e modificam.

Conduzir a criação à plenitude está para o cuidado da natureza, e nessa, da própria vida humana. A exploração predatória consiste no lucro desordenado, que converte o pão de cada dia em cifras monetárias. O pão partilhado alimenta a vida humana. Este é um alimento que está para além do

alimento que sacia da fome, é esperança de desenvolvimento participativo e compartilhado.

Desenvolvimento participativo e compartilhado é, pois, em ambos os aspectos, na realização do trabalho, na colheita dos frutos, e à mesa farta com os frutos da terra e do trabalho humano. O pão acumulado, convertido em cifras monetárias, alimenta a soberba e a avareza do indivíduo, promove mesa farta para uns e ausência do necessário para outros.

Tem-se aqui, a consciência da abastança necessária, em um reino em contingência; frisa-se, pois, no desordenamento da exploração predatória, que submete a natureza e o próprio ser humano à caducidade, de um consumismo avarento. Cada pessoa é chamada à responsabilidade consciente de ser sinal da presença de Deus no mundo, o que deve fazer administrando os mistérios de Deus, e a vida humana que é o maior mistério de Deus.

3.3.5 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E O MATRIMÔNIO

O manifestar-se da vida humana, acontece na conjugalidade de varão e mulher, que por uma atitude de amor, arbitram um novo ser a existir e, assim, conduzem-no de forma a respeitar o livre-arbítrio. Não se está neste mundo para construir sistema de controle, não é possível um reino, onde se é obrigado a ser cristão. Ser cristão é, em essência, ser livre, estar em livre-arbítrio, pois que há um conceito de liberdade e responsabilidade social.

O sentido de liberdade não representa uniformidade de vida, mas precisamente comunhão de vida em esponsalidade. Toda pessoa se edifica segundo os Dons de si, sempre na relação de alteridade e correspondência com a criação, de forma que as necessidades, possibilidade e subsídios constituam a base da fraternidade humana.

Deus tem o poder de criar do nada/*ex-nihilo* e, os humanos são capacitados a transformar e dar continuidade a partir do que existe. Assim, entre a Graça e a providência divina há o ato administrativo e cocriador humano, o ser humano é, então, o ser capaz de dar continuidade ao gesto de amor de Deus. Sanches (2012, p. 169) corrobora o pensamento ao enfatizar que,

Aquilo que o próprio Deus não podia fazer, sem violar a liberdade da criação, o ser humano pode, sendo ele mesmo criatura e livre. A criação continua livre e indeterminada, sua evolução continuará sendo uma novidade para Deus, mas agora o poder cocriador humano se torna o mestre da criação, e deverá agir livremente para promover, curar e eliminar a dor de toda a criação.

Destarte, o ser humano é um ser social, à medida que conhece e interage com outras pessoas, alimenta em si esperanças que só poderão ser realizadas em mútua colaboração. Na relação e no diálogo, a esperança é exponenciada e, mediante a consciência, o agir possibilita reconhecer a dignidade da pessoa. As comunidades “se condicionam mutuamente e pode, mesmo, afirmar-se que cada uma atinge o próprio desenvolvimento, contribuindo para o desenvolvimento das outras. Por isso é que se impõem o entendimento e a colaboração mútuos” (MM 201).

Não se trata de dar dignidade à pessoa, mas a consciência possibilita a compreensão de que a concepção é o ato realizador da dignidade humana, pois toda pessoa é concebida à imagem e semelhança de Deus. O propósito de comunhão se estende aos povos, às pessoas e culturas e, é no propósito de ser filhos de Deus que se caminha para a unidade dos filhos de Deus,

Assim, as comunidades políticas, separadamente e com as próprias forças, não têm já possibilidade de resolver adequadamente os seus maiores problemas dentro de si mesmas, ainda que se trate de nações que sobressaem pelo elevado grau e difusão da cultura, pelo número e atividade dos cidadãos, pela eficácia dos sistemas econômicos, e pela extensão e riqueza dos territórios. (MM 201)

O chamado ao ser humano para viver o presente, mescla-se com a potencialidade da vida, seu desejo de ir ao futuro move-o e o tira da angústia na realização esperançosa de contemplar o bem. O ato humano pode promover ou aumentar a contingência do reino em desenvolvimento, o ato humano pode ser bom ou mau. De fato, é preciso agir na perspectiva do reino, isto é, servir à vida, e sobre o aspecto antropológico pode-se dizer que o ser humano é à imagem e semelhança de Deus, ou ser o “pó da terra”.

Na origem humana está o desejo do Criador, por um governante e, aqui, se pode observar a palavra origem como sendo a expressão de ontologia. Não é uma atitude de posse e de dominação que deve mover o humano, e sim uma atitude de administrador e cocriador. O ser humano, a partir das não possibilidades edifica a vivência pacífica e ordenada, entre as criaturas, “a

criação no início começou com a natureza e terminou com a pessoa humana. A criação escatológica, ao contrário, inicia com a libertação da pessoa e termina com a salvação da natureza” (MOLTMANN, 1993, p. 109).

O trabalho humano feito em esponsalidade é obra divina, propicia ao humano ser ato administrativo de Deus na criação. Cada pessoa é guardiã da criação e, no partilhar o pão de cada dia, constitui-se a família humana, porto seguro dos projetos de parentalidade.

A parentalidade possibilita ao ser humano edificar a hodiernidade que promove o desenvolvimento do humano todo e de todo o ser humano, por isso toda pessoa é criada à Sua “imagem e semelhança (cf. Gn 1, 26-27), sendo por isso mesmo chamados a ser o *signal visível e o instrumento eficaz* da gratuidade divina no Jardim em que Deus os pôs quais cultivadores e guardiões dos bens da criação” (CDSI 26),

Aqui se denota a observação que o humano deve ser o administrador, e que “contrasta clamorosamente com essa perfeita ordem universal a desordem que reina entre indivíduos e povos, como se as suas mútuas relações não pudessem ser reguladas senão pela força” (PT 4). A obra divina e a obra humana edificam-se no trabalho que se faz em função de uma economicidade dos bens possibilitados por Deus aos humanos, para viverem em família e desenvolver-se.

3.3.6 VIDA HUMANA: ELO DE AMOR À CRIAÇÃO

O humano precisa compreender-se como ser dinâmico repleto de misericórdia, um ser que é sinal da presença de Deus; todavia, essa presença se realiza em esponsalidade com o próprio Criador, isso implica dizer que cada pessoa deve fazer segundo as perspectivas do desenvolvimento do reino. Há o ordenamento cósmico do universo que plasma e torna-se imponente diante da capacidade humana.

O humano é elo de amor entre as coisas que acontecem, na cosmocidade e na biologicidade da Criação, o que acontece no respeito à genealogia entre a pessoa e Deus. Aqui segue a indagação: Considerando a essência administrativa e o sentido de “responsabilidade mais desenvolvido do homem moderno, não chegou para ele o momento de confiar à sua própria

razão e à sua vontade, mais do que aos ritmos biológicos do seu organismo, a tarefa de transmitir a vida. (HV 3).

Não se trata, apenas, de confiar à própria razão e vontade, mas que o ser humano está em uma obra contingente, e assim se faz também à razão e vontade humanas. Quando o humano se depara com o mal, no resultado de sua atividade, se pergunta, por que há o ser e não simplesmente o nada? No conhecer do bem e do mal, o humano se pergunta, sobre o sentido da vida, para a própria vida, quando deveria ser ele o administrador e significador da obra de Deus.

No entanto, imprimiu o Criador do universo no íntimo do ser humano uma ordem, que a consciência deste manifesta e obriga peremptoriamente a observar: 'mostram a obra da lei gravada em seus corações, dando disto testemunho a sua consciência e seus pensamentos' (Rm 2,15). (PT 5).

Só diante do contemplar da grande obra, como um agente ativo é que o humano se propicia ver no próximo um ser de vida e amor, "E como poderia ser de outro modo? Pois toda obra de Deus é um reflexo de sua infinita sabedoria, reflexo tanto mais luminoso, quanto mais essa obra participa da perfeição do ser (cf. Sl 18,8-11)" (PT 5).

O Ser, não é um elemento único na dimensão do existir, também existem os que não desejam o Ser, ou seja, participar, cocriar e administrar, a plenitude da obra, "Quem, qualquer que seja o seu temor apocalíptico, espera a destruição do mundo, nega o criador do mundo" (MOLTMANN, 1993, p. 144).

A esperança no reino de Deus prospecta o ser humano a agir em conformidade com a vontade de Deus, fato que se consolida diante da essência administrativa. Há que se ressaltar que "A fé no Deus criador não se coaduna com uma esperança apocalíptica que espera uma aniquilação total do mundo (*annihilatio mundi*)" (MOLTMANN, 1993, p. 144).

Quando se enfatizam as dimensões da vida humana, pontua-se que diante da economicidade, da sociabilidade e da parentalidade, cada pessoa colabora com Deus no desenvolvimento da Criação, mesmo porque, o ser humano que está em sponsalidade, colabora com Deus e se move na "expectativa e a antecipação ativa da transformação do mundo (*transformatio mundi*)" (MOLTMANN, 1993, p. 144).

Administrar está para a potência humana, no sentido de compreender a obra de Deus, significá-la, gerando assim espaço e luz a toda criatura, “com efeito, o ser humano, dotado de inteligência e amor e atraído pela plenitude de Cristo, é chamado a reconduzir todas as criaturas ao seu Criador” (LS 83). A essência administrativa propícia ao humano, ser o *húmus* da terra, segundo os próprios Dons, desde a concepção, todavia, quando o humano se coloca em desconfiança recíproca, na construção da “Torre de Babel” (cf. Gn 11,1-9),

Empregam-se imensas energias humanas e meios gigantescos para fins não-constructivos, ao mesmo tempo que se insinua e robustece, entre indivíduos e povos, um sentimento de mal-estar e de opressão, que debilita o espírito de iniciativa, impedindo empreendimentos de maior envergadura (MM 203).

O matrimônio é, então, esponsalidade com o Criador, que se demonstra em ato, ao cônjuge. Tem-se que “o matrimônio não é, portanto, fruto do acaso, ou produto de forças naturais inconscientes: é uma instituição sábia do Criador, para realizar na humanidade o seu desígnio de amor” (HV 8), aqui se torna imponente o termo parentalidade, para Sanches et al. (2015, p. 25),

Parentalidade nos parece mais apropriado para expressar os conceitos expressos em *paternidade* e *maternidade*. Assim, falamos de *parentalidade responsável*, e neste estudo insistiremos no uso da expressão *projeto de parentalidade*.

É na conjugalidade que se possibilita dar continuidade ao ato administrativo de Deus na criação, arbitrando novas vidas a existir e amando-as, infinitamente. Todavia, “A ausência do pai penaliza gravemente a vida familiar, a educação dos filhos e a sua integração na sociedade” (AL 55). Nesse sentido, quando em esponsalidade, as pessoas se realizam na atitude de ser pai/mãe, pessoas capazes de conduzir os filhos de Deus à plenitude do amor no reino de Deus.

Cada criança encontra no amor humano a expressão do amor de Deus; o desenvolver-se pai e mãe, se situa no projeto de unidualidade do casal. Francisco (2016) adverte sobre a ausência do pai/mãe que pode ser física, afetiva, cognitiva e influencia o desenvolver da criação porque “Esta carência priva os filhos dum modelo adequado do comportamento paterno” (AL 55).

3.4 EDIFICAR-SE EM FAMÍLIA

Este é o momento de apresentar a parentalidade como fonte da família humana, um convite a se pensar o quanto a pessoa e sua parentalidade contribuem com a obra de Deus, ou o quanto a parentalidade está focada em explorar predatoriamente a obra de Deus. Quando se propõe a pensar a família humana, inserir-se nas dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade para assim ser capaz de desenvolver a obra de Deus, tomando por base as possibilidades, as necessidades e os subsídios que estão à disposição.

3.4.1 ALTERIDADE E RECIPROCIDADE DE SER EM FAMÍLIA

A Criação de Deus versa seu propósito com a vida humana, enquanto imagem de Si que habita a humanidade e, segundo a essência administrativa, permite compreender e edificar o Reino. Implica dizer que o humano é uma tarefa dada a si mesmo, sua atitude é *práxis* por isso, “sede fecundos, multipliquem-se” (Gn 2,28) é resultante da ação de “cultivar e guardar” (Gn 2,15).

Ressalta-se que, em qualquer ambiente, a administração é uma realidade humana, e que de oportuno se faz Teologia desse dado humano. O dom da Administração é tratado, diante da essência administrativa, o Si de Deus que habita o íntimo humano e que, desde o princípio, o faz compreender o chamado e o mandado a ser imagem e semelhança do Criador, bem como significar a obra de Deus.

A vida humana é compreendida em seu sentido de administrar a criação; o ser humano coloca-se sempre a transformar as coisas que permanecem diante da contingência do reino em desenvolvimento. Deus conduz à existência, por intermédio da palavra, e é com a palavra humana que a criação desperta para o ritmo do Reino, criado pela palavra de Deus, pois ao nomear a criação, o humano dá significado, finalidade e sentido, e com isso exerce a missão que lhe foi confiada pelo Criador.

Essa capacidade de significar, cultivar, guardar, ir/agir e proliferar e que se atenua como elementos da essência administrativa, e mediante a

esponsabilidade com o Criador, desperta para a potência de ser o administrador e cocriador da obra de Deus, “quem foi criado/a para ser sua imagem é, também, ‘de sua descendência’ (At 17,28.29)”, (MOLTMANN, 1993, p. 133),

Devem ser observadas as ações em parentalidade com a família humana, a resposta humana a Deus, como ser livre que pode amar, e usar a inteligência para dar continuidade ao projeto de Deus, em que a “semelhança de Deus significa, em primeiro lugar, *a relação de Deus para com a pessoa e somente então a partir disso a relação da pessoa para com Deus*” (MOLTMANN, 1993, p. 318).

A concepção humana, no mandado a “cultivar e guardar o Jardim” (Gn 2,15), é precedida pelo Dom da essência administrativa, um Si de Deus, que habita o íntimo humano e possibilita exercer o mandado recebido: “o ser da pessoa brota dessa relação de Deus para com a pessoa e consiste nessa relação, e não nessa ou naquela qualidade que diferencia a pessoa de outros seres viventes” (MOLTMANN, 1993, p. 318), dessa forma, é possível afirmar que,

A fé não é a fonte de conhecimento teológico; não produz os dados da revelação histórica; é um estado de radical receptividade. A fé recebe aquilo que a revelação dá. É o lado receptor de um relacionamento criado pelo Espírito de Deus (BRAATEN, 1987, p. 39).

A eternidade da criatura humana está submersa na esponsabilidade com o Criador, fonte da essência administrativa que há no humano e, que conclama cada pessoa à *práxis* de amor na criação, “imagem viva de Deus, o homem foi querido pelo seu Criador como rei e senhor. ‘Deus fez o homem [...] de forma tal que pudesse desenhar sua função de rei da terra. (...) O homem foi criado à imagem d’Aquele que governa o universo” (EV 52).

A relação humana na Criação revela também a ‘solidão original’ sob a qual se constitui caos e o vazio de um ser que não aceita ser criatura. A solidão original produz a inconsciência e a negligência do ato de amor, elementos que colocam o Criador e a criação à prova, com a alegação do por que criar, quando não se é capaz de fazer em plenitude? Sob estas alegações o indivíduo se opõe a um reino em desenvolvimento, onde a contingência evidencia, a cada pessoa, sua missão de administrar e cocriar os mistérios de Deus.

A contingência da criação não desfaz a plenitude do Reino Esperançado, a criação necessita de desenvolvimento. Então, dizer de uma criação necessitada de desenvolvimento, ou de um reino contingente, é anunciar a vida humana, imagem e semelhança de Deus, para que essa possa desenvolver o reino segundo a esponsalidade com o Criador e, tendo por base, as coisas possibilitadas por Deus.

Esta é uma criação feita para Cristo, com Cristo e, por Cristo. Cristo é a imagem do ser humano, gerada por Deus, para administrar e cocriar a sua própria criação em desenvolvimento, bem como a caminho da plenitude do reino, onde Deus será tudo em todos para que todos sejam um. Nesse sentido cada pessoa é templo do Espírito Santo e, para entrar no templo, é necessário: alteridade; relação; respeito; e o amor entre as pessoas. Assim, a vida e vivência das pessoas, estabelecem com o próximo, com a criação, e com Deus, uma unidade de amor.

A Criação, como um fazer único e seu resultado deixam de existir. Coloca-se em primeiro plano a eterna relação entre criador e criatura, compreendida como a esponsalidade. Dizer que a criação de Deus é um ato de amor perpétuo é assinalar que amor de Deus continua criando, e que esse amor torna toda pessoa templo do Espírito Santo, portando cada pessoa é chamada a ser o administrador e cocriador da Criação de Deus.

3.4.2 A CRIAÇÃO DE DEUS É ATO DE AMOR PERPÉTUO

A esponsalidade possibilita a essência administrativa, *práxis* de vida e vivência humana, e assim “os operários e os artesãos ‘asseguram uma criação perpétua’ (Sir 38, 34)” (LS 124), e o ser humano, edificado do *húmus* da terra, foi criado à imagem de Deus, o ato administrativo de Deus que acontece, mediante o agir humano.

A dimensão de sociabilidade humana estabelece uma aliança sócio afetiva em função do desejo da parentalidade. Todavia, a parentalidade deve se conduzir à família humana, na economicidade dos filhos de Deus, porque “criados à imagem e semelhança de Deus como ‘unidade dos dois’, ambos foram chamados a um amor de caráter esponsal” (MD 23).

A sociabilidade humana é o ambiente onde o amor se torna pleno; por isso, “o matrimônio, na verdade, não é um acontecimento que diz respeito só a

quem se casa. Por sua própria natureza é também um fato social, que compromete os esposos ante a sociedade” (FC 68). A parentalidade tem seu despertar para a família humana, no conjunto de relações que se originam na relação conjugal e se torna fonte de esperança para o reino.

A parentalidade é um projeto de conjugalidade, e primeiro se faz pela união de duas famílias, que se projetam na uniduidade da relação conjugal dos filhos, agora capazes de serem cônjuges, pai/mãe. É recíproco o compromisso dos cônjuges para com a família humana bem como o compromisso da família humana para com os cônjuges.

A sociedade que se torna fria e impessoal sempre que se inclina em uma das vertentes, ou seja, uma sociedade que abandona a dignidade da pessoa para viver o controle econômico, social e parental termina por romper com a economicidade, a sociabilidade e a parentalidade humana e tende a viver sob sistemas de controles Estatizantes, em que o modelo, a regra e a lei são superiores à dignidade da pessoa, ou seja, o Si de Deus que habita o íntimo de cada pessoa.

A obsessão por apossar-se do que é comum, promove o ser humano, enquanto senhor do sistema de controle. Desvinculados entre si, as potencialidades de sociabilidade, de economicidade e de parentalidade terminam por tornarem-se submissos aos sistemas de controles – estrutura social, – perdendo em si a possibilidade da essência administrativa.

O mistério de amor possibilita a essência administrativa, *práxis* humana de ser o *húmus* da terra e, em se tratando de Teologia, ela “não é, com efeito, teológica a não ser que veja cada objeto particular como originário de Deus e dirigindo-se para Ele” (RAHNER, 1969, p. 22).

A esponsalidade com o Criador possibilita a essência administrativa, isto é, a necessidade da Teologia para aprender administrar e cocriar o mundo, segundo a vontade de Deus, “é unicamente quando interrogamos sobre as razões últimas que a interrogação é filosófica” (RAHNER, 1969, p. 22), neste sentido, o ser humano não se prende só ao conhecimento- gnóstico, mas à *práxis* decorrente da essência administrativa, “porque a transcendência que somos e fazemos aproxima a nossa existência e a de Deus, e ambas como mistério” (RAHNER, 1969, p. 66),

Nesse momento, percebe-se que o Amor jorra onde existe liberdade, e por isso se é capaz e não condenado a amar. Amar a Deus é precisamente ser família humana em sponsalidade, e isso se faz diante da correspondência e relação humanas, “A reciprocidade do amor é exigida pelo mandamento que Jesus mesmo define novo e Seu: ‘como eu vos tenho amado, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros’ (Jo 13,34)” (CDSI 32).

Administrando a obra da qual é parte, “O mandamento do amor recíproco traça a via para viver em Cristo [...] e transformar com Ele a história até ao seu pleno cumprimento na Jerusalém Celeste” (CDSI 32), a criação é uma relação de Amor para com o humano e o agir humano pode revelar uma relação de amor com a criação de Deus, igualmente,

É um dever desempenhar de modo eficiente a atividade de produção dos bens, pois do contrário se desperdiçam recursos; mas não é aceitável um crescimento econômico obtido em detrimento dos seres humanos, de povos inteiros e de grupos sociais, condenados à indigência e à exclusão. (CDSI 332).

Quando o humano decide pegar para si o fruto que pertence ao espaço/tempo comum, rompe com a Graça e se prende ao próprio espaço/tempo, torna-se um idólatra de suas posses e, ao mesmo tempo, torna-se insustentável na egolatria de seus atos. É de se notar que “‘desenvolvimento autêntico’ ‘deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo’” (CV 18).

O ser humano leva consigo a inscrição das leis da eternidade em seu íntimo, de tal modo que “*A dimensão moral da economia faz tomar como finalidades indivisíveis, nunca separadas e alternativas, a eficiência econômica e a promoção de um desenvolvimento solidário da humanidade*” (CDSI 332). O trabalho de cada pessoa contribui para a obra de Deus, é com o trabalho que o ser humano dá continuidade ao ato de amor de Deus.

3.4.3 A PARENTALIDADE E O TRABALHO

Deus concebe a vida, arbitrando o existir, por isso, algumas coisas são lógicas no ato de vontade de Deus, outras são pura misericórdia na relação com o humano, “A justiça há de respeitar-se, não só na distribuição da riqueza, mas também na estrutura das empresas em que se exerce a atividade produtiva” (MM 82).

Não se domina a vida, mas a continuidade do existir da vida é produto de decisões humanas; por vezes a humanidade se coloca sob o pensamento de que pode “dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à sua vontade, como se ela não possuísse uma forma própria e um destino anterior que Deus lhe deu, e que o homem pode, sim, desenvolver, mas não deve trair” (CA 37).

Deus se faz participante da história de cada pessoa, diante do livre-arbítrio humano, ou seja, na vontade humana que deseja projetar a imagem de Deus à criação, “Na verdade, exige a natureza que os homens, no exercício da atividade produtiva, encontrem possibilidade de empenhar a própria responsabilidade e aperfeiçoar o próprio ser” (MM 82).

A avareza faz com que o humano “em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus e, desse modo, acaba por provocar a revolta da natureza, mais tiranizada que governada por ele” (CA 38). Quando se fala da revolta da natureza, se pontua que o ser humano, destruindo as plantas e seres, provoca desequilíbrios no Jardim que Deus nos possibilitou.

Sob esse enfoque, as uniões conjugais tornam-se perspectivas de dominação, quando deveriam ser um projeto de parentalidade que é constitutivo, subsidiária e subsidiada por um projeto socioeconômico em esponsalidade com o Criador. O matrimônio é plenitude de amor que torna o patrimônio, um patri/matrimônio.

O projeto de parentalidade não é a única forma de estar em um projeto Divino. Todavia, toda a história humana é e será proveniente dessa potência de ter filhos, e é na parentalidade que se faz sua edificação, planejando e zelando com amor do ato de ser pai/mãe. Fazer a vontade do Criador não está unicamente para a educação dos filhos, mas para um conjunto que envolve a economicidade, a sociabilidade e a parentalidade; assim, esse conjunto e suas relações são o que afirmará se a conjugalidade é um sinal de esponsalidade com o Criador.

A dinâmica de vida e da vivência humana possibilita compreender que o “movimento da criação do mundo vai da decisão rumo à palavra, da palavra rumo à ação, e da ação rumo à realidade criada. Neste movimento também a

pessoa se conscientiza de si mesma como sendo criatura e imagem de Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 352).

Por vezes, a pessoa se aprisiona em busca de possuir coisas, mas, nesse caso são as coisas que nos possuem, porque “Deus não nos fez para estas coisas frágeis e caducas, mas para as coisas celestes e eternas; não nos deu esta terra como nossa morada fixa, mas como lugar de exílio” (RN 11).

Assim, tem-se que não importa a condição; o que é relevante para a edificação da vontade do Criador é a perspectiva do Reino, é essa decisão interior que nos aproxima do Criador e, mesmo “que abundeis em riquezas ou outros bens, chamados bens de fortuna, ou que estejais privados deles, isto nada importa à eterna beatitude: o uso que fizerdes deles é o que interessa” (RN 11).

É no matrimônio que se perdoa a cobiça do fruto proibido. O fruto proibido também era desejo que se apresentou na solidão original de Adão, e nisto se torna notória a citação de que “Uma das pobrezaas mais profundas que o homem pode experimentar é a solidão” (CV 53). É dessa carne/osso que, se concebem filhos que agem na perspectiva do Reino, aqueles que soltam o fruto proibido, ou melhor, o que há de proibido em cada fruto, para se abraçarem à vontade do Criador, elevando o fruto, enquanto Graça de Deus que possibilita espaço e luz para outras criaturas.

A vida humana é fonte de sponsalidade com o Criador, e desta é a *práxis* sob a qual se administra e cocria a obra de Deus. Novamente se apresenta a corporeidade humana e se fundamenta que “o Verbo se fez carne, e habitou entre nós” (Jo 1,14) e, habita entre nós, pois o ser humano é templo do Espírito Santo e, neste sentido, “de fato, a capacidade que o casal humano tem de gerar é o caminho por onde se desenrola a história da salvação” (AL 11).

A capacidade de gerar filhos, “sede fecundos” (Gn 1,28) é a forma como o casal humano tem para dar continuidade à genealogia de Deus que se inscreve na biologia humana e, com isso, o casal “descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquecendo que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus” (CA 37).

3.4.4 FAMÍLIA: GESTO DE AMOR QUE SE REALIZA NO TRABALHO

Não se trata de um saber sobre a família, mas da relação amorosa sob a qual as condutas e hábitos de viver a parentalidade, integram-se à família humana. É difícil compreender a vida cristã, quando se tem uma base intimista/fideista/egolátrica e, nesse sentido, pode-se chegar à esterilidade da vida, quando se retira a ‘ação’ da ‘ora-ação’.

A fé cristã é profundamente arraigada na relação e alteridade com o outro e é profundamente responsável por todos, ainda que, se “registra a presença de algumas culturas de matiz religioso que não empenham o homem na comunhão, mas isolam-no na busca do bem-estar individual, limitando-se a satisfazer os seus anseios psicológicos” (CV 55), por isso,

‘Os indivíduos não nos aparecem desligados entre si quais grãos de areia, mas sim unidos por relações (...) orgânicas, harmoniosas e mútuas’ e que, vice-versa, o homem não pode ser considerado ‘simplesmente como um elemento e uma molécula do organismo social’, cuidando destarte que à afirmação do primado da pessoa não correspondesse uma visão individualista ou massificada. (CDSI 125)

Busca-se o sinal de uma autêntica economia da salvação, em que as possibilidades de uns, não signifiquem a ausência de subsídios às necessidades de outros, “no matrimônio, esta disponibilidade, embora aberta a todos, consiste particularmente no amor que os pais dedicam aos filhos” (MD 21), a tal ponto que não é perseverante, amar ao próximo como a si mesmo, “*sem a firme e constante determinação de empenhar-se em prol do bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos*” (CDSI 43).

O ser humano é o *Húmus* da terra, alimentado sempre pelo Sopro Divino – *Ruah* – que possibilita a esponsalidade entre o Criador e sua criatura; com isso, o humano em família administra e cocria a Obra de Deus, “Porque o amor não é das coisas que se realizam ou se executam. Não está nunca dado, mas sempre a caminho de si mesmo” (RAHNER, 1969, p. 202). O humano é sempre dependente de estar em esponsalidade, é nessa atitude que as nossas vidas estão em profunda comunhão. Continuamente, entra na minha existência a vida de outros mediante o que se pensa, diz, faz e realiza.

O Administrar é essência constitutiva do ser humano, é o despertar humano para posicionar-se diante das diversas possibilidades, e seu trabalho

o faz diferente e correspondente para com o outro, e dá-lhe o significado enquanto sujeito e, dessa relação, realça-se a dimensão de economicidade que, diante de uma relação o edifica enquanto pessoa. Por isso,

Uma renovada 'teologia do trabalho' esclarece e aprofunda o significado do trabalho na vida cristã e determina o laço fundamental que existe entre o trabalho e a família, e, portanto, o significado original e insubstituível do trabalho da casa e da educação dos filhos (FC 23).

Quando se desenvolve teologia do trabalho, não se pode propor que o seu resultado tenha como endereço a linhagem sanguíneo-parental; o fruto do trabalho deve ter sempre como endereço a realização do projeto de Deus, resguardado o direito à subsidiariedade dos filhos, ou seja, o trabalho, a casa, e a devida formação.

A princípio, tem-se o ser humano, totalmente independente, isolado e dono de tudo o que está a sua volta. Assim o é no ventre da Mãe, onde tudo se move de modo a proporcionar-lhe satisfação e cuidado, mas o sentido de ser o centro do mundo vai se perdendo, à medida que o bebê vai começando a desvencilhar-se de sua mãe, de tudo aquilo que lhe proporcionava segurança, e lhe garantia a vida.

A transcendência é uniforme durante a oportunidade de ser, na medida exata em que o ser humano descobre sua interioridade, e a descobre baseado na sua visão de exterioridade. É com o trabalho que pai e mãe realizam a oração (orar+ação) que proporciona qualidade de vida aos filhos, sem causar danos ao próximo, e o amor que se realiza como resultado do trabalho humano.

3.4.5 CONVERTA-SE AO AMOR OU ÀS CIFRAS MONETÁRIAS

O ser humano caminha ao não possibilitado e, mediante sua potência, desenvolve possibilidades, e o faz porque “considerem-nos os homens como servidores de Cristo e administradores dos mistérios de Deus. Ora, o que se requer dos administradores é que cada um seja fiel” (1Cor, 4,1-2). Assim, torna-se evidente que:

A compreensão do homem torna-se mais exaustiva, se o virmos enquadrado na esfera da cultura, através da linguagem, da história e das posições que ele adota diante dos acontecimentos fundamentais da existência, tais como o nascimento, o amor, o trabalho, a morte. (CA 24).

Quando se abre a parentalidade, permite-se que os filhos administrem o futuro, não como entrega da vida, mas como participantes de uma nova lógica, agora com o novo ser gerado. Conceber um filho é participar do futuro na obra de Deus. Enfatiza-se que Jesus não ensinou o ser humano a ser Deus, mas, a ser criaturas unidas, e que essa união se faz em *práxis* na perspectiva do reino, de tal forma que “a pessoa não pode encontrar plena realização somente em si mesma, prescindindo do seu ser ‘com’ e ‘pelos’ outros” (CDSI 165).

O projeto do Criador não está limitado à parentalidade, ao Estado, à sociedade, “mas abarca ordenadamente a humanidade inteira, de modo que ninguém se pode considerar alheio ou indiferente à sorte de outro membro da família humana” (CA 51). Enseja-se, dessa forma, que se é a Nação dos filhos de Deus, cujos limites não são geográficos, mas a realização do amor.

A vontade do Criador se faz mediante o agir humano, quando se tira a pessoa da cruz, e não quando o crucifica, “Ninguém pode afirmar que não é responsável pela sorte do próprio irmão (cf. Gn 4, 9; Lc 10, 29-37; Mt 25, 31-46)!” (CA 51). Há que se notar que “não seria verdadeiramente *digno do homem* um tipo de desenvolvimento que não respeitasse e não promovesse os direitos humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, incluindo os *direitos das nações e dos povos*” (SS 33).

A essência administrativa é *práxis* e, com isso, o humano é o autor do contexto socioeconômico, sob o qual acontece a vida e vivência humana “Hoje, talvez mais do que no passado, reconhece-se com maior clareza a *contradição intrínseca* de um desenvolvimento limitado só ao aspecto econômico” (SS 33). Um exemplo disso é que,

É inegável que as influências do contexto social sobre os estilos de vida são notáveis: por isso o desafio cultural que hoje o consumismo põe deve ser enfrentado com maior incisividade, sobretudo se se consideram as gerações futuras, as quais arriscam ter de viver num ambiente saqueado por causa de um consumo excessivo e desordenado. (CDSI 360),

Todas as vezes que o humano se coloca em primazia, sobre uma de suas dimensões, afasta-se do projeto de desenvolvimento da pessoa, de tal forma que, “a verdadeira elevação do homem, conforme com a vocação natural e histórica de cada um, não se alcança só com o desfrute da abundância dos bens e dos serviços, ou dispor de infraestruturas perfeitas” (SS 33).

É preciso formar a consciência humana e não formar sistemas e estruturas econômicas, social e parental, um sistema de controle “impede de ‘distinguir corretamente as formas novas e mais elevadas de satisfação das necessidades humanas, das necessidades artificialmente criadas que se opõem à formação de uma personalidade madura’” (CDSI 360). Quando há primazia dos aspectos econômicos, esse se torna um sistema de controle e “subordina facilmente a pessoa humana e as suas necessidades mais profundas às exigências da planificação econômica ou do lucro exclusivo” (SS 33).

A parentalidade é a unidade primeira da família humana, não é uma ferramenta do Estado, para preparar os futuros socializados. “Dorothee Solle observa que uma ‘teologia política’ precisa apenas admitir que, através de mudanças específicas nas estruturas sociais, ‘o número de força que hoje compelem pecar pode ser diminuído’” (SPONHEIM, 1987, p. 453).

Não se pode condicionar a vida humana, à perspectiva de meros autômatos, porque “não é lícito do ponto de vista ético nem praticável menosprezar a natureza do homem que está feito para a liberdade” (CA 25). Quando se obscurece a dimensão humana de economicidade, e se associa aos sistemas de controle econômico, é enfático que se geram injustiças e a primeira delas, é a desconsideração do ser humano, enquanto um ser à imagem e semelhança de Deus.

Eis que é da essência administrativa propulsar o ser humano a *práxis* que proporciona vida de acordo com os subsídios, as necessidades, e as possibilidades, isso é promover uma economicidade sob a perspectiva da prosperidade participativa e compartilhada. Neste sentido, cada pessoa é respeitada segundo seus dons e capacidade, e assim se faz a melhor vivência humana, no reino em contingência que se desenvolve,

Para contrastar este fenômeno é necessário esforçar-se por construir ‘estilos de vida, nos quais a busca do verdadeiro, do belo e do bom, e a comunhão com os outros homens, em ordem ao crescimento comum, sejam os elementos que determinam as opções do consumo, da poupança e do investimento’ (CDSI 360).

Aqui reside um dos grandes problemas da humanidade – a capacidade de expressar-se, a tomar como princípio que o resultado do trabalho humano é sua forma ativa de expressão, desde que em um laço de sponsalidade com o

Criador. O trabalho humano precisa ajudar a pessoa a expressar-se enquanto filhos de Deus, pessoas capazes de realizar segundo seus próprios dons.

Muito da opressão que a avareza realiza na pessoa está na separação entre trabalho, parentalidade, família e perspectiva de administradores e cocriadores do Reino de Deus. Na substituição do prazer criativo, administrativo e amoroso, por ganhos remuneratórios, suficientes para a sobrevivência, transforma-se o pão de cada dia em cifras monetárias.

3.4.6 ADMINISTRAR A FAMÍLIA NA FAMÍLIA HUMANA

Percebe-se que o Reino de Deus é do pobre, não enquanto propriedade, mas enquanto um reino, no qual o humano se direciona aos pobres e excluídos, “deixai vir a Mim os pequeninos e não os impeçais pois deles é o reino de Deus” (FC 26). O humano é, então, o ato administrativo de Deus na criação e, com isso, “o significado do agir humano no mundo, que é ligado à descoberta e ao respeito da lei natural que Deus imprimiu no universo criado, para que a humanidade o habite e guarde segundo o Seu projeto (cf. 2Pd 3,13)” (CDSI 37).

O humano que se abre ao Ser promove a harmoniosidade, é contemplativo e direciona todos ao caminho da verdade. O ser humano fomenta a vontade de Deus administrando e cocriando a criação; isso implica o zelo a si mesmo, à parentalidade, à criação e ao próprio Deus, vivendo como família, na família humana.

O livro da Gênese nos propõe algumas linhas mestras da antropologia cristã: a inalienável dignidade da pessoa humana, que tem a sua raiz e a sua garantia no desígnio criador de Deus; a sociabilidade constitutiva do ser humano, que tem o seu protótipo na relação originária entre o homem e a mulher, ‘união esta que foi a primeira expressão da comunhão de pessoas’ (CDSI 37).

Assim, o humano, quando se desvela como ser capaz de arbitrar vida a outro ser, realiza-se em conjugalidade (varão e mulher) que se unem definitivamente em sponsalidade com o Criador, na busca de uma sociabilidade que edifica a vida, ao mesmo tempo em que, reconhece o que dignifica a si.

Não é apenas, uma questão de abrir espaço a uma nova criatura humana, é preciso, a sponsalidade com o Criador. A união entre varão e mulher, o diálogo para que da semente que reside dispersa, no varão e na

mulher, possa ocupar o vazio do ventre, assim é possibilitada a existência de um novo ser, a partir da concepção biológica, sob a qual se faz a genealogia da imagem e semelhança de Deus.

A concepção deve acontecer no amor dos cônjuges, que celebram a atitude de ser pai/mãe na potência de ter filhos. Diante dessa realidade, há que se indagar, como se pode resolver a situação de que “nalguns países, muitos jovens ‘são frequentemente levados a adiar o matrimônio por problemas de tipo econômico, laboral ou de estudo” (AL 40).

Aqui reside, ainda, a percepção de fragilidade que é o humano em sua infância, fato que alude à fragilidade da mulher para dar à luz, e em seus dias posteriores. Esse é um chamado para que o varão a acompanhe. Neste sentido, “Se alguém, possuindo os bens deste mundo, vê o seu irmão na necessidade e lhe fecha o coração, como permanecerá nele o amor de Deus? (1Jo 3,16-17)” (MM 158).

Atenta-se, ao fato da fragilidade da criança, que precisa de amparo e de condições para crescer e desenvolver-se, o pai e a mãe é para esta criança o ato administrativo e cocriador de Deus, e “Nisto conhecemos o Amor: ele deu a sua vida por nós. E nós também devemos dar a nossa vida pelos irmãos” (MM 158). Existe movimento próprio de que, varão e mulher, caminhem sobre os mesmos passos, para que os filhos possam compreender a existência e o Ser, em respeito ao projeto de Deus.

Ao doar-se a um o filho, que no ventre da mãe tudo recebe, e que em seus primeiros dias é acolhido, no carinho e aconchego do pai e da mãe, percebe-se que o pai é a completude da mãe, e ambos se esvaziam de forças para dar à luz, e que esse sentido de pertença tem um centro, um sentido de voltar ao início, que tudo lhe explica quanto à sua existência. Esses fatos ocorrem em um cenário que se pode assim definir,

‘Correndo o risco de simplificar, poderemos dizer que vivemos numa cultura que impele os jovens a não formarem uma família, porque privam-nos de possibilidades para o futuro. Mas esta mesma cultura apresenta a outros tantas opções que também eles são dissuadidos de formar uma família’ (AL 40).

Todavia, essa compreensão basta, enquanto infância, ao passo que a consciência o desperta a si mesmo, e cada pessoa começa a sentir o vazio, próprio do ser humano, ‘solidão original’ e, assim, a busca por explicações, é o

primeiro sinal da essência administrativa, o Ser diante do que não lhe é possibilitado.

A infância, só pode ser compreendida, se revelada pelo pai/mãe, atitude fraternal de revelação. Assim, é a humanidade, carente de conhecimentos sobre a própria infância, princípio e origem, e as revelações predizem cada pessoa, com a própria importância que a finalidade sobre a qual se inicia a humanidade.

3.5 A FAMÍLIA HUMANA

Em termos de uma criação em desenvolvimento, há de se pensar, o que se está construindo, o reino ou a “Torre de Babel” (cf. Gn 11,1-9). É preciso que o ser humano se apresente enquanto pessoa, em responsabilidade para com seu próprio ser. Quando se apresenta o ser humano enquanto administrador e cocriador da obra de Deus, está se lhe apresentando a graça e a responsabilidade de ser imagem e semelhança de Deus.

3.5.1 A TORRE DE BABEL

Pensar nos desenvolvimentos tecnológicos em termos de produção, de comunicação e de logística, instiga fomentar que é possível que este desenvolvimento termine por apresentar condicionalismo à liberdade de pessoa, condicionando-a a ser uma mera operadora do sistema e não um administrador e cocriador da obra de Deus.

A expressão pessoal de partilha acaba se tornando a quantidade de bens que o indivíduo perdeu; afinal, já não é posse, pois foi compartilhado. Põe-se a construir a “Torre de Babel” (cf. Gn 11,1-9), ninguém sabe o que faz e por que o faz e, por fim, ninguém entende ninguém; manietados pelo ‘sistema’, tornam-se trabalhadores e operários do nada.

Ainda que a área econômica não seja de natureza desumana e antissocial o fato é que, ‘o mercado’, sob a gestão de pessoas, penhora outras pessoas a uma ideologia de que a propriedade/posse impossibilita a partilha, e que o ‘pão acumulado’ é superior ao ‘pão partilhado’. É preciso pensar,

inclusive, no exclusivismo familiar – familismo, que consiste em ver só os membros da parentalidade como pessoas aptas ao uso dos bens.

Deve procurar-se que a repartição dos bens criados, a qual não há quem não reconheça ser hoje causa de gravíssimos inconvenientes pelo contraste estridente que há entre os poucos ultra-ricos e a multidão inumerável dos indigentes, seja reconduzida à conformidade com as normas do bem comum e da justiça social. (CDSI 167).

Quando as pessoas se tornam objetos, para com eles buscar vantagens e benefícios, chega-se à seguinte indagação aos Cristãos: — Somos capazes de amar a vida humana, ou nos resguardamos a ter afetos, atenção e cuidados, aos que estão em nossa ‘casa’, a parentalidade? De uma maneira geral, é enfático que “*Os bens, ainda que legitimamente possuídos, mantêm sempre uma destinação universal*” (CDSI 328).

A família avarenta destoa de todo e qualquer conceito/modelo e nenhuma definição, nenhum modelo pode justificar suas atitudes de exploração predatória, e nada pode antecipar sua identidade. Em um contexto, em que a pessoa em parentalidade se dissociou da sponsalidade com o Criador e, por consequência, do próprio amor, deve-se afirmar que “*é imoral toda a forma de acumulação indébita, porque em aberto contraste com a destinação universal consignada por Deus Criador a todos os bens*” (CDSI 328).

Vincula-se, exclusivamente, à possessividade, quando uma boa proposta de trabalho vale mais que o matrimônio, contribuindo para que as uniões se tornem complemento, e não a base e sustento da vida humana, “na sociedade onde a sua organização reduz arbitrariamente ou até suprime a esfera em que a liberdade legitimamente se exerce, o resultado é que a vida social progressivamente se desorganiza e definha” (CA 25).

Francisco (2016) alerta que “o desejo de família permanece vivo, especialmente entre os jovens, [...]’. Como resposta a este anseio, ‘o anúncio cristão sobre a família é verdadeiramente uma boa notícia’” (AL 01). Todavia, espera-se que o matrimônio nunca seja um anúncio despojado do patrimônio. Tal afirmativa eleva a pessoa à edificação da consciência humana, e da memória associada ao presente e à expectância, que impulsiona ao futuro e à própria eternidade no Reino com Deus.

Compreender-se como racional é tomar consciência de ser o administrador, e administrar é em essência tomar decisões. A decisão não é a

vida, nem o gerar a vida, todavia é o elemento necessário para que se possa fazer a vontade do Criador. Não se ensejam decisões sob a perspectiva da razão pura, mas da esponsalidade que possibilite a essência administrativa e propicie a participar da luz intelectual divina. A vida não é uma decisão humana, todavia a continuidade da vida passa diante das decisões e ações humanas.

A capacidade de analisar, avaliar e decidir é a característica que define o ser humano como um ser em sociabilidade, em parentalidade e em economicidade, os elementos fomentam a base sobre a qual a consciência de cada pessoa precisa estar amparada, para que possa decidir corretamente o que realizar no reino de Deus, Francisco (2016) comenta que:

Além disso, em cada país ou região, é possível buscar soluções mais inculturadas, atentas às tradições e aos desafios locais. De fato, 'as culturas são muito diferentes entre si e cada princípio geral (...), se quiser ser observado e aplicado, precisa de ser inculturado' (AL 03).

E, nesse sentido, é preciso o despertar de um espírito solícito, que encontra no humano, a possibilidade de ir além de si, e que ao encontrar no outro o próprio Ser, fervilha em si a fé, esperança e caridade. "Assim há de acontecer até que o Espírito nos conduza à verdade completa (cf. Jo 16,13), isto é, quando nos introduzir perfeitamente no mistério de Cristo e pudermos ver tudo com o seu olhar" (AL 03).

A comunhão conjugal caracteriza-se não só pela unidade mas também pela sua indissolubilidade: 'Esta união íntima, já que é dom recíproco de duas pessoas, exige, do mesmo modo que o bem dos filhos, a inteira fidelidade dos cônjuges e a indissolubilidade da sua união' (FC 20).

O matrimônio é voluntário, é tornar o ser no mundo, em um ser no mundo com outro ser. Todo seu ser se oferece ao outro em processo de complementaridade, e com base em um patrimônio são o fermento de uma nova ação da parentalidade, para tornar a vida cada vez mais humanizada.

Conhecer a si mesmo está, de alguma forma, associado à reflexão sobre as indagações: "por qual finalidade passamos por este mundo? Para que se está nesta vida? Para que trabalhamos? Que necessidade tem de nós essa terra?" (LS 160). Este é o mistério indissolúvel, a conjugalidade de pessoas que se abre para vida, para o bem comum e para a cocriação e administração da obra de Deus.

3.5.2 O JARDIM TRANSFORMADO EM ESTADO

Questionar os valores, a estrutura, o *status quo* é, antes de tudo, estabelecer-se como identidade, podendo, por vezes, chegar a perceber um Estado que já não se identifica com seus cidadãos, faltando-lhe bondade, beleza e verdade. Quando o Estado aponta limites geográficos pelos quais as pessoas estão limitadas ao relacionamento de fraternidade, se diz que já não é o reino de Deus que se está desenvolvendo.

O Estado já não é o espaço no qual, por intermédio dos cidadãos, se desenvolve a nação dos filhos de Deus, em que se promove a vida na dignidade de pessoa. O Estado tornou-se o condutor da avareza e da soberba, gerando, por isso, por intermédio dos que exploram predatoriamente a criação, o egoísmo e o ódio coletivo. Paulo XVI (1965) enfatiza que,

Grandes discrepâncias surgem entre as raças e os diversos grupos sociais; entre as nações ricas, as menos prósperas e as pobres; finalmente, entre as instituições internacionais, nascidas do desejo de paz que os povos têm, e a ambição de propagar a própria ideologia ou os egoísmos coletivos existentes nas nações e em outros grupos. (GS 8).

A parentalidade é a fonte de onde jorra sem cessar o amor; todavia o amor reside na dimensão de sociabilidade humana. Quando se propõe a amar unicamente as pessoas consanguíneas, prende-se o amor entre quatro paredes e tudo à volta se torna mero elemento com os quais se provê a parentalidade, deixando de lado a própria humanidade.

Quem rejeita o mundo terrestre, exilando desta terra, de maneira espiritualista, existencial ou, como seja, o homem 'acabado', para transporta-lo a uma bem-aventurança do pretendido espírito puro, restringe e traiçoa a verdadeira realidade do homem, filho desta terra. (RAHNER, 1969, p. 152),

As relações em um mundo globalizado têm submetido ao espírito que apequena a economicidade humana, reduzindo-a à fadiga do trabalho remunerado, ao mesmo tempo que o afasta de sua sociabilidade e da parentalidade. As relações de amor se estabelecem onde houver vida humana, pois nenhum Estado tem o direito de romper com a dignidade de pessoa, tomando por base a geografia de nascimento.

É na relação de varão e mulher que existe a possibilidade de prosseguir com a vida humana, Palavra de Deus ecoada na criação, como força

transformadora, cocriadora e administradora. É enfático que “Deus não precisa de nenhuma defesa, mas nossas formulações e compreensões certamente precisam” (SPONHEIM, 1987, p. 271).

É possível observar que as pessoas concorrem entre si, gerando discórdia, quando deveriam gerar a concórdia e ser administradores da Criação, a tal ponto que “Todos vós, conforme o dom que cada um recebeu, consagrai-vos ao serviço uns dos outros, como bons despenseiros da multiforme graça de Deus” (1Pd 4,10).

A essência administrativa no humano possibilita a dinâmica de transformar e cocriar o mundo sobre uma base da doação original das coisas por parte do Criador. A parentalidade é o fio condutor da obra de Deus com a história da humanidade, não há como pensar em desenvolvimento participativo e compartilhado, que não em função dos filhos, bem como sua relação com o próximo, com a criação e com Deus.

Os filhos, herdeiros, que darão continuidade a administração do Reino de Deus, até que Deus seja tudo em todos. Sob esse enfoque é afirmativo e a importância de um filho, que não está para a observação de que esse filho “será útil ou não, se possui características que te agradam ou não, se corresponde ou não aos teus projetos e sonhos. Porque ‘os filhos são uma dádiva! Cada um é único e irrepetível’” (AL 170).

A família, que é a unidade primeira da família humana, acolhe a parentalidade, onde o trabalho se constitui diante da subsidiariedade para com os que não estão aptos ao trabalho. Deve-se, então, pensar que, “um filho é amado porque é filho: não, porque é bonito ou porque é desse modo ou daquele, mas porque é filho! Não, porque pensa como eu, nem porque encarna as minhas aspirações. Um filho é um filho” (AL 170).

Pensar o progresso e desenvolvimento é inútil, se não o faz na dimensão da parentalidade, pois não pode haver desenvolvimento quando não há filhos. Administrar a criação em e com a família é a expressão máxima da essência administrativa que Deus nos potencia a viver para que se possa ser cocriador.

Planejar os filhos é acolhê-los como dom de Deus, por isso, defender a conjugalidade e a cocriação humana não é uma defesa de modelos e condicionalismo, mas é reconhecer a relação de vida e longevidade que há

entre o varão e mulher. É a edificação do Jardim, a Nação dos filhos de Deus, que acontece no desenvolvimento da vida, do patrimônio e do matrimônio.

3.5.3 FAMÍLIA: PROSPERIDADE E POSSESSIVIDADE

Os sistemas de controle econômicos desencadeiam os mais diversos arranjos parentais, a tal ponto que o núcleo conjugal se torna espectador da vida econômica diante de uniões instáveis. A incerteza do trabalho, a impossibilidade de participação política, e as incertezas quanto ao que são os serviços comuns, bem como quais são as responsabilidades individuais, têm tornado as pessoas em expectadores submissos dos sistemas econômicos, e neste sentido se deve ater que a liberdade em Cristo,

É, efetivamente, uma libertação integral do homem, libertação da necessidade, mas também em relação às próprias posses: O apego ao dinheiro de fato é a raiz de todos os males, pelo seu desejo desenfreado alguns se desviaram da fé' (1Tm 6,10). (CDSI 328)

A parentalidade dissociou-se do lar, e já não são as relações de afeto, que impulsionam ao amor, a partir da uniduidade humana, mas, as características de trabalho que se possui. Essa disfunção acaba por romper as relações sociais, e fundamenta um novo modo de vivência onde se enseja a desenvolver o *homo economicus*, um ser capaz de explorar predatoriamente a natureza, que é sustentáculo da avareza e soberba do indivíduo. Usa-se essa terminologia, no desejo de ocultar o que os sistemas de controle destroem na vida humana.

A pessoa que deveria edificar a vida e o reino por intermédio do trabalho, foi transformada em submissor e submisso. O lar foi corrompido, agora não se pergunta de qual família/parentalidade se é, a pergunta que identifica a pessoa é: onde trabalha? A que empresa se pertence? O '*homo economicus*' se torna '*animal laborands*'.

É verdade que a redução das pessoas a exemplares e 'representantes' da sociedade garante a reprodução estável desta sociedade, mas com o futuro dessa sociedade também reduz suas possibilidades de mudança e, a longo prazo, ela mesma destruirá a sociedade (MOLTMANN, 1993, p. 380).

Igualmente, o Estado, conjunto harmônico de vida e vivência humana, deixou de ser um representante das pessoas, para se tornar um socializador,

um adestrador de trabalhadores, zelando pela exploração predatória, das finanças e das fortunas, esquecendo-se da pessoa. O Estado, sob a égide de promover riquezas, faz-se promotor de individualismo, soberba e avareza, revestindo-se como o promotor de direitos e de políticas que se sustentam pela mobilização do povo, enquanto massa e assolamento humano, de modo que,

A sociedade e o Estado não podem, portanto, nem absorver, nem substituir, nem reduzir a dimensão social da família mesma; deve antes honrá-la, reconhecê-la, respeitá-la e promovê-la segundo o *princípio de subsidiariedade*. (CDSI 252)

A vida não é propriedade, o ser humano a conduz e a concebe, se é, tão somente, “administradores dos desígnios estabelecidos pelo Criador” (HV 13) não se escolhe receber a vida, decide-se por continuá-la, sem decidir a quem, sob pena de romper com a vida, se a desejar de forma adversa da que é oferecido no ventre.

O paterno/materno está para muito além do ter filhos, é esponsalidade com o Criador, é antes ser pai/mãe para depois ter filhos, o filho é a alegria de quem já é pai/mãe. O desejo de ser pai/mãe tem sido obstruído por uma dinâmica intitulada, economia de mercado. Bento XVI (2009) preconiza que, “é verdade que o mercado pode ser orientado de modo negativo, não porque isso esteja na sua natureza, mas porque certa ideologia pode dirigi-lo em tal sentido” (CV 36).

Os filhos tornam-se indesejados, em várias ocasiões, pois atrapalham o trabalho, o foco do ‘grande profissional’ que deixou de ser humano, agora é um ‘*animal laborans*’. É possível apegar-se aos bens, mesmo sem tê-los, a tal ponto que se despoja de todos os princípios éticos e morais para auferi-los, “não se deve esquecer de que o mercado, em estado puro, não existe, mas toma forma a partir das configurações culturais que o especificam e orientam” (CV 36).

No íntimo da pessoa e no seio das famílias “originam-se tensões, quer devido à pressão das condições demográficas, econômicas e sociais, quer pelas dificuldades que surgem entre as diferentes gerações, quer pelo novo tipo de relações sociais entre homens e mulheres” (GS 8).

E, nesse sentido, se está sempre a cocriar e administrar a obra de Deus, de forma que educar filhos, não é apenas um ato de dar-lhe de comer, é permitir

o livre-arbítrio. A tradição e a cultura são como que a alegria que uma família possibilita aos filhos, na dignidade de vivência dos pais, em um processo em desenvolvimento.

A educação é dar opção ou opções de vida aos filhos e a si mesmo, e nisto surge que “Quando se valoriza a opção, não se está desvalorizando os atos da pessoa, mas indicando que cada ato humano precisa ser compreendido e avaliado à luz da opção fundamental” (SANCHES, 2013. P. 29). Todo filho, cada vida é um projeto para o Reino, e, por isso, Francisco (2015) aponta que cada ser humano “se sinta chamado a cuidar com amor da vida das famílias, porque elas ‘não são um problema, são sobretudo uma oportunidade’” (AL 7).

É evidente que há um “Chamado à coerência: cada ato humano nasce de uma opção, aponta para a opção e, por isso, cada ato deve ser escrutinado para que não fuja da opção maior, do projeto de vida da pessoa” (SANCHES, 2013, p. 29), planejar um filho torna-se uma atitude de sociabilidade, de parentalidade e de economicidade, visto que não se cria um filho para si, mas para um projeto maior, o próprio reino.

Os processos biológicos são, na verdade, a forma como Deus se manifesta, mediante a vontade humana, na realização do “Façamos o humano” (Gn 1,26) e, então, o humano é o ato administrativo de Deus na criação. Toda pessoa sustenta a continuidade, a constância da vontade de Deus “Duma parte e doutra se saberá e compreenderá que os homens são todos absolutamente nascidos de Deus, seu Pai comum; que Deus é o seu único e comum fim” (RN 14).

3.5.4 SISTEMA DE CONTROLES OU VIDA HUMANA

Diante dos sistemas de controle, já não é o humano que decide por sua própria vida, se faz afetado e dependente das decisões das estruturas, mas as estruturas não são, senão, governadas por pessoas. Novamente se enseja a observar o que há de proibido em cada fruto, e não em um fundamentalismo dualista do que foi possibilitado por Deus, por isso o ser humano tem a capacidade “transformar instrumentos de per si bons em instrumentos danosos; mas é a razão obscurecida do homem que produz estas consequências, não o instrumento por si mesmo” (CV 36).

Quando se associa em primazia a sistemas econômicos, sociais, e parentais, impossibilita-se o livre-arbítrio humano, entorpece o sentido de esponsalidade com o Criado, “com efeito, a economia e as finanças, enquanto instrumentos, podem ser mal utilizadas se quem as gere tiver apenas referimentos egoístas” (CV 36).

Aqui implica lembrar que não se opõe à estruturação social, desde que ela se manifeste favorável à formação das consciências, segundo os dons de cada pessoa; “por isso, não é o instrumento que deve ser chamado em causa, mas o homem, a sua consciência moral e a sua responsabilidade pessoal e social” (CV 36).

Assim, é enfático que as “sociedades que não conseguem modificar fundamentalmente o seu sistema de valores e sentidos, para adequar-se a novas situações, não podem modificar-se e não podem pôr fim à destruição que provocam” (MOLTMANN, 1993, p. 47). O problema atinge tal magnitude que Sanches (2007, p. 101) lembra que:

Os que executavam os programas nazistas eram pessoas comuns, muitos deles profissionais com seus sonhos, suas família e suas religiões. Disto decorre a lição mais terrível: uma vez dentro de um sistema desumanizante, pessoas comuns podem cometer atos demoníacos.

A esponsalidade com o Criador possibilita que o humano desperte para a essência administrativa, a potência transformativa da pessoa. O humano em esponsalidade, é o ato administrativo de Deus no mundo, é o convite para ser eterno com Deus, por isso “cada um de nós tem em si uma identidade pessoal, capaz de entrar em diálogo com os outros e com o próprio Deus” (LS 81).

Nossa concepção de criação está diretamente correlacionada a nosso conceito do modo em que Deus se encontra conosco. Se, por exemplo, consideramos a atividade criadora de Deus como coincidente com o processo evolutivo de desenvolvimento do mundo e da vida no mundo, nosso próprio desenvolvimento ‘natural’ torna-se o local para o encontro com Deus. (HEFNER, 1987, p. 277).

A essência administrativa é o agir contínuo de Deus, mas de que modo? Naquele que é precisamente, sua imagem e semelhança? É preciso cuidado para não se opor, criação e redenção – a redenção é, por si mesma, o ato criador de Deus, é a imagem de Deus tornando o ser humano seu semelhante.

O desejo do Criador é ver essa capacidade criativa, de sua criatura, tornando o mundo mais doméstico, porque Deus, “criando um mundo necessitado de desenvolvimento, onde muitas coisas que consideramos males, perigos ou fontes de sofrimento, na realidade fazem parte das dores de parto que nos estimulam a colaborar com o Criador” (LS 80).

Atém-se aqui para “a capacidade de reflexão, o raciocínio, a criatividade, a interpretação, a elaboração artística e outras capacidades originais manifestam uma singularidade que transcende o âmbito físico e biológico” (LS 81) de modo que uma atividade desenvolvida sob a esponsalidade possibilita,

Simultaneamente, o desenvolvimento da sociedade, o sustento da família e também a sua estabilidade e fecundidade: ‘Possas contemplar a prosperidade de Jerusalém todos os dias da tua vida e chegues a ver os filhos dos teus filhos’ (SI 128/127, 5-6) (AL 24).

A possessividade e a avareza, que dissociam o fruto do trabalho de seu criador inibem, no humano, sua capacidade cocriadora e procriativa, transformando-o em mero repetidor de ações, despojado de interesse pela família humana. O humano não é mecânico e destoadado do mundo, foi criado à imagem e semelhança de Deus, deve, portanto, participar da obra criadora em esponsabilidade e na práxis da vida e vivência, enquanto caminho da perfeição, onde colabora a e orienta toda a existência.

3.5.5 NATUREZA/HÚMUS MATER E NÃO MATERIAL

Quando se vê beleza na obra humana, não se o faz em detrimento da obra do Criador, mas como uma ação de graças ao ser humano, que é administrador e cocriador da obra de Deus. E sobre esses preceitos, o Papa Francisco (2016) enfatiza que, “também não podemos esquecer a degeneração que o pecado introduz na sociedade, quando o homem se comporta como um tirano com a natureza, devastando-a, utilizando-a de forma egoísta e até brutal” (AL 26).

É oportuno afirmar que “O *‘reinar’* é revelação da vocação fundamental do ser humano, enquanto criado à *‘imagem’* d’Aquele que é Senhor do céu e da terra, e chamado a ser em Cristo seu filho” (CM 10). É de suma importância que, em se tratando do domínio humano, na criação, “O seu *‘reinar’* é *servir!* O

seu servir é 'reinar!'” (CM 10), novamente se remeter ao termo *ad-minus*, e compreender-se, enquanto administrador da obra de Deus.

Jesus não ensina o ser humano ser Deus, ensina a ser Criaturas unidas no reino de Deus e com isso é possível afirmar que “dizer que Jesus Cristo é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem significa que a salvação não acontece do modo pagão, transformando seres humanos em deuses ou fazendo os deuses aparecerem como seres humanos” (BRAATEN, 1987, p. 75).

Onde se faz a necessidade de justiça, há antes, a ausência de esponsalidade com o Criador, por isso há que se afirmar que, uma vez “excluída a referência a Deus, não surpreende que o sentido de todas as coisas resulte profundamente deformado, e a própria natureza, já não vista como *mater*, fique reduzida a ‘material’ sujeita a todas as manipulações” (EV 22). Segundo (BRAATEN, 1987, p. 75), o pecado “é rebelião contra a vontade do Criador para as ordens da criação. É contradição da imagem e semelhança de Deus colocada no ser criado da humanidade”.

Por conseguinte, toda vez que se fala da natureza sob uma ótica exclusivista de sistemas econômico, social e parental fala-se de um desequilíbrio humano. A perspectiva é o Reino e o equilíbrio é aproximar as pessoas da verdade, diante de uma sinergia que envolve a economicidade, a parentalidade e a sociabilidade humana.

Quando em esponsalidade, o ser humano é o ato administrativo de Deus na criação, “as ciências, estendendo-se da física e astronomia à biologia e psicologia, descortinam para nós uma concepção que reconhece a mudança, o mistério e o potencial inesperado na natureza” (HEFNER, 1987, p. 355).

Revela-se, então, a providência imanente de Deus, ou seja, participa do mundo pelo ato humano “*mediante a sua corporeidade o homem unifica em si os elementos do mundo material, 'que nele assim atinge sua plenitude e apresenta livremente ao Criador uma voz de louvor'*” (CDSI 128), uma vez que se constitui carne, *práxis* de amor.

Quando se enfatiza o termo ‘Espírito Criador’, pretende-se pontuar que há um ser humano em perfeita sintonia com toda a Criação, e que esse corpo vive em alteridade e comunhão com o corpo de Deus, com o Corpo e Vida de

Jesus, que foi concebido, desenvolveu-se, foi morto e ressuscitou para o presente escatológico na vida eterna.

A corporeidade, então, quando em sponsalidade com o Criador permite viver em harmonia, nas dimensões de parentalidade, de sociabilidade e de economicidade, pois “esta dimensão permite ao homem inserir-se no mundo material, lugar da sua realização e da sua liberdade, não como numa prisão ou num exílio” (CDSI 128). Ainda que, sejam muitos “os que manifestam o receio de que a população mundial cresça mais rapidamente do que os recursos à sua disposição, com crescente angústia de tantas famílias e de povos e vias de desenvolvimento” (HV 2).

Diante de indagações tão profundas, a própria parentalidade, tem dificuldade para compreender que “a verdadeira dignidade do homem e a sua excelência reside nos seus costumes, isto é, na sua virtude; que a virtude é o patrimônio comum dos mortais, ao alcance de todos, dos pequenos e dos grandes, dos pobres e dos ricos” (RN 13).

Assim, a fé precipita a vida no reino, à medida que a essência administrativa possibilita ser o administrador e cocriador da Obra, em analogia ao sedento, que não se afasta da água, mas que a busca. Ao faminto, não se afasta do alimento, mas que o busca. A existência humana, não se afasta do Ser, sob pena de voltar ao pó da terra.

3.5.6 DESENVOLVIMENTO DE UMA VIDA PARA A ETERNIDADE

Todos os que escutam a Palavra de Deus em uma *práxis* de vida e vivência, são semelhantes a Cristo e, portanto, administradores e cocriadores dos mistérios de Deus. A capacidade de ouvir a Palavra de Deus é o ato de realizar a vontade do Criador e, nesse sentido, enfatiza-se que a essência administrativa, o Si de Deus que habita o íntimo humano, é *práxis*.

O tempo é criação, enquanto criatura; desvela ao ser humano sua condição de criatura contingente, que necessita cultivar e guardar, ir e proliferar. O tempo/espço possibilita ao humano entender-se na criação, compreender-se filho, criança em desenvolvimento, cocriador e administrador, imagem e semelhança de Deus.

Deus concede a vida humana em livre-arbítrio, no chamado a Si e no mandado de Si, para que se possa fazer à vontade do Criador, de tal forma que

Cristo pergunta “Quem é minha mãe e quem são meus irmãos?” (Mt 12,48) e, na resposta: “E apontando para os discípulos com a mão, disse: ‘Aqui estão minha mãe e meus irmãos, porque aquele que fizer a vontade de meu Pai que está nos céus, esse é meu irmão, irmã e mãe’” (MT 12,49-50).

A esponsalidade possibilita a essência administrativa que é *práxis*, se faz a inteligência de quem procura no mundo os rastros de Deus, revelando em cada ser humano como um sinal da presença visível de Deus. Cada pessoa age na história, como imagem e semelhança de Deus, toda pessoa deve aderir ao projeto, eterno da criação. Toda pessoa, no reino, que se faz diante do bom, do belo, e do verdadeiro, e na ciência do bem e do mal, deve viver a esponsalidade com o Criador, direcionando o ser humano à árvore da vida.

A pergunta que fica é: diante da morte/árvore da vida o humano será capaz de viver sem os frutos do que foi edificado em si na presença do mal? Ou, a personalidade eterno-dinâmica seria tão desprezível aos olhos do soberbo e avarento que se negaria o próprio ser em blasfêmia ao espírito? Quais as condições para ter vida eterna?

A pessoa aceitaria viver no reino de Deus, se nele houvesse uma cultura diferente? Ou se toma por base a afirmativa de que “Pelo fato de as criaturas e o próprio ego não poderem dar aquilo que se espera de Deus é que se expande o medo e a superstição, ódio no amor e frustração na esperança. Começa a ‘doença para a morte’ (S. Kierkegaard)” (MOLTMANN, 1993, p. 335-336).

É notório que: “falando sobre criação, nós pensamos, involuntariamente, no começo de todas as coisas e imaginamos o surgimento do mundo como um estado de coisas que foi produzido de uma vez por todas e que está concluído” (MOLTMANN, 1993, p. 91). Todavia, para falar do ser humano, no inserimos em uma condição de dar continuidade à criação de Deus.

O humano é, então, um propulsor da evolução, do desenvolvimento e da própria teleologia da vida humana em Deus, sem esquecer que, “a realidade de cada pessoa criada é definida pela sequência de eventos, pelo enredo de sua vida, na medida em que dessa sequência se faz uma totalidade determinada, de fato um enredo, por meio de sua morte”. (JENSON, 1987, p. 183).

Não se trata aqui de uma criação estática, mas de uma criação completa e não conclusa, sobre a qual age o ser humano, cocriando e administrando.

Dessa forma, é possível cultivar e guardar, ir e proliferar, o que torna explícita a necessidade de desenvolvimento e de agir em família. Deus que cria *ex nihilo*, também cocria e administra a partir do que há e é nesta etapa da cocriação e administração que o ser humano é sua imagem e semelhança.

Se 'criação' é a suma de todo o criar de Deus, então a doutrina da criação correspondente deve abranger a criação no princípio, o criar histórico e a criação do final dos tempos: criação original – criação contínua e nova criação. 'Criação' caracteriza o criar inicial de Deus, seu criar histórico e a criação perfeita (MOLTMANN, 1993, p. 23).

Salienta-se que, entre a Graça e a Providência Divina, há a ação humana que possibilita a compreensão da Graça providente de Deus e impulsiona a *práxis* humana de usufruir das coisas que Deus possibilitou para todos os humanos. É de posse dessas coisas que a pessoa pode administrar e cocriar o mundo segundo as necessidades, as possibilidades e os subsídios.

Viver a vida é precisamente tomar decisões, tem-se toda uma vida por se decidir uma relação que tenha consistência ontológica, na visão da dignidade da pessoa humana. Querer viver a própria vida não dá o direito de usar outras vidas; ser pessoa consiste em estabelecer relações, correspondência e alteridade para com a vida humana, promovendo o desenvolvimento participativo e compartilhado.

Edificar-se pessoa, encontra-se para o conjunto de relacionamento entre os humanos, a criação e Deus. Relação não é constituir-se pessoa, é edificar a pessoa concebida, de forma que não haja manipulações das liberdades envolvidas, em respeito aos Dons e à capacidade de cada um. Ao criar um mundo necessitado de desenvolvimento, Deus propicia a essência administrativa para que o humano possa compreender as necessidades, as possibilidades e os subsídios do ambiente de vida, e desenvolver-se em alteridade.

3.6 CONSIDERAÇÕES

O ser humano é o administrador e cocriador da obra de Deus, para que a pessoa se desenvolva e exerça sua potência, presença e ciência. É preciso que a pessoa seja devidamente apresentada ao núcleo de parentalidade, de

sociabilidade e de economicidade. Quando se dispõe a construir sistemas de controles, afasta-se o ser humano de sua missão. Os sistemas de controles, econômicos, social e parental dificultam a formação da consciência da pessoa, pois transferem a responsabilidade e o amor que acontece na sua realização, para a realização da obrigação de obedecer cegamente a um organismo estatal.

Aqui se evidencia que a pessoa deve ser devidamente apresentada à parentalidade, à sociabilidade e à economicidade humana. E que é preciso que cada pessoa se desenvolva, se compreenda e se realize sob a perspectiva de que não é o que se tem, mas quantos vivem bem com o que se tem, sem que para isso outros tenham vivido, vivam ou venham a viver mal. Pontua-se que o ser humano administra e cocria a obra de Deus, e que diante do próprio ser, cada pessoa se realiza enquanto imagem e semelhança de Deus.

4 ADMINISTRAÇÃO HUMANA NA CRIAÇÃO

Neste capítulo refletir-se-á sobre o ser humano enquanto administrador e cocriador da obra de Deus, compreendendo que entre a Graça e a Providência Divina há a *práxis* humana. Desta forma como se menciona, o pano de fundo sob o qual se desenvolve a escrita é a economicidade, a sociabilidade, e a parentalidade, comunga-se que estes elementos precisam estar harmonicamente relacionados. É função do ser humano ser o administrador e cocriador da obra de Deus, todavia intenta-se sobre o que impede o ser humano de ser o administrador e cocriador da obra de Deus.

4.1 TRABALHO: MATRIMÔNIO E PATRIMÔNIO

Deseja-se pontuar que a relação entre trabalho, matrimônio e patrimônio tem dificultado o agir da pessoa, enquanto ato administrativo de Deus no mundo. Todavia há que se sustentar que se fala de uma estrutura básica da vida e vivência humana. Quem age por desvincular o trabalho, o matrimônio e o patrimônio do agir humano em esponsalidade com o Criador, age por impedir a realização da própria pessoa, que é ser o administrador e cocriador da obra de Deus.

4.1.1 AGIR PARA A CONTINUIDADE DA VIDA: MATRIMÔNIO

O planejamento da parentalidade refere-se à concepção responsável e prudente de uma nova vida, eis que “não é possível uma família sem sonho. Numa família, quando se perde a capacidade de sonhar, os filhos não crescem, o amor não cresce; a vida debilita-se e apaga-se” (AL 169). O agir humano, mediante o matrimônio, é um agir em conjugalidade e torna-se o auge de uma vida em comunhão; é um agir, em vista do patrimônio, pois que matrimônio e patrimônio se tornam recíprocos, subsidiários, e subsidiados por um projeto de parentalidade.

Quando se enfatiza a essência administrativa, se está falando também do poder de elevar cada pessoa à salvação. Todas as vezes que coloca em ato a partilha, percebe-se como menos rico, e não como mais humano. “Cada

pessoa pode assumir a comunhão, que se estabelece em sponsalidade, prelúdios da união eterna que se realiza na *práxis* de administrar e cocriar a criação de Deus. É no planejamento e realização da esperança, que se é possibilitado a movimentar-se ao não possibilitado, isto é, avançar sobre as possibilidades que se fazem diante dos atos humanos e se sustentam mediante a essência administrativa.

Não há matrimônio sem que haja implícito um projeto socioeconômico, um patrimônio, projeto que se constrói a partir da realidade, dos fatos e atos contingentes e da própria contingência e entropia da criação. Enfatiza-se que toda pessoa que age para dar sustentabilidade aos sistemas de controles, subverte-se à formação da consciência humana, e põe-se a separar o que se uniu em Deus.

Jesus não ensina o ser humano ser Deus, mas a ser criaturas unguas; a sponsalidade eleva o ser humano a participar da obra de Deus, realizando-se à medida que escreve a história da humanidade na Sua obra. Quando se diz que o ser humano é em sponsalidade, pontua-se sua atitude de criatura unguada, “e a Deus somente se chega, passando continuamente pelo centro mediador da humanidade de Cristo, do mesmo modo que não se deixa de ser criatura ao participar da divindade” (RAHNER, 1969, p. 59).

O matrimônio não é a razão pela qual se tem que explorar predatoriamente a natureza, na busca do sustento parental. Novamente, se compreende que o patrimônio está intimamente ligado ao mesmo amor que os cônjuges se envolvem em matrimônio. A parentalidade é sponsalidade com o Criador, o que se demonstra em ato ao cônjuge, na edificação da vida do casal, mas não como duas pessoas desligadas da realidade.

A realização da vida conjugal não é uma negação da sociabilidade humana, mas sua plena realização e, assim, enfatiza-se que o amor que denota o matrimônio a ser reconhecimento como sacrário da vida, deve nos elevar para que o patrimônio seja o elemento desse mesmo amor, que une duas pessoas à humanidade.

Os seres humanos são os beneficiários deste poder criador de Deus não somente em sua origem, mas também na disponibilidade do poder criador de Deus para redimi-los, para torna-los ‘novas criaturas’, para torna-los participantes da realidade de Cristo e, com isto, para

capacita-los a fazer a vontade de Deus de forma transformadora do mundo. (HEFNER, 1987, p. 281).

A esponsalidade com o Criador possibilita ao ser humano, mediante a essência administrativa, a *práxis* de amor e vida, para se desenvolver na terra os sinais do amor de Deus. Busca-se em Deus, o futuro, mais que futuro a eternidade, mais que eternidade, a própria escatologia de nossa vida. E, diante da morte, suplica-se a Deus pelo futuro após a morte, o futuro de nossa própria vida – eternidade, que já está no presente sendo edificada,

O objeto de preocupação nesta expressão é uma redução da teologia cristã à soteriologia, que falsifica a fé cristã porque secciona a conexão maior entre a redenção em Cristo e panorama das intenções e ações de Deus desde a criação até a consumação. (HEFNER, 1987, p. 280).

Quando se trata de patrimônio e livre-arbítrio, forma-se um pensamento sobre a acumulação que pode ser necessária, enquanto o ser humano vive em uma criação contingente. Mas, efetivamente, não se realiza diante da exploração predatória, que coloca em risco o início de todas as futuras vidas humanas.

Aqui se insere uma indagação que permeia a vida e que diante de esperanças e angústias o humano se faz pensar. O casal pode, de fato, planejar a própria reprodução, sem que haja no matrimônio um patrimônio? Associada a essa indagação está a assertiva de Francisco (2016) ao salientar que “Além disso, muitas vezes apresentamos de tal maneira o matrimônio que o seu fim unitivo, o convite a crescer no amor e o ideal de ajuda mútua ficaram ofuscados por uma ênfase quase exclusiva no dever da procriação” (AL 36).

A consciência sexual e o desenvolvimento da sexualidade humana possibilitam que cada pessoa possa realizar-se segundo seus próprios dons. No contexto do planejamento parental, pode propiciar condições de se manter uma vida sexual e, ao mesmo tempo, evitar o impacto que a procriação tem nas decisões de sexualidade, conjugalidade e a decisão de ter filhos.

Certo é que a contracepção e o aborto são *males especificamente diversos* do ponto de vista moral: uma contradiz a verdade integral do ato sexual enquanto expressão própria do amor conjugal, o outro destrói a vida de um ser humano; a primeira opõe-se à virtude da castidade matrimonial, o segundo opõe-se à virtude da justiça e viola diretamente o preceito divino ‘não matarás’. (EV 13)

O planejamento da parentalidade não está simplesmente para a capacidade de compreender o ciclo de fertilidade à qual está submetido o casal humano, ou seja, da potência de ter filhos. O casal é convidado a ser o ato administrativo de Deus na Criação e, nesse sentido, cada pessoa é chamada à consciência de que se deve ser pai/mãe e, assim, se sentir apto a ter filhos na unicidade e longevidade da união do casal,

Na lógica do domínio, o dominador acaba também negando a sua própria dignidade e, em última análise, deixa 'de identificar-se subjectivamente com o próprio corpo', porque lhe tira todo o significado. Vive o sexo como evasão de si mesmo e como renúncia à beleza da união. (AL 155)

Planejar e torna-se mãe/pai acontece sobre as bases de alteridade, em uma visão realista da contingência do reino, bem como das estruturas socioeconômicas e, diante desses elementos é que se verificam as possibilidades de arbitrar novas vidas. É enfático que o ser humano deve estar sempre apto a receber com amor e carinho toda vida concebida, esse é o planejamento da parentalidade, é amor que o casal humano apresenta em respeito à vida.

A relação de parentalidade é o que possibilita ser pai/mãe ter filhos, não como um projeto em si mesmo; é ser pai/mãe no reino contingente, é o edificar que se prospecta enquanto ação no reino de Deus, “quando o bem precioso da pertença recíproca se transforma em domínio, ‘muda essencialmente a estrutura de comunhão na relação interpessoal’” (AL 155).

Afirma-se, então, que é preciso desenvolver-se o matrimônio e o patrimônio, com o qual se é pai/mãe. Ser pai/mãe precede o ter filhos, por isso o “matrimônio desafia a encontrar novas maneiras para ser filhos” (AL 190). A realidade contingente do reino propõe ao ser humano os desafios de administrar e cocriar os mistérios de Deus.

O tempo força tudo à sua originalidade – entropia, ao mesmo tempo em que prospecta o ser humano, ao eterno e, assim toda obra humana precisa, além do sacrifício de sua construção, também, o sacrifício de sua manutenção; é preciso que o próximo, ou seja, os filhos signifiquem a obra humana. A continuidade da vida humana é dependente de atitudes de amor para com o próximo.

4.1.2 PATRIMÔNIO E MATRIMÔNIO: DESEJÁVEL E ATRAENTE

Quando se propõe refletir sobre as opções da parentalidade e a alteridade para com a família humana, traz-se à baila o matrimônio e o patrimônio, pensados sob o mesmo projeto de amor. Caso contrário, “podemos ser testemunhas mudas de gravíssimas desigualdades, quando se pretende obter benefícios significativos, fazendo pagar ao resto da humanidade, presente e futura, os altíssimos custos da degradação ambiental” (LS 36).

É uma forma de pensar o equilíbrio entre a abastança necessária à pessoa e sua relação com o próximo, de forma que as possibilidades de uns não signifiquem a ausência de subsídios às necessidades de outros. O movimento é para se reconhecer o patrimônio enquanto unidade do matrimônio, isso porque, esses dois elementos, pensados sob o contexto da parentalidade, possibilitam compreender o ser humano em sua realidade socioeconômica.

Por vezes, enfatiza-se uma vida matrimonial que foge de toda a realidade possível, em se tratando de patrimônio, e “Esta excessiva idealização, sobretudo quando não despertamos a confiança na graça, não fez com que o matrimônio fosse mais desejável e atraente” (AL 36). Sob estes aspectos, torna-se importante afirmar que ser cristão implica conhecer a realidade e atuar para possibilitar a vida e a vivência humana, segundo a dignidade de pessoa.

O humano não pode ficar contemplando eternamente sua obra, porque a obra volta a seu estado original – entropia, mesmo não ocupando a própria originalidade, ao humano é preciso significar tudo em sua volta, dar sentido “cultivar e guardar” (Gn 1,15) a criação, enquanto se põe em respeito ao mandado de “ir e proliferar” (Gn 1,28).

Nesse sentido, o Papa Francisco tece a seguinte crítica, “Apresentamos um ideal teológico do matrimônio demasiado abstrato, construído quase artificialmente, distante da situação concreta e das possibilidades efetivas das famílias tais como são” (AL 36). E, nesse movimento crítico, enseja-se apresentar a unidade de matrimônio e patrimônio, cujos elementos farão da parentalidade um serviço à vida humana.

O casal humano como unidade continuadora da família humana, significa a realidade que há para dar continuidade ao projeto do reino. Deus criou o humano, para viver em família, é a união pela qual varão e mulher constituem entre si a parentalidade, que prospecta ao ordenamento e ao bem de si, na geração e no cuidado e educação da prole. Constitui-se o princípio sobre o qual cada pessoa se abre ao estabelecimento de uma nova unidade parental, em que o ser humano se porá a administrar e cocriar a família humana em parentalidade.

Assim, se descreve o ser humano, em sua situação de negligência de si mesmo ou mediante a avareza e a negligência do outro. O sentido de família, quando reduzida à parentalidade comporta a negação do reino, por fechar-se ao próximo, que é imagem e semelhança de Deus. A parentalidade é realização do ser humano, enquanto um ser que administra e cocria a obra de Deus,

Cumprem desta maneira, de um modo humilde e corajoso, o dever que lhes foi confiado de ser no mundo um 'sinal' – pequeno e precioso sinal, submetido também às vezes à tentação, mas sempre renovado – da fidelidade infatigável com que Deus e Jesus Cristo amam todos os homens e cada homem (FC 20).

É nítida a compreensão de que Pai, mãe e filho são pontos comuns na história humana. A união matrimonial predispõe o casal a seguir tradições parentais, valorizar o patrimônio e o matrimônio, na virtude de se constituir o bem comum, guiando-se por valores humanos. Há que se enfatiza que zelar de um matrimônio é também zelar do patrimônio, e é nesse ambiente que o casal pode pôr-se a serviço do povo de Deus.

A essência administrativa instiga, cada pessoa, a pensar no que se é agora e o que se deseja ser, isso faz com que o humano diante dos resultados das próprias ações, prospecte o futuro na obra de Deus, que “Cristo renova o desígnio primitivo que o Criador inscreveu no coração do homem e da mulher, e, na celebração do sacramento do matrimônio, oferece um ‘coração novo’” (FC 20).

O ‘coração novo’ não acontece por imposição de Cristo, Jesus, mas pela disposição dos cônjuges, em ser neste mundo, um sinal da presença de Deus. Preconiza-se que não é que Cristo tenha dado um ‘coração novo’, mas sim possibilitado isso, e que diante dos próprios atos, “os cônjuges podem não só

superar a 'dureza do coração', mas, também, e sobretudo, compartilhar o amor pleno e definitivo de Cristo" (FC 20).

Infere-se que o amor ao filho não nega o próximo, o amor ao filho comporta o amor ao próximo, é implícita a vida do filho em comunhão com a família humana. O amor enquanto esponsalidade com o Criador fomenta a edificação de uma família humana, de um jardim onde se pode viver em livre-arbítrio e não em uma casa com muros altos que propõe separar a parentalidade de toda a família humana.

4.1.3 PAI/PATER E MÃE/MADRE: PATRI+MATRI+MÔNIO

Neste ponto, observam-se o matrimônio e patrimônio como unidade, *PatriMatriMônio*, sob qual varão e mulher se prospectam a desenvolver a unidade do casal. Não são funções isoladas, a mulher cuida do matrimônio e o varão cuida do patrimônio, mas que tornar-se uma só carne e um só espírito é desenvolver o matrimônio e o patrimônio como unidade indissolúvel.

Espera-se, ainda, que uma vez "excluída a referência a Deus, não surpreende que o sentido de todas as coisas resulte profundamente deformado, e a própria natureza, já não mais vista como *mater*, fique reduzida a 'material' sujeito a todas as manipulações" (EV 22). Sobre essa estrutura se põe à afirmativa de que "a própria natureza, já não vista como *pater*, fique reduzida a '*patri+mônio*' sujeito a todas as manipulações¹" (EV 22).

Com a substituição, dos termos *pater* e *mater*, infere-se que não há como pensar a paternidade sem a maternidade, assim como não há como pensar a maternidade sem a paternidade e, nesse sentido, se apresenta a unicidade de matrimônio e patrimônio, de tal modo que já não há possibilidades de atribuir funções específicas ao varão e à mulher, mas que as funções são realizadas na indissolubilidade do casal.

A obra humana se faz mediante a doação original das coisas por parte de Deus. A continuidade da vida humana acontece na união de varão e mulher. Realizar isso em esponsalidade com o Criador é promover a unicidade e fidelidade de cada pessoa com Deus. O projeto de Deus é a realização do

¹ Foi substituído, propositalmente, os termos *Mater* por *Pater* e *matéria* por *patri+mônio*.

Jardim onde toda pessoa possa viver em livre-arbítrio, cientes da responsabilidade e alteridade para com todos e com o próprio jardim.

Se o termo *matri+mônio* nos leva à compreensão da unidade primeira da família, pela qual se desenvolve um projeto, sacramento e continuidade da vida humana, quer se pontuar que o *patri+mônio* é parte integrante dessa unidade. Francisco (2016) aponta que “Além disso, muitas vezes apresentamos de tal maneira o matrimônio, que o seu fim unitivo, o convite a crescer no amor e o ideal de ajuda mútua ficaram ofuscados por uma ênfase quase exclusiva no dever da procriação” (AL 36).

Então o matrimônio e o patrimônio são unidades de um projeto de parentalidade, que apresenta cada pessoa como o administrador e cocriador da obra de Deus, a partir da parentalidade, que é unidade primeira da família humana. Sem a perspectiva de continuidade do Reino, o matrimônio e o patrimônio direcionam a ação humana de forma destrutiva, é a construção da “Torre de Babel” (Gn 11,1-9), ponto de discórdia entre a humanidade.

O matrimônio é constitutivo de um projeto socioeconômico, “o homem tem necessidade, sem dúvida, dos bens criados e dos produtos da indústria, continuamente enriquecida pelo progresso científico e tecnológico” (SS 29); nesse sentido, o matrimônio e o patrimônio constituem-se um projeto de amor no desenvolvimento do reino. O desenvolvimento participativo e compartilhado torna-se fecundo, à medida que possibilita à vida humana a compreensão e vivência da parentalidade, da economicidade e da sociabilidade.

Toda pessoa precisa compreender-se administrador e cocriador em esponsalidade com Deus, e isso se faz “na medida em que os técnicos se fizerem educadores, e na medida em que o ensino dado tiver características espirituais e morais tão elevadas, que possa garantir um desenvolvimento, não só econômico mas também humano” (PP 73).

O arbítrio da vida constitui-se sobre os alicerces de uma Mãe/*Mater/Matri+mônio* e um Pai/*Pater/Patri+mônio*, quando varão e mulher, se apresentam enquanto projeto de amor e desenvolvimento da vida; apresenta-se o *Matri+mônio*, e enseja-se que seja constitutivo desse o *Patri+mônio*, assim o projeto de parentalidade – matrimônio – é constitutivo, subsidiário e subsidiado por um projeto socioeconômico, patrimônio.

Correndo o risco de simplificar, poderemos dizer que vivemos numa cultura que impele os jovens a não formarem uma família, porque privam-nos de possibilidades para o futuro. Mas esta mesma cultura apresenta a outros tantas opções que também eles são dissuadidos de formar uma família. (AL 40).

Ao dissociar o matrimônio do patrimônio, movimenta-se a esterilidade humana, uma vez que, “nalguns países, muitos jovens ‘são frequentemente levados a adiar o matrimônio por problemas de tipo econômico, laboral ou de estudo” (AL 40). Adia-se o matrimônio para se obter o patrimônio, sentido em que se pontua a unicidade de matrimônio e patrimônio, porque o matrimônio não subsiste sem o patrimônio; volta-se a atenção à unicidade de varão e mulher, que fomentam a dinâmica da indissolubilidade da união do casal, construindo, assim, o matrimônio e o patrimônio que sustenta a parentalidade.

Quando se põe a pensar o patrimônio disperso do matrimônio e vice-versa, põe-se a separar o necessário para continuidade do Reino, “no início do Salmo 128, o pai é apresentado como um trabalhador que pode, com a obra das suas mãos, manter o bem-estar físico e a serenidade de sua família: ‘comerás do fruto do teu próprio trabalho” (AL 23), Não se está pretendendo, com a referida citação, apresentar a função do Pai, mas as atividades de subsistência que precisam ser desenvolvidas por varão e mulher,

Deixamos de notar que alguns se arrastam numa miséria degradante, sem possibilidades reais de melhoria, enquanto outros não sabem sequer que fazer ao que têm, ostentam vaidosamente uma suposta superioridade e deixam atrás de si um nível de desperdício tal que seria impossível generalizar sem destruir o planeta. (LS 90)

É notória a mansidão da matéria enquanto *Mater* dos talentos humanos, para que possa apresentar ao mundo e, concomitantemente, a Deus, os frutos de tudo o que lhe foi dado. O próprio Senhor o diz: “Eis que venho em breve, trazendo comigo a minha recompensa, para dar a cada um segundo as suas obras. Eu sou o Alfa e o Omega, o primeiro e o último, o começo e o fim (Apoc. 22, 12-13)” (GS 45).

Não se trata da obra, puramente, mas das obras e os devidos talentos, sempre sob a perspectiva do Reino de Deus. Sanches, (2009, p. 301) enfatiza que “em Lucas (14, 28-33) Jesus critica aquele que pretende construir uma torre e não se sentou ‘para calcular as despesas”’. Sob este enfoque se pontua a importância do planejamento, administrar em esponsalidade com o Criador.

Colocar os talentos a serviço do Reino implica, curiosamente, em calcular a nossa capacidade de renunciar a tudo o quanto se tem, para ser discípulo. Essa renúncia, não é o abandono do patrimônio, é precisamente a correta aplicação do patrimônio e do matrimônio. E, assim, quem vê o lar ‘patrimônio e matrimônio’ o sentirá, enquanto a obra que o casal realiza e que está submetida à ótica do Reino. A ação humana assume uma direção, pois “ser co-criador significa que o *homo sapiens* toma parte consciente e responsabilmente na formação do mundo e seu desdobramento em direção a sua consumação final sob Deus” (HEFNER, 1987, p. 327).

Estando a ação humana em perspectiva do Reino, possibilita-se abstrair, prever, planejar, executar, controlar e realizar, enquanto ato administrativo de Deus no mundo; então, o *húmus da criação*, em esponsalidade com o criador é o *homo ad-minister*. Enfatiza-se que, entre a Graça e a Providência Divina, há a ação humana que, mediante a esponsalidade com o Criador possibilita a essência administrativa que habita o íntimo de cada pessoa, para que possa ser o cocriador e administrador da obra de Deus.

Toda pessoa é um talento dado à humanidade, por isso, a decisão de gerar uma vida, deve, em concomitância ao mandamento de “Sede fecundos e multiplicai-vos” (Gn 1,28), ser precedida e subsidiada de estar em esponsalidade com o Criador e, assim, participar do mistério no qual Deus diz: “façamos à nossa imagem e semelhança” (Gn 1,26). A isso se deve não só à potência de ter filhos – capacidade biológica –, mas ao ato/*práxis* do planejamento da parentalidade, visão amorosa do Criador para com sua criatura.

Procede ao humano aprender sobre si, em todos os que são imagem e semelhança de Deus, e se fazer em espírito cocriador e administrador, em busca de agir à imagem e semelhança de Deus. A consciência da pessoa, na *práxis* administrativa, permite ver na união de varão e mulher um sacrário, matrimônio e patrimônio, porque tem a potência de ser geradora de um ser que é à imagem e semelhança de Deus, templo do Espírito Santo.

4.1.4 VOCAÇÃO HUMANA: OS TEMPLOS DE RUAH

Desse modo, cada ser humano assume centralidade na criação e “Então, abrir-se-á um diálogo centrado no homem e não nas mercadorias ou

nas técnicas” (PP 73), e cada pessoa torna-se profundamente responsável na criação de Deus. Diante da família humana, cada pessoa faz a experiência de ser o administrador e cocriador, é uma experiência de sentir a presença de Deus – *shekina*, sentir que se é “templos do Espírito Santo” (cf. 1Co 6,13-20).

Quando se enfatiza que a parentalidade é a unidade primeira da família humana, indica-se que, tanto o matrimônio, quanto o patrimônio, precisa desenvolver-se sobre os laços de um projeto de parentalidade. É notório que “a disponibilidade sempre nova dos bens materiais, na medida em que vem ao encontro das necessidades, abre novos horizontes” (SS 29), e mantém a família humana em esponsalidade para com o Criador.

Implica dizer que há na vida humana, um caminhar em direção à *práxis* de amor, sentido em que o casal e seu projeto de parentalidade, desenvolvem, na hodiernidade, o Jardim que deseja habitar com os filhos. Assim, é necessário um projeto de desenvolvimento participativo e compartilhado, de modo que “um desenvolvimento que não é só econômico mede-se e orienta-se segundo a realidade e a vocação do homem visto na sua globalidade; ou seja, segundo um *parâmetro interior* que lhe é próprio” (SS 29).

Apresenta-se a vocação de cada ser humano, e isso acontece mediante o mundo/jardim que é proposto a cada pessoa, portanto, quando se propõe aos filhos um mundo/jardim onde a ‘*oferta e a procura*’ é a estrutura básica da vivência, deturpa-se o sentido de ser imagem e semelhança de Deus Criador. A lei da *oferta e da procura* faz das necessidades da pessoa uma oportunidade de ganhar dinheiro e desprezar sua dignidade, concebida à imagem e semelhança de Deus.

Ao preconizar sobre um mundo sobre as bases da *oferta e a procura*, ensina-se aos filhos que tudo na criação é uma questão de enriquecer sob as perspectivas da exploração, predatória, das necessidades humanas; então é necessário indisponibilizar o que se tem e, ao mesmo tempo, oferecer de modo que a expectativa em ter acesso a algo, seja superior à necessidade. Situações como a descrita, anulam, pouco a pouco, a economicidade humana.

O perigo do abuso do consumo e o aparecimento das necessidades artificiais não devem, de modo algum, impedir a estima e a utilização dos novos bens e dos novos recursos postos à nossa disposição; devemos mesmo ver nisso um dom de Deus e uma resposta à vocação do homem, que se realiza plenamente em Cristo. (SS 29)

O planejamento da parentalidade está para o reconhecimento das relações, unitiva e procriativa do varão e mulher, bem como para as relações socioeconômicas de subsistência. Não há como desvincular o matrimônio de um projeto socioeconômico – o patrimônio – pois, isso é desrespeito com a própria primazia da realidade, uma vez que o ser humano não é um ser abstrato.

Ao voltar os olhos para o início da criação, possibilita-se a observação de que o “Espírito Santo soprava sobre as águas’ (Gn 1,2). Raras vezes deu-se atenção para essa explicação nas interpretações teológicas. Ela, porém, quer dizer que o Espírito divino (*‘ruah’*) é a força criadora e a presença de Deus na Criação” (MOLTMANN, 1993, p. 151).

O desejo da verdade instiga o ser comunidade e unidade; o problema é quando a política se transforma da capacidade de governar em esponsalidade com o Criador, para impor condutas, modelos e sistemas de controles, destruindo o núcleo básico da vida e da vivência humana, a economicidade, a parentalidade e a sociabilidade. Desse modo, Sanches (2007, p. 152) salienta que,

O criar de Deus é a norma para o co-criar humano – não no sentido de que o *homo sapiens* deva igualar sua atividade à de Deus, mas, no sentido de que a atividade humana é perversa se não se qualifica afinal como participação na extensão da vontade primordial de criação de Deus.

Com a criação da vida humana o Espírito divino (*‘ruah’*) habita o íntimo de cada pessoa, sentido em que toda pessoa é concebida à imagem e semelhança de Deus, pois retrata a presença de Deus à criação – “assim é revelado que Deus coloca sua imagem e sua honra nas criaturas terrestres ‘pessoas’ e, com isso. Ele próprio é trazido para dentro da história dessas criaturas” (MOLTMANN, 1993, p. 315).

Daí à indagação: Como se pode possibilitar a vida em um matrimônio, que está impossibilitado pela ausência de patrimônio, subsídios necessários às necessidades básicas e fundamentais da vida? Indaga-se, ainda mais profundamente: o que se faz para impedir que o ser humano seja o administrador e cocriador da obra de Deus?

Aqui é notória a observação que, ao humano, é verificável, em primeiro lugar, a essência administrativa, o sentido de vida em direção ao Ser. Quando

se diz da presença do Espírito de Deus na pessoa e, ao mesmo tempo se nega a dignidade dessa pessoa, se está, na verdade, negando ao próprio Deus. Há a realidade existencial, o Jardim, e nesse contexto socioeconômico, o humano pode se posicionar, de forma livre e consciente, para administrar e cocriar a obra de Deus.

Dizer que o espírito criador habita o íntimo humano, para que o ser humano possa cocriar e administrar a criação, é reconhecer a necessidade de que o próprio humano tem dos recursos da criação. Todos devem ter à disposição os elementos de trabalho e a edificação de si no reino, assim, “A passagem à dimensão política exprime também um requisito atual do homem: uma maior participação nas responsabilidades e nas decisões” (OA 47).

A capacidade política é necessária porque o livre-arbítrio remete a unidade escolhendo, inclusive, como ser governados. O problema é quando a política impede o livre-arbítrio, e geram-se eleitos e excluídos. É necessário observar que a ação humana reside entre a Graça e a Providência Divina, e que as possibilidades de uns não podem resultar na ausência de subsídios às necessidades de outros.

4.1.5 O TRABALHO NÃO É EXÍLIO É ÊXODO AO CRIADOR

Pontua-se sobre a importância da vida humana para a obra de Deus. É importante frisar a capacidade humana de compreender e ter consciência de que há Criador e, nesse sentido: “ninguém plasma arbitrariamente a própria consciência, mas todos formam a própria personalidade sobre a base duma natureza que lhes foi dada” (CV 68).

A ação humana, quando corrompe o elo entre a Graça e a providência, constituindo divisões que separa o ser humano em privilegiados, eleitos e excluídos, ou seja, pessoas às quais foi imputada a providência divina de lhes assegurar a vida, na dignidade, com a qual se é concebida.

As pessoas quando se dispersam da esponsalidade com o Criador, associam-se, unicamente, pela busca das primazias socioeconômicas, contentando-se de estar longe de Deus, desde que tenham sucesso financeiro. Sob este enfoque “é forçoso perguntar se a realidade tão triste de hoje não será, pelo menos em parte, o resultado de uma *concepção demasiado limitada*, ou seja, predominantemente econômicas do desenvolvimento” (SS 15).

O tempo é êxodo humano em direção ao sábado, uma saída do caos diante do esforço e “o compromisso passa a ser: levar a criação à plenitude, mas sempre com o olhar no significado de plenitude, como algo que não se reduza ao cumprimento de objetivos dos seres humanos sem Deus” (SANCHES, 2007, p. 152).

A política não pode transformar-se na capacidade de conduzir as grandes fortunas, e sim de governar as pessoas à plenitude das necessidades, possibilidades e subsídios, sob a perspectiva de família humana. Torna-se claro que “O subdesenvolvimento dos nossos dias não é apenas econômico; mas é também cultural, político e simplesmente humano” (SS 15).

O ser humano, quando em sua função de ato administrativo de Deus no mundo, promove a harmonia em seu interior, sente-se cocriando com Deus o mundo, porque “a verdade não se impõe de outro modo senão pela própria força de verdade, que penetra nos espíritos, ao mesmo tempo suave e fortemente” (OA 25).

Conhecendo-se como cocriador criado, o humano faz-se perceber administrado, filho e criatura. Visualiza-se, então, a capacidade política, isto é, a capacidade de administrar – juntamente com os outros, em família –, toda a família humana e, com isso,

Passa a ter uma linha de afinidade com as outras criaturas: é chamado a utilizá-las, a cuidar delas e, sempre segundo a narração do Gênesis (2, 15), é colocado no jardim, com a tarefa de o cultivar e guardar, estando acima de todos os outros seres, postos por Deus sob o seu domínio (cf. *Gén.* 1, 25-26). (SS 29).

De fato, a essência Administrativa que é dada ao humano está inscrita em seu interior, no mais íntimo, e torna-se compreensão no sentir-se partícipe da criação, que o faz compreender-se quanto ao que faz de certo ou errado. Significar é possibilitar direção às vidas dos que são nomeados, convidando-os ao universo da linguagem com que o ser humano se edifica, cocria e administra.

4.1.6 O TRABALHO É O AGIR HUMANO A SERVIÇO DE DEUS

Um projeto de parentalidade, em sponsalidade com o Criador, nunca será fechado em si mesmo, não se pode fechar o amor entre quatro paredes. A parentalidade é o local de onde nasce e jorra, sem cessar, o amor que floresce na dimensão de sociabilidade humana, “Amar alguém é querer o seu

bem e trabalhar eficazmente por ela. Ao lado do bem individual, existe um bem ligado à vida social das pessoas: o bem comum” (CV 7), corrobora, ainda, João Paulo II (1981), ao enfatizar que,

Isto quer dizer somente que *o primeiro fundamento do valor do trabalho é o mesmo homem*, o seu sujeito. E relaciona-se com isto imediatamente uma conclusão muito importante de natureza ética: embora seja verdade que o homem está destinado e é chamado ao trabalho, contudo, antes de mais nada o trabalho é ‘para o homem’ e não o homem ‘para o trabalho’ (LE 6).

Quando se diz que o humano está destinado ao trabalho, é que, com o trabalho, o ser humano cria e administra a criação; é necessário que o humano se ponha em êxodo, em busca da possibilidade de contemplar a vida e toda sua obra em esponsalidade com o Criador.

O trabalho é elemento da essência administrativa, que é *práxis* e, por isso, o ser humano é uma tarefa dada a si mesmo. A vida é sempre uma resposta, não se pode viver em livre-arbítrio, senão responsabilmente. A vida é um exercício de co-responsabilidade, o Si de Deus que sustenta o ser humano para que possa ser o cocriador e administrador criado, e “*Querer o bem comum e trabalhar por ele é exigência de justiça e de caridade*” (CV 7).

Essas relações tornam-se eternas quando se as faz na perspectiva do Reino, assim cada pessoa se edifica mediante suas próprias ações. Quando age no amor edifica-se enquanto singularidade atuante na eternidade, quando age endeusando-se, volta-se à solidão original e, por conseguinte, ao seu estágio de negação ao reino.

Nesse sentido “Não há sistemas que anulem, por completo, a abertura ao bem, à verdade e à beleza, nem a capacidade de reagir que Deus continua a animar no mais fundo dos nossos corações” (LS 205). É evidente que “existe a possibilidade de perturbação e destruição da relação adequada entre Deus e o homem, se o homem, em sua busca de conhecimento, ultrapassar ou tentar ultrapassar seus limites” (SPONHEIM, 1987, p. 400).

Nesse sentido fica claro que “O verdadeiro conhecimento não quer dominar o conhecido para tomar posse dele, mas quer achar comunhão com ele. Verdadeiro conhecimento é conhecimento comunicativo” (MOLTMANN, 1993, p. 111). Assume-se que o Reino já se faz presente, “indicamos que dizer que a humanidade é criada à imagem de Deus é afirmar que somos feitos

incompletos. Somos direcionados para um destino. Para que possamos alcançar esse destino, oferecem-se instruções” (SPONHEIM, 1987, p. 450-451).

No fundo da própria consciência, o homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração: faze isto, evita aquilo. (GS 16).

Assume a voz Interior, que intenta o humano na solidão original, elemento da essência administrativa, pois o humano está constituindo uma parte da história, sobre a qual ele a verá por completo, assim o eterno se faz presente ao tempo/espço, “Mas, ao mesmo tempo, o homem deve permanecer submetido à vontade de Deus, que lhe prescreve limites no uso e no domínio das coisas assim como lhe promete a imortalidade” (SS 29).

Os dez mandamentos estão, para estrutura parental e socioeconômica do ser humano, na mesma medida e intensidade que o Sermão da Montanha está para a essência administrativa no humano, ao qual Cristo se refere como o humano no princípio – em sponsalidade, “O homem, portanto, sendo imagem de Deus, tem uma verdadeira afinidade também com Ele” (SS 29).

Nesse sentido, o ser humano “tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus; a sua dignidade está em obedecer-lhe, e por ela é que será julgado” (GS 16), é a criatura ungida que faz livremente e responsavelmente a vontade do Criador. Assim, segundo o Jardim que é apresentado a cada pessoa, realiza-se a edificação da vida humana, pois é com base no Jardim, na cultura que a consciência de cada pessoa é formada.

A alteridade humana fomenta que é preciso formar a consciência de cada pessoa, tomando por base a contingência de um reino em desenvolvimento, local onde se é os administradores e cocriadores do reino. Assim, enquanto a pessoa se edifica, segundo seus dons, edifica também o reino, a vida e a vivência de toda a humanidade.

4.2 ALTERIDADE HUMANA E CONTINGÊNCIA DO REINO

A alteridade humana não se desenvolve sob o ambiente de individualismo e egolatria, males que atingem a pessoa e denigrem a própria

humanidade; essa soberba é agir por destruir a imagem e semelhança de Deus, pela qual se realiza o milagre da vida humana. Como se pode falar de um reino em desenvolvimento, quando é a soberba de si que se agiganta? Então, quando se deseja edificar o reino de Deus é a pessoa que se deve salvar e oportunizar o desenvolvimento e a consciência de reino de Deus.

4.2.1 A EGOLATRIA E A CONTINGÊNCIA DO REINO

O individualismo, a egolatria e a soberba condicionam a pessoa a isolar-se, e impossibilitam a alteridade humana. Fala-se da negligência ao próximo, mediante a exploração predatória da criação. A contingência no reino torna-se um obstáculo à vida e vivência humanas, mesmo não havendo dúvida de que a criação produz o suficiente, mas a avareza contingencia a participação.

Os governantes estabelecem formas para o desenvolvimento da avareza, da posse e, do poder, e isso seduz como fonte de prosperidade egolátrica, realizando-se na obsessão e no consumismo. A ganância e a soberba são a nova serpente, que transforma as aparências e vontades em propósitos de morte; se é os *deuses* do nada, em que a egolatria é o elemento necessário para discernir e fazer com que se possa dispor do que há de proibido em cada fruto.

É desejo dos indivíduos que se entregam à descartabilidade, ao consumismo que fomenta a cobiça dos indivíduos desenfreados pela posse para além das possibilidades, acometidos pela promessa de que “serão como Deus!” (Gn 3,5). O reino de Deus é, então, transformado no Estado da abundância pecaminosa, dos eleitos, dos privilegiados, de todos aqueles que colocam ‘deus’ como um mordomo, que está à disposição para servi-los, utilizando-se dos serviços de quem não é desejado por ‘deus’.

A criação é o ato amoroso de Deus para a edificação do Reino, a vivência humana é o caminho para esse acontecimento, por isso se está em uma criação em desenvolvimento, contingente e necessitada de administradores e cocriadores em esponsalidade com o Criador. “Deus primeiro se decide pelo Reino e então pela criação. É por isso que o Reino determina a criação, e a criação é a promessa real do Reino” (MOLTMANN, 1993, p. 128).

É preciso inspirar-se em 'Abraão', abandonar a idolatria, sem adentrar a egolatria, ter uma atitude paterna "pai de uma grande nação" (Gn 17,4), que cuida, guarda e cultiva o patrimônio comum dos que são filhos de Deus. Não se pode compreender o lar, como reflexo do Criador, quando a parentalidade se fecha em si mesma, pois a parentalidade é reflexo do amor divino, quando se abre em um laço de amor para toda a família humana.

Abraão compreende-se filho, ao se descobrir cocriador e administrador, o Pai de uma grande nação, ao sentir-se amado por Deus, ao corresponder-se no mistério de esponsalidade com o Criador. Abraão desperta mediante a essência administrativa, e sua *práxis* é a de ser o administrador e cocriador, pai de uma grande nação. "Na criação, pois, se encontra primeiramente uma *revelação da vontade de Deus*. Seu objetivo e seu fim, porém, é a *revelação escatológica do ser de Deus na glória*" (MOLTMANN, 1993, p. 128).

Nesse sentido, é possível afirmar que, nem mesmo a obra de Deus que está completa, é acabada. Dela participa o humano como agente ativo na edificação do reino, "é por isso que a criação tem um início, mas sua plenitude na glória de Deus não tem fim. Nesse sentido, Deus não é o 'Deus eterno-criador', mas sim o Deus que, no tempo e na eternidade, vai se tornando glorioso" (MOLTMANN, 1993, p. 129).

Deus possibilita sustento e esperança à vida com e através das vidas humanas. Cada pessoa nesse processo é um oferecer-se ao Ser, na busca da plenitude, enquanto, vida humana até que "Deus seja tudo em todos" (1Co 15,28). É preciso quebrar o deus de barro/terra, possibilitar-se amar para além das paredes que envolvem a parentalidade, para "a fé posse antecipada daquilo que se esperança" (HB 11,1-3), o reino de Deus.

A morte propulsa o ser humano a ter menos e amar mais, vida e morte nos impulsionam ao movimento de eternidade na existência, propulsando o ciclo vital de fé, esperança, e caridade, sobre a qual se edifica o reino, assim, "O cristão tem o dever de participar, também ele, nessa a busca diligente, na organização e na vida da sociedade política" (OA 24). Ser cocriador e administrador é reconhecer-se filho de Deus, a serviço do próximo e na edificação da obra de Deus.

4.2.2 OS DONS DE PESSOA NO ESPÍRITO CRIADOR

Sob o intuito de relação, diante da vivência humana, é possível enfatizar que o amor prolifera na dimensão de sociabilidade humana, e é na conjugalidade e unidualidade do casal, que se possibilita dar continuidade à imagem e semelhança de Deus. É em comunhão que se possibilita o diálogo refletido no outro; é também dessa comunhão que se possibilita a vida e assim se fazem cônjuges, pai, mãe, filhos e toda a parentalidade.

A importância de uma educação para a vida em sociedade, em que, para além da informação sobre os direitos de cada um, seja recordado também o seu necessário correlativo: o reconhecimento dos deveres de cada um em relação aos outros. (OA 24).

Sob esse ambiente de alteridade, de responsabilidade e de contingência faz-se a cumplicidade que propicia acreditar e confiar no outro, fazendo de cada pessoa uma história de participação na sociabilidade humana. Sobre o preceito de uma liberdade social, torna-se enfática a capacidade humana em ouvir a própria voz, porque a condição primeira do amor é o livre-arbítrio é ter a capacidade de amar.

A possibilidade de falar face a face se faz diante da capacidade de reconhecerem-se criaturas, carne da mesma carne e ossos dos mesmos ossos, e de ter a oportunidade de dar continuidade ao ato amoroso e criador de Deus. Somos feitos do *húmus* da terra, todavia capazes da essência administrativa e, por isso, participantes do Espírito cocriador e administrador da obra de Deus, Templos do Espírito, “É necessário voltar a considerar a família como o *santuário da vida*” (CA 39).

São importantes os cuidados e ensinamentos na perspectiva de que os núcleos de parentalidade se expressem enquanto exemplos de viver o amor. É preciso, em primeiro lugar, zelar e perceber que se transmite a vida, e não os genes da morte; cada filho que nasce é a vida que continua lutando contra a morte e o pecado.

Edifica-se na história da Criação, e aos poucos se escreve a criação da história. Permitir e compreender a dignidade da pessoa é tarefa humana, tornando-se um correspondente em sponsalidade, porque “a ‘natureza’ da pessoa é sua ‘relação’ com Deus. Na relação, a pessoa fica sendo sempre pessoa” (MOLTMANN, 1993, p. 321),

Ser social, o homem, constrói o seu destino numa série de grupos particulares que exigem, como seu complemento e como condição necessária para o próprio desenvolvimento, uma sociedade mais ampla, de características universais, a sociedade política. (OA 24).

Relação com o Criador – aqui compreendida como esponsalidade –, possibilita o ser humano a ser cocriador e administrador dos mistérios de Deus. A essência administra é *práxis* e, por isso, o agir humano é “condicionados pelo domínio de si mesmo, pela aceitação das responsabilidades e das limitações impostas ao exercício da liberdade do indivíduo ou do grupo” (OA 24).

No minuto de solidão, aquele que se opõe a Deus, pergunta a Eva sobre seu modo de viver, e é perceptível que ‘Eva’ sabe o que é possibilitado e o que não é possibilitado, mas a voz, ‘a própria voz’, é contundente e diz: Não, não é bem assim,

‘Sereis como Deus’ (Gn 3, 5). Eles quiseram ter o domínio absoluto sobre todas as coisas, sem se submeterem à vontade do Criador. Desde então o solo se torna avaro, ingrato, surdamente hostil (cf. Gn 4, 12); somente com o suor da fronte será possível extrair dele alimento (cf. Gn3, 17.19). (CDSI 256)

É interessante a expressão “eles quiseram ter o domínio absoluto” (CDSI 256), porque remete ao humano e, na verdade, a ‘voz sedutora’ é a própria voz, que se contrapõe à voz que direciona ao Bom, ao Belo, e ao Verdadeiro, uma voz que é a essência administrativa e que habita o íntimo humano e é capaz de esponsalidade com o Criador.

Cada filho precisa compreender sua razão de viver, e é esta a grande função da parentalidade enquanto administradores e cocriadores, revelar ao humano sua humanidade diante da esponsalidade. Nesse sentido, a parentalidade, enquanto reflexo do amor de Deus, “é o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está exposta, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico” (CA 39).

O Criador não quer dominar o espaço dado ao humano, por isso o faz portador, mas não submisso à essência administrativa, e o convida a um processo onde se faz a economia da salvação, “Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida” (CA 39). É preciso se direcionar aos valores do reino, da nação dos filhos de Deus, nação sem os limites geográficos, mas as nações dos que agem segundo o amor de Deus.

4.2.3 O AGIR HUMANO ENQUANTO FONTE DE AMOR

É enfático que Cristo, não transforma o humano em Deus ou Deus no humano, mas que Jesus revela que fazendo a vontade do Criador, segundo os dons de cada pessoa, mantém-se unguído e em sponsalidade. Em sponsalidade o ser humano eleva-se à essência administrativa, na *práxis* de cocriar e administrar a obra de Deus por meio da economicidade, da sociabilidade e da parentalidade.

A parentalidade é unidade primeira da família humana, por isso local onde nasce o amor, como fonte que jorra sem cessar. É em sociabilidade que o amor floresce/prolifera, para edificar a economicidade que propicia a cada pessoa desenvolver-se e sentir a presença de Deus que é sua imagem e semelhança.

A parentalidade é local, onde por amor, desenvolve a economicidade que possibilita, por intermédio dos esforços de cada pessoa apta e segundo seus dons, sustentar a obra de Deus, “*À luz da Revelação, a atividade econômica deve ser considerada e desenvolvida como resposta reconhecida à vocação que Deus reserva a cada homem*” (CDSI 326).

Há no humano um Si de Deus – a essência administrativa –, fazendo com que as pessoas aptas ao trabalho produzam mais que o necessário para si e colocam como sustento, pão da vida, para as pessoas não aptas ao trabalho. Em se tratando do ser humano, é possível enfatizar que “Ele é colocado no Jardim para cultivá-lo e guardá-lo, usando-o dentro de limites bem precisos (cf. Gn 2,16-17), no esforço de aperfeiçoamento (cf. Gn 1,26-30; 2,15-16; Sab 9,2-3)” (CDSI 326).

O ser humano, não pode desvincular-se de sua própria necessidade e, neste sentido, está à exigência de alteridade ao próximo; o trabalho revela algo de si à criação de Deus, e o humano é, então, o ato administrativo e cocriador de Deus na criação em desenvolvimento. É preciso reorientar-se, de modo que cada pessoa possa perceber que, tão importante quanto a quantidade de postos de trabalho, é a qualidade desse trabalho, e o que esse trabalho desenvolve no humano que o executa.

É possível que se fale que a ausência de postos de trabalho está associada ao limite de horas de trabalho. Quando não se tem horas de trabalho

a cumprir, mas tarefa a serem executadas, se desfaz a ausência de postos de trabalho. Constitui-se a lógica das necessidades, das possibilidades, e dos subsídios, este é um chamado a administrar a obra de Deus, com isso a essência administrativa, propulsa a *práxis*, onde,

Uma boa administração dos dons recebidos, também dos dons materiais, é obra de justiça para consigo mesmo e para com os outros homens: aquilo que se recebe deve ser bem utilizado, conservado, acrescido, tal como ensina a parábola dos talentos (cf. Mt 25,14-31; Lc 19,12-27). (CDSI 326)

É preciso da Graça, e por isso, aquilo que o humano faz, precisa ter a sutileza do Ser, do contribuir para a família humana, de modo que os fins não justificam os meios. Sob o atributo de pessoalidade, as sociedades e as grandes empresas, reorientam-se e, neste sentido: “torna-se urgente reconstituir, em nível de rua, de bairro, ou de aglomerado ainda maior, aquela rede social em que o homem possa satisfazer as necessidades da sua personalidade” (OA 11).

É preciso exercitar-se como administradores e cocriadores no reino de Deus, cada pessoa, segundo seus dons, contribui para o fortalecimento da sociedade, edificando a consciência e subsidiando as pessoas, para que possam ser livres, isto é, terem a capacidade de fazer e se responsabilizar pelo que fazem, e assim é que,

Devem ser criados centros de interesse e de cultura, ou desenvolvidos se já existem, ao nível das comunidades e das paróquias, naquelas diversas formas de associação, naqueles círculos de recreação, naqueles lugares de reunião, naqueles encontros espirituais comunitários, etc., em que cada um possa sair do isolamento e tornar a criar relações fraternas. (OA 11)

O sentido de retorno que existe no humano, é inerente à sua esponsalidade com o Criador; se um trabalho não permite o tempo necessário de estar junto à família, não pode ser considerado economicidade humana. O trabalho é para o ser humano e não o ser humano para o trabalho, a *práxis* de vida humana, envolve muito mais que horas de trabalho em uma empresa. O trabalho é apenas uma parte da atividade humana, enquanto administradores do reino de Deus.

A *práxis* humana envolve desenvolvimento da obra de Deus, o amor, e o trabalho é sempre um movimento de todas as pessoas em direção ao reino.

No entanto, quando a atividade humana nega o reino, o que era para ser trabalho se torna fadiga. A alegria de administrar o cocriar o reino de Deus eleva a pessoa a agir segundo a vontade de Deus; ele se percebe ser humano, enquanto um ser à imagem e semelhança de Deus.

4.2.4 O AGIR DA PESSOA REFLETE A SEMELHANÇA DE DEUS

Quando o ser humano pensa em explorar predatoriamente a natureza, em busca riquezas, destrói a economicidade, a sociabilidade e a parentalidade – o indivíduo chega ao ponto que “a avareza pessoal, familiar e nacional, pode afetar tanto os mais desprovidos como os mais ricos e suscitar em uns e outros um materialismo que sufoca o espírito” (PP 18). O trabalho contribui para saciar a fome, edifica o ser, e é fonte de alteridade que se realiza na ação de promover a vida humana, por isso, “O trabalho não deve afligir (cf. Mt 6, 25.31.34)” (CDSI 260).

O trabalho é o ato livre que resplandece da Graça de Deus, na edificação de seu projeto; assim, o trabalho não está unicamente para a atividade geradora de renda, mas para a economicidade humana. Ao viver “preocupado e agitado por muitas coisas, o homem corre o risco de negligenciar o Reino de Deus e a Sua justiça (cf. Mt 6,33), de que verdadeiramente necessita” (CDSI 260).

Nesse ponto, é possível ao humano perceber as diferenças entre o ter e o ser no mundo, pois o ter move-se por um economicismo, uma exploração predatória que só enxerga a letra da Lei, mas torna o indivíduo cego para o exercício do mandado e do chamado de Deus, a cultivar e guardar a casa comum que dá sustento à vida humana,

Mas não faltam motivos de inquietação. Não poucos homens, com efeito, sobretudo nos países economicamente desenvolvidos, parecem dominados pela realidade econômica; toda a sua vida está penetrada por um certo espírito economístico tanto nas nações favoráveis à economia coletiva como nas outras. (GS 63).

O humano é a razão necessária para o ordenamento e desenvolvimento da Criação, é por haver um reino em desenvolvimento que o ser humano é chamado/mandado a ser imagem e semelhança de Deus na Criação. O humano é criado do *húmus* da terra e da própria ‘presença’ de Deus, para ser

o ato administrativo de Deus no mundo, a essência administrativa possibilita os Dons de cada pessoa, e com isso fomenta o Reino.

Se uma comunidade se movimenta de forma a corroborar uma estrutura produtiva, esta deve servi-la, e não escravizar as pessoas, explorando predatoriamente à obra de Deus. Aqui se observa a palavra trabalho, não apenas como esforço físico e/ou mental, mas, no sentido de economicidade em relação à pessoa livre, responsável e esclarecida.

Enfatiza-se que nenhuma pessoa, apta ao trabalho, deve se privar ou ser privada dele, nem mesmo por ser o dono/proprietário/acionista. Essa fundamentação ganha respaldo no agir da pessoa que conhece as pessoas e suas fadigas. Toda pessoa é um ser em desenvolvimento, e enquanto processo a ser desenvolvido, precisa edificar-se enquanto *homo ad-minister*, isso é, no esforço físico e/ou mental na *práxis* de um ser que administra e cria, mas é por estar em esponsalidade que o esforço, humano, será sempre aquilo que antecede a atitude, *práxis* do referido esforço.

O Deslocamento da família humana na edificação do reino, a um papel secundário, relativiza a economicidade e sua abrangência, por fim se põe a construir ideologias e abstrações da realidade que vão, aos poucos, esvaziando o sentido do existir da própria humanidade. A capacidade com a qual o humano, zela pela segurança, pelo alimento, moradia, saúde, não pode reduzir-se à fadiga do esforço físico e/ou mental. Para Sanches (2007, p. 152), “estamos aqui diante da problemática da existência humana e do agir humano, entre a liberdade e a dependência, liberdade para agir, e dependência de Deus para agir corretamente”.

Por isso, sempre que se alude ao trabalho, não se deve trazer à baila simplesmente o fato de alguém que tem um emprego, mas ao conjunto de atividades que uma pessoa desenvolve em esponsalidade, ou seja, uma autêntica atividade econômica.

4.2.5 O CRISTO E A CRIATURA UNGIDA

Quando se reduz a economicidade da pessoa, ao esforço físico e/ou mental, detêm-se à fadiga do trabalho para o suprimento das necessidades individuais. Todavia, “O trabalho não deve afligir (cf. Mt 6, 25.31.34)” (CDSI

260). Há, entre a Graça e a Providência Divina, a essência administrativa, que é plenificada mediante a esponsalidade do ser humano com o Criador.

Quando o esforço físico e mental se faz em dimensão de economicidade, é fator de desenvolvimento, progresso participativo e compartilhado, Sanches (2007, p. 152) enfatiza que, “sem Deus a liberdade humana se absolutiza, se torna um valor em si mesmo, e a ação que nasce de tal liberdade é confusa, se justifica por si só, não tem direção, nem coerência”.

A economia 'é apenas um aspecto e uma dimensão da complexa atividade humana. Se ela for absolutizada, se a produção e o consumo das coisas acabar por ocupar o centro da vida social, tornando-se o único valor verdadeiro da sociedade, não subordinado a nenhum outro, a causa terá de ser procurada não tanto no próprio sistema econômico, quanto no fato de que todo o sistema sócio-cultural, ignorando a dimensão ética e religiosa, ficou debilitado, limitando-se apenas à produção dos bens e dos serviços'. (CDSI 375).

O caminhar deve acontecer em esponsalidade com Criador, por isso, Paulo VI (1971) enfatiza que a cidade é, por muitas vezes, apresentada “como sendo de fato o lugar do pecado e do orgulho; orgulho de um homem que se sente bastante seguro de si, para construir sem Deus a sua vida, e, mesmo, para se armar, com altivez contra Ele” (OA 12).

A sociabilidade possibilita às pessoas viverem em comunhão; formam-se, então, lugares de vivência e de convivência e, assim, constituem-se as comunidades, as cidades, os estados e as nações, “Aí vem também Jerusalém, a cidade santa, o lugar de encontro com Deus e a prefiguração da cidade que vem do alto” (OA 12). Desenvolve-se a cidade dos filhos de Deus, uma cidade/nação sem os limites geográficos, uma cidade edificada sobre a relação de amor.

A cultura que desenvolve o ambiente de convívio precisa estar aberta ao próximo, da mesma forma que estava aberta às pessoas que se uniram para formar esse local de convívio e, por isso, toda cidade/Estado deve ser “o lugar de encontro com Deus” (OA 12). Constrói-se pelas mãos humanas, sob as coisas possibilitadas por Deus, a cidade na qual se deseja estar com Deus, realizando-se no respeito ao chamado/mandado Ser cocriador e administrador.

O ser humano é, no Reino do Criador, a criatura ungida, que participa da vida divina, administrando e cocriando; é por isso que há a expressão de que buscar a Deus está para fazer a Sua vontade. Chega-se ao ponto em que,

diante da soberba, da avareza e da possessividade implica afirmar que “O único fim que conta, é a busca do próprio bem-estar material” (EV 23).

É diante do familismo, do individualismo, da ganância, que a vida humana se torna vazia, e diante da solidão original – o ser humano sem Deus – e o único fim que resta e que a “qualidade de vida’ é interpretada prevalente ou exclusivamente como eficiência econômica, consumismo desenfreado, beleza e prazer da vida física, esquecendo as dimensões mais profundas da existência” (EV 23). O problema não é a parentalidade, mas sim o desejo de fazer do mundo uma ideologia do familismo, uma defesa irrestrita dos parentes de forma a negligenciar os não parentes.

Se o ser humano é um ser social, pode-se afirmar que, sem sociabilidade, o humano se dissocia de seu próprio ser. Somos em sociabilidade, quando se predispõe em ser cônjuge, e a zelar pela família humana. No projeto de parentalidade, se dá continuidade à vida, todavia, surge a indagação:

O aparecimento de uma civilização urbana, que acompanha o incremento da civilização industrial, não será, na realidade, um verdadeiro desafio lançado à sabedoria do homem, à sua capacidade de organização e à sua imaginação prospectiva? (OA 10)

Esses desafios lançados sobre a sabedoria humana, tornam-se para as pessoas em esponsalidade, o despertar à essência administrativa. Todavia quando obscurecidos, muitos lançam mão da família humana, fomentando a assertiva, da verdade de cada um, constituindo o bem comum “o conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos, como a cada um dos seus membros, atingirem mais plena e facilmente a própria perfeição” (CDSI 164).

O problema não é a família, mas o desejo de dominar o mundo usando a família – familismo, o desejo que rege uma família é o de liberdade, livre-arbítrio, respeito, partilha e responsabilidade pela obra de Deus. E nesse sonho de família humana, que deve estar toda pessoa, e não apenas os filhos/parentalidade.

4.2.6 A EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA EM FUNÇÃO DA PARENTALIDADE

Quando se faz da parentalidade, um local em que é preciso viver pela submissão, os cônjuges se afastam da sponsalidade, porque o efeito de ser o submissor torna-o tão submisso quanto quem vive em submissão. O submissor é dependente da soberba e do poder, isso não é o Reino de Deus. Quando a soberba e a avareza prevalecem no indivíduo, a parentalidade se torna a justificativa de exploração e acumulação predatória.

Quando pervertidas da vontade de Deus, as pessoas precisam, a qualquer custo, garantir o enriquecimento, a posse, e o poder, sob o preceito de ser esposo, esposa, e se ter filhos. É preciso, então, abastar-se das coisas, características essas de um ser avarento e soberbo.

A essência administrativa possibilita a *práxis* de compreender as necessidades, as possibilidades, e os subsídios, para que se possa dar continuidade à vida humana. A história escrita pelas mãos de cada pessoa, deve conter a alteridade, que torna prospera a vivência humana na contingência do reino, Paulo VI (1971) preconiza que,

Se, efetivamente, para além das regras jurídicas, falta um sentido profundo do serviço de outrem, mesmo a legalidade perante a lei poderá servir de alibi para flagrantes discriminações, para se manterem explorações e para um desprezo efetivo. (OA 23).

A parentalidade não se resume ao conhecimento, ao modelo de 'divindade', mas a dois seres de sexo complementar, que decidem por viver toda dinâmica de uma união, e não se adaptarem a um modelo, neste sentido se não houver uma "renovada educação, no que se refere à solidariedade, uma excessiva afirmação da igualdade pode dar azo a um individualismo em que cada qual reivindica os seus direitos, sem querer ser responsável pelo bem comum" (OA 23).

Porque é "o amor do homem, primeiro valor da ordem terrestre" (OA 23), por isso, frisa-se que, o que torna os cônjuges um sacramento, não é o fato de se unirem diante de um rito, mesmo porque, a sacramentalização não imprime caráter. Mas, o fato de que o casal possa pôr-se em matrimônio e patrimônio a serviço dos filhos de Deus.

Por vezes, compreende-se o sacramento do matrimônio como uma 'coisa' dispersa da vida dos cônjuges, João Paulo II (1987) fomenta o amor e

que, para “alcançar o verdadeiro desenvolvimento é necessário não perder jamais de vista esse parâmetro, que está na natureza específica do homem, criado por Deus à sua imagem e semelhança (cf. Gén 1, 26)” (SS 29).

A essência administrativa – um Si de Deus –, soprado ao íntimo humano, possibilita compreender as necessidades, as possibilidades e os subsídios. Sem a essência administrativa, o humano torna-se avarento, endeusa-se, e começa a comportar-se como possuidor de privilégios, o eleito por “deus” para viver bem, com base no sacrifício de quem “deus” escolheu para sofrer.

Na absolutização de si, o ser humano deixa de ser um mordomo/administrador na obra de Deus, e coloca ‘deus’ a seu serviço, momento no qual ‘deus’ se torna o mordomo e administra o mundo para suprir o ser avarento, idolátrico e egolátrico. Triste estágio da humanidade, o indivíduo para se valer dos aspectos econômicos, faz com que a satisfação das possibilidades de alguns cause necessidades de outros. Não se podem tornar os subsídios para a vida em prazer de alguns e dores para outros, ignorando a humanidade no humano.

O esforço humano não pode concentrar-se na geração de riquezas, cifras monetárias, mas permitir a ele agir na perspectiva do Reino, de modo que “a *dignidade do trabalho* aparece definido como ‘a atividade humana destinada a prover às necessidades da vida e, especialmente, à sua conservação’” (CA 6). A idolatria absolutiza a ‘coisa’; todavia, é preciso notar que não é a coisa idolatrada que passa a fazer parte do indivíduo, é o próprio indivíduo que se insere na coisa idolatrada.

Ao estar totalmente idólatra, o ser humano chega ao ponto que a falta da coisa possuída provoca dores e desequilíbrios na estrutura biológica e psicológica do idólatra, até que se tenha a idolatria de ser egolátrico. É necessário desenvolver a noção de ser família humana, uma vez que Pio XI (1931) preconiza que, “de qualquer modo que seja distribuída entre os particulares, não cessa a terra de servir à utilidade pública” (QA II,1).

4.3 O DESENVOLVIMENTO ALÇADO À ESSÊNCIA ADMINISTRATIVA

Quando se enfatiza a essência administrativa, pontua-se o ser humano que é habitado pelo Si de Deus, e que assim é possibilitado a um diálogo, íntimo e amoroso com Deus Criador. Quando o ser humano se desenvolve em esponsalidade, se faz em essência administrativa, seu agir é o provir de profunda reflexão e oportuno *timing*, é, portanto, um agir que supera a cronologia e se faz a edificar a escatologia da vida que já é eterna.

4.3.1 DOMINIO E ESPONSALIDADE

Amar a Deus sobre todas as coisas tem por base reconhecer as próprias limitações, não ser causador de si mesmo, ser plenamente amado por Deus que criou o ser humano em seu próprio mistério de amor. Esse é o princípio e o caminho à esponsalidade, e dessa à iminência da essência administrativa, que clama por uma nova lógica das coisas.

É a vida humana que se edifica e solícita a transformar as coisas, exigindo criatividade e esperança, mesmo porque, “criando um mundo necessitado de desenvolvimento, onde muitas coisas que consideramos males, perigos ou fontes de sofrimento, na realidade fazem parte das dores de parto que nos estimulam a colaborar com o Criador” (LS 80).

Isso vale igualmente para educar dos filhos, em suas dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade, onde “Marcados por circunstâncias tão complexas, muitos dos nossos contemporâneos são incapazes de discernir os valores verdadeiramente permanentes e de os harmonizar com os novamente descobertos” (GS 4). É preciso que o agir humano tenha por base a esponsalidade com o Criador e, assim, mediante a essência administrativa, possa observar o que há de proibido em cada novo fruto/conhecimento humano.

O conhecimento alcança tão longe quanto o próprio amor, isso possibilita ampliar a capacidade de realizar o amor; é preciso afirmar que “A crise obriga-nos a projetar de novo o nosso caminho, a impor-nos regras novas e encontrar novas formas de empenhamento, a apostar em experiências positivas e rejeitar as negativas” (CV 21).

Desenvolve-se a criação à medida que se cocria e administra a obra de Deus e, nesse sentido, “domínio humano sobre a terra é domínio feudal para Deus, é administração da terra para Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 323). O ser humano é edificado por Deus no *húmus* da terra, no chamado e no mandado de Deus, sendo, portanto, capaz de conhecer a obra que cocria e administra com Deus. Assim, toda pessoa deve ver,

Este mundo como possibilidade e tarefa, que Deus ama como mundo profano e feito pelo próprio homem, e assim o faz crescer, tornou-se em relação ao anterior, imensamente maior e, a despeito de toda sua miséria, imensamente mais glorioso. (RAHNER, 1969, p. 253).

Cada pessoa é uma possibilidade de que a criação se torne gloriosa, repleta do próprio amor de Deus, pois, “quem compreende a natureza como criação de Deus, não vê nela apenas as ‘obras’ de Deus, mas também os ‘rastros/vestígios de Deus’, os códigos e sinais ocultos da sua presença” (MOLTMANN, 1993, p. 103). Sobre esses preceitos é compreensível que “a supremacia categórica de Deus é tal que aquele que confere o ser à realidade é capaz de atuar potentemente nesse ser, de modo direto, porém mediado” (SPONHEIM, 1987, p. 213).

Não há dúvida quanto à capacidade de discernimento, que possibilita ao ser humano compreender, por intermédio da ciência que conduz à consciência, o bem e o mal e, nesse sentido, “a crise torna-se ocasião *de discernimento e elaboração de nova planificação*. Com esta chave, feita mais de confiança que resignação, convém enfrentar as dificuldades da hora atual” (CV 21).

“O saber humano é insuficiente e as conclusões das ciências não poderão sozinhas indicar o caminho para o desenvolvimento integral do homem. Sempre é preciso lançar-se mais além: exige-o a caridade na verdade” (CV 30). Então, é possível enfatizar que, “Deus confiou à família o projeto de tornar ‘doméstico’ o mundo, de modo que todos cheguem a sentir cada ser humano como um irmão” (AL 183).

Em relação à ciência, essa nunca será adversária do ser humano, por ser decorrência daquilo que o ser humano é, administrador e cocriador que, em obediência e esponsalidade colabora com Deus, desvendando e desenvolvendo os mistérios de amor no Reino.

Indaga-se então, a presença humana se faz propósito na onipresença Divina? A ciência humana se faz propósito na onisciência Divina? A potência humana se faz propósito na onipotência Divina? O fato é que o ser humano, no Chamado de Deus e no Mandado de Deus, eleva a própria vida a um horizonte de plenitude para o qual precisa se desenvolver.

4.3.2 O HOMO ADMINISTRER: DESENVOLVIMENTO CUIDADO E AMOR

O desenvolvimento da vida humana é possibilitado pelo próprio Criador, que infundiu na Criação o necessário para que o ser humano possa edificar a própria vida e o reino, a partir das coisas criadas, “Deus escreveu um livro estupendo, ‘cujas letras são representadas pela multidão de criaturas presentes no universo’” (LS 85) e por isso, cada pessoa tem o dever de cocriar e administrar a obra de Deus.

A solidão original mostra também, que o ser humano, não é o criador de si mesmo, e que, são criados cocriadores e administradores. O ser humano é o *homo ad-minister*, por isso, “a criação inteira juntamente com toda a humanidade aguarda o Redentor: submetida à caducidade, avança plena de esperança, entre gemidos e dores de parto, esperando ser libertada da corrupção (cf. Rm 8, 18-22)” (CDSI 123).

É notório que “sentir cada criatura que canta o hino da sua existência é viver jubilosamente no amor de Deus e na esperança” (LS 85), a natureza não é fonte da revelação de Deus, vê-se na natureza que há um Criador, compreendem-se os sinais de amor e esperança de um Reino harmonioso e escatológico.

A natureza, em seu hino de existência, direciona a vida humana, mediante a capacidade de escutar e ouvir, mas, isso está para além do sentido auditivo; é sim uma expectativa que direciona a ‘Ouvir’ a Voz de Deus. Na revelação, e mediante a essência administrativa, cada ser humano é instigado ao cultivo e cuidado da natureza, na dependência que se tem da criação, mas também na responsabilidade. O ser humano é capaz e os dados instigam cada vez mais a consciência de ser o *homo ad-minister* da criação.

A ciência é sempre uma aliada do ser humano, ela desenvolve algo novo e possibilita às pessoas terem esperança. Salieta-se que, não é uma questão de encontrar na criação o fruto proibido, mas de se perceber o que há de

proibido em cada fruto, percepção que se realiza em esponsalidade com o Criador.

E sobre tais dados Moltmann, (1993, p. 323) indaga: “será que o criador necessita de um representante e administrador na terra? E diante da indagação responde, “parece que sim, pois Ele encarrega a pessoa de proteger e de continuar o lado terrestre da criação, a qual, com o sábado, encontrou sua forma inicial. As pessoas tornam-se sujeitos da história da terra que continua” (MOLTMANN, 1993, p. 323).

Estar em *práxis* é pensar e analisar adequadamente o que fazer em relação ao projeto de Deus. É dar a ação necessária ao que se ora a Deus, ou seja, é uma ora+ação, e sendo enfático evidenciar “que a salvação do homem não depende somente da ideia, mas da contingência concreta da historia real” (RAHNER, 1969, p. 128).

O desenvolvimento não é um mal para o ser humano, o mal é utilizar-se, e/ou apropriar-se do desenvolvimento e seus frutos, gerando pobreza, empobrecimento, situações terríveis onde se veem ricos e pobres, limitações e situações de humilhação à pessoa. Nesse sentido, algumas pessoas “julgam-se grandes, porque sabem mais do que os outros, dedicando-se a impor-lhes exigências e a controlá-los, quando, na realidade, o que nos faz grandes é o amor que compreende, cuida, integra, está atento aos fracos” (AL 97).

A ciência não pode ser pensada sem a esponsalidade com o Criador, quando se diz que se deve possibilitar a *práxis* do que se ora a Deus, enfatiza-se que o agir é oração. Por isso, ora+ação, é a busca de como fazer ao lado de Deus, por que “‘A ciência incha’, ao passo que ‘a caridade edifica’ (1Cor 8, 1)” (AL 97). A pobreza de que se fala, é a pobreza que não é uma opção de vida, portanto, gera carência e humilhação, é uma situação para qual a pessoa é levada contra sua vontade.

Enfatiza-se que, pobreza não se trata apenas da pobreza econômica, mas que diversas são as formas de pobreza, dentre elas a cultural, a religiosa, e “uma das pobrezas mais profundas que o homem pode experimentar é a solidão” (CV 53). A solidão original é a desesperança na possibilidade de continuidade da obra de Deus, é o assombro à vida humana que se depara com uma criação sem Criador.

Pode-se dizer que, ninguém é pobre, mas que é empobrecido, e que ao ver a doença, não tem como curá-la mesmo existindo a possibilidades, diante das mãos humanas. E o ser humano se põe a cercear a potência, presença e a ciência de Deus, que se realiza mediante o agir humano.

4.3.3 O LUCRO DE UMA VIDA SEM AMOR

A solidão original e a descartabilidade humana, fomentam a avareza, o individualismo e a meritocracia, definindo quem é o dominador e quem são os dominados, fomentando uma vivência que entorpece a vida humana. O ser humano, como senhor de si mesmo, se finda na solidão original, no vazio de uma criação sem Criador, por isso, há que se ressaltar que “uma das maiores pobreza da cultura atual é a solidão, fruto da ausência de Deus na vida das pessoas e da fragilidade das relações” (AL 43).

E sob a ótica da solidão e da avareza, há que se apontar que “o objetivo exclusivo de lucro, quando mal produzido e sem ter como fim último o bem comum, arrisca-se a destruir riqueza e criar pobreza” (CV 21). Todas as vezes que se gera lucro, mediante a exploração predatória, no fundo, o que se gera é pobreza e exclusão. Sob o ápice de realizar o enriquecimento e a soberba do indivíduo, é o reino de Deus que se está afetando e, com isso, se nega o desenvolvimento do ser que é imagem e semelhança de Deus, ser que tem a livre missão de ser um sinal de amor.

A dificuldade de aderir ao projeto de Deus movimenta-se no sentido de estabelecer as conquistas em benefício próprio, e em desfavorecimento dos que são, por isso, marginalizados. “Vistas bem as coisas, as outras pobreza, incluindo a material, também nascem do isolamento, de não ser amado ou da dificuldade de amar. As pobreza frequentemente nascem da recusa do amor de Deus” (CV 53).

Preza-se que as possibilidades de uns não constituam a ausência de subsídios às necessidades de outros, porque a classificação dos seres humanos, na verdade provoca “uma sensação geral de impotência face à realidade socioeconômica que, muitas vezes, acaba por esmagar as famílias” (AL 43).

Ainda que, “se quisermos frear a destruição da natureza, teremos que modificar as relações econômicas e sociais da sociedade humana”

(MOLTMANN, 1993, p. 47), esses elementos predizem a vida humana, enquanto administradores e cocriadores da criação, da qual se é parte, e sobre a qual se edifica a vida humana.

Crê-se que o ser humano é à imagem e semelhança de Deus, a vida e a vivência com cada pessoa, revela a relação com o próprio Deus. É preciso crer que “todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros” (CV 39) ou, do contrário, as famílias sentir-se-ão “abandonadas pelo desinteresse e a pouca atenção das instituições” (AL 43).

Triste momento é quando “o tempo do relógio quantifica tudo da mesma forma. O relógio tornou-se, por isso, no medidor de tempo onipresente e onipotente na sociedade industrial moderna” (MOLTMANN, 1993, p. 191). Com o olhar atento ao termo trabalho, *práxis* de amor, fruto decorrente da essência administrativa, é possível equacionar e indagar-se: – Quantas horas de trabalho são necessárias entre o trabalho a ser executado e a quantidade de pessoas aptas ao trabalho?

Essa é uma equação simples, permite que todos tenham suas necessidades satisfeitas, e que a tecnologia desenvolvida, mediante a ciência humana, não deve gerar desemprego, mas uma vida melhor às pessoas e a todo o gênero humano e, por este, a toda a criação de Deus. Quando se delimita a quantidade de horas trabalhadas por pessoa, faz com que as necessidades de uns, sejam invalidadas pelas possibilidades de outros, isto é, o excesso de trabalho de uns, significa exatamente, a ausência de trabalho para os outros.

A absolutização do tempo, para o indivíduo avarento consiste em afirmar que ‘*o tempo é dinheiro*’. O relógio determina a negação de que “todo o trabalhador é um criador” (CV 41), fomentando um trabalho que não edifica a família humana, de modo que Francisco (2016) salienta que, “as possibilidades para os jovens são poucas e a oferta de trabalho é muito seletiva e precária. As jornadas de trabalho são longas e, muitas vezes, agravadas pelo tempo gasto na deslocação” (AL 44).

O espírito empresarial, antes de ter significado profissional, possui um significado humano; está inscrito em cada trabalho, visto como ‘*actus personæ*’, pelo que é bom oferecer a cada trabalhador a possibilidade

de prestar a própria contribuição, de tal modo que ele mesmo 'saiba trabalhar 'por conta própria' (CV 41)

Diante das injustiças da exploração predatória, o contexto socioeconômico deteriora-se, e é possível afirmar os prejuízos, para a parentalidade, observando que, "isto não ajuda os esposos a encontrarem-se entre si e com os filhos, para alimentar diariamente as suas relações" (AL 44).

Não se trata de ver abismo entre as gerações, mas a aliança, "daí que, agitados entre a esperança e a angústia, sentem-se oprimidos pela inquietação, quando se interrogam acerca da evolução atual dos acontecimentos. Mas esta desafia o homem, força-o até a uma resposta" (GS 4). A realização de uma vida harmoniosa com a criação, no respeito, e na prosperidade, participativa e compartilhada dos bens que há no mundo, é a realização da vontade de Deus, sob o agir humano.

4.3.4 FILHOS: MULTIPLIQUEM-SE E DESENVOLVAM A TERRA

É na formação da consciência humana que se deve, com o trabalho, apresentar o caminho edificado por Cristo às vidas humanas, e que consiste em fazer e estar em esponsalidade com Criador, de forma que é em Cristo que o humano conhece a face do próprio ser mediante a eternidade que se apresenta ao Reino em desenvolvimento, – é em Cristo que o ser humano se torna capaz de conhecer sua própria face.

Desfazer a solidão original é permitir ao humano responder à sua função/vocação de cocriador e administrador do reino, por isso, cada nova descoberta é a esponsalidade com o Criador que possibilita continuar sendo cocriador e administrador da criação de Deus. É notório que, nesse contexto é preciso compreender que a expressão "é dele o reino de Deus" (MT 5,3) se referencia a um reino onde as pessoas se direcionam ao próximo, de forma a exaurir a pobreza e a exclusão.

A simplicidade é percebida na infância do ser, na sua credulidade, e na sua capacidade de amar, a tal ponto que Jesus enfatiza, "deixai vir a Mim os pequeninos e não os impeçais, pois deles é o reino de Deus" (FC 26). Toda ciência deve ser algo de novo que permita aos pobres/pequeninos terem esperança de ser melhores no tempo e a sociabilidade humana possibilita compreender que,

O mesmo Deus que disse "não é bom que o homem esteja só" (Gn 2, 18) e que "desde a origem fez o ser humano varão e mulher" (Mt 19, 4), querendo comunicar uma participação especial na sua obra criadora, abençoou o homem e a mulher dizendo: "crescei e multiplicai-vos" (Gn 1, 28). (EV 43).

O ser humano é Criado no chamado a Deus e no mandado de Deus, para, assim, ser aquilo que Deus seria, se fosse criatura submetida ao tempo, "a criatividade humana e o controle sobre a natureza deve ser exercido em resposta a este chamado divino, deve 'imitar os modos divinos' e se colocar a serviço da 'causa divina'" (SANCHES, 2007, p. 151).

Os elementos da essência administrativa permitem "cultivar e guardar a criação" (Gn 2,15) no mandamento de "sede fecundos, multiplicai-vos e submetei a terra" (Gn 1,28) de tal modo que "*o mundo se oferece ao olhar do homem como rastro de Deus, lugar no qual se desvela a Sua força criadora, providente e redentora*" (CDSI 487), é nesta responsabilidade e fecundidade que a pessoa é chamada a viver, "O gravíssimo dever de transmitir a vida humana, pelo qual os esposos são os colaboradores livres e responsáveis de Deus Criador, foi sempre para eles fonte de grandes alegrias" (HV 1), há de se pontuar que todo esse agir é também permeado por "dificuldades e angústias" (HV 1).

A esponsalidade com o Criador possibilita a essência administrativa porque "a ordem moral não pode existir sem Deus: separada dele, desintegra-se. O homem, pois, não é formado só de matéria, mas é também um ser espiritual, dotado de inteligência e liberdade" (MM 207). É o próprio Cristo quem diz "se não ama a teu próximo a quem vê, não ama a Deus a quem não vê" (1JO 4,20), a sociabilidade é dimensão humana, portanto, constitutivo do ser. É na dimensão de sociabilidade que se prolifera o amor.

É na parentalidade que o amor é despertado, para que de futuro se possa ter mais um administrador e cocriador da obra de Deus. A humanidade se inicia na concepção biológica e a dignidade da pessoa nunca pode ser dissociada desse fato, a constituição biológica é compreensão de ser criatura, é compreensão de que, há algo que precede a vida humana, a genealogia de cada pessoa com Deus.

4.3.5 O REINO DE DEUS AOS CUIDADOS HUMANOS

O ser humano é a sabedoria, necessária, para que todos os outros seres possam viver harmonicamente os Reinos de Deus, mas, os outros seres são fontes que revelam a sabedoria basilar do que é capaz o humano. A razão da pessoa está intimamente ligada à corporeidade, à vida, e à vivência humanas; é no outro que se descobre, movimenta, aprende a sentir e se desperta para a economicidade, necessária para se dispor em família a edificar o reino, conforme a vontade do Criador.

O humano deve pensar na criação como criatura, pois toda a criação está sob as mesmas condições e aos cuidados humanos, “o coração é um só, e a própria miséria que leva a maltratar um animal não tarda a manifestar-se na relação com as outras pessoas. Todo o encarniçamento contra qualquer criatura ‘é contrário à dignidade humana’” (LS 92); a atitude de explorar predatoriamente revela um ser que não deseja a vida humana.

Em relação às perspectivas de matrimônio e patrimônio afirma-se que “as angústias das famílias tornam-se dramáticas, quando têm de enfrentar a doença de um ente querido sem acesso a serviços de saúde adequados, ou quando se prolonga o tempo sem ter conseguido um emprego decente” (AL 44) e, nesse sentido, se indaga: como se pode fundar um sacramento matrimonial, se não em conjunto com a perceptiva patrimonial?

Evidencia-se que o matrimônio é constitutivo, subsidiado e subsidiário de um projeto socioeconômico, e que a falência desse projeto é uma ação que tem por características separar o que Deus uniu, “As coerções econômicas excluem o acesso das famílias à educação, à vida cultural e à vida social ativa” (AL 44).

Mediante as dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade é legitimada na dignidade da pessoa a edificação de si no Reino de Deus, “Isto quer dizer que a Igreja, com a sua doutrina social, não entra em questões técnicas e não institui nem propõe sistemas ou modelos de organização social: isto não faz parte da missão que Cristo lhe confiou” (CDSI 68). É preciso, nesse ponto, mostrar que a própria parentalidade – familismo – é um sistema e/ou modelo de controle socioeconômico.

Enquanto se pensar o mundo, com a ótica exclusivista dos sistemas de controle, seja ele econômico, social, ou parental, não se compreenderá a dimensão de vida humana que consiste na plenitude da essência administrativa, e que só o amor será capaz de superar a afirmativa de que “O atual sistema econômico produz várias formas de exclusão social. As famílias sofrem de modo particular com os problemas relativos ao trabalho” (AL 44).

Há que se observar e refletir, segundo os ensinamentos da Igreja que é mestre e mãe. Mestre porque se dispõe a referendar o reino de Deus pelo princípio da pessoa em Cristo, Mãe porque perdoa, é misericordiosa, e se propõe a ajudar a curar as pessoas dos males que causam o pecado. Isso acontece por estarmos no reino em contingência, e por saber que “Deus deu a terra a todo o gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros, *sem excluir nem privilegiar ninguém*” (LS 93).

Bento XVI (2008) adverte que, “na fecundidade do amor conjugal, o homem e a mulher ‘tornam evidente que, na origem da sua vida esponsal, existe um ‘sim’ genuíno, que é pronunciado e realmente vivido na reciprocidade, permanecendo sempre aberto à vida” (DP 6), por isso, é na parentalidade que se forma:

Os homens para o amor e educá-los a agir com amor em todas as relações humanas, de modo que o amor fique aberto à comunidade inteira, permeado do sentido de justiça e de respeito para com os demais, cômico da própria responsabilidade para com a mesma sociedade (FC 64).

Assim, a dimensão de sociabilidade humana, precisa ser desenvolvida, em comum com a economicidade e a parentalidade. Percebe-se a imprecisão da dimensão do desenvolvimento humano quando se depara, com imensas riquezas, obras humanas esplêndidas e de elevado *glamour*. Todavia, depara-se com a distância que estas obras provocam no seio da família humana “o sentimento de progressiva insatisfação, que se difunde nos países de alto nível de vida, desfaz a ilusão do sonhado paraíso terrestre” (MM 210).

O ser humano revela o sentir e o significado; mais que a intensidade do toque, que pode revelar aconchego e/ou dor, está o fato de que o outro se permita ser tocado, assim tudo tem uma dimensão corpórea neste mundo. O cuidado e o amor são realizados em atitude de cada pessoa, a práxis de vida e vivência precisa manifestar nossa imagem e semelhança de Deus.

4.3.6 A RIQUEZA DE UMA VIDA EM COMUNHÃO

De fato, o ser humano não se entorpece com a ilusão do paraíso terrestre, mas também, não se desesperança com a vida e Graça de Deus. Há, no ser humano, a essência administrativa, que o possibilita avançar ao não possibilitado, mediante a ciência, a presença e a potência de amar. Implica dizer que o humano não quer voltar no tempo, para entrar no paraíso/jardim, mas deseja ser o paraíso/templo que habita na Criação e busca a Glória de Deus.

O agir humano, por vezes, não percebe que, “o rico e o pobre têm igual dignidade, porque ‘quem os fez a ambos foi o Senhor’ (Pr 22, 2); ‘Ele criou o pequeno e o grande’ (Sab 6, 7) e ‘faz com que o sol se levante sobre os bons e os maus’ (Mt 5,45)” (LS 94). Ninguém se faz pobre, mas é empobrecido, e também que Deus não fez/criou o ser humano grande ou pequeno, mas os fez, com capacidade de amar. E nesse sentido, “o meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos” (LS 95).

A essência administrativa possibilitada diante da esponsalidade com o Criador possibilita compreender as necessidades, as possibilidades e os subsídios para exaurir os males possíveis do Jardim, onde o ser humano edifica a Morada/Tempo do Espírito Santo, “se não o fizermos, carregaremos na consciência o peso de negar a existência aos outros” (LS 95). O ser humano é o administrador e cocriador do reino, sua *práxis* se faz como elo entre a Graça e a providência Divina, ou seja, o ser humano é o *ad-minister* da Graça de Deus, mas é também, quando em pecado, um interceptador da Graça.

No entanto, diante de todas as riquezas, muitas pessoas continuam a querer sempre mais e “todos estes motivos contribuem para que a humanidade se dê mais plena conta das suas limitações e se volte para os valores do espírito” (MM 210). Quando se nega o cuidado ao próximo, nega-se a ouvir o sangue de irmãos, que clama ainda pulsando nas veias, quando se recusa a ouvir o excluído, recusa-se a compreender “que significado possa ter o mandamento ‘não matarás’” (LS 95).

Sob os preceitos do cultivo e do cuidado é possível afirmar que “Quem compreende a natureza como criação de Deus, não vê nela apenas as ‘obras’

de Deus, mas também os ‘rastros/vestígios de Deus’, os códigos e sinais ocultos da sua presença” (MOLTMANN, 1993, p. 103), pois o mundo é o grande livro que Deus possibilita à vida humana, como que um rastro de Si mesmo.

É evidente a observação de que há no íntimo humano algo que se instiga, diante do livre-arbítrio, e isto está entre a solidão original e a esponsalidade com o Criador, então, o ser humano “se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outro lado sente-se ilimitado nos seus desejos, e chamado a uma vida superior” (GS 10).

O Si de Deus, que habita o íntimo humano, o desperta para a essência administrativa, capacita-o a ser na criação, a imagem e semelhança do Criador, isso porque a corporeidade, como é de conhecer, não é a plenitude dos atos humanos, mais precisamente, corresponde à necessidade de desenvolvimento do reino.

Há muito mais potência em nossa razão do que possibilidade de ato em nosso corpo, assim se desenvolve a ciência, que possibilita ao ser humano tornar sua própria razão em ato realizável e, com isso, alarga sua presença na criação. Pontua-se, então, o ser humano que mediante a sua ciência, presença e potência, contribui para a onipresença, a onisciência e a onipotência de Deus.

Fala-se do ser humano que se desenvolve e, por isso, “é indispensável o ‘alargamento do nosso conceito de razão e do uso da mesma’ para se conseguir sopesar adequadamente todos os termos da questão do desenvolvimento e da solução dos problemas sócio-econômicos” (CV 31).

Mesmo porque “*a pessoa, incluindo o corpo, está totalmente confiada a si própria, e é na unidade da alma e do corpo que ela é o sujeito dos próprios atos morais*” (CDSI 127). Diante da esponsalidade com o Criador é que se vai à essência administrativa e se possibilita “*dilatar a razão e torná-la capaz de conhecer e orientar essas novas e imponentes dinâmicas, animando-as na perspectiva daquela ‘civilização do amor’, cuja semente Deus colocou em todo o povo e cultura*” (CV 33).

4.4 DESENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO E COMPARTILHADO

O avanço da ciência e da técnica só levará o ser humano a realizar-se, quando prover o desenvolvimento participativo e compartilhado, e isso implica dizer que não se está falando na separação das pessoas em termos de classes, mas que cada pessoa é, segundo os próprios dons, chamada a compreender e a desenvolver-se enquanto também desenvolve o reino de Deus, pois este acontece mediante o desenvolvimento da pessoa, templo do Espírito Santo. Quando o ser humano se envolve no desenvolvimento participativo e compartilhado, cada pessoa diz com Deus Criador “Façamos o ser humano como nossa imagem e semelhança” (Gn 1,26).

4.4.1 ENVOLVIMENTO E CIÊNCIAS NA OBRA DE DEUS

A ciência humana, quando é fruto de esponsalidade com o Criador, é sinal que apresentam o caminhar humano, enquanto descoberta de si é um desafio que impele o humano a harmonizar os valores permanentes e a presença de Deus, com as novas descobertas. Quando as possibilidades de uns significam a ausência de subsídios às necessidades de outros, não se está falando de desenvolvimento participativo e compartilhado, que se faz pelas mãos humanas, sob a base da doação original das coisas por parte de Deus.

Nesse sentido, a pobreza é toda situação, que provoca humilhação à pessoa. Os seres humanos vivem entre angústias e esperanças, marcados por sua própria atividade, onde “cada trabalhador, [...], é a mão de Cristo que continua a criar e a fazer o bem” (CDSI 265). A vida humana se desenvolve, tendo por base os dons e os subsídios à disposição para realizar-se mas, também, existe sua responsabilidade para com as gerações passadas, presentes e futuras.

Entende-se que, no desenvolvimento participativo e compartilhado, busca-se desenvolver o humano em sua totalidade, tanto na participação, mediante os dons recebidos, quanto no compartilhar a vida e vivência no reino em desenvolvimento. O ser humano é, desde o princípio, o significador da criação no mandado “cultivar e guardar a criação” (Gn 1,15) em um movimento

que se torna concomitante ao mandado de “sede fecundos, multipliquem-se e submetam a terra” (Gn 1,28).

Terra é, então, o espaço da criação a ser desenvolvida pelo ser humano, e é o céu/reino, quando o humano age em sponsalidade com o Criador. Assim, o ser humano avança diante de sua própria contingência na proliferação das possibilidades, atendendo ao chamado de Deus para significar a criação/terra.

Entre angústias e esperanças, o ser humano deve promover a alteridade e o desenvolvimento participativo e compartilhado, na obra em desenvolvimento, sempre sob a perspectiva de que “Deus deu a terra a todo o gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros, *sem excluir nem privilegiar ninguém*” (LS 93).

A *práxis* de amor promove o ser humano à solicitude de um cocriador e administrador, que tem a capacidade de perceber a dignidade da pessoa desde a concepção, reconhecendo o sentido e significado de si mesmo, enquanto imagem e semelhança de Deus, e descobrindo aos passos de fé que “Deus acode com sua graça inclusive onde não se lhe levanta propriamente um altar” (RAHNER, 1969, p. 252).

A essência administrativa é o Dom primeiro, que possibilita o ser humano viver a dignidade de pessoa, é o próprio Si de Deus que habita o íntimo humano. A Graça precede o Dom, é enfático afirmar que a essência administrativa é o Dom primeiro que possibilita toda pessoa a exercitar-se, enquanto imagem e semelhança do Criador, para que possa compreender o Reino esperado por Deus.

Cada pessoa deve estar em sponsalidade com o Criador, isso possibilita seu despertar para a essência administrativa, e compreender as necessidades, as possibilidades e os subsídios e, “nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade” (PP 43).

A sociabilidade é um processo, que diz respeito à capacidade associativa humana. A conjugalidade avança em prol da unidialidade do casal humano, possibilita relações unitivas e procriativas, diante de um processo onde a economicidade representa a atitude solícita do ser humano, reflexo do amor de Deus. Assim, “o homem deve encontrar o homem, as nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como alhos de Deus” (PP 43).

Promover a cultura do encontro é dever de cada pessoa, é necessário que se possa ver e compartilhar a alegria de sentir-se que é carne da mesma carne e ossos dos mesmos ossos. O ser humano torna visível sua semelhança com o Criador, quando como criatura se pode perceber que em “cada trabalhador, [...], é a mão de Cristo que continua a criar e a fazer o bem” (CDSI 265).

4.4.2 A PARTILHA PRECEDE O TER

No desenvolvimento participativo e compartilhado, a partilha precede o ter, o desenvolvimento não tem vida própria, representa o interesse comum das pessoas e é verdadeira fonte de recursos sob a perspectiva da família humana: “por isso, sugeríamos a busca de meios de organização e de cooperação, concretos e práticos, para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar, assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações” (PP 43).

Esse é um processo pelo qual, diante da essência administrativa o humano vai se compreendendo enquanto humano – *húmus da terra, o homo ad-minister*. Quando matrimônio e patrimônio, enquanto projetos de parentalidade se comunicam eficientemente com a vida e a vivência socioeconômica de todas as pessoas, se vê o desenvolvimento de todo humano e do humano todo. Paulo VI (1965) preconiza que:

O desenvolvimento econômico deve permanecer sob a direção do homem; nem se deve deixar entregue só ao arbítrio de alguns poucos indivíduos ou grupos economicamente mais fortes ou só da comunidade política ou de algumas nações mais poderosas. Pelo contrário, é necessário que, em todos os níveis, tenha parte na sua direção o maior número possível de homens, ou todas as nações, se se trata de relações internacionais (GS 65).

Isso, mais do que um ser humano que faz segundo os desígnios de Deus, é o ser humano que sabe qual é o seu lugar na criação, de modo que ser criatura ungida, não é preocupar-se só com a velocidade das ações, mas com a direção; “de igual modo, é necessário que as iniciativas dos indivíduos e das associações livres sejam coordenadas e organizadas harmonicamente com a atividade dos poderes públicos” (GS 65).

Sanches (2013, p. 42), preconiza que “É, pois, fundamental reconhecer que não é apenas o sentido da vida que influencia qual existência a pessoa vai

ter, pois sua posição socioeconômica modifica o sentido de sua existência”. Neste sentido, toda pessoa, é “em razão da sua vocação particular, têm o dever específico de interpretar à luz de Cristo a história deste mundo, enquanto são chamados a iluminar e dirigir as realidades temporais, segundo o desígnio de Deus Criador e Redentor” (FC 5).

A pessoa deve ser observada sob seu contexto de vida, “Se for totalmente livre, negará as condições históricas do humano: se for totalmente determinado, sufocará uma de suas características básicas: a liberdade” (SANCHES, 2013, p. 42).

Chamado a iluminar e a dirigir, diante da essência administrativa, pode-se compreender que se é, em família, convidado a administrar e cocriar o mundo em esponsalidade com o Criador. Não é o caso de encontrar a substância do ser, mas o ser desta, que é a substância humana, indicando que há um distanciamento entre a consciência de si e o si da consciência.

Nesse sentido, o verdadeiro desenvolvimento se faz sob o projeto de Deus, e isso implica que se tenha, primeiramente, consciência de que o ser social estimula uma liberdade social, “Enfim, a pessoa humana é livre, mas não tão livre a ponto de ser algo diverso de si mesma, ou seja, sua liberdade se dá na ordem do ser e é condicionada por ela” (SANCHES, 2013, p. 41),

Quando se enfatiza que o matrimônio e o patrimônio devem ser pensados enquanto unidade primeira da família humana, sob um sentido de sacramentalização da vida e vivência humana, está se propondo um pensamento profundo, onde se ouve que “Igreja pode ser guiada para uma intelecção mais profunda do inexaurível mistério do matrimônio e da família a partir das situações, perguntas, ansiedades e esperanças dos jovens, dos esposos e dos pais de hoje” (FC 4).

É preciso despertar o humano para a sua humanidade e agir na perceptiva do Reino. Não há dúvida que a humanidade está em desequilíbrio quanto à posse, uso e poder, na busca responsável pela edificação da vida humana é de se afirmar que,

Se é verdade que o mundo sofre por falta de convicções, nós convocamos os pensadores e os sábios, católicos, cristãos, os que honram a Deus, os que estão sedentos de absoluto, de justiça e de verdade: todos os homens de boa vontade. Seguindo o exemplo de Cristo, ousamos pedir-vos instantemente: "buscai e encontrareis", abri

os caminhos que levam pelo auxílio mútuo a um aprofundamento do saber, a ter um coração grande, a uma vida mais fraterna numa comunidade humana verdadeiramente universal. (PP 85)

Eis que Francisco (2016) apresenta que, “na vida familiar, não pode reinar a lógica do domínio de uns sobre os outros, nem a competição para ver quem é mais inteligente ou poderoso, porque esta lógica acaba com o amor” (AL 98).

Por esta visão, percebe-se que a essência administrativa humana contribui para tornar o mundo propício à dignidade da pessoa. Então, é necessário que todas as pessoas se apresentem enquanto imagem e semelhança de Deus, o que se faz enquanto matrimônio e patrimônio. São projetos de parentalidade que fomentam a vida humana, de modo que Deus seja tudo em todos, para que todos sejam um.

Quando é percebida a ausência de unidade comum na família humana, há indícios de que o sentido humano está em perspectiva de acumular o pão e não de partilhá-lo, isso inibe a essência administrativa no humano (*ad-minus*), e se rompe com a esponsalidade para com o Criador. Diante da esponsalidade, é possível colaborar com o reino diante das necessidades, das possibilidades e dos subsídios fazendo com que as possibilidades de uns não representem a ausência de subsídios às necessidades de outros.

4.4.3 FAMÍLIA: NECESSIDADES, POSSIBILIDADES E SUBSÍDIOS

As pessoas têm capacidade de se relacionar, para tal feito, cada pessoa é convidada ao diálogo, na doação de si enquanto expressão e comunhão, bem como com a apresentação dos subsídios que tem à disposição para ser o que é. É evidente que a “*relação com o universo criado e as diversas atividades que o homem dedica ao seu cuidado e transformação, quotidianamente ameaçadas pela soberba e amor desordenado de si devem ser purificadas e levadas à perfeição*” (CDSI 44).

A relação e a capacidade de servir, administrando e cocriando é o que evidencia aos seres humanos, o aceitar a semelhança ao Criador. A submissão ou o efeito de se tornar submissor, inibe o direito/dever de fazer escolhas, decidir. A decisão acontece onde há ‘diá-logos’, isto é, um ambiente onde se propõe e não onde se impõe. Cuidar da pessoa é apresentar formas de

relacionamentos com o próximo, com Deus e com a Criação e, nesta, consigo mesmo. A avareza individualiza o humano em uma economia onde a *'oferta e a procura'* são os pilares, fazendo pensar que é a única alternativa em um mundo negociável.

Obcecado por possuir, o ser humano se submete à vontade dos senhores da exploração predatória. Agindo feito um predador da natureza o ser humano nega a Cristo, pois “resgatado por Cristo e tornado nova criatura no Espírito Santo, o homem pode e deve amar, com efeito, as coisas criadas por Deus. Pois de Deus as recebe: vê-as como brotando da Sua mão e como tais às respeita” (CDSI 44).

O capitalismo/comunismo, assim como qualquer ideologia – estruturação social –, produz os sujeitos de que se precisa; assim, o capitalismo/comunismo desvirtuam sua maldade fomentando classes, rompendo com o olhar adiante, para fomentar um olhar à direita ou à esquerda. Toda a exploração predatória se dá enquanto as pessoas se digladiam na defesa de modelos/estruturas sociais e, enquanto isso acontece, o mundo segue sendo explorado predatoriamente, sem nenhuma consideração pelas gerações passadas, atuais e futuras.

As destruições do meio-ambiente, acontecidas nos países industrializados socialistas, não são inferiores às destruições do meio-ambiente que acontecem nos países industrializados capitalistas. Pelo visto, a crise ecológica é neutra em relação ao sistema ideológico. (MOLTMANN, 1993, p. 52)

Imprudente é quem não constrói em esponsalidade com o Criador; Paulo VI (1968) explanou que “o amor conjugal requer nos esposos uma consciência da sua missão de ‘paternidade responsável’, sobre a qual hoje tanto se insiste justificadamente, e que deve também ser compreendida com exatidão” (HV 10). A citação é merecedora de méritos, todavia, enseja-se que a “paternidade responsável” (HV 10), seja compreendida como, *'planejamento da parentalidade'* ser pai/mãe é assumir responsabilidades, “o agir das criaturas é possibilitado *através* da paciência divina; a presença de Deus no mundo é o espaço livre para a liberdade das criaturas, etc” (MOLTMANN, 1993, p. 304).

Toda pessoa é chamada à responsabilidade pela própria vida e a de toda a humanidade, para desempenhar essa responsabilidade, função a ser exercida em família e como família. Isso não significa um agir igualitário entre

pai, mãe e filhos, mas um direcionamento que promove e desenvolve o ser de cada pessoa em família e como família.

Planejamento da parentalidade é ato de amor, que deseja preservar a relação amorosa, criadora, e acolhedora, do novo ser que se possibilita a vida. Isso deve acontecer em relacionamento de amor, esperança e expectativa, onde o matrimônio e o patrimônio se fazem unidade e as pessoas naquele ambiente estão aptas a colaborar com Deus na edificação do reino.

É por intermédio da concepção do ser, que deve acontecer o ato administrativo e cocriador, que “Deus atua em e através do agir das criaturas; Deus atua com e a partir do agir das criaturas; as criaturas atuam a partir das potências divinas e para dentro de um meio-ambiente divino” (MOLTMANN, 1993, p. 304). O humano que se desperta, na essência administrativa, diante da Graça e Providência Divina, também o faz na angústia de viver a responsabilidade que, por vezes, promove relações que se estabelecem entre o bem e o mal.

Assim, o humano vai se conhecendo diante da história, da cultura e do trabalho que desenvolve e, aos poucos, exaurindo a solidão original, entre angústias e esperanças, se põe a ouvir e a aprender a ouvir a voz de Deus. Todavia mesmo que a sabedoria humana tenha avançado sobre as questões biológicas, ainda é importante a tentativa de fomentar uma forma de viver adequadamente a vontade do Criador.

Estimulados pela voz de Deus, o ser humano atua para instigar o agir de cada pessoa e, diante da parentalidade, é possível afirmar que: “Em relação com os processos biológicos, paternidade responsável significa conhecimento e respeito pelas suas funções: a inteligência descobre, no poder de dar a vida, leis biológicas que fazem parte da pessoa” (HV 10).

Nesse sentido, também se encontra a forma de pensar o trabalho igualmente, quando o humano se despoja das dimensões de ser família humana, e se orienta pela lógica da avareza, e sua produtividade, perde-se em uma descivilização do trabalho, e não se permite ser o ato administrativo de Deus no mundo. Toda pessoa é convidada a ser família e a cocriar e administrar o matrimônio e o patrimônio de forma a fomentar a família humana, povo/filhos de Deus.

4.4.4 O TRABALHO E A JORNADA DE TRABALHO

É de suma importância pensar sobre a jornada de trabalho das pessoas, e sua relação com as necessidades de trabalho, para que a família humana se edifique em humanidade. É preciso “adaptar todo o processo do trabalho produtivo às necessidades da pessoa e às formas de vida; primeiramente a da doméstica, especialmente no que se refere às mães, e tendo sempre em conta o sexo e a idade” (GS 67).

Fomentar sistemas de controle é, na verdade, tornar a humanidade submissa, é a regra sob a qual se constitui o ‘sistema’ que manda, por isso, não se pode “reduzir os colaboradores [...] à condição de simples e silenciosos executores, sem qualquer possibilidade de fazerem valer a própria experiência, completamente passivos quanto às decisões que os dirigem” (MM 92).

Quando se fala de modelos econômicos, ou mesmo das estruturas econômicas, “é demasiado frequente, mesmo em nossos dias, que os trabalhadores estão de algum modo escravizados à própria atividade. Isto não encontra justificção alguma nas pretensas leis econômicas” (GS 67).

O capitalismo, o comunismo, ou qualquer outro sistema de estruturação social, que, sob o preceito de mercantilização das necessidades humanas, fomenta processos em que a pessoa se torna uma peça no sistema, age contra a vontade de Deus. Não se está falando da estrutura, mas das pessoas que engendram e mantêm essas estruturas.

Fala-se, pois, dos acionistas, dos gerentes, dos chefes e de todos aqueles que, mesmo vendo a negação de condições dignas para a vida humana, continuam no silêncio, preferem dar continuidade à solidão original, a propor o ser humano que é administrador e cocriador da obra de Deus. É preciso que cada pessoa possa ter a “oportunidade de desenvolver livremente as energias e capacidades que talvez pouco possam exercitar no seu trabalho profissional” (GS 67).

Não se devem compreender os postos de trabalho, como prêmio aos desempregados, mas como um direito/dever que todo ser humano tem de participar do desenvolvimento participativo e compartilhado. E, por isso, é necessário que “Proporcione-se, além disso, aos trabalhadores a possibilidade

de desenvolver, na execução do próprio trabalho, as suas qualidades e personalidade” (GS 67).

Fundamenta-se, então que, não é o que se tem, mas quantos vivem bem com o que tem sem que para isso outros tenham vivido, vivam ou venham a viver mal, dizer que há entre a Graça e a Providência de Deus a essência administrativa, é afirmar que “a providência, todavia, distingue-se da pura passividade humana, uma vez que incorpora o esforço humano para tomar parte na libertação e construção da criação” (HEFNER, 1987, p. 350).

O humano não é uma peça no ‘sistema’. Quando tratado dessa forma, perde-se em si mesmo, tiram-lhe a capacidade de alçar-se a ser o administrador e cocriador da Obra de Deus, torna-se evidente que cada trabalhador “ao mesmo tempo que aplica responsabilmente a esta execução o seu tempo e forças, goze, porém, todos de suficiente descanso e tempo livre para atender à vida familiar, cultural, social e religiosa” (GS 67),

A atividade econômica e o progresso material devem ser colocados a serviço do homem e da sociedade; se a eles nos dedicarmos com a fé, a esperança e a caridade dos discípulos de Cristo, a própria economia e o progresso podem ser transformados em lugares de salvação e de santificação. (CDSI 326).

É possível enfatizar que a importância de elaborar teologias que substanciem a parentalidade, a economicidade e a sociabilidade da pessoa sob o mesmo contexto, se fomenta a assertiva de ser administradores e cocriadores da obra de Deus. O ser humano é o ato administrativo de Deus no mundo, é a força que transforma a criação, e unge-se do ato amoroso de Deus, quando, de forma livre, responsável, e consciente, faz a vontade do Criador, “Jesus sintetiza toda a Revelação pedindo *ao crente enriquecer diante de Deus* (cf. Lc 12,21)” (CDSI 326).

Nesse sentido, não é cristão, favorecer um sistema que determina o quanto tempo se trabalha, e quem trabalha. É cristão sempre pensar na família humana e sua relação para com as necessidades, as possibilidades e os subsídios; “também a economia é útil para este fim, quando não trai a sua função de instrumento para o crescimento global do homem e das sociedades” (CDSI 326).

O contato entre os indivíduos está tomando um foco de avareza e possessividade, a ponto que se pode mencionar que “Nunca o gênero humano

teve ao seu dispor tão grande abundância de riquezas, possibilidades e poderio econômico” (GS 4). Ainda que a aniquilação da família humana possa ser percebida quando se apresenta que mesmo diante de tanta riqueza, “uma imensa parte dos habitantes da terra é atormentada pela fome e pela miséria, e inúmeros são ainda os analfabetos” (GS 4).

O ser humano é chamado à sensatez e à honestidade com aquilo que a natureza nos concede na graça, e deve transformar o mundo, descobrindo-o sem esgotá-lo de suas energias. É necessário um caminho à unidade, onde todos sejam um para que Deus seja tudo em todos.

Percebe-se então que entre a Graça e a Providência há uma atitude humana, que, quando há a consciência de si em sponsalidade com o Criador, se possibilita que a essência administrativa eleve à vivência a “cultivar e guardar o Jardim” (Gn 2,15). Não se trata de regredir, mas de evoluir, desenvolver, no entanto, é preciso despertar o humano para sua função cocriadora e administradora, quando se dá exclusividade aos filhos, em suma quando se nega a obra de Deus para amar unicamente a própria obra, nesse caso os filhos.

4.4.5 UMA ECONOMIA QUE ANULA A ECONOMICIDADE HUMANA

Os sistemas econômicos, de controle e adestramento, servem aos modelos produtivistas de exploração predatória, destroem a parentalidade, a sociabilidade e a economicidade humana. Em sponsalidade e “mediante o trabalho, o homem governa com Deus o mundo, juntamente com Ele é sempre seu senhor, e realiza coisas boas para si e para os outros” (CDSI 265).

O sistema de controle econômico destrói a economicidade humana; a fundo ninguém sabe ao certo o que é o sistema ao qual se está submetido, ou ainda, quem é o submissor. Quando se enfatiza a economicidade da pessoa, revela-se um ser capaz de compreender as necessidades, as possibilidades e os subsídios; as pessoas são promotoras da *práxis* de vida e vivência humana, estabelecendo-se no reconhecimento e desenvolvimento da dignidade da pessoa na criação.

Por isso, “a função econômica e social, que todo o homem aspira a desempenhar, exige que a atividade de cada um não se encontre submetida totalmente à vontade alheia” (MM 92), a essência administrativa possibilita

compreender a força que propulsiona a fazer, conforme o livre-arbítrio, a alteridade, e a responsabilidade, o que torna o mundo mais doméstico.

Adequadamente concebidos e geridos, os processos de globalização oferecem a possibilidade duma grande redistribuição da riqueza a nível mundial, como antes nunca tinha acontecido; se mal geridos, podem, pelo contrário, fazer crescer pobreza e desigualdade, bem como contagiar com uma crise o mundo inteiro. (CV 42).

Eis que é o ser humano, a imagem e semelhança do Criador, e se torna cada vez mais visível, a referida imagem e semelhança, quando como criatura se pode perceber que em “cada trabalhador, [...], é a mão de Cristo que continua a criar e a fazer o bem” (CDSI 265). É notório que cada pessoa cuida no mundo, de um pequeno espaço no tempo, faz sempre pensando, na totalidade da obra de Deus, de modo que as possibilidades de uns, não representem a ausência aos subsídios que satisfaçam as necessidades de outros, e neste sentido:

A globalização é um fenómeno pluridimensional e polivalente, que exige ser compreendido na diversidade e unidade de todas as suas dimensões, incluindo a teológica. Isto permitirá viver e *orientar a globalização da humanidade em termos de relacionamento, comunhão e partilha*. (CV 42).

O humano é aquele que se dá para que o mundo se ordene, segundo a vontade do Criador. Quando o humano é convidado, no mandado e no chamado, a administrar e cocriar criação, suas relações são “caracterizadas pelo respeito, pela estima e compreensão, pela colaboração leal e ativa, e pelo amor da obra comum” (MM 92).

Quando a humanidade está munida do desejo de desenvolvimento compartilhado e participativo, o trabalho é “considerado e vivido por todos os membros da empresa, não só como fonte de lucros, mas também como cumprimento de um dever e prestação de um serviço” (MM 92). Aqui é necessário destacar as expressões “território ou territórios” (CV 40) enquanto o mundo em que se vive é pensar o todo, ao olhar cada uma das partes.

Quando se pensa a parte, e busca com ela dominar o todo, tudo se perde na dimensão de esponsalidade com o Criador e, por consequência, se esvai a sociabilidade, a parentalidade e a economicidade humana. Agindo, com vista só para o lucro, como uma peça manipulada, o humano perde o equilíbrio das dimensões de sociabilidade, de parentalidade e de economicidade.

Nos últimos anos, notou-se o crescimento duma classe cosmopolita de gerentes, que muitas vezes respondem só às indicações dos acionistas da empresa constituídos geralmente por fundos anônimos que estabelecem de fato as suas remunerações. (CV 40)

Quando o objetivo do trabalho se transfere da edificação do ser humano e sua humanidade, para a acumulação e exploração predatória, desvincula-se da esponsalidade com o Criador, para estar submisso a um objetivo. Nesse caso, o ser humano abandona sua dimensão de economicidade, para dedicar-se à submissão de um sistema de controle econômico. Promove-se uma economia que anula a economicidade humana. O objetivo torna-se um deus, e o humano se esvai para conquistar o objeto como um trabalho, e não o trabalho como um elemento de sintonia com o criador, para edificar a si e o reino.

4.4.6 A SERVIDÃO À ESTRUTURA DE TRABALHO

É preciso estar atento às estruturas que as pessoas formam, em busca de explorar, desordenadamente, os recursos dados gratuitamente ao ser humano. É necessário estar atento, porque “também as condições degradantes de trabalho, em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis” (GS 27), e fatos como esses, aos poucos, destroem a vivência humana.

É possível, então, afirmar que, essa ação deliberada pelos governantes do Estado é profundamente infamante, agredindo a dignidade da pessoa, caluniando o ser humano, que é administrador e cocriador, tratando-o como um ser incapaz e, com isso, “ao mesmo tempo que corrompem a civilização, desonram mais aqueles que assim procedem, do que os que padecem injustamente; e que ofendem gravemente a honra devida ao Criador” (GS 27).

O humano tem responsabilidade por cada pessoa, de forma que em esponsalidade com o Criador e mediante a essência administrativa é capaz de planejar a vida e vivência humana na criação, com base nos subsídios, nas necessidades e nas possibilidades.

É por ser o *homo ad-minister* que se pode chegar à conclusão de que “hoje, há também muitos gerentes que, através de análises clarividentes, se dão conta cada vez mais dos profundos laços que a sua empresa tem com o território ou territórios, onde opera” (CV 40), e onde se considera o humano, em seu próprio ser “como absoluta transcendência orientada para Deus, o

‘antropocentrismo’ e o ‘teocentrismo’ da teologia não se contradizem, mas formam rigorosamente uma única e mesma coisa” (RAHNER, 1969, p. 1).

É fundamental, para a família humana, compreender a necessidade de sociabilidade, de economicidade e de parentalidade para com a obra de Deus, pois revela a estrutura da vivência humana, seus alicerces de funcionamento, isso tanto nas perspectivas de progresso participativo e compartilhado, quanto para a continuidade da vida humana, na plenitude de dignidade da pessoa.

O desejo de ser o Ato administrativo de Deus no mundo constituir família, um todo que administra o mundo, cocriando e administrando “a pessoa é a revelação indireta de Deus sobre a terra. Ser imagem sempre significa deixar algo aparecer e revelá-lo” (MOLTMANN, 1993, p. 317).

A administração, aqui é uma palavra que remete ao *homo ad-minister*, ser em sponsalidade com o Criador, elevado a compreender quais são as atividades que possibilitam viver em conjugalidade promovendo o equilíbrio entre as dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade.

A família que, se origina na consanguinidade, guia-se pela vontade do Criador, propulsando o amor para a sociabilidade e, assim, guiado pelo bom, belo e verdadeiro, edifica o reino que é possível, segundo as necessidades, as possibilidades e os subsídios. O matrimônio é, então, sponsalidade com o Criador que se demonstra em ato ao cônjuge e, por isso, “O matrimônio não é, portanto, fruto do acaso, ou produto de forças naturais inconscientes: é uma instituição sábia do Criador, para realizar na humanidade o seu desígnio de amor” (HV 8).

Se houvesse a possibilidade de escolher uma palavra no ‘dicionário cristão’ escolher-se-ia a palavra ‘Esperança’. A esperança é constitutiva da ação necessária na realização do que é esperançado e, assim, se insere a criação do ser humano no Reino esperançado por Deus, no qual o ser humano é o administrador e cocriador.

4.5 VIDA HUMANA

Cada pessoa é arbitrada à existência, para viver em livre-arbítrio. A responsabilidade humana para com cada pessoa é resultante da formação da

consciência humana e se faz, à medida que ela é inserida na vida e vivência humana. A terra é, espaço ventrino, onde a pessoa é apresentada ao Jardim, onde deve cultivar e guardar os mistérios de Deus, assim o ambiente de vida de cada ser humano, resulta em responsabilidade.

4.5.1 AMAR E ARBITRAR A VIDA

Amar é a virtude sobre a qual se edifica a humanidade, o amor eleva o ser humano à esponsalidade com o Criador; é amor, que implica uma condição de vida, em escolha de agradecer, zelar e dar continuidade à obra de Deus. Onde se vê o pecado, vê-se a ausência de Deus, ou seja, um local de onde o ser humano retirou os rastros/vestígios de Deus de um espaço no tempo, mas há que se pontuar que o tempo é superior ao espaço.

É por ter livre-arbítrio, que cada pessoa pode negar-se à esponsalidade com o Criador, isto é, negar a essência pela qual o *húmus da terra* é o *homo ad-minister*. Há, no livre-arbítrio, a possibilidade do pecado, não por ser implícito, mas porque há a possibilidade de negar a si mesmo, o próximo, e a criação de Deus.

Negar o princípio é negar a própria criação, ainda é preciso estabelecer que a criação não é a transformação de Deus em algo, a criação não é uma parte de Deus. Antes do Criar de Deus, não existia, nem a matéria, nem o local, onde a matéria poderia estar ou o local onde ela viesse a ser criada. É, na verdade, algo de difícil inteligibilidade, mas Deus cria sem dissipar-se, o local e a matéria que ocupa o local, sendo, o local, também matéria com a qual Deus realiza a Criação.

A Criação é, em termos de observação humana, visível e não visível, em termos da ação humana, matéria palpável e não palpável. A essência administrativa é *práxis*, relação com o Criador na qual se expecta à futuridade de pessoa. O ser humano é o ato administrativo e cocriador de Deus, que possibilita administrar a criação, de forma a dar à criação sua condição de prosperidade e desenvolvimento.

O humano é habitado pelo Si de Deus, que o possibilita a agir segundo o Espírito Criador. Assim, a própria criação, mediante o agir humano, pode valer-se de observar, interferir e aprimorar-se. A atitude que consiste em ser o ato administrativo de Deus no mundo, se faz necessária porque “Nossa

existência consiste na aceitação ou recusa do mistério que nós somos, como pobre-estar-referidos ao mistério da plenitude” (RAHNER, 1969, p. 66), nessa aceitação ao mistério que se é, está o direcionamento de nossas atitudes à árvore da vida.

O Humano é Ser com o outro, é ser no amor, na relação e no desenvolvimento de si, mediante a comunhão e o agir com o próximo e isso se explica na saudação amorosa de Adão a Eva, “como carne da sua carne e osso dos seus ossos” (cf. *Gên 2, 23*)” (MD 6). O ser humano assume o próprio dever de compreender-se diante da atitude humana, e “Deus assumiu a natureza humana porque tal natureza, em virtude de sua essência, é aberta e assumível” (RAHNER, 1969, p. 29).

Deus cria do nada (*ex-nihilo*) aquilo que é por si mesmo a criação, e na criação possibilita a imagem de Si, na *práxis* de vida operativa e contemplativa humana. A atitude humana que consiste em revelar a essência administrativa que possibilita a vida humana, onde o casal “Desde o início aparece como ‘unidade dos dois’, e isto significa a superação da solidão originária, na qual o homem não encontra um ‘auxiliar que lhe seja semelhante’ (*Gên 2, 20*)” (MD 6).

Volta-se a mencionar a solidão original no humano e, por isso, é um ser para comunhão esponsal. Por sua vez, “A esta ‘unidade dos dois’, está confiada por Deus não só a obra da procriação e a vida da família, mas a construção mesma da história” (CM 8). Assumir-se administrador e cocriador da história é elevar-se a amar, envolver-se com a vida na criação, um gesto de amor que, diante da uniduidade, se apresenta a Deus, na ordenação do “Façamos á nossa imagem e semelhança” (*Gn 1,26*) para arbitrar novas vidas.

Arbitrar a vida a uma pessoa é dedicar-se a envolvê-la na relação de si mesmo, é a comunhão com a origem da vida, é a comunhão com a história da vida, é a vivência escatológica de se estar e ser o amor. Há de reconhecer que o ser humano, não sabe o futuro da história, que é capaz de entristecer-se ao não ser capaz de sentir que há futuro/escatológico e que, a cada ser humano encontrado, há um expectar que salva o ser humano, da solidão original.

4.5.2 TERRA ESPAÇO VENTRINO DE HUMANIDADE

Enfatiza-se a solidão original e assinala a essência administrativa que propicia administrar e cocriar o reino em sponsalidade com o Criador. O ser humano não é um ser dualista, mas um ser social, que vive com o outro e no outro a própria vida; assim, sermos imagem e semelhança, implica dizer que este se direciona ao outro, mais precisamente em direção à sociabilidade.

A saudação na qual se reconhece o próximo, “como carne da sua carne e osso dos seus ossos’ (cf. *Gên 2, 23*)” (MD 6), não é unicamente por ter encontrado uma esposa, mas é precisamente por ter-se visto em imagem e semelhança. Portanto, alegrar-se com o humano é louvor a Deus, “e a vida, sobretudo humana, pertence unicamente a Deus: por isso, *quem atenta contra a vida do homem, de algum modo atenta contra o próprio Deus*” (EV 9).

Atentar contra a vida humana acontece também, quando o filho gerado se torna um pseudo motivo para subtrair da humanidade subsídios que só privilegiam o filho/parentalidade. Francisco (2016) enfatiza que, “a mulher grávida pode participar deste projeto de Deus, sonhando o seu filho: ‘Toda a mãe e todo o pai sonharam o seu filho durante nove meses’ (AL 169).

Isto não é uma criação ao acaso, que Deus não saiba o que está acontecendo, mas uma criação que é sustentada por Deus e que se desenvolve e, aos poucos, contribui, efetivamente, para ser uma criação autônoma, em sponsalidade e dinamismo entre Criador e as criaturas.

Aqui, então, é possível denotar que não se está na dualidade de separar os frutos em frutos do bem e do mal, mas de se observar o que há de bom em cada um dos frutos. Assim, na terra, enquanto espaço ventrino (ventre/criação), se celebra e vive, com antecedência, as possibilidades de um mundo sem a presença do mal, “se na escritura se fala que quem ama o próximo cumpriu a lei, esta é a suprema verdade, porque Deus se fez este próximo mesmo” (RAHNER, 1969, p. 29).

Assim o próprio ato de a criatura se observar sendo criada e edificada, enquanto um si e enquanto ser social que vive sob uma base original das coisas criadas por Deus, fomenta que a criatura humana contribui e colabora com Deus. O sim a Deus é percepção da *práxis* humana em auxílio ao criador “o Verbo divino e a natureza humana criada, que não pode fazer esquecer que,

justamente uma delas, a realidade criada, é aquela do logos de Deus Mesmo” (RAHNER, 1969, p. 73).

A esponsalidade permite que o humano faça aquilo que Deus faria, se fosse limitado e apresentasse as mesmas características do ser humano, em sua contingência. O ser humano é, então, aquilo que é Deus, na limitação de si mesmo, por isso imagem e semelhança, o ato administrativo e *práxis* do amor, no próprio amor do ato.

Somente dentro do esquema fundamental esboçado, no qual o espírito não é o estranho a realidade material, mas o chegar-a-se-mesma dessa realidade corpórea, se torna compreensível que não uma idéia geral, mas uma realidade concretamente corpórea possa ser aquilo que realmente salva e é eternamente válido; que o cristianismo, corretamente compreendido não possa ser propriamente um 'idealismo'. (RAHNER, 1969, p. 128-129),

Não se fala de uma ideia na qual o humano se salva, mas do ato amoroso de Deus, que Cria e Governa, e do ser humano que pode cocriar e administrar a criação com Deus. Fala-se, então, da consciência do ato humano em sua relação com o amor, a esponsalidade humana com o Criador.

A criação é o grande espaço ventrino, que supera o tempo enquanto possibilidade de agir e aceitar agir em conformidade com o espírito criador. É o ventre do aprendizado e desenvolvimento de cada pessoa e do reino. Aqui reside uma significativa oportunidade de compreender a amplitude de doar-se, sem negligenciar a si. A terra é o ventre no qual a vida humana é possibilitada a ser concebida, para que o próprio ser humano possa conduzi-la.

Se, em algum momento, o casal humano foi conclamado a ser fecundo e a multiplicar-se, esse chamado/mandado deve ser atendido na realização de um “ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda a criatura” (MC 16,15). Ao humano, é dada a oportunidade de desenvolver-se, essa oportunidade é primeiramente adversa a uma possibilidade de escolher existir, todavia, reside na decisão de quem já existe, pode-se dizer então, que existir é necessário, mas não é o suficiente.

4.5.3 HUMANIDADE E A GENEALOGIA QUE HERDAMOS

A partir da concepção, há o agir em liberdade e responsabilidade, segundo as leis inscritas em si, nas quais reside a administração e cocriação

dos genitores, pois é desses o “gravíssimo dever de transmitir a vida humana, pelo qual os esposos são os colaboradores livres e responsáveis de Deus Criador” (HV 1), a consciência é um dos frutos da dignidade da pessoa e não o inverso.

A herança de parentalidade é uma espécie de reputação “*no hall*” dos indivíduos de uma linhagem genealógica, “Somos herdeiros do trabalho de gerações e ao mesmo tempo artífices do futuro de todos os homens que viverão depois de nós” (CDSI 274). Aqui é de se notar não apenas o carinho e cuidado com os filhos, mas a relação que se estabelece com as gerações, e isso é uma prova de que as relações estabelecidas por humanos estão para além de ímpetos não controláveis.

É na relação de amor que o ser humano se expects aos cuidados com a parentalidade e nela com toda a família humana, por isso, Jesus estende a comunhão da linhagem biológica/parentalidade para os que fazem a vontade do Criador, uma espécie de linhagem genealógica do amor que reconhece a pessoa, enquanto imagem e semelhança de Deus Criador, na *práxis* de vida e vivência. Ser pai/mãe é possibilitar, é o aprender que não importa a condição que o direciona ao ser, é a decisão que é íntimo-pessoal, ou seja, se processa no livre-arbítrio humano, diante das relações com a Criação.

É válido salientar que possibilitar decidir é promover o livre-arbítrio na base do Jardim, não é um fator de gerar condições para que a decisão de um valha para o outro, é uma atitude interrogativa que se faz na corporeidade consciente do outro uma necessidade de decisão. O Jardim é, portanto, a base sobre a qual se tomam decisões, “Dorothee Solle observa que uma ‘teologia política’ precisa apenas admitir que, através de mudanças específicas nas estruturas sociais, ‘o número de força que hoje compelem pecar pode ser diminuído’” (SPONHEIM, 1987, p. 453).

Por vezes, discussões intermináveis, não adiantam de nada, porque a decisão já foi tomada em cada uma ou em uma das mentes, então, o que há na discussão, são processos e tentativas de submissão do outro. Nesse caso, a decisão não é algo posterior, aconteceu de forma primeira e a discussão, na verdade, é uma forma de atribuir sentido à decisão já tomada, é uma atitude que visa justificar uma decisão que se contradiz à união e ao diálogo. Nesse

sentido, a esponsalidade é decidir-se por viver diante da família humana e não um processo, no qual apenas se comunicam as decisões individuais.

Sobre a parentalidade entende-se que “No lar, as decisões não se tomam unilateralmente, e ambos compartilham a responsabilidade pela família; mas cada lar é único e cada síntese conjugal é diferente” (AL 220). Quando o casal vive a conjugalidade em esponsalidade com o Criador, tudo se complementa, tudo é diálogo, os filhos se tornam a viva presença da própria humanidade, como que um prolongamento das pessoas de seus pais.

O filho sente que tem local para repousar e que o humano, quando visto como cocriador e administrador da obra de Deus “é muito bom” (Gn 1,31); vê, então, o humano como imagem e semelhança de Deus. Quando a parentalidade se fecha em si mesma, permite-se viver sob a perspectiva de se apropriar ao máximo dos bens e frutos do Jardim, tornando-os proibidos ao próximo e, com isso, busca dar sentido ao próprio projeto e não ao desenvolvimento do reino e obra de Deus.

Movimenta-se pelas decisões tomadas, a principal delas é referente ao próprio ato de vontade de Deus que fez o humano e possibilitou que ele se decida por refletir Sua Imagem e Semelhança, aceitar ou não aceitar – é o que tem movido a humanidade ao encontro dos transcendentais. Amor é decidir, viver a responsabilidade de um ser em esponsalidade, uma decisão, irreversível, inegável, indissolúvel, que visa conduzir, cada pessoa ao Bom, ao Belo, e ao Verdadeiro, no Jardim contingente e em desenvolvimento, da Criação.

A dignidade da pessoa não está associada ao estágio de consciência, sendo, por sua vez, apenas elementos da pessoa e não a pessoa em si. A consciência é um estágio de desenvolvimento característico, mas não exclusivo do ser pessoa. Pelos dons recebidos, a consciência deve manifestar o cultivar e guardar toda criação, desde a sua concepção. A consciência será fruto de elevada importância para o Reino de Deus, quando em esponsalidade com o Criador, intérprete então, da essência administrativa, o humano se torna autor e possibilita a capacidade de reconhecer a dignidade desde a concepção.

Deus oferece o livre-arbítrio, a inteligência, a responsabilidade, e o amor, mas, só diante da verdade o livre-arbítrio pode dar leveza e suavidade a um encontro, onde a palavra é só um dos elementos da comunicação, o ruído é

mínimo, pois a esponsalidade da relação propõe vida. O livre-arbítrio, a inteligência e a responsabilidade são elementos indissociáveis para a comunhão de vida e vivência humana; é a essência administrativa, *práxis* de amor que acontece na esponsalidade com Deus.

4.5.4 PARENTALIDADE: ABRANGÊNCIA E PARTILHA

A consciência, em esponsalidade com o Criador, possibilita cocriar e administrar os mistérios da própria vida, por isso, se é criatura em livre-arbítrio, em um jardim criado por Deus. Partilha-se da vida, no envolvimento e desenvolvimento de cada ser concebido, sob o conceito de liberdade social, porque, “a consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser” (GS 16).

Quando se escolhe permanecer no mistério da vida – esponsalidade –, se aceita ser, em família, o administrador e cocriador da obra de Deus e a consciência é exponenciada pela essência administrativa, pois, “graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo” (GS 16). Fatos como esses se tornam possíveis, porque há, no ser humano, a essência administrativa, que o envolve na administração e cocriação da única e amorosa obra de Deus.

Pessoa em livre-arbítrio é não ser manipulador, e nem manipulado, nem escravo, e nem escravizador; consiste em aprender a ser com o outro, e que o conceito de partilha preceder o ter. É o humano então, cocriador e administrador dos mistérios de Deus, e “pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social” (GS 16).

É em esponsalidade com o Criador, que é permitido, a pessoa, adentrar os mistérios da vida; o livre-arbítrio possibilita a ciência e consciência, e resolver os problemas é tornar-se um administrador dos mistérios, é o agir humano, com o qual se espera a imagem e semelhança de Deus. Nesse sentido, é possível pensar sobre a onipresença, onipotência e onisciência de Deus, e indagar, se não seria hora de se buscar um equilíbrio entre a presença, a potência e a ciência humana.

Hoje, muitos projetos científicos se tornaram tão onerosos que se torna necessário instituir ministérios da ciência, nos quais se faz política científica. Se a ciência é ligada à política, então as ciências e os cientistas estão num contexto político, quer queiram, quer não. (MOLTMANN, 1993, p. 49).

Dessa forma, no matrimônio, o casal conduz a vida humana em livre-arbítrio, tomando por base a cultura, o patrimônio e a comunidade política na qual está inserido, sendo, portanto, sempre um desafio de amor que se realiza em sponsalidade. Se a forma que se tem de observar as pessoas é mediante as posses e parentalidade, algo está errado e é preciso que se tenha tempo para contemplar o humano, desimpedido de utilitarismos e familismo.

Quando a parentalidade se estabelece como ponto onde se devem concentrar os bens do mundo, esvai-se a *práxis* de ação cocriadora e administradora do reino. O reinado que provém de uma nação cujo absoluto, não direciona ao Bom, ao Belo e ao Verdadeiro, nunca alcançará a formação da consciência da pessoa, será sempre um modelo de negação ao Reino de Deus, ao passo que:

Tudo isto se pode resumir afirmando mais uma vez que a liberdade econômica é apenas um elemento da liberdade humana. Quando aquela se torna autônoma, isto é, quando o homem é visto mais como um produtor ou um consumidor de bens do que como um sujeito que produz e consome para viver, então ela perde a sua necessária relação com a pessoa humana e acaba por alienar e oprimir. (CA 39).

O espírito de avareza que arrasta o passado e busca desesperadamente as posses, nega por si mesmo a eternidade; portanto, ao negar-se ao futuro não se permite compreender a leveza do presente, tudo aquilo que há entre a Graça e a Providência Divina é alcançada mediante a essência administrativa humana. O presente é a dimensão humana que comporta a realização do amor, portanto a própria eternidade torna-se leve, boa e verdadeira, João Paulo II (1991) preconiza que,

É necessário reconduzir o conceito de alienação à perspectiva cristã, reconhecendo-a como a inversão dos meios pelos fins: quando o homem não reconhece o valor e a grandeza da pessoa em si próprio e no outro, de fato priva-se da possibilidade de usufruir da própria humanidade e de entrar na relação de solidariedade e de comunhão com os outros homens para a qual Deus o criou. (CA 41)

Aqui há de salientar que o humano não tem uma missão; o humano é missão, e por estar em livre-arbítrio é uma missão dada a si mesmo, e “Ter’

objetos e bens não aperfeiçoa, de per si, o sujeito humano, se não contribuir para a maturação e para o enriquecimento do seu 'ser', isto é, para a realização da vocação humana como tal" (SS 28).

Quando o humano delimita seu amor à parentalidade, perde sua sociabilidade e passa a agir em seu próprio projeto, negando-se a sustentar o projeto de Reino do Deus, um Jardim possibilitado à vida humana. É diante do agir humano que se pode contribuir para a onipotência divina, pois é um zelar do livre-arbítrio. Assim, o humano em sponsalidade é o modo de a Criação participar do poder de Deus sobre a vida, de forma que a atitude humana pode revelar um sinal visível da presença de Deus.

4.5.5 UMA VIDA QUE JÁ É ETERNA

A eternidade é possibilitada a pessoa, mediante a sponsalidade de Deus para com o ser humano; essa, por sua vez, propulsa a *práxis*, mediante a essência administrativa, que permite conceber a escatologia e possibilita a reflexão a respeito das últimas coisas, do *escathon*, daquilo que se estabelecerá como realidade na sponsalidade com o Criador.

A perspectiva escatológica leva, o ser humano, a refletir sobre as coisas que permanecem, e o que é eterno, ou seja, é o convite a fazer e refletir a respeito daquelas realidades que se vive e que permanecerão também no eterno. A plenitude do tempo comporta todos os lugares/espacos, em todos os tempos, em todas as dimensões, aqui se desmitificam dimensões no sentido de passado, presente, expectativa e futuro e, nesse sentido, eleva-se ao eterno que compreende o Reino em uma dimensão de sponsalidade.

O Senhor quis o ser humano como Seu interlocutor: somente no diálogo com Deus a criatura humana encontra a própria verdade, da qual extrai inspiração e normas para projetar a história no mundo, um *jardim* que Deus lhe deu para que seja cultivado e guardado (cf. *Gn 2,15*). (CDSI 452).

Mediante a essência administrativa a capacidade escatológica, pode ser entendida como olhar para o presente à luz do futuro, no sentido de pensar as realidades que passam à luz de realidades que permanecem. A escatologia é dimensão profundamente enraizada na esperança cristã, sentido em que "*chega a seu auge a verdade cristã acerca da vida*. A dignidade desta não está ligada apenas às suas origens, à sua proveniência de Deus, mas também ao

seu fim, ao seu destino comunhão com Deus no conhecimento e no amor d'Ele" (EV 38).

Só se pode pensar o humano em sua dignidade de pessoa, no Jardim, na natureza, pois, Deus possibilita a vida humana, no Chamado a Si e no mandado de Si, sob a tarefa de cultivar e guardar o Jardim, o ambiente de vida e vivência humana. Há sempre a integridade e unicidade entre as coisas visíveis e invisíveis, possibilitadas e não possibilitadas, e por suas características de unidade e indissolubilidade, "Em toda a natureza encontramos as iniciais de Deus, e todos os seres criados são cartas de amor que Deus endereça a nós" (MOLTMANN, 1993, p. 103).

Compreende-se que não é o invisível que é Deus ou o que aproxima de Deus, porque mesmo o invisível é criação e constitui a obra de amor, que Deus convida a pessoa, a cocriar e administrar. A esponsalidade humana com Criador não se faz diante do que se vê ou não vê.

A esponsalidade da qual emana a essência administrativa no ser humano, possibilita reconhecer que é Deus o Criador, e que tanto o visível quanto o invisível, e, neste sentido, a matéria é, em suas dimensões de visibilidade e não visibilidade, criação de Deus.

Sobre o visível e o não visível, matéria palpável e não palpável, é esta a criação de Deus, não se deve negar uma ou outra, "quem não crê que ambas as coisas, reconciliadas, chegarão um dia à sua realização e acabamento, nega, finalmente, que o mesmo Deus criou com uma ação e para um mesmo fim a matéria e o espírito" (RAHNER, 1969, p. 152).

Essa vida já é eterna, onde se desenvolvem os dons, edificando-se enquanto tarefa, mas em esponsalidade, livre-arbítrio, e dependência subsidiária com o Criador: "a essência temporal do homem não somente condiciona uma carreira temporal, por fases, em direção ao amor, mas uma historicidade, por fases também, do próprio amor" (RAHNER, 1969, p. 183).

Quando se enfatiza o íntimo humano, está se falando do humano todo, suas vontades, dons e sonhos, suas virtudes e a *práxis*, e que todo esse ser não se contradiz,

Este pode já existir, pode ser já, em outras palavras, o engajamento do homem na medula da pessoa livre, e, no entanto, a integração de todas as dimensões e capacidades humanas, o amor de Deus de todo

coração e com todas as forças, pode ser ainda uma tarefa inacabada. (RAHNER, 1969, p. 183).

Observa-se que, “com a sua doutrina social, a Igreja não persegue fins de estruturação e organização da sociedade, mas de cobrança, orientação e formação das consciências” (CDSI 81). Há o reconhecimento de que, diante do aparecimento dos desafios da hodiernidade, é justo que se indague, “não será, na realidade, um verdadeiro desafio lançado à sabedoria do homem, à sua capacidade de organização e à sua imaginação prospectiva?” (OA 10).

Nestes elementos, a esponsalidade e a essência administrativa, cada pessoa é um agente no poder criador, implica dizer que, se está em ‘contato’ com Deus, ou seja, se é da mesma descendência, da mesma família, porque se faz a vontade do criador/pai. Mais que fazer afirmativas se está para indagar: Como promover a alteridade humana em esponsalidade com o Criador diante das relações de matrimônio e patrimônio?

4.5.6 CONCEPÇÃO DO JARDIM ETERNO

Toda pessoa em esponsalidade é possibilitada à essência administrativa, se faz conhecedora e perceptiva que todas as pessoas independentes de cultura são “‘carne da sua carne e osso dos seus ossos’ (cf. *Gên* 2, 23)” (MD 6), e que, ao se olhar, é possível reconhecer a vida e a própria imagem e semelhança ao criador.

Fundamenta-se que as dimensões de parentalidade, de sociabilidade e de economicidade são constitutivas das bases do matrimônio, podendo-se considerar que, com o aparecimento de uma civilização urbana, que volta sua atenção às atividades industriais e comerciais, o ser humano é lançado a superar-se, ou seja, exercer seu mandado de “cultivar e guardar” (Gn 1,15) enquanto “sede fecundos, e multipliquem-se” (Gn 1,28).

A sabedoria humana, mediante a essência administrativa, possibilita ser o administrador da Obra de Deus, é instigada a dar respostas quanto à sua capacidade de organização e sua imaginação expectiva de administrar o bem comum e, como bem comum, também se dispõe a pensar a própria disposição e expectativa de cada pessoa para com a obra de Deus.

As pessoas sofrem com as opções de trabalho, quando empregados, pois estão expostos a uma longa jornada de trabalho, e em um ambiente que

não propicia uma visão de vida parental na família humana, uma vez que se “o Criador tornou participantes da obra da sua criação o homem e a mulher e, ao mesmo tempo, fê-los instrumentos do seu amor, confiando à sua responsabilidade o futuro da humanidade através da transmissão da vida humana” (AL 81).

Está-se diante de um contexto, em que as pessoas estão sendo obrigadas a não formarem famílias, porque “o casal que ama e gera a vida é a verdadeira ‘escultura’ viva, capaz de manifestar Deus criador e salvador” (AL 11). O afastar-se de nossa humanidade, é um afastar-se também dos desígnios do Criador, fazendo com que se esqueça que “de fato, a capacidade que o casal humano tem de gerar é o caminho por onde se desenrola a história da salvação” (AL 11).

A esperança cristã é constitutiva das ações necessárias em busca do objeto esperançado, é a celebração da vitória sob a perspectiva *práxis*, “o homem deve engajar-se, hoje, na aventura de um amor que somente amanhã é como ter de ser, porque ele se abriu hoje numa disposição interior, que pode fracassar, porque hoje não foi como devia ter sido” (RAHNER, 1969, p. 203).

Cada ser humano se percebe possibilitado à esponsalidade com o criador e, assim, percebem o jardim da criação, as condições a serem perpetuadas no “cultivar e guardar” (Gn 1,15), bem como na atitude e no mandamento de “sede fecundos, multipliquem-se” (Gn 1,28) enquanto imagem e semelhança do Criador e é sob esta condição que os esponsais foram, são, e serão realizados.

O ser humano torna-se o ápice de uma criação necessitada de desenvolvimento. Na ciência do bem e do mal a pessoa deve se guiar em contato com Deus, pois a essência administrativa possibilita verificar o que há de proibido em cada fruto, e a não viver o dualismo do fruto proibido e do fruto permitido.

Todo encontro com culturas/tradições dá a possibilidade de se verificar o que há de proibido nesse fruto, que é a própria história do povo, que culmina na união e vivência de duas, e ao mesmo tempo, única história. É preciso ser, um só povo, em um universo de matizes, “o amor é, pois, hoje, tal como deve ser, somente se hoje se reconhece submetido às exigências do amanhã, se se

coloca hoje já realmente diante da exigência do amanhã” (RAHNER, 1969, p. 203).

Assim, toda cultura/tradição deve ser compreendida como passos, seguidos no encontro e na esponsalidade com Deus, mas deve sempre estar apta a reconhecer o que se fez ou faz, e que, não é parte da edificação do Reino, isso é um superar o caos, a solidão original. O ser humano é o *húmus* da terra, mas a terra é também precedida do nada, *ex-nihilo*, e entre o *ex-nihilo* e a terra, há o caos, portanto, há no humano um dissipar-se da solidão original, do nada/*ex-nihilo*, do caos, para entender-se como ser à imagem e semelhança do Criador.

Os costumes cristãos, desde que entram em ação, exercem naturalmente sobre a prosperidade temporal a sua parte de benéfica influência; porque eles atraem o favor de Deus, princípio e fonte de todo o bem; reduzem o desejo excessivo das riquezas e a sede dos prazeres, esses dois flagelos que frequentes vezes lançam a amargura e o desgosto no próprio seio da opulência (RN 15).

O amor não é a desesperança no hoje, mas é precisamente a crença de que é hoje que se edificam as possibilidades de um amanhã, o ser humano diante da *práxis* e o eterno ato de refletir possibilitam agir em direção ao Ser, se apresentam cada vez mais administradores e cocriadores do reino de Deus. Nesse sentido, cada pessoa é profundamente responsável pela formação de si e de toda pessoa humana.

É de se ressaltar que, o que não constitui necessidade, é supérfluo; assim, preza-se que as possibilidades de uns, não constituam a ausência de subsídios às necessidades de outros, de modo que a esponsalidade com o Criador, não é uma obrigação de transcender, sacramento é o despertar do sentido de transcendência e esponsalidade que há no humano.

4.6 CONSIDERAÇÕES

O ser humano é o administrador e cocriador da obra de Deus, neste interstício de tempo e espaço, que a pessoa tem para edificar a si mesmo. O ser humano, à medida que cocria e administra a obra de Deus, concebe a si mesmo, enquanto identidade e personalidade. Não se compreendem como conclusivos os textos que se formam para explorar a essência administrativa,

que permite ao humano ser o administrador e cocriador da obra de Deus. O que se apresenta é a base para que se possa pensar, refletir, teólogo, administrar e analisar o ser humano.

Nesse cenário, evidencia-se que, os núcleos de parentalidade, de sociabilidade e de economicidade são as bases sobre as quais a pessoa se edifica na dinâmica socioeconômica do ser humano enquanto administrador do mundo, administrador em família e da própria família. O *homo ad-minister*, compreende as necessidades, as possibilidades e os subsídios que propiciam administrar a obra de Deus em família, e assim sempre edifica o melhor reino possível, neste que é o reino na contingência de sua Criação, desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa avançou sobre a leitura e interpretação dos textos/documentos, encontrou um vasto universo de citações e interpretações que elevam a compreensão do ser humano como administrador e cocriador da obra de Deus. A pesquisa fundamentou as narrativas desenvolvidas, sendo a primeira delas o da esponsalidade, isto é, o ser humano é o administrador e cocriador da obra de Deus, na união de amor e reciprocidade com Ele. A esponsalidade é, primeiramente, uma atitude de Deus para com a vida humana, o que possibilita a cada pessoa ser concebida à Sua imagem e semelhança e, em um segundo momento, é uma resposta humana ao chamado/mandado de Deus.

Responder a esse chamado/mandado é estar em esponsalidade com o Criador e, nesse sentido, o ser humano participa da vida e da criação de Deus, eleva-se à essência administrativa, um Si de Deus que habita o íntimo de cada pessoa. Quando os documentos do magistério apontam para a necessidade de formação da consciência de pessoa, pondera-se que essa formação eleve o ser humano para que aja sob os preceitos de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade, pois se trata de um desenvolvimento integral do ser humano.

É possível afirmar que a dignidade de pessoa é basilar na dinâmica de sociabilidade, de parentalidade e de economicidade, em esponsalidade com o Criador, na edificação do núcleo sob o qual se administra e cocria a obra de Deus. A essência administrativa possibilita ao ser humano a dinâmica de administrar e cocriar o mundo, sobre uma base da doação original das coisas por parte do Criador. Sob este aspecto é importante salientar que a essência administrativa é decorrente da esponsalidade com o Criador.

O ser humano é um ser social, econômico e parental, é um ser concebido à imagem e semelhança de Deus, de tal forma que se edifica segundo uma tarefa dada a si mesmo, e se realiza na esponsalidade com o Criador, na *práxis* de vida e vivência que acontece na contingência do reino. A prosperidade participativa e compartilhada está intimamente ligada à capacidade humana de constituir-se família, parentalidade e humanidade e, assim, permitir a

continuidade da vida em sponsalidade com o Criador, como administradores e cocriadores da Obra de Deus.

O desenvolvimento deve ser pautado como um processo que subsidia a unidade e o amor entre as relações de parentalidade, de sociabilidade e de economicidade; qualquer dessas dimensões, pensadas de forma isolada e/ou estruturada sobre sistemas de controle e não de desenvolvimento da consciência humana, proporciona prejuízos à vida e vivência de cada pessoa e, por consequência, a toda a humanidade.

Para tanto, é primordial o planejamento da parentalidade, segundo a compreensão de unidualidade e unicidade do casal humano. Assim, é evidente que as dimensões de sociabilidade, de parentalidade e de economicidade, sustentam a unicidade de conhecimento e *práxis*, sobre as quais se administra e cocria a obra de Deus. Diante dos resultados da pesquisa, fica patente que a essência administrativa possibilita ao humano a dinâmica de administrar e cocriar o mundo sobre uma base da doação original das coisas por parte do Criador.

Acrescenta-se a essa hipótese, a afirmativa do dever de se estar em sponsalidade com o Criador, ou seja, a essência administrativa é decorrente da união com o projeto de Deus. A sponsalidade com o Criador é a aliança que permeia toda a humanidade na compreensão e *práxis* de vida e vivência humana, que sempre cultiva e guarda o Jardim. A essência administrativa é *práxis*, é o ser humano capacitando-se a pensar e realizar o futuro, e deve fazer isso no conhecimento e vivência do projeto de Deus, de que quando a pessoa se realiza na busca e edificação do reino, realiza-se a si mesma.

Todas as vezes que se fala de desenvolvimento, é necessário que se fale de um desenvolvimento integral, e nele o desenvolvimento do humano todo e de todo o humano, se faz reconhecer a veracidade de que o desenvolvimento participativo e compartilhado está intimamente ligado à capacidade humana de constituir-se família, parentalidade e humanidade e assim, possibilitando a continuidade da vida humana, como administradores e cocriadores da Obra de Deus.

Quando se diz do ser humano concebido à imagem e semelhança de Deus, fala-se de uma capacidade biológica e genealógica e, nesse sentido, a parentalidade é a fonte de onde jorra sem cessar o amor. A parentalidade é

edificar o ser humano do *húmus* da terra, e o casal participa do mistério sob o qual Deus diz “façamos o ser humano à nossa imagem, como nossa semelhança” (cf. Gn 1,26), e o verbo se faz Carne.

O ser humano é chamado por Deus a exercer o domínio sobre a terra, administrando e cocriando os mistérios da criação de Deus e, nesse sentido o domínio conferido ao ser humano é um domínio social e familiar – o de que eles dominem e, assim, se constitui a família humana que tem sua unidade primeira na parentalidade.

A parentalidade deve estar sempre disposta a fomentar a família humana, uma parentalidade que se fecha em si mesma, acaba por se opor à humanidade. Assim, a parentalidade é chamada a exercer o amor e o devido envolvimento com o projeto de Deus. O planejamento da parentalidade é primordial para a compreensão da unidualidade do casal, em um processo de edificação continuada, onde a humanidade edifica e subsidia o projeto de parentalidade, de sociabilidade e de economicidade de cada pessoa, bem como sua relação com a humanidade.

Quando se enseja o desenvolvimento participativo e compartilhado, se apresenta que a pessoa deve ser formada para compreender a *práxis* da sociabilidade, da parentalidade e da economicidade que edifica a família humana. Nesse ponto é possível ainda afirmar que não se fala na estruturação de sistemas/estruturas de controle das dimensões da vida humana.

Quando se vê a função das estruturas/sistemas de controle, compreendem-se os mecanismos e processos que devem fundamentar a formação da consciência humana, e não no sentido de exercer a função, que é própria da pessoa. Enfatiza-se que a estatização, como mecanismo de controle, torna a pessoa passiva, quando ela necessita desenvolver-se. Observa-se, que o ser humano vai aos poucos deixando de exercer sua missão e *práxis*, aqui compreendida em suas dimensões de sociabilidade, de parentalidade e de economicidade.

É fundamento para a Teologia o explorar a Essência Administrativa que permite ao humano ser o administrador e cocriador da obra de Deus. A referida Teologia possibilita ao ser humano, compreender-se enquanto ser criado à imagem e semelhança de Deus, compreender a essência administrativa que é

possibilitada mediante a esponsalidade com o Criador e, assim, tornar-se a *práxis* da pessoa que recebe o mandado e o chamado de Deus.

A hodiernidade da pessoa eleva o ser humano a identificar necessidades, possibilidades e subsídios que propiciam administrar a obra de Deus em família. É mediante esse discernimento que a pessoa pode, em família, exercer o mandado de cuidar um do outro como carne de sua carne e ossos de seus ossos, dando continuidade à vida e vivência humana em uma cultura do encontro, no diálogo de fraternidade e desenvolvimento participativo e compartilhado.

É preciso avançar sobre as possibilidades de formar a consciência de pessoa, respeitando o livre-arbítrio, o reino, o próximo e o projeto de Deus, sendo viável analisar a administração e cocriação da obra de Deus, com ênfase nas dimensões de sociabilidade, de economicidade e de parentalidade. Aponta-se para a possibilidade de continuar a descrever o ser humano como administrador e cocriador da criação, administrador em família e da própria família, pois essa narrativa possibilita que cada pessoa possa se compreender no chamado e no mandado de Deus.

Apresenta-se o avanço sobre o conhecimento de si mesmo, do próximo, da criação e da relação que envolve as pessoas, apresenta-se que a esponsalidade com o Criador é o elemento a ser valorizado para que se possa edificar, cocriar e administrar o reino de Deus.

6 REFERÊNCIAS

6.1 MAGISTÉRIO DA IGREJA

BENTO XVI. **Caritas In Veritate**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2009.

Disponível em

http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html Acesso em: 29 set. 2017.

BENTO XVI. **Dignitas Personae**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2008.

Disponível

em:<http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20081208_dignitas-personae_po.html> Acesso em: 29 set. 2017.

FRANCISCO. **Amoris laetitia**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2016.

Disponível em:

<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html> Acesso em: 29 set. 2017.

FRANCISCO. **Carta do Papa Francisco para o evento “Economy of Francisco”**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2019. Disponível em:

http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-imprenditori.html

FRANCISCO. **Laudato Si'**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível

em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Cartas às mulheres**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1995.

Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1995/documents/hf_jp-ii_let_29061995_women.html>

Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Centesimus annus**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1991.

Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html>

Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2004. Disponível em:

<http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html> Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Donum Vitae**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1987.

Disponível

em:<http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19870222_respect-for-human-life_po.html> Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Evangelium vitae**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1995.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html>
Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Familiaris Consortio**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1981.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.html> Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Laborens exercens**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1981.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html>
Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Mulieris Dignitatem**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1988.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1988/documents/hf_jp-ii_apl_19880815_mulieris-dignitatem.html> Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Sollicitudo rei socialis**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1987.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html>
Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO XXIII. **Mater et magistra**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1961.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html> Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO XXIII. **Pacem in Terris**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1963.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html> Acesso em: 29 set. 2017.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1891.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>
Acesso em: 29 set. 2017.

PAULO VI. **Gaudium et Spes**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1965.
Disponível em:
<http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html> Acesso em: 29 set. 2017.

PAULO VI. **Humanae Vitae**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1968.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html> Acesso em: 29 set. 2017.

PAULO VI. **Populorum Progressio**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1967.
Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html> Acesso em: 29 set. 2017.

PAULO VI. **Octagesima Adveniens**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1971. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html> Acesso em: 29 set. 2017.

PIO XI. **Quadragesimo anno**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1931. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> Acesso em: 29 set. 2017.

6.2 LITERATURA RELACIONADA

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém. Nova edição revisada e ampliada**. São Paulo: Paulus, 8ª impressão, 2012.

BRAATEN, Carl E. **A pessoa de Jesus Cristo**. In: BRAATEN, CARL E.; JENSON, ROBERT W. (editores). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 455-551.

BRAATEN, E. Carl. **Prolegômenos à dogmática Cristã**. In: BRAATEN, CARL E.; JENSON, ROBERT W. (editores). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 25-94.

BRUNER, J. **Atos de significação**. 2. ed. Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed, 2002.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

HEFNER, Philip J. **A Criação**. In: BRAATEN, CARL E.; JENSON, ROBERT W. (editores). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 273-358.

JENSON, Robert W. **O Deus Triúno**. In: BRAATEN, CARL E.; JENSON, ROBERT W. (editores). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 95-202.

MILLARD J. Erickson; traduzido por Emirson Justino. **Dicionário popular de Teologia**, 1ª ed. rev. Mundo Cristão, São Paulo, 2011.

MOLTIMANN, JURGEN. **Deus na criação: doutrina ecológica da criação**. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

PIO XI. **Casti Connubii**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1930. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19301231_casti-connubii.html> Acesso em: 29 set. 2017.

RAHNER, Karl. Teologia e Antropologia. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1969.

SANCHES, Mário Antonio. **A criação e o Cristo: reflexões no âmbito da biologia e teologia**. In: OLIVEIRA, Paulo Eduardo de; TESCAROLO, Ricardo

(org). **Ensaio sobre ciência e fé**. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012, p. 157-191. ISBN 978-85-65531-00-9.

SANCHES, Mário Antonio. Brincando de Deus(!) (?): bioética e as marcas sociais da genética. 1. ed. São Paulo: Ave Maria, 2007.

SANCHES, Mário Antonio. **Reprodução Assistida e Bioética - Metaparentalidade**. 1. ed. São Paulo: Ave Maria, 2013. v. 1. 218p.

SANCHES, Mário Antonio; KRUM, J. C.; RIGONI, M. F.; SATO, E. S.; SANTOS, R. B.; **Planejamento da parentalidade no contexto da bioética: busca de uma nova abordagem para pesquisa**. Curitiba, PUCPress, 2015.

SPONHEIM, Paul R. **O conhecimento de Deus**. In: BRAATEN, CARL E.; JENSON, ROBERT W. (editores). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 203-272.

SPONHEIM, Paul R. **O pecado e o mal**. In: BRAATEN, CARL E.; JENSON, ROBERT W. (editores). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 359-454.

WALTER A. Elwell; tradução Gordon Chown **Enciclopédia Histórico-Teológica da Igreja Cristã**. São Paulo: Vida Nova, 2009.